



Sistema**Ocepar**

FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

somoscoop >

Relatório de Atividades e Prestação de Contas

EXERCÍCIO SOCIAL 2025

Plano de Ação

EXERCÍCIO SOCIAL 2026

OCEPAR
55 ANOS


SOMOS O
COOPERATIVISMO
NO PARANÁ

NO MUNDO

 **3 milhões**
de cooperativas

 **US\$ 2,4 trilhões**
de faturamento

 **1 bilhão**
de cooperados

 **280 milhões**
de empregos

NO BRASIL

 **4,3 mil**
cooperativas

 **25,8 milhões**
de cooperados

 **578 mil**
empregados

 **R\$ 757 milhões**
de faturamento

 **R\$ 51,4 milhões**
de sobras

NO PARANÁ

 **255**
cooperativas

 **4,47 milhões**
de cooperados

 **154,2 mil**
empregados

 **R\$ 221,6 bilhões**
de faturamento

 **R\$ 11 bilhões**
de sobras

 **US\$ 7,94 bilhões**
de exportações

* Estimativa 2025



SistemaOcepar

FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

somoscoop >

Relatório de Atividades e Prestação de Contas

EXERCÍCIO SOCIAL 2025

Plano de Ação

EXERCÍCIO SOCIAL 2026

OCEPAR
55 ANOS

**SOMOS O
COOPERATIVISMO
NO PARANÁ**

CURITIBA - PARANÁ - 2025

COORDENAÇÃO

Nelson Costa // Superintendente da Fecooper

APOIO

Robson Mafioletti // Superintendente da Ocepar

José Ronkoski // Superintendente do SESCOOP/PR

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Samuel Milléo Filho // Coordenação

Elvira Cristina Fantin Prezepiorski, Iara Maggioni Martins Bana, Giseli Barão da Silva,

Denise Cardoso Morini e Lucia Massae Suzukawa // Redação e Edição

PROJETO GRÁFICO

Celso Arimatéia

IMPRESSÃO

Gráfica Radial

Sistema Ocepar Páginas 9, 11, 13, 16, 20, 21, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 124, 125, 167, 172, 175, 181, 191, 220, 230, 231, 232, 234, 248, 252, 254, 256, 257, 258, 259, 261, 269, 270, 271, 273 e 274	Assessoria Sisprime Página 187	Mapa produzido pela Coordenação de Economia e Mercado – Getec Página 91
Acervo Gazeta do Povo Página 18	Carolina Bianca Teodoro Página 84	Martha Batista e Derek Bianchi Páginas 68, 69, 70, 71, 79, 80 e 102
AEN Página 89 e 128	Caroline de Vita/Mapa Página 90	Samuel Milléo Filho Páginas 45, 77, 83, 108, 118 e 122
Albari Rosa Páginas 103, 255	C.Vale Página 101 e 129	Secretaria da Fazenda do Paraná Página 95
Ari Dias/ AEN Páginas 85 e 111	Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda Página 86	Sicoob Página 173 e 174
Assessoria Fetracoop Página 231	Edison Lucas Caetano Página 273	Sistema OCB Páginas 97, 119 e 188
Assessoria Castrolanda Página 169	Fernando Dias Página 156 e 170	Reinaldo Reginatto Páginas 82, 109, 246 e 259
Assessoria Cocamar Página 171 (acima)	Geraldo Bubniak – AEN Página 80	Yuri Marcinik – Simepar Página 130
Assessoria Coamig Página 192	Invest Paraná Página 113	Divulgação Páginas 98, 99, 100 e 164, 171 (abaixo), 176, 178 e 180
Assessoria Copacol Página 176	Jefferson Rudy/agência Senado Página 92	
	Leonardo Vieira Página 175	
	Lucas Badu Página 104	

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ; FEDERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ.

Relatório de atividades e prestação de contas: exercício social de 2025 ; plano de ação, exercício social 2026. Curitiba: 2026.
288 p.



PRESIDENTE
José Roberto Ricken

DIRETORES
Adam Stemmer
Alexandre Gustavo Bley
Clemente Renosto
Elias Zydek
Elói Darci Podkowa
Erik Bosch
Jean Rodrigues
João Francisco Sanches Filho
José Aroldo Gallassini
Luiz Roberto Baggio (Secretário-Geral)
Manfred Alfonso Dasenbrock
Solange Pinzon de Carvalho Martins
Valter Pitol
Wellington Ferreira

CONSELHO FISCAL
Titulares
Márcio Zwierewicz
Fernando Tonus
Claudemir Pereira de Carvalho

Suplentes
Anderson Sabadin
José Carlos Bizetto
Wemilda Marta Fregonese Feltrin

SUPERINTENDENTE
Robson Leandro Mafioletti

PRESIDENTE
José Roberto Ricken

CONSELHO ADMINISTRATIVO
Titulares
Willem Berend Bouwman
Marcos Antonio Trintinalha
Fabiane Elise Poletto Bersch
Joberson Fernando da Silva

Suplentes
Fabiola da Silva Nader Motta
Joel Makohin
Hiroshi Nishitani
Clair Spanhol

CONSELHO FISCAL
Titulares
Haroldo José Polizel
Paula Gabrieli Benedito
Aguinel Marcondes Waclawovsky

Suplentes
Guilherme Grein
Jacir Scalvi
Alair Aparecido Zago

SUPERINTENDENTE
José Ronkoski

PRESIDENTE
José Roberto Ricken

VICE-PRESIDENTE
James Fernando de Morais

SECRETÁRIO
Divanir Higino da Silva

TESOUREIRO
Jaime Basso

Suplente
Alexandre Gustavo Bley

CONSELHO FISCAL
Titulares
Nelson André de Bortoli
Geraldo Slob
João Francisco Sanches Filho

Suplentes
Marcos Antonio Trintinalha
Elias José Zydek
Marli Madalena Perozin

DELEGADOS
José Roberto Ricken
James Fernando de Morais
Jaime Basso

SUPERINTENDENTE
Nelson Costa

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA.....06

APRESENTAÇÃO.....08

ENTREVISTA COM ARIEL GUARCO /
PRESIDENTE DA ACI.....10

ENTREVISTA COM
ROBERTO RODRIGUES.....12

OCEPAR
55 
ANOS

HISTÓRICO DOS 55 ANOS DA OCEPAR

Princípios do cooperativismo	14	O Sistema Ocepar	68
Um pouco da história do cooperativismo.....	16	Relatório de atividades da Ocepar de 2025	77
A primeira cooperativa no mundo	16	Demonstrações Contábeis.....	140
Pessoas que se destacaram no cooperativismo	17	Parecer da Auditoria.....	152
Primeiras cooperativas no Brasil	19	Parecer do Conselho Fiscal.....	154
Primeiras cooperativas no Paraná	19	Proposta Orçamentária para 2026	155
Cooperativas de Cafeicultores.....	21	O SESCOOP/PR	156
Representação do Sistema Cooperativo	22	Relatório de atividades do SESCOOP de 2025.....	158
Cooperativismo brasileiro	24	Demonstrações Contábeis.....	204
Destaques históricos do cooperativismo brasileiro	28	Proposta Orçamentária para 2026	219
O Sistema OCB.....	28	A Fecoopar	220
Ramos do cooperativismo	29	Relatório de atividades da Fecoopar de 2025.....	222
Normativas legais.....	30	Demonstrações Contábeis.....	238
Cooperativismo no Paraná	32	Parecer da Auditoria.....	243
A Constituição da Ocepar	33	Parecer do Conselho Fiscal.....	244
O Histórico da Ocepar	35	Proposta Orçamentária para 2026	245
		Ações das áreas compartilhadas	246
		Gestão de Pessoas	267
		Ações de Responsabilidade Social	270
		Plano de Ação 2026	276

MENSAGEM DA DIRETORIA

A ONU - Organização das Nações Unidas - nos brindou ao eleger 2025 como Ano Internacional das Cooperativas, reconhecendo que "Cooperativas - constroem um mundo melhor". Foi uma oportunidade para que o mundo inteiro conhecesse mais sobre o cooperativismo e como essa forma de organização pode transformar a vida das pessoas e das comunidades.

O ano de 2025 foi desafiador para todos nós. Enfrentamos eventos climáticos severos, falta de seguro adequado às nossas atividades produtivas, custos elevados, juros que encareceram e limitaram o crédito e, por consequência, os investimentos na ampliação da capacidade produtiva. Mas, mesmo assim, tivemos avanços importantes em alguns ramos do cooperativismo, como na saúde com investimentos em rede própria de hospitais, no crédito com aberturas de novas unidades de atendimento aos associados.

Fomos impactados por restrições em mercados internacionais, especialmente por barreiras e taxas aplicadas por países parceiros. E, ainda, tivemos que lidar com o primeiro caso de influenza aviária no Rio Grande do Sul, que, temporariamente, fechou destinos importantes para nossas exportações.

Mesmo diante de tantos obstáculos, tivemos resultados positivos no cooperativismo

paranaense demonstrando, mais uma vez, nossa capacidade profissional e de planejamento estratégico.

Os balanços do ano de 2025 demonstram que as cooperativas obtiveram um faturamento de R\$ 221,6 bilhões, representando um crescimento nominal de 8% em relação ao ano de 2024. O resultado líquido (sobras) foi de R\$ 11 bilhões, semelhante ao do ano de 2024.

Em 2025, o número de cooperativas registradas na Ocepar passou de 227 para 255, resultado de dois movimentos importantes: o registro das 14 cooperativas singulares do Sistema Cresol, fortalecendo ainda mais o ramo crédito; e a retomada e constituição de 21 cooperativas-escola nos colégios agrícolas e florestais do Paraná, uma política estimulada pelo Governo do Estado, com apoio técnico da Ocepar.

O número de cooperados se aproxima de 4,5 milhões e o setor gera 154 mil empregos diretos, consolidando-se como uma das maiores forças empregadoras do estado.

No ano de 2025, o SESCOOP/PR aplicou R\$ 101 milhões em ações de treinamento e desenvolvimento humano, quase 15 mil eventos, que somaram 207 mil horas de treinamento com cerca de 380 mil participantes. Foram realizados 30 fóruns

temáticos e 43 turmas de pós-graduação. Também, houve avanços no Programa de Mestrado em Gestão de Cooperativas em parceria com a PUC, que chega à sua 13ª turma, com 160 dissertações defendidas, demonstrando a força do conhecimento aplicado à prática cooperativa.

O Programa Jovem Aprendiz atende a mais de 6 mil jovens, preparando-os para o mercado de trabalho. Foram investidos recursos em treinamentos voltados à saúde e segurança do trabalho, sempre com o objetivo maior de preservar vidas e garantir ambientes seguros para todos os colaboradores. Nos programas de formação técnica, foram 220 turmas em parceria com as entidades do Sistema S.

O olhar esteve voltado também para as diferentes gerações e públicos do cooperativismo, com a promoção de eventos destinados às famílias, aos jovens, às mulheres e a todos os cooperados.

No Plano Paraná Cooperativo PRC 300, composto por 12 temas estratégicos e 30 projetos, foram desenvolvidas diversas atividades focadas no desenvolvimento econômico, educação, cooperação, inovação e sustentabilidade, na busca do fortalecimento dos negócios das cooperativas, na busca de alianças estratégicas, no aperfeiçoamento da governança e na profissionalização.

Atuamos em sintonia com o Sistema OCB para defender os interesses das cooperativas, juntamente com os integrantes da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e com a parceria do Instituto Pensar Agropecuária (IPA). Um agradecimento especial às entidades parceiras do G7 – Faep, Fiep, Fecomércio, Fetranspar, ACP e Faciap. E ao Sistema S, com destaque para o Sebrae, pela parceria constante.

Agradecemos também aos diretores e conselheiros da Ocepar, SESCOOP/PR e Fecooper pelo empenho e comprometimento na condução dos assuntos demandados pelo cooperativismo paranaense em 2025. Sem esquecer dos profissionais que integram o Sistema Ocepar pelo trabalho ao longo do ano, muito bem coordenado pelos superintendentes: Nelson Costa, na Fecooper, Robson Mafioletti, na Ocepar e José Ronkoski, no SESCOOP/PR.

Para seguir em frente, de forma organizada, temos que praticar, cada vez mais, a cooperação entre as pessoas e as alianças entre cooperativas.

Luiz Roberto Baggio
Secretário-Geral eleito da Diretoria

OCEPAR
55 
ANOS

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Apresentamos o Relatório de Atividades de 2025 e Plano de Ação para 2026, uma síntese do trabalho realizado no ano passado e projeção do que deveremos fazer neste ano.

Em 02 de abril de 2026, a Ocepar completa 55 anos de sua fundação e, para lembrar desse período, trazemos os principais acontecimentos, as conquistas e a evolução, passando primeiramente pela história do cooperativismo, desde os pioneiros de Rochdale que, em 1844, como uma reação aos efeitos da Revolução Industrial no mercado do trabalho, criaram a primeira cooperativa do mundo.

Trazemos também duas entrevistas, uma com Ariel Guarco, presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e, a segunda, com Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e líder cooperativista, que relatam o momento atual do sistema cooperativo e sobre como as cooperativas estão se posicionando ou contribuindo para enfrentar os desafios globais.

No relatório, destacamos as principais atividades realizadas pela Fecoopar, Ocepar e Secoop/PR em 2025 e o que deveremos fazer em 2026, uma programação extensa de ações que, por certo, irá contribuir ainda mais para o crescimento das cooperativas e das pessoas que fazem sua história.

José Roberto Ricken
Presidente do Sistema Ocepar



ENTREVISTA

Com **Ariel Guarco**, presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

O COOPERATIVISMO É UM OUTRO NOME PARA A PAZ

por **Samuel Milléo Filho**

Qual avaliação atual do cooperativismo global, seus principais desafios e oportunidades?

O cooperativismo mundial se encontra em um momento de grande visibilidade. 2025 foi declarado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional das Cooperativas e essa declaração veio em um contexto complexo do mundo, com muitas tensões geopolíticas. Assim, sinalizou que em meio a tantos desafios, as cooperativas podem construir um mundo melhor. Foi um momento para assentar as bases do cooperativismo, destacando que é um modelo econômico e social, ambiental e cultural, que pode dar as respostas que hoje não estamos encontrando.

Como as cooperativas estão se posicionando ou contribuindo para enfrentar os desafios globais urgentes que estão surgindo?

Fazendo o melhor que sabemos fazer, que é cuidar das pessoas e do ambiente. As cooperativas não se movem de um lugar a outro, então têm que cuidar do ambiente onde estão, têm que tratar de dar oportunidades para todos, gerar trabalho decente, cuidar dos mais vulneráveis. Esse trabalho que fazemos em cada comunidade, em cada cooperativa, é o que dá respostas locais a esses desafios.

A digitalização e a inovação tecnológicas são temas recorrentes. Como a ACI está apoiando as cooperativas para que elas se adaptem a essas transformações sem perder a essência e seus valores?

A tecnologia tem que estar a serviço das pessoas para criar melhores oportunidades para todos. E não as pessoas se tornem instrumentos da tecnologia. Entendo a tecnologia como ferramenta. O cooperativismo está dando passos importantes, sobretudo os jovens que são mais tecnológicos, que têm essa capacidade de trabalhar com softwares livres e abertos, ensinando como se efetiva uma tecnologia que pode nos ajudar muito.

Com relação aos desafios dos próximos 10, 20 anos, que tendências o senhor acredita que vão moldar o cooperativismo e onde as cooperativas podem focar para se manterem relevantes?

Hoje representamos uns 12% do PIB e ainda devemos crescer muito a nível global, especialmente na cadeia agroindustrial, na prestação de serviços, utilidades, serviços elétricos, de telefonia, internet, água potável. Também temos muito a crescer no setor de seguros, nas cooperativas de trabalho. Há

duas vertentes importantes: as cooperativas tecnológicas e as cooperativas de cuidados. A expectativa de vida é cada vez maior. Creio que as cooperativas de cuidados têm um futuro muito grande, têm uma tarefa muito importante daqui em diante.

Vivemos um cenário de conflitos geopolíticos. Qual o papel das cooperativas na construção da paz e da coesão das comunidades? O que a ACI pensa a respeito disso?

A paz deve ser compreendida não somente como ausência da guerra, como também a possibilidade de se evitar viver em conflito. E isso só se consegue quando as pessoas entendem que todos têm as mesmas possibilidades. O que fazemos na ACI é tentar levar nossa mensagem para que haja mais cooperativismo no mundo, mais oportunidades e igualdade para todos. Isso reduz as tensões nas comunidades, tornando-as mais harmônicas, eliminando conflitos. Essa é a paz positiva que uma liderança tomou como bandeira e fez uma declaração em 2019, em Kigali, Ruanda, em meio a um país que saía de um problema étnico muito grave, que gerou um genocídio que matou quase toda a sua população. Nesse contexto, esse líder disse que esse era o caminho a seguir. O cooperativismo é um outro nome para a paz.

O Roberto Rodrigues diz que o cooperativismo promove a paz, e que o princípio do cooperativismo é a democracia. Como o senhor vê essas questões do questionamento, dos estados democráticos, toda essa questão de geopolítica?

O cooperativismo exerce a democracia até mesmo em países onde não há democracia.

Isso é uma lição importante. Cada indivíduo com igualdade de condições de decidir como levar sua vida, sua empresa e como gerar um ecossistema cooperativo inclinado justamente à paz, à solidariedade, ao uso da democracia para o bem de todos.

O sexto princípio do cooperativismo é a intercooperação. No Paraná temos bons exemplos, especialmente com as agroindústrias. Como o senhor vê a possibilidade de que isso seja externalizado para outros estados e países?

Ninguém pode ser solidário no solitário. A intercooperação é um princípio básico de que é melhor quando fazemos entre todos, quando temos um olhar em comum, do que quando pensamos individualmente. Essa é a mensagem que externalizamos todo o tempo: mais de 1,2 bilhão de pessoas em 3 milhões de cooperativas pensam que é melhor, mais fácil e mais útil fazê-lo entre todos do que individualmente.

Alguma mensagem para os cooperativistas paranaenses?

Estou muito feliz, sempre que venho ao Brasil vejo um cooperativismo forte em cada região, com identidade própria, com muita territorialidade, com raízes nas comunidades, e isso é o que necessitamos: pessoas comprometidas com suas comunidades, com princípios e valores cooperativistas e trabalhando por um objetivo comum que é construir um mundo melhor.



ENTREVISTA

Com **Roberto Rodrigues**, ex-ministro da Agricultura e ex-presidente da OCB e da ACI

O MAIOR DESAFIO É A GARANTIA DA PAZ UNIVERSAL

por **Samuel Milléo Filho**

Qual a sua avaliação sobre o momento atual do cooperativismo global? Quais são os principais desafios e oportunidades?

O mundo contemporâneo vive um momento complexo, marcado principalmente pela perda de protagonismo das grandes organizações multilaterais. Ninguém sabe mais o que faz a FAO, a OMC, a ONU, porque as instituições não têm mais comando. E isso faz com que a humanidade perca rumos. Esse processo é ainda mais complicado pela polarização ideológica, religiosa e étnica, e o mundo está mergulhado em conflitos permanentes que vêm perturbando a paz universal.

Há uma erosão dos modelos democráticos, e as transformações ideológicas estão levando a uma nova desordem mundial, com incertezas, indefinições e incapacidade de manter a paz e a estabilidade no planeta.

Tudo isso se agravou com a eleição do presidente Trump nos Estados Unidos, com suas interferências na geopolítica, na economia e no comércio global, criando um clima de grande instabilidade política.

O multilateralismo é essencial, precisa voltar. Precisamos tê-lo novamente imperando em

todos os processos de ordem global. Enquanto isso não acontece, é preciso encontrar novos mecanismos que unam a humanidade, voltada ao interesse de todas as pessoas do mundo.

Somos duramente afetados por quatro modernos cavaleiros do apocalipse: a segurança alimentar, a transição energética, a desigualdade social e as mudanças climáticas. Tenho convicção de que é o agronegócio tropical, no mundo inteiro, que vai resolver essa questão.

Olhando para os próximos 10 ou 20 anos, quais tendências o senhor acredita que vão moldar o futuro do cooperativismo? Onde as cooperativas precisam focar para se manterem relevantes?

O grande objetivo da humanidade é buscar a paz. E a ONU, cujo papel é esse, não está conseguindo ter sucesso. Existem problemas no mundo inteiro que ameaçam a paz. Há um exército de excluídos. Então, a inclusão social é um dos temas mais sérios a serem tratados. O cooperativismo surgiu lá em Rochdale, perto de Manchester, incluindo pessoas que foram excluídas por causa da Revolução Industrial. Hoje, a Revolução Industrial não é mais um tema de exclusão social, mas a miséria existe

em muitos países do mundo e os governos não conseguem resolver esses problemas ou resolvem de maneira paliativa, aleatória. No caso do Brasil, por exemplo, com programas sociais que são importantes, mas que não resolvem, em termos estruturais, a questão da exclusão social. São necessários investimentos que exijam políticas públicas e compromisso do setor privado para que gerem, de fato, mecanismos reais de inclusão social. Vejo a cooperativa cada vez mais como um elemento central para a inclusão social, devendo ser um agente próximo dos governos democráticos na geração de empregos, riqueza e renda, permitindo a redução das desigualdades. Esse é um ponto-chave no mundo contemporâneo e no futuro de médio prazo.

Como a OCB pode planejar e fortalecer a cooperação entre cooperativas (6º princípio - intercooperação) em escala global para criar um impacto ainda maior? Existem projetos ou iniciativas específicas nesse sentido?

Não conheço nenhum projeto específico. Isso tem a ver com a perda de protagonismo das instituições multilaterais. É por essa razão que o setor privado tem que ocupar uma boa parte desse processo. A sociedade precisa se organizar. É preciso convencer governos a estimular o cooperativismo como um mecanismo de inclusão social que garantam bem-estar à humanidade.

A atração e retenção de jovens é crucial para a longevidade do movimento. Que estratégias o sistema cooperativista brasileiro e seus membros estão implementando para engajar as novas gerações e mostrar que o cooperativismo é um modelo de negócio e de vida para o futuro?

Não existe futuro em nenhum movimento ou instituição que não consiga tocar os corações

e a juventude. Trazer a juventude para o sistema cooperativista é essencial para a preservação do processo ao longo da história. A característica motora da juventude tem sido o idealismo, os sonhos de construção equilibrada, de justiça social, de bem-estar coletivo. A juventude quer isso. Não há jovem que não sonhe com esse processo ideal de bem-estar, de felicidade coletiva.

É isso que falta. Atrair o jovem pela sua raiz idealística e fazer com que esse idealismo seja transbordado em ações concretas.

Se o senhor pudesse deixar uma única mensagem sobre o futuro do cooperativismo, qual seria? Qual o maior desafio ou a maior oportunidade que o senhor enxerga à frente?

O maior desafio do mundo moderno é a garantia da paz universal. O maior desafio dos países, individualmente, é garantir a democracia para que o processo de desenvolvimento seja harmonioso, justo e equilibrado.

Então, o maior desafio que eu posso colocar para as cooperativas é se inserir nesse processo. Atraindo mulheres, que são as responsáveis pelo bem-estar das famílias, e jovens, que são os construtores do futuro.

A mensagem é essa: o cooperativismo é uma doutrina mais do que nunca contemporânea e efetiva nesse momento duro que o mundo vive, de desigualdade e desordem institucional frequente.



Princípios do Cooperativismo

Os Princípios do Cooperativismo, aperfeiçoados pelos “Probas Pioneiros de Rochdale” foram aprovados e incorporados ao Estatuto Social da Cooperativa criada no ano de 1844 e reformulados nos Congressos de 1937, 1966 e 1995 da Aliança Cooperativa Internacional ACI, constituindo-se hoje nas linhas orientadoras para as cooperativas levarem os seus valores à prática.



ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como cooperados, sem discriminações sociais, raciais, políticas, religiosas ou de gênero.



GESTÃO DEMOCRÁTICA

As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus cooperados, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os conselheiros e diretores – eleitos nas assembleias gerais como representantes dos demais cooperados – são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os cooperados têm igual direito de voto (cada cooperado, um voto); nas cooperativas de grau superior, pode ser instituída a proporcionalidade de votos, desde que se mantenha a forma democrática da organização.



PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS COOPERADOS

Os cooperados contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Os cooperados destinam os excedentes a finalidades como o desenvolvimento da cooperativa, eventualmente por meio da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benéfico aos cooperados na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades, desde que aprovadas pela assembleia geral dos cooperados.

No Congresso de 1995, foram consubstanciados os princípios básicos do Cooperativismo, e estabelecido que as cooperativas passassem a garantir prioridade às questões ambientais, adotando para isso um novo princípio: “interesse pela comunidade”



AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos cooperados. Em caso de firmarem acordos com outras organizações – incluindo instituições públicas – ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos cooperados e mantenham a autonomia da sociedade. Promulgada em 1988, a Constituição Brasileira, em seu Art. 5º, Inc. XVIII, reforça este princípio básico do cooperativismo ao disciplinar: “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.”



EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

As cooperativas promovem a educação e a formação de seus cooperados, dos representantes eleitos, dos gerentes e de seus funcionários, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa. Divulgam os princípios do cooperativismo e informam a natureza e os benefícios da cooperação para o público em geral, particularmente para os jovens e os líderes de opinião.



INTERCOOPERAÇÃO

Para as cooperativas prestarem melhores serviços a seus cooperados e agregarem força ao movimento cooperativo, devem trabalhar em conjunto com as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.



COMPROMISSO COM A COMUNIDADE

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos cooperados. Este sétimo princípio foi especialmente instituído, em setembro de 1995, pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional.

Um pouco da história do cooperativismo



Um grupo de tecelões de Rochdale, Inglaterra, fundou a primeira cooperativa do mundo em 1844

Em 2025, a Ocepar completa 55 anos. Foi constituída no dia 02 de abril de 1971. Para lembrar sua trajetória desses 55 anos, apresentamos neste relatório os principais fatos, começando com a origem das primeiras cooperativas, a organização do sistema cooperativista, seus princípios e valores, o arcabouço legal e, alguns avanços e conquistas.

O cooperativismo surgiu na Inglaterra em Rochdale, em 1844, como uma reação aos efeitos da Revolução Industrial no mercado do trabalho.

Com o surgimento da máquina a vapor, a indústria têxtil e as importadoras e processadoras de chá mecanizaram a produção, o que reduziu os postos de trabalho. Os trabalhadores passaram a executar tarefas repetitivas por catorze a dezesseis horas por dia, com salários baixos e sem quaisquer direitos trabalhistas.

Em resposta às novas condições de trabalho, o sindicalismo começou a ganhar expressão, como forma de defesa dos trabalhadores.

Pelo lado econômico, surgiu uma sociedade cooperativa de consumo com a finalidade de compra de gêneros alimentícios em comum para reduzir os custos do sustento das famílias.

À PRIMEIRA COOPERATIVA NO MUNDO

A primeira cooperativa moderna foi fundada logo após a primeira Revolução Industrial, em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale, situado ao norte de Manchester, na Inglaterra. Sua denominação era "Rochdale Equitablr Pioneers Society (Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale). Mais tarde, o nome foi simplificado para Rochdale Pioneers, e em português, Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Os fundadores foram 28 tecelões de Rochdale – 27 homens e uma mulher.

Uma cooperativa de consumo que cresceu rapidamente, orientada pelos princípios de igualdade, liberdade, ética e justiça e que se tornou alternativa viável ao novo modelo econômico que nascia no século XIX, o capitalismo. Em 1848, já eram 140 associados e, em 1860, 3.450, tendo se tornado um modelo que se espalhou por toda Inglaterra. Em 1900, já eram 1.439 cooperativas.

A iniciativa visava estimular e mediar o desenvolvimento econômico, em um contexto de escassez e instabilidade financeira. Com isso, esperavam aumentar as oportunidades para os envolvidos, que podiam participar das tomadas de decisões.

Os primeiros esboços da associação surgiram em um cenário de desemprego, fome, exploração de mão de obra e salários baixíssimos. Eram essas as condições que marcavam um período posterior à primeira Revolução Industrial.

Frente à situação de escassez de alimentos e a falta de poder aquisitivo para arcar com as necessidades básicas, esses operários resolveram montar seu próprio armazém.

O intuito era comprar grandes quantidades de comida para distribuir igualmente entre os associados. Para isso, os membros da cooperativa reuniram um capital equivalente a 1 libra e alugaram o primeiro armazém para estocar os produtos.

Nos primeiros meses, o grupo foi alvo de críticas de outros comerciantes locais. Contudo, em um ano, seu capital social aumentou para 180 libras e já contava com mais de 1.400 cooperados. Doze anos mais tarde, já havia mais de 3 mil associados e mais de 150 mil libras de capital social.

PESSOAS QUE SE DESTACARAM NO COOPERATIVISMO

Pioneiros de Rochdale

Os 28 tecelões de Rochdale – 27 homens e uma mulher – que fundaram a primeira cooperativa moderna em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale, no norte de Manchester, na Inglaterra, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Os primeiros cooperados enxergavam no associativismo um modo de contornar as consequências perversas do capitalismo, por meio da compra e venda de mercadorias, distribuindo de forma igualitária entre seus membros. Não houve um único líder, mas um grupo de 28 operários que se organizou para criar a cooperativa. O movimento foi fortemente influenciado por Robert Owen, considerado o “pai da cooperação”, cujas ideias já circulavam na comunidade de Rochdale.

Friedrich Wilhelm Raiffeisen

Nascido em Hamm, na Alemanha, em 1818, desde jovem se destacava pela sua habilidade com cálculos e por colaborar com a sua comunidade, conferindo-se os juros cobrados nas transações da sua vizinhança eram justos, tendo criado soluções colaborativas, reunindo as pessoas ao redor de uma iniciativa econômica cooperativa. Foi o criador do modelo Raiffeisen de cooperativas de crédito. Destacou-se por promover responsabilidade solidária, fiscalização rigorosa da administração e gestão democrática. Suas ideias se espalharam para vários países.

Alphonse Desjardins

No dia 06 de dezembro de 1900, em uma pequena comunidade de Bégin Street em Lévis, Quebec, Alphonse Desjardins, sua esposa, Dorimène e cem de seus companheiros decidiram por unanimidade

aprovar a constituição e regulamentos da Caisse Populaire de Lévis.

Os objetivos da cooperativa de crédito, a primeira da América, eram fornecer aos seus membros o acesso aos serviços de poupança e crédito. Daquele momento em diante os depositantes seriam conhecidos como membros/associados e não-simplesmente como clientes, que, segundo o princípio “uma pessoa, um voto”, poderia dizer como sua instituição financeira estava indo. Assim nasceu o que é hoje o Grupo Desjardins, atualmente a maior instituição financeira no Quebec, a cooperativa líder no Canadá.

Luigi Luzzatti

Luigi Luzzatti (1841 - 1927) foi um economista e político italiano fundamental na criação das *Banche Popolari* (Bancos Populares) na Itália a partir de 1864, modelo de cooperativa de crédito voltado a trabalhadores e pequenos empreendedores, sendo hoje conhecidas como “cooperativas de crédito do tipo Luzzatti”.

Os bancos populares Luzzatti adotavam o princípio do self-help, mas admitiam ajuda estatal sob a forma de suporte, até que a sociedade fosse capaz de assumir por sua própria conta e risco todas as responsabilidades do negócio.

Padre Theodor Amstad

Nasceu em 1851, em Beckrenled, na Suíça, tendo se estabelecido no Rio Grande do Sul no início do século 20. Seguiu os mesmos ideais de Raiffeisen. Nas comunidades rurais do Rio Grande do Sul, ajudou a organizar os produtores por meio da cooperação. Em 1902, fundou uma cooperativa com o nome de Bauenkasse, Caixa de Economia e Empréstimos Amstad e, na sequência, ajudou a criar mais 36 organizações semelhantes no Rio Grande do Sul e uma em Santa Catarina

Antonio José Rodrigues Filho

Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, que em 1967 aceitou convite do ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima para promover a união do movimento cooperativista, na época dividido entre União Nacional das Associações Cooperativistas (Unasco) e Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop). Conduziu o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 02 de dezembro de 1969, em Belo Horizonte, que deliberou pela extinção das duas entidades e criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) tendo sido seu primeiro presidente, permanecendo no comando até 1976.

Roberto Rodrigues

Foi presidente da OCB por dois mandatos – 1985 a 1988 e 1988 a 1991. Em sua gestão coordenou a estruturação do cooperativismo de crédito no País e, na Constituinte, trabalhou pela inclusão de dispositivos na Constituição Brasileira dando autonomia ao cooperativismo.

Roberto Rodrigues foi presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) no período de 1997 a 2001, sendo o primeiro presidente não europeu da entidade em 102 anos, o que representou um marco importante para o cooperativismo brasileiro e global. Atuou em prol da integração e modernização do cooperativismo mundial, tendo sido um dos idealizadores do 7º Princípio do Cooperativismo – Interesse pela Comunidade, estabelecido em 1995. Foi ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil de 2003 a 2006.

Guntolf van Kaick

A liderança de Guntolf van Kaick foi fundamental na estruturação da Ocepar. Foi o primeiro presidente da entidade. Dedicou toda sua vida ao cooperativismo e sua visão ajudou a consolidar o movimento, com profissionalismo e compromisso social. Em 1988, como presidente em exercício da OCB, defendeu, na tribuna livre da Constituinte,

os pleitos apresentados pelo cooperativismo brasileiro, representados por 46 mil assinaturas. Foi defendida a liberdade de constituição das cooperativas, a livre administração e o autocontrole. Como resultado daquela ação, a Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, aprovou textos relacionados ao cooperativismo, de acordo com os anseios do cooperativismo nacional. No Paraná, como presidente da Ocepar, implantou o projeto de autofiscalização das cooperativas, que mais tarde foi consolidado na Constituição Federal.

Diva Benevides Pinho

Uma das pioneiras no estudo do cooperativismo no país, autora de vários livros sobre o assunto, entre eles "O Cooperativismo no Brasil – A Vertente Pioneira à Vertente Solidária" (2003). Foi membro do conselho consultivo da Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo). As três teses defendidas por ela, tanto no doutoramento, quanto nos concursos para livre docente e professor titular, todas versaram sobre cooperativismo. Diva Pinho pesquisou diferentes enfoques do cooperativismo: econômico, teórico, doutrinário e sistêmico. Também analisou o papel das cooperativas no agronegócio, na organização do trabalho e no sistema financeiro de crédito do Brasil.

PRIMEIRAS COOPERATIVAS NO BRASIL

A primeira cooperativa criada no Brasil foi a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, tendo iniciado suas atividades em 1889, com atividades diversificadas como venda de gêneros de consumo, construção de prédios para venda e locação, caixa de auxílio e socorro aos associados, uma cooperativa de consumo, de habitação e crédito.

Em 1981, na cidade de Limeira (SP), foi fundada a associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. Em 1982, a Sociedade Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, em Veranópolis (RS). E, em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro.

A mais antiga cooperativa em funcionamento no Brasil é a Cooperativa de Crédito Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, hoje Sicredi Pioneira. Fundada em 1902 com o nome de Bauenkasse, Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. Seu fundador foi o Padre Teodoro Amstad, que depois criou 36 organizações semelhantes no Rio Grande do Sul e uma em Santa Catarina. A Lei nº 12.205, de 2010, conferiu ao município de Nova Petrópolis o título de Capital Nacional do Cooperativismo.

PRIMEIRAS COOPERATIVAS NO PARANÁ

Um dos primeiros movimentos marcados pela cooperação no Paraná ocorreu em 1829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje município.

A primeira cooperativa registrada na conformidade com a Lei Estadual nº 32, de 2 de julho de 1932, foi a de Ribeirão Claro, que em 1916 funcionou como um sistema de caixa de crédito agrícola.

Os registros históricos trazem relatos de atuação, entre 1918 e 1930, do agrônomo Valentin P. Cuts, que chegou ao Paraná em 1912, tendo incentivado a fundação de cooperativas entre as comunidades de imigrantes que se estabeleceram no centro do Paraná, conseguindo organizar 14 cooperativas no Paraná, duas em Santa Catarina e uma em São Paulo, a maioria mistas ou de consumo.

Na localidade de Carazinho, União da Vitória, foi constituída a Sociedade Cooperativa de Consumo Svitlo com registro em 15 de janeiro de 1920. Em 1930, em Vera Guarani, hoje Paulo Frontin, surgiu a Cooperativa

Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda., "Liberdade", com 38 associados. Esta cooperativa foi a primeira a ser registrada em função do Decreto Federal nº 581, de 1938, que estabeleceu o registro obrigatório das cooperativas, seu registro data de 19 de maio de 1942.

Em 1906, foi criada a Cooperativa Mista 26 de Outubro, em Ponta Grossa, como movimento associativo beneficente ligado aos ferroviários e, em Sant'Ana, Cruz Machado, em 3 de maio de 1920, foi constituída a Sociedade de Comércio União-Lavoura. No setor florestal, em 1909, foi constituída a Cooperativa Florestal Paranaense e, em 1923, a sociedade Mutualismo Beneficente dos ferroviários, nome alterado em 1938 para Cooperativa dos Ferroviários Ltda.

Em 1925, um grupo de imigrantes holandeses criou a Sociedade Holandesa de Laticínios, que mais tarde passou a se chamar Batavo, hoje Frísia.

A extração e industrialização da erva-mate ganharam importância a partir de 1920, tendo sido criadas várias cooperativas que em 1943 se organizaram em torno da Federação das Cooperativas de Mate do Paraná.

No setor do café, foram constituídas diversas cooperativas. Em 1939, em Assaí, a Cooperativa Agrícola Três Barras Ltda, e em agosto de 1947 foi fundada a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Iporã Ltda.

Com o declínio da economia da erva-mate, a partir de 1947, em razão da entrada de novos concorrentes no mercado internacional, ocorreu redução da demanda e excesso de oferta. Com isso, a Federação das Cooperativas de Mate do Paraná se desestruturou e as cooperativas passaram a atuar individualmente, diversificando suas atividades. A maioria, no entanto, não conseguiu se reestruturar e acabou por se extinguir.

Cooperativas de imigrantes

Imigrantes que chegaram no Paraná depois, se organizaram em cooperativas, trazendo a cultura cooperativista de seus países de origem.

Franceses fundaram em 1847 a Colônia Thereza Cristina, às margens do Rio Ivaí, em Cândido de Abreu.

Holandeses que chegaram em 1925, em Castro, hoje município de Carambeí, constituíram a Cooperativa Holandesa de Laticínios, que três anos mais tarde passou a ser denominada Cooperativa Agropecuária Batavo. Em 1951 foi criada a Sociedade Cooperativa Castrolanda, também em Castro e, em 1960, em Arapotí, a Cooperativa Agropecuária Arapotí (Capal). Em 1954, foi fundada a Cooperativa Central de Laticínios, tendo como sócias fundadoras a Batavo e a Castrolanda, vindo posteriormente a se filiar a Capal.

Alemães, também se organizaram em cooperativas, tendo fundado em 1951 a Cooperativa Central Agrária Ltda, em Guarapuava, atualmente Cooperativa Agrária, que nasceu de um projeto humanitário: a instituição Ajuda Suíça para a Europa definiu uma iniciativa para dar um novo futuro a 500 famílias de suábios refugiados de guerra. Eles haviam abandonado suas regiões, no sudeste europeu (regiões que hoje correspondem a Croácia, Romênia e Hungria,



Entre os imigrantes que chegaram ao Paraná trazendo a cultura cooperativista, estavam os franceses que fundaram a Colônia Thereza Cristina



Imigrantes holandeses fundaram a Cooperativa Agropecuária Batavo, hoje Frísia, em Castro, hoje município de Carambei

entre outros países) e estavam vivendo em abrigos na Áustria. A Ajuda Suíça apoiou a imigração dos suábios para o Brasil. Para dar apoio aos colonos foram fundadas cooperativas nas colônias de assentamentos (Cachoeira, Jordãozinho, Samambaia, Socorro e Vitória), que depois fundaram a Cooperativa Central Agrária.

Também de origem alemã, em 1952 foi fundada a Cooperativa Witmarsum, em Palmeira, por imigrantes menonitas alemães-russos que buscavam refúgio da obrigatoriedade do serviço militar na Rússia e da falta de terra em Santa Catarina. A Cooperativa foi constituída em 28 de outubro de 1952.

Outras cooperativas de imigrantes foram criadas na época, como a Cooperativa São José, em São José dos Pinhais, formada por poloneses e italianos; a Cooperativa Iguassu, a Cooperativa Garcês e a Cooperativa Afonso Pena, em Curitiba, de poloneses e alemães; e a Cooperativa Maracanã e a Cooperativa Cipó, em Castro, de alemães.

Cooperativas de cafeicultores

Em meados de 1950, por iniciativa do governo, foram criadas cooperativas de cafeicultores. Em 1960, existiam mais de 30 em São Paulo, 15 em Minas Gerais e 8 no Paraná.

No Paraná, a primeira cooperativa de cafeicultores foi criada em 1939, por imigrantes japoneses, em Assaí, a Cooperativa Agrícola Três Barras Ltda. E, em 1947, foi constituída a cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ibiporã.

Entre 1957 e 1964 foram constituídas 39 cooperativas de cafeicultores no Paraná, dentre elas, a Cocamar e a Cocari. Com o declínio da cafeicultura e a geadas de 1975, a maioria delas não conseguiu se adaptar, sendo incorporadas por outras ou deixando de existir.

Cooperativas do Oeste e Sudoeste do Paraná

As regiões Oeste e Sudoeste do Paraná receberam imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na busca de áreas produtivas. Primeiro colonizaram o Oeste catarinense, criando várias

cooperativas. Depois, vieram para o Paraná, entrando pelas regiões Sudoeste e Oeste, fundando cooperativas para dar suporte, cultura que traziam de suas origens – principalmente da Alemanha e Itália. Cooperativas como a Coagro, em Capanema; Lar, em Medianeira; Coopavel, em Cascavel; Copacol, em Cafelândia; C.Vale, em Palotina; Copagril, em Marechal Candido Rondon; Coasul, em São João e Camisc, de Mariópolis, são dessa época.

Cooperativas de crédito e seções de crédito em cooperativas agropecuárias

O Decreto-Lei nº 59, de 21 de novembro de 1966, proibiu o funcionamento das seções de crédito nas cooperativas agropecuárias. No caso das cooperativas de crédito, o Incra, que era o órgão de fiscalização, estabeleceu prazo até 15 de julho de 1972 para a regularização. As que não se adequaram tiveram seus registros cancelados. As cooperativas de crédito voltaram a se organizar no início de 1980, com a fundação de várias cooperativas, inicialmente no Rio Grande do Sul, em seguida se espalhando pelo Brasil, dando origem ao cooperativismo de crédito de hoje.

Mário Kurel Guimaraes, natural de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, foi o responsável pela nova fase do cooperativismo de crédito no Brasil. Na década de 1960, as cooperativas de crédito tiveram vários problemas advindos de procedimentos operacionais e da lei da reforma bancária, Lei 4.595 de 1964. No início dos anos de 1980, Mário Kruel Guimarães, iniciou um trabalho de retomada do cooperativismo de crédito, criando várias cooperativas e a Cooperativa Central de Crédito Rural (Cocrecr/RS), espalhando a ideia para todo o Brasil, tendo a OCB criado o Comitê Pró-Constituição das Cooperativas de Crédito, com objetivo de atuar junto ao Banco Central para reformulação das normas que impediam o desenvolvimento das cooperativas de crédito.

REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO

Cooperativismo mundial

Aliança Cooperativa Internacional (ACI), fundada em Londres, em 19 de agosto de 1885, foi uma das primeiras

organizações de representação a participar do Sistema ONU (Organização das Nações Unidas). São mais de 120 anos dedicados à promoção e à defesa do cooperativismo. A OCB é associada à instituição desde 1989. ACI foi criada como uma organização independente para promover e defender o cooperativismo.

As cooperativas do continente americano contam com um escritório regional de representação da ACI, com sede na Costa Rica. A ACI Américas foi criada em 1990 com a missão de promover o reposicionamento do modelo cooperativo no novo cenário econômico, social e comercial das Américas, apoiando as organizações filiadas a difundir e a defender a identidade cooperativa, promovendo negócios e desenvolvendo os recursos humanos de suas associadas.

Desde sua fundação, a ACI funciona como a guardiã da identidade cooperativa e promove uma definição universal, valores e princípios que unem o cooperativismo em uma visão comum de prosperidade e bem-estar social.

A ACI é uma das maiores e mais antigas organizações não-governamentais do mundo, tendo resistido às duas guerras mundiais. Foi a primeira organização internacional da sociedade civil a integrar o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc). Uma de suas atividades mais importantes é o diálogo com os governos dos países membros para a criação de ambientes jurídicos que fortaleçam o cooperativismo e permitam seu crescimento constante e equilibrado.

Atualmente, a ACI engloba mais de 300 entidades cooperativas de 107 países, que atuam nos mais diversos setores como agricultura, bancário, consumo, pesca, saúde, habitação, seguros e indústrias de serviços. São mais de 1 bilhão de membros, ou seja, 12% da população global.

A sede da ACI foi transferida em 1982 de Londres para

Genebra, na Suíça. A ACI-Américas foi instalada em 1990, com sede em São José, na Costa Rica. A ACI América é composta por 93 organizações de 24 países. Mais tarde, a sede da ACI passou para Bruxelas, na Bélgica.

Em dezembro de 2009, as Nações Unidas declararam o ano de 2012 como o primeiro Ano Internacional das Cooperativas e 2025 se tornou o segundo ano, com o tema “Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”.

A ACI é composta por quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a

sede fica em San José, na Costa Rica, presidida pelo brasileiro José Alves.

A ACI conta com oito organizações setoriais responsáveis por acompanhar cada ramo do cooperativismo, congregando as cooperativas presentes em mais de 150 países, que atuam para obter mais oportunidades a seus cooperados e apoiar o desenvolvimento de suas comunidades.

Em 1946, representando o movimento cooperativista, foi uma das primeiras organizações não-governamentais a ter uma cadeira no Conselho da Organização das Nações Unidas (ONU).

SEGUNDO DADOS DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



3 milhões
Cooperativas no mundo

US\$ 2,4 trilhões
Faturamento combinado das 300 maiores cooperativas do mundo

1 bilhão
Cooperados no mundo (12% da humanidade)

280 milhões
Empregos gerados

*Anuário da OCB



O Brasil possui **9 das 300 maiores** cooperativas do mundo



Se as 300 maiores cooperativas fossem um país, elas representariam a **9ª maior economia do mundo**



32%
das 300 maiores cooperativas do mundo são do Ramo Agropecuário
Fonte: ACI



33,4%
do mercado de seguros europeu é composto por cooperativas que atuam nesse segmento
Fonte: ICMF



12,64%
é o percentual que as 87.914 cooperativas de crédito representam do mercado financeiro mundial, atendendo 393.871.631 cooperados
Fonte: Woccu



O Sistema Unimed
é a maior cooperativa do mundo na categoria “Educação, Saúde e Trabalhos Sociais”, tanto em faturamento bruto quanto per capita
Fonte: ACI

Cooperativismo Brasileiro

O Sistema OCB é formado pela própria OCB e suas 27 Organizações Estaduais; pelo SESCOOP e suas 27 Unidades estaduais e pela CNCOOP com suas 6 Federações e 38 sindicatos, congregando as mais de 4,3 mil cooperativas registradas

Em 1933, em São Paulo, foi criado o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), ligado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, transformado posteriormente em Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA). Foi o primeiro órgão oficial de dedicação exclusiva ao cooperativismo, com a finalidade de controle e fiscalização da constituição e funcionamento das cooperativas.

Em 1949, foi criado o Centro Nacional de Estudos Cooperativos (CNEC), com sede no Rio de Janeiro. A constituição do Centro surgiu de proposta aprovada no 1º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em São Paulo, de 18 a 21 de dezembro de 1944.

Em 1951, foi constituído o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com a finalidade de dar assistência técnica e apoio financeiro às cooperativas. O BNCC foi extinto em 1990.

Em 11 de novembro de 1956, foi criada a Unasco – União Nacional das Associações Cooperativas -, sediada no Rio de Janeiro, com finalidade de fazer a representação do cooperativismo, com sete associações

estaduais – Ucesp de São Paulo; Ascoopac do Paraná e Santa Catarina; Ascooper do Rio Grande do Sul; Ucemg de Minas Gerais; Uceb da Bahia; Ucerj do Rio de Janeiro; e Ucoeg do Estado da Guanabara.

Um grupo dissidente da Unasco fundou em 4 de julho de 1964 a Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop), com objetivo de representar as cooperativas do país. A Abcoop incorporou o patrimônio e acervo do Centro Nacional de Estudos Cooperativos (CNEC). A Abcoop não absorveu a Unasco que continuou existindo. Com isso, houve desarmonia na representação das cooperativas.

Em 1967, o ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, solicitou ao secretário da Agricultura de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, que promovesse a união de todo o movimento, buscando o entendimento entre as duas entidades. Com isso, em 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em Belo Horizonte, a Unasco e a Abcoop foram extintas, sendo constituída a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com sede em Brasília.

Após a unificação, era preciso regulamentar a nova forma de representação do cooperativismo. Em 8 de junho de 1970, a OCB foi registrada em cartório como a entidade defensora dos interesses do cooperativismo brasileiro. Em 30 de junho de 1970, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Estatuto Social e empossou a diretoria com mandato até 1973. Seu primeiro presidente foi Antonio José Rodrigues Filho.

Em decorrência da constituição da OCB e da Lei nº 5.764, a OCB organizou as unidades estaduais e as cooperativas passaram a se enquadrar em um modelo empresarial, possibilitando a sua expansão econômica.

Em cada unidade federativa, foi criada uma organização congregando todas as cooperativas, dando unicidade ao sistema cooperativo. A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) foi fundada no dia 2 de abril de 1971.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA OCB

A atuação da OCB foi decisiva na aprovação da Lei nº 5.764/71, que regula o setor e especifica as regras para a criação de cooperativas. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que prevê a não interferência do Estado no setor, se consagrou, de fato, a autogestão do cooperativismo.

Em 1979, a OCB criou a Fundação Brasileira de Cooperativismo, com a finalidade de

fazer a promoção de atividades técnico, científico, educativo, cultural e social, com vistas ao desenvolvimento do cooperativismo.

Em 1982, a OCB iniciou os trabalhos para influenciar na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987. No mesmo ano, foi criada a Frencoop – Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, contemplando no seu Artigo 5º, inciso XVIII, assegurando a liberdade de associação e, no caso das cooperativas, a criação independe de autorização prévia o Estado, bem como vedando a interferência estatal no funcionamento das cooperativas.

Em 1989, a OCB ingressou na Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e, em 1993, a OCB se filiou à Organização das Cooperativas das Américas (OCA), hoje ACI-Américas.

Em 3 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715, criou o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), dois grandes passos para a consolidação do cooperativismo no país. Em 7 de abril de 1999, foi publicado o Decreto nº 3.017, regulamentando a criação do Sescoop, com a função de promover o monitoramento, apoiar a formação e a promoção social das cooperativas.

Em 2005, foi criada a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), marcando a organização da categoria econômica das cooperativas.

Em 2009, foi aprovada a Lei Complementar nº 130, que insere as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional e, em 2022, a Lei Complementar nº 196, alterando a Lei nº 130/2009 e modernizando diversas regras do cooperativismo de crédito.

Em 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 213, que regulamenta a atuação das cooperativas de seguros, permitindo operações para além do setor agrícola, de saúde e de acidente de trabalho.

FRENCOOP

Fundada em 1987, a atuação parlamentar da Frencoop esteve em evidência ao inserir dispositivos que asseguraram a liberdade e o adequado tratamento ao cooperativismo na Constituição Federal de 1988.

O papel importante da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) tem como objetivo defender o setor cooperativista. É um grupo suprapartidário, formado por deputados e senadores. Sua instalação, em 1996, ocorreu em sessão solene no Palácio do Planalto, em audiência concedida pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A Frente conta com 325 parlamentares, sendo 285 deputados e 40 senadores. O atual presidente da Frencoop é o deputado Arnaldo Jardim (SP). Como representantes do cooperativismo no Congresso Nacional,

os parlamentares propõem e defendem dispositivos legais que tragam benefícios para o movimento e suas instituições, além de somar forças para evitar que sejam aprovadas leis que prejudiquem o cooperativismo.

Em 2025, a Frencoop, conjuntamente com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), atuou nas discussões para regulamentação da Reforma Tributária para se garantir o adequado tratamento ao ato cooperativo, bem como na discussão e aprovação de temas relacionados ao cooperativismo como um todo.

SESCOOP

O governo editou, em 3 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715, que criou o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), dois grandes passos para a consolidação do cooperativismo no país.

Em 7 de abril de 1999, foi publicado o Decreto nº 3.017, regulamentando a criação do SESCOOP, com a função de promover o monitoramento, apoiar a formação e a promoção social das cooperativas.

CNCOOP

Foi em 2011 que o Ministério do Trabalho oficializou o registro da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), órgão de 3º grau de representação sindical das cooperativas, do qual também fazem parte federações e sindicatos. Tem como meta a defesa extrajudicial e judicial de direitos

e interesses, individuais ou coletivos, da categoria econômica do setor em todo o território nacional.

NÚMEROS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2025, divulgado pela OCB, aponta que são 25,8 milhões de cooperados no país, crescimento de 11% em relação ao ano anterior. Mais de 12% da população brasileira está envolvida diretamente com o cooperativismo — seja empreendendo, trabalhando ou consumindo de forma mais justa, colaborativa e sustentável

O movimento cooperativista não para de crescer. Nos últimos cinco anos, o número de cooperados aumentou 66%, um salto que comprova como o modelo tem ganhado a confiança da sociedade. Com mais de 4,3 mil cooperativas ativas, espalhadas por 3.586 municípios, o cooperativismo contabilizou 578 mil empregos diretos em 2024 — número que cresceu 5% em relação ao ano anterior.

E os resultados econômicos também impressionam: as cooperativas movimentaram mais de R\$ 757 bilhões no último ano, distribuíram R\$ 51,4 bilhões em sobras e investiram R\$ 41,5 bilhões em salários e encargos. Isso quer dizer mais renda, mais oportunidades e mais desenvolvimento por todo o país.

Outro ponto importante é o papel das mulheres nesse crescimento: elas já são 52% da força de trabalho nas cooperativas e

representam 42% dos cooperados. No campo, o cooperativismo agropecuário continua sendo uma potência: 1.172 cooperativas do ramo foram responsáveis por R\$ 438 bilhões em ingressos e R\$ 30 bilhões em sobras em 2024. Elas são essenciais para a produção de grãos, fibras e carnes no Brasil — e seguem levando tecnologia, assistência e escala aos produtores, mesmo em tempos desafiadores.

DESTAQUES DOS RAMOS



Crédito: com 10.220 postos de atendimento, as cooperativas de crédito são a maior rede física do Brasil, presentes em 469 municípios onde não há nenhuma outra instituição financeira.



Saúde: 16 das 18 operadoras com nota máxima da ANS são cooperativas Unimed.



Infraestrutura: cooperativas estão entre as distribuidoras de energia mais bem avaliadas pela Aneel.

EXPORTAÇÕES

As cooperativas brasileiras somaram cerca de US\$ 10,0 bilhões em negócios, em exportações. Os principais produtos comercializados são carnes de aves, soja e soja triturada, milho, café e carne suína.

Destaques históricos do Cooperativismo Brasileiro

Marcam o cooperativismo brasileiro ações e dispositivos legais que foram fundamentais na sua evolução e consolidação

CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB

Em 2 de dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional, substituindo a Unasco e Abcoop que haviam sido criadas em 1956. A OCB passou a coordenar um trabalho de reorganização do sistema de representação e fazer a defesa do cooperativismo perante o governo.

A Lei 5.764/71

Disciplinou a criação de cooperativas com a instituição de um regime jurídico próprio e consolidou o sistema em torno da OCB e suas unidades estaduais e forma de custeio.

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A Constituição de 1988 assegurou no seu Artigo 5º, inciso XVIII, a liberdade de associação, independência de autorização prévia do Estado para criação de cooperativas e vedação da interferência estatal no seu funcionamento.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.715

Em 3 de setembro de 1998, o governo baixou a Medida Provisória nº 1.715, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, inseriu as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional e, em 2022, a Lei Complementar nº 196, alterando a Lei nº 130/2009 e modernizando diversas regras do cooperativismo de crédito.

COOPERATIVAS DE SEGUROS

A Lei Complementar nº 213, de 15 de janeiro de 2025, regulamenta a atuação das cooperativas de seguros, permitindo operações para além do setor agrícola, de saúde e de acidente de trabalho.

O SISTEMA OCB

O Sistema OCB é formado pela própria OCB e suas 27 Organizações Estaduais; pelo SESCOOP e suas 27 Unidades estaduais e, pela CNCOOP com suas 6 Federações e 38 sindicatos, congregando as mais de 4,3 mil cooperativas registradas.

CONSTITUIÇÃO DA OCB

Em 8 de junho de 1970, a OCB foi registrada em cartório como a entidade defensora dos interesses do cooperativismo brasileiro.

Em 30 de junho de 1970, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Estatuto Social e empossou a diretoria com mandato até 1973. Seu primeiro presidente foi Antonio José Rodrigues Filho.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DAS COOPERATIVAS

No ano de 1998, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A mais nova instituição do Sistema "S" veio somar à OCB com o viés da educação e profissionalização da gestão cooperativista. O Sescoop atua para o desenvolvimento organizacional das cooperativas, por meio de diagnóstico, geração de informações e conhecimento, além de execução e apoio de ações que visem à promoção do desenvolvimento das pessoas e das cooperativas, com a utilização dos conhecimentos gerados.

REPRESENTAÇÃO SINDICAL

Em 2005, a formação do Sistema OCB se completa com a criação da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), que iria responder pela representação sindical das cooperativas. Porém, seu registro no Ministério do Trabalho, somente foi oficializado em 2011.

RAMOS DO COOPERATIVISMO

Em 2020, a OCB implementou uma nova classificação com sete ramos cooperativistas, visando otimizar a atuação do Sistema OCB e fortalecer o movimento cooperativista no Brasil. Em 2025, foi criado um novo ramo, o de seguros.



Agropecuário

Reúne cooperativas relacionadas às atividades agropecuárias, extrativistas, agroindustriais, aquícolas e pesqueiras.



Consumo

Focado em cooperativas que atuam na compra e

venda de produtos e serviços para seus associados, como supermercados cooperativos.



Crédito

Abrange cooperativas financeiras que oferecem serviços bancários aos seus membros, como contas, empréstimos e investimentos.



Infraestrutura

Engloba cooperativas que atuam na construção, manutenção e gestão de infraestruturas como energia, saneamento e telecomunicações.



Saúde

Composto por cooperativas de profissionais da saúde e, também, cooperativas de usuários que formam planos de saúde.



Trabalho, Produção de Bens e Serviços

Reúne cooperativas que atuam na produção de bens e serviços, incluindo atividades como artesanato e beneficiamento de materiais.



Transporte

Composto por cooperativas que atuam no transporte de cargas e passageiros, tanto individual quanto coletivo.

Seguros

Ramo criado em 2025, em decorrência da promulgação da Lei Complementar nº 213, que regulamenta a atuação das cooperativas de seguros.

Normativas Legais que regulamentam o Cooperativismo no Brasil

No século XIX, após a constituição das primeiras cooperativas de consumo no Brasil, em 1903, foi publicada a Lei dos Sindicatos Agrícolas, primeira norma legal que incluía regras para o cooperativismo

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1891

Em seu art. 72, parágrafo 8º, garantia aos trabalhadores o direito de se associarem em sindicatos e cooperativas.

DECRETO Nº 979, DE 06.01.1903

Possibilitou a organização dos trabalhadores em sindicatos e a associação em cooperativas.

DECRETO 22.239, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1932

Adotou a doutrina dos probos de Rochdale para o cooperativismo brasileiro, tendo disposto sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas, definindo-as como sociedades de pessoas e não de capital, bem como garantiu a isenção de alguns impostos.

DECRETO-LEI Nº 59, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Instituiu a Política Nacional de Cooperativismo, criando o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), composto pelos ministérios da Agricultura, Fazenda, Trabalho, Indústria e Comércio e Educação e Cultura, regulamentado pelo Decreto-Lei 60.597 de 24 de abril de 1967. Esse vigorou até 1971, quando foi revogado pela Lei nº 5.764.

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971

Garantiu amparo legal para o cooperativismo brasileiro. Substituiu toda a legislação anterior sobre cooperativismo e reforçou o papel da OCB como representante nacional do setor. Ficou definido que, apesar da pouca intervenção do governo, o cooperativismo seria fiscalizado, controlado e fomentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). A lei foi um divisor de águas para o movimento.

A Lei nº 5.764 foi responsável por fortalecer a identidade cooperativa no Direito brasileiro ao atribuir natureza jurídica própria às sociedades cooperativas, e se tornou referência por suas características no mundo todo. É, até hoje, a grande sustentação do cooperativismo do Brasil.

Embora não seja parte da Constituição, estabelece as normas gerais sobre as sociedades cooperativas no Brasil. Define os princípios e características das cooperativas, bem como os procedimentos para sua constituição e funcionamento.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O artigo 5º, inciso XVIII, rege o cooperativismo na Constituição Federal e garante: "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento".

Artigo 5º, inciso XVIII da Constituição Federal:

- Assegura a liberdade de associação e, no caso das cooperativas, a criação independe de autorização prévia do Estado.
- Veda a interferência estatal no funcionamento das cooperativas, garantindo a autonomia dessas entidades.

CÓDIGO CIVIL

O Código Civil também contém disposições que se aplicam às cooperativas, especialmente aquelas relacionadas às sociedades simples, já que as cooperativas são classificadas como tal.

A legislação complementar, como a Lei nº 12.690/12, trata de questões específicas, como o uso de cooperativas de trabalho para intermediação de mão de obra.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

A Lei Complementar nº 130/2009 trata da inclusão das cooperativas no Sistema Financeiro Nacional. Instituiu o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Posteriormente, a Lei Complementar nº 196/2022 normatizou diversas regras do cooperativismo de crédito.

COOPERATIVAS DE TRABALHO

Em 19 de julho de 2012, foi sancionada pela Presidência da República a Lei nº 12.690/2012, conhecida como Nova Lei das Cooperativas de Trabalho. Desde então, esse diploma legal passou a ser o principal instrumento de regulação desse tipo de sociedade no Brasil, estabelecendo direitos, deveres e princípios específicos voltados à valorização do trabalho cooperado e à proteção dos cooperados.

A referida lei complementa, no que com ela não colidir, a Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, bem como

a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), que também traz disposições aplicáveis às cooperativas.

COOPERATIVAS DE SEGUROS

A Presidência da República sancionou a lei que amplia as possibilidades de atuação das entidades sem fins lucrativos na oferta de seguros e na proteção de bens. A Lei Complementar nº 213, publicada em 16 de janeiro de 2025, regulamenta a atividade das cooperativas de seguros, autorizando-as a operar em segmentos além dos já tradicionais — como o agrícola, o de saúde e o de acidentes de trabalho. Com a nova regulamentação, essas cooperativas passam a ser fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão responsável por supervisionar o mercado de seguros no país.

REGISTRO DAS COOPERATIVAS NA OCB

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria na 2ª Turma reconhecendo que o registro das cooperativas na OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) não fere princípios constitucionais como a livre iniciativa e a liberdade de constituição. A decisão, ainda em sessão virtual, válida a exigência de registro na OCB, mesmo para cooperativas já registradas na Junta Comercial e Receita Federal.

Havia discussão sobre a obrigatoriedade do registro na OCB para o funcionamento das cooperativas, especialmente para aquelas que atuam no transporte rodoviário e precisam do RNTRC (Registro Nacional de Transportador de Cargas).

A decisão do STF reforça a legalidade do artigo 107 da Lei nº 5.764/71, que estabelece a obrigatoriedade do registro na OCB, e valida a atuação da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) ao exigir esse registro para o RNTRC.

Cooperativismo no Paraná

Na década de 1960, o governo brasileiro deu novo direcionamento à política de desenvolvimento agrário incluindo as cooperativas, garantindo ao setor instrumentos de desenvolvimento sob coordenação de autarquias ou setores governamentais. Nesse sentido, o governo formalizou convênio com a Usaid (U.S. Agency International Development) para apoio a diversos programas para a agricultura e o cooperativismo. Com isso, chegou ao Paraná em 1965, Henry H. Gerber, especialista em cooperativismo do Serviço de Agricultura dos Estados Unidos.

Henry H. Gerber, assessorou os diversos órgãos que atuavam com o cooperativismo no Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, tendo colaborado com a criação do Conselho de Coordenação e Fomento do Cooperativismo, Cofep no Paraná e Cofesc em Santa Catarina, em 1966. Com a constituição do Conselho, as decisões eram tomadas com a assessoria de Gerber. O Cofep era composto pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), Secretaria da Agricultura, Banco do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

O Inda era o responsável pelo fomento e fiscalização das cooperativas agropecuárias. Em 1964, Silvio Galdino de Carvalho Lima assumiu a coordenação do Instituto e passou a trabalhar conjuntamente com a Acarpa e o Departamento de Cooperativismo da Secretaria da Agricultura (DAC).

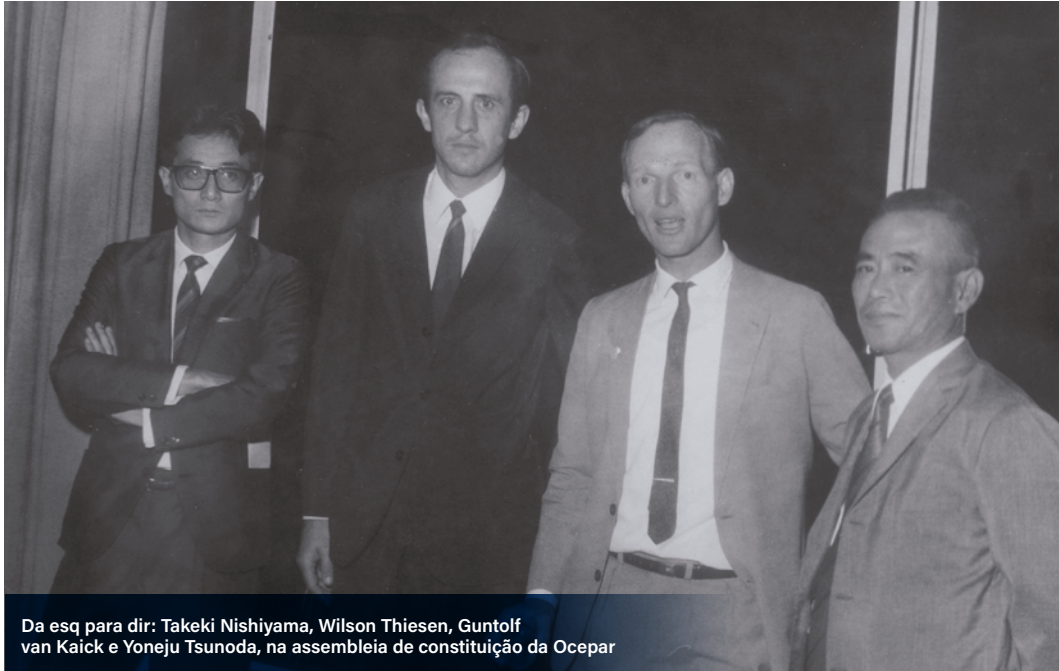
Em 18 de novembro de 1970, o Cofep juntamente com as entidades de apoio ao setor e agentes financeiros, lançou o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (Pic), reunindo as cooperativas do Oeste e Sudoeste, com a finalidade de reorganização das cooperativas das regiões. O papel dos agentes financeiros era fornecer crédito para as cooperativas se estruturarem e para a construção de armazéns. E a Acarpa prestar assistência técnica aos cooperados e assessoria aos dirigentes e na organização do quadro social.

Na sequência do PIC, foram criados o Projeto Norte de Cooperativismo (Norcoop), abrangendo as cooperativas das regiões Norte e Noroeste e o Projeto Sul de Cooperativismo (Sulcoop) na região Centro Sul do estado. Esses projetos acompanharam os fluxos de colonização do estado.



O Projeto Norte de Cooperativismo (Norcoop) foi criado em 1974 para integrar as cooperativas das regiões Norte e Noroeste do Paraná

A Constituição da Ocepar



Da esq para dir: Takeki Nishiyama, Wilson Thiesen, Guntolf van Kaick e Yoneju Tsunoda, na assembleia de constituição da Ocepar

Estudo elaborado pelo Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), coordenado pelo Conselho de Coordenação e Fomento ao Cooperativismo do Paraná (Cofep), publicado em 1970, indicou que o Paraná tinha 142 cooperativas, das quais 138 singulares, 3 centrais e 1 federação.

Na época se constatou que as cooperativas eram pouco organizadas, havendo apenas algumas lideranças que se sobressaiam como Leonardo Spadini, presidente da Copagra de Nova Londrina; Mathias Leh, presidente da Agrária de Guarapuava; Keimpe van der Meer, presidente da Ucepar (União das Cooperativas do Estado do Paraná); Ignácio Aloysio Donel, presidente da Comasil de Missal (hoje Lar); Guntolf

van Kaick, da Cotia Sul, Takeki Nishiyama, da Cotia Norte e Jaury Souza, da Capeg de Pato Branco.

Durante o 3º Encontro de Dirigentes Cooperativistas, realizado em Curitiba, nos dias 2 e 3 de abril de 1971, foi deliberada a extinção da Ucepar e constituída a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar). A decisão seguiu diretrizes nacionais que estabelecia que cada estado deveria constituir uma entidade de representação ligada à OCB.

Dessa forma, no dia 02 de abril de 1971, as cooperativas aprovaram a constituição da Ocepar e, no dia seguinte, da Assocep – Associação de Orientação às Cooperativas.

Algumas pessoas se destacaram em

todo esse processo de reorganização do cooperativismo do Paraná, tais como: Silvio Galdino de Carvalho Lima, chefe da Divisão de Cooperativismo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e mais tarde do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Henry H. Gerber, do Serviço de Agricultura dos Estados Unidos; Dúlio de Paola (presidente da Acarpa); Wilson Thiesen, do Incra; e Eolo Brambila Pinto, diretor da DAC (Divisão de Fomento ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura do Paraná).

O 3º Encontro de Dirigentes Cooperativistas foi realizado no auditório da Cooperativa Agro-Mate, em Curitiba. Estiveram presentes 86 dirigentes e profissionais de 37 cooperativas, bem como representantes da OCB, Inda/Incra, Acarpa, Secretaria da Agricultura, Banco do Brasil e da Copel.

A assembleia de constituição foi conduzida pelo presidente da Ucepar, Keimpe van der Meer e secretariada por Takeki Nishiyama. A assembleia aprovou o Estatuto Social e elegeu a diretoria, tendo sido eleito Guntolf van Kaick como presidente e Keimpe van der Meer vice-presidente.

No dia seguinte, 03 de abril de 1971, foi realizada nova assembleia, presidida por Guntolf van Kaick, com objetivo de constituir a Associação de Orientação das Cooperativas do Estado do Paraná (Assocep), que aprovou o estatuto social e

elegeu Keimpe van der Meer como presidente.

Os objetivos da Ocepar eram realizar estudos, propor soluções para os problemas das cooperativas, promover a divulgação do sistema cooperativista, fomentar a criação de novas cooperativas e organizar o cooperativismo do Paraná. A Assocep tinha por objetivo promover a formação e treinamento e o controle das cooperativas, dando suporte técnico, contábil e administrativo, além da realização de auditorias.

A assembleia de constituição foi conduzida pelo presidente da Ucepar, Keimpe van der Meer e secretariada por Takeki Nishiyama. A assembleia aprovou o Estatuto Social e elegeu a diretoria, tendo sido eleito Guntolf van Kaick como presidente e Keimpe van der Meer vice-presidente.



Ata da Assembleia Geral de constituição da Ocepar

O Histórico da Ocepar

Desde a fundação, a Ocepar teve participação relevante na evolução do cooperativismo do Paraná e do Brasil. Os fatos mais marcantes dessa trajetória são destacados na cronologia a seguir:



1971 A 1973 PRESIDENTE GUNTOLF VAN KAICK – 1ª GESTÃO

Guntolf van Kaick foi o primeiro presidente da Ocepar. Presidiu a instituição em quatro gestões: de 1971 a 1973; de 1973 a 1976; de 1981 a 1984 e de 1984 a 1987. Ocupou, por dois mandatos, a vice-presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Sua liderança foi fundamental na estruturação da entidade, transformando-a em uma organização de destaque nacional. Natural de Serra Negra, distrito de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, formado em agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), trabalhou em diversas instituições e foi um dos principais responsáveis por iniciativas pioneiras, como o seguro contra granizo, a pesquisa em trigo, criação de cooperativas de crédito e do Departamento de Pesquisa das Cooperativas. Dedicou toda sua vida ao cooperativismo, e sua visão ajudou a consolidar o cooperativismo no Paraná, deixando um legado de inovação, profissionalismo e compromisso social.

Van Kaick foi técnico da cooperativa de Cotia, quando discutia a revitalização do cooperativismo do Paraná.

Formou-se em agronomia em 1959 e atuou na Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), em Chapecó. Trabalhou na Secretaria da Agricultura de São Paulo e depois na DuPont do Brasil, quando foi convidado, em 1964, a entrar para a Cooperativa Agrícola de Cotia, indo atuar na região sul do Paraná. O estado já tinha uma tradição cooperativista, nos setores de floresta, leite e café e se discutia, na época, a revitalização do cooperativismo no estado, movimento ao qual van Kaick se engajou.

Na primeira gestão como presidente da Ocepar, implantou o seguro contra o granizo, com recursos do fundo de pesquisa do trigo, além de formalizar o primeiro convênio com o Instituto de Pesquisa de Experimentação Agropecuária Meridional (Ipeame). A segunda gestão foi marcada por iniciativas como a aquisição da indústria de leite Kamby, de Londrina, por um grupo de cooperativas; a implantação do Projeto Piloto de Autofiscalização; a criação do Comitê Pró Constituição das Cooperativas de Crédito; e a constituição da Cooperativa Central de Crédito do Estado do Paraná (Cocecer-PR). Guntolf van Kaick faleceu em 29 de junho de 2025.

✓ Constituição da Ocepar

Em 2 de abril de 1971, foi constituída a Ocepar, Guntolf van Kaick foi eleito presidente e Keimpe van der Meer vice-presidente.

✓ Destaques da gestão

Implantação do Projeto de desenvolvimento do cooperativismo

Uma das primeiras iniciativas da recém-constituída Ocepar foi a participação nos projetos de reorganização do cooperativismo. O primeiro, em 1971, foi o Projeto Iguaçu do Cooperativismo – PIC, que abrangeu as regiões Oeste e Sudoeste do estado. Em 1974 veio o Projeto Norcoop – Projeto Norte de Cooperativismo e, em 1976, o Sulcoop – Projeto Sul de Cooperativismo.

Esses projetos tiveram como objetivo organizar a atuação das cooperativas, delimitando suas áreas de ação de acordo com a capacidade de atendimento aos cooperados, evitando a sobreposição e a competição entre elas. Marcou a atuação integrada dos órgãos e agentes financeiros na busca da organização dos produtores e construção da infraestrutura para recebimento da produção, fornecimento de insumos, assistência técnica e crédito rural aos cooperados e, financiamento para as cooperativas construírem armazéns.

Constituição do Fundo Cooperativo de garantia contra o granizo

Na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 1971, foi criado o Fundo Cooperativo de garantia contra o Granizo, formado pelo recolhimento de CR\$ 2,00 por saca de semente de trigo fiscalizada comercializada. O valor era recolhido pelo Banco do Brasil em conta da Ocepar. No ano seguinte, o Fundo de garantia contra o Granizo do trigo foi estendido para a soja. O fundo foi extinto quando foi instituído o Proagro.

Programa de Pesquisa da Ocepar

O ano de 1972 marcou o surgimento da

pesquisa do sistema cooperativista paranaense. Ao ser constituída, a diretoria da Ocepar, tinha em mente aplicar no Paraná os recursos do fundo do trigo, até então destinados ao Rio Grande do Sul, para financiar o centro de pesquisa de trigo da Fecotrigo. Como a maior região produtora de trigo do Paraná tem clima diferente do Rio Grande do Sul, os resultados da pesquisa do estado gaúcho não serviam aos produtores paranaenses. Em dezembro de 1971, a diretoria da Ocepar aprovou a criação do Fundespe (Fundo de Desenvolvimento da Pesquisa). Como o trigo era monopólio estatal, só comercializado através do Ctrin (Departamento de Comercialização do Trigo Nacional), do Banco do Brasil, o próprio departamento recolhia à Ocepar os recursos do fundo de pesquisa.

Os recursos do fundo permitiram à Ocepar iniciar um trabalho para produção de variedades de trigo e soja adequadas ao clima do Paraná. Inicialmente, foi realizado um convênio com o Ipeame (Instituto de Pesquisa Meridional), visando aplicar os recursos do fundo. Em seguida, a Ocepar decidiu investir os recursos diretamente, tendo começado os trabalhos em campos experimentais da região de Londrina, em áreas cedidas pelas cooperativas.

Em dezembro de 1975, em assembleia extraordinária da Ocepar, as cooperativas decidiram adquirir área própria em Cascavel, objetivando a instalação do Centro de Pesquisa. Em 1979, com o apoio da Coopervale, que destinou toda a sobra daquele ano para apoiar a compra da área, e também com recursos financeiros da prefeitura de Palotina foi implantado um segundo centro. Mais tarde foi transferido para a Coodetec, uma cooperativa central criada em 1985 especialmente para desenvolver a pesquisa cooperativada.

Implantação da radiofonia

Em 1972, a Ocepar decidiu implantar um sistema de radiofonia para interligar 13 cooperativas do Projeto Iguazu de Cooperativismo (Pic), diante da precariedade da telefonia no interior do estado. A autorização para seu funcionamento ocorreu somente em 1975, pela Portaria nº 482 do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel). A central funcionava na Ocepar, em Curitiba, e repassava informações de mercado às cooperativas.

Criação do Jornal Paraná Cooperativo

O Jornal Paraná Cooperativo começou a circular no mês de junho de 1972, como órgão oficial de divulgação e comunicação das cooperativas, com circulação mensal, que deu origem ao Informe Paraná Cooperativo diário.



Keimpe van der Meer foi a primeira personalidade a receber a medalha de Honra ao Mérito

Instituição da medalha de honra ao “Mérito Cooperativista”

A medalha de “Honra ao Mérito Cooperativista” foi instituída oficialmente pela Ocepar em 1999, com objetivo de homenagear as pessoas que se dedicavam ao desenvolvimento do cooperativismo. No entanto, em 1972, Keimpe van der Meer foi homenageado pela Ocepar com a Medalha de Honra ao Mérito. Keimpe van der Meer trabalhou para a reorganização do cooperativismo do Paraná, foi presidente da Ucepar (União das Cooperativas do Paraná), que foi extinta, primeiro vice-presidente da Ocepar e primeiro presidente da Assecepar.



Órgão oficial de divulgação do Sistema Ocepar, o jornal Paraná Cooperativo foi lançado em junho de 1972



1973 A 1976 – GUNTOLF VAN KAICK 2ª GESTÃO

Guntolf van Kaick e Keimpe van der Meer foram reeleitos para um segundo mandato na Assembleia Geral Ordinária de 02 de abril de 1973

✓ Destaques da gestão

Compra da sede da Ocepar

A Assembleia Geral Extraordinária da Ocepar, realizada em 18 de novembro de 1974, autorizou a compra do imóvel para a instalação de sua sede, na Av. Candido de Abreu, 501, em Curitiba. A inauguração ocorreu em 5 de julho de 1975, contando com as presenças do governador

Jayme Canet Júnior e do ministro da Agricultura Alysso Paolinelli.

Reunidas em Assembleia Extraordinária da Ocepar, em 22 de dezembro de 1975, foi autorizada a aquisição de 100 alqueires de terra em Cascavel para transferência do Centro de Pesquisa de Londrina.

Cooperativas Centrais

No Seminário do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, realizado em Medianeira em 21 de março de 1974, foi aprovada a criação de uma cooperativa central única para o estado. Todavia, como já existia o Consórcio Itaipu, formado pelas cooperativas da região Oeste, a ideia não prosperou e, em 13 de fevereiro de 1975, foi constituída a Cooperativa Central Regional Iguaçu, reunindo oito cooperativas. A central absorveu o Consórcio Itaipu criado para construção do terminal no Porto de Paranaguá. A Cocap - Cooperativa Central Agropecuária - foi constituída um ano antes, em 1974, integrando 21 cooperativas das regiões Norte e



Inauguração sede própria da Ocepar

Noroeste do estado. A inauguração do terminal portuário da Cotriguaçu foi no dia 4 de março de 1977, com a presença do presidente da República Ernesto Geisel.



1976 A 1979 BENJAMIM HAMMERCHMIDT 1ª GESTÃO

Benjamim Hammerchmidt e Roberto Wypych foram eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, a assembleia de eleição ocorreu em 27 de fevereiro de 1976

Benjamim Hammerschmidt, nascido na cidade da Lapa, formou-se engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e fez mestrado na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais. Participou da fundação da Cooperativa de União da Vitória e foi presidente da Cooperativa Mista Bom Jesus.

Exerceu a presidência da Ocepar por dois mandatos: 1976-1979 e 1979-1981. Durante sua gestão, expandiu o programa de pesquisa e iniciou as negociações para construção das instalações de pesquisa de Cascavel e Palotina.

Ao final de seu segundo mandato, assumiu a Superintendência da OCB e a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Cooperativo (BNCC). Foi nesse período que a OCB, em conjunto com o BNCC e as Organizações Estaduais das Cooperativas, criou o Comitê Pró-Constituição das Cooperativas de Crédito, que passou a ordenar e fomentar o crédito cooperativo.

Destaques da gestão

Instituição do Troféu Ocepar

O Troféu Ocepar foi instituído para homenagear personalidades que tivessem se distinguido por serviços prestados ao cooperativismo e, seria entregue a cada dois anos, para duas pessoas que se destacassem em sua atuação na promoção e defesa do sistema cooperativista. Os primeiros troféus foram concedidos, em



O governador do Paraná, Jayme Canet Júnior recebeu o Troféu Ocepar, em 1977

Em 1977, foi fundada a Cooperativa Central Sudcoop, hoje Frimesa



1977, ao governador Jayme Canet Jr. e ao diretor da Cacex, Benedicto Fonseca Moreira.

Em 1977, também foi criado o Encontro Estadual, inicialmente com o nome de Fórum das Cooperativas, realizado a cada dois anos.

Pronacoop

O Ministério da Agricultura lançou o I Programa Nacional de Cooperativismo (Pronacoop), com objetivo de discutir e fomentar o cooperativismo. Em agosto de 1976, a secretaria de Agricultura do Paraná instituiu o Pronacoop no estado, integrado pela própria secretaria, pelo Incra, BNCC, Acarpa e Ocepar.

Implantação do Comitê de Comercialização da Soja

Constituído em 1975, coordenado pela Ocepar e integrado pela Cotriguaçu, Cocap, Cotia e Convênio Coopersul, como objetivo de discutir aspectos de comercialização, transporte e exportação de soja.

Convênio com a Secretaria da Agricultura e Acarpa

Em solenidade no Palácio Iguazu, com a participação do governador Jayme Canet Jr., foi assinado convênio com a Secretaria da Agricultura e Acarpa, que beneficiava 41 cooperativas. Pelo

convênio, a Acarpa passaria a prestar assistência técnica e administrativa às cooperativas.

Constituição da Sudcoop

Em 13 de dezembro de 1977 foi fundada a Cooperativa Central Sudoeste do Paraná (Sudcoop), por cinco cooperativas da região, com o objetivo de centralizar a comercialização e industrializar da produção da região do Sudoeste do estado. Em 1979, a Sudcoop incorporou o Frigorífico Medianeira S.A (Frimesa), e novas cooperativas se filiaram, formando assim a Frimesa Cooperativa Central.

Estruturação do Departamento Econômico na Ocepar

Em 1977, com objetivo de realizar estudos e levantamentos que serviriam como subsídios às reivindicações do sistema cooperativista, foi criado na Ocepar o Departamento Econômico, que mais tarde incorporou o trabalho com as áreas técnicas das cooperativas.

Inauguração do terminal portuário da Cotriguaçu

O Presidente da República, Ernesto Geisel, no dia 4 de abril de 1977, participou da inauguração do terminal da Cotriguaçu, em Paranaguá.



Visita do presidente da República, Ernesto Geisel, a Palmeira, na solenidade comemorativa aos 25 anos da Colônia Witmarsum

Também, esteve presente, no mesmo dia, na solenidade comemorativa de 25 anos da colônia Witmarsum, em Palmeira.



1979 A 1981 BENJAMIM HAMMERCHMIDT 2ª GESTÃO

Benjamim Hammerchmidt foi reeleito e José Cella eleito vice-presidente, a assembleia de eleição ocorreu em 02 de março de 1979.

✓ Destaques da gestão

Ampliação do Centro de Pesquisa

Uma parceria entre a Coopervale (C.Vale), a Prefeitura de Palotina e a Ocepar viabilizou a instalação do campo de pesquisa em Palotina. A Coopervale doou a área.

Comitês educativos

O primeiro Comitê Educativo surgiu em 3 de

novembro de 1969, na Cooperativa Mista Bom Jesus, na Lapa/PR. Na ocasião, Benjamim Hammerchmidt era seu presidente. O I Encontro Estadual de Comitês Educativos ocorreu em dezembro de 1979, em Toledo.

Conselho Estadual de Desenvolvimento do Cooperativismo (Cedec)

O Pronacoop (Programa Nacional de Cooperativismo) que havia sido criado pelo Ministério da Agricultura em 1976, foi substituído no Paraná pelo Cedec, criado pelo Decreto 1.369, de 30 de outubro de 1979. Era integrado pela Secretaria da Agricultura, Emater, Incra, Delegacia Federal da Agricultura, Ocepar, Banco do Brasil, BNCC e BRDE.

IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo

No IX Congresso, realizado em Brasília, de 15 a 17 de abril de 1980, os temas tratados foram a organização do cooperativismo brasileiro, o fortalecimento da OCB e as organizações estaduais, que contou com a participação das lideranças cooperativistas do Paraná.



1981 A 1984 GUNTOLF VAN KAICK 3ª GESTÃO

Guntolf van Kaick foi eleito presidente e Wilson Thiesen vice-presidente, a assembleia de eleição ocorreu em 13 de março de 1981.

✓ Destaques da gestão

Homenagem ao governador Ney Braga

O governador Ney Braga foi homenageado em evento realizado pela Ocepar, em 1981, pela sua atuação com as cooperativas escolares e por ter criado o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Cooperativismo.

Diretoria do BNCC

Benjamim Hammerschmidt, ex-presidente da Ocepar, foi eleito, em 1982, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Cooperativo. Em seu mandato, atuou para criação do cooperativismo de crédito.

Programa de Assistência ao Cooperativismo

Em dezembro de 1981, a Ocepar firmou convênio com a OCB para execução do Programa de Assistência ao Cooperativismo. O programa visava dotar as organizações de cooperativas estaduais de estrutura de suporte para melhorar a prestação de serviços às cooperativas.

Organização do setor de leite

Consórcio de cooperativas adquiriu em 1982 a Kamby, que possuía uma indústria de leite em pó em Londrina. O consórcio deu origem à Confepar (Confederação das Cooperativas

do Estado do Paraná), que passou a industrializar os excedentes da produção de leite das cooperativas.

Comitê Pró-Constituição de Cooperativas de Crédito

O ano de 1982 marcou o início do comprometimento da Ocepar com o desenvolvimento do cooperativismo de crédito. Foi constituído o Comitê Pró-Constituição das Cooperativas de Crédito, coordenado pela Ocepar e com participação das cooperativas centrais, BNCC e Emater, criado com objetivo de fomentar o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no Paraná.

Graças ao trabalho do Comitê e o apoio das cooperativas agropecuárias, foram constituídas várias cooperativas de crédito, culminando com criação da Cooperativa Central de Crédito do Paraná (Cocecrer/PR), hoje Central Sicredi PR/SP/RJ, em 29 de janeiro de 1985, em assembleia das cooperativas de crédito realizada na Ocepar. A Cocecrer/PR foi autorizada pelo Banco Central em 1987, tendo iniciado sua operação em 1988.

Programa de autofiscalização

Em 1983, foi assinado termo de ajuste com o Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária), que previa a implantação de um projeto piloto de autofiscalização, envolvendo a Ocepar, cooperativas centrais, com a interveniência do Incra, da Secretaria da Agricultura e da OCB. Com esse termo, as cooperativas participantes deixaram de ser fiscalizadas pelo governo e passaram a ser autofiscalizadas pelas entidades pactuantes do Termo.



1984 A 1987 GUNTOLF VAN KAICK 4ª GESTÃO

Guntolf van Kaick foi reeleito e Oripes Rodrigues Gomes eleito vice-presidente em assembleia realizada em 23 de março de 1984.

✓ Destaques da gestão

Criação do Senacoop

O presidente da República João Batista Figueredo, criou a Senacoop (Secretaria Nacional de Cooperativismo), pelo Decreto nº 90.393, de 31 de outubro de 1984, vinculado ao Ministério da Agricultura, com finalidade de fomentar e prestar assistência técnica às cooperativas. O mesmo decreto estabeleceu que o Conselho Nacional do Cooperativismo passaria a ter 14 membros, representando os ministérios afins, OCB, cooperativas centrais e confederações, Banco Central e BNH.

Conselho do leite

Decreto Estadual nº 3.782, do governador José Richa, criou o Conselho Estadual do Leite, com objetivo de tratar adequadamente das questões relacionadas com o setor.

Participação política e marketing institucional

Em 1986, a Ocepar realizou campanha de conscientização da comunidade sobre a importância do voto. Em uma das ações, foi realizado um Encontro com os presidentes das cooperativas, com a participação dos candidatos ao governo do estado que assinaram a carta-compromisso com o cooperativismo.

Conselho de Contribuintes da Secretaria da Fazenda

A Ocepar obteve assento no Conselho de Contribuintes, órgão responsável pela análise e julgamento dos processos da Secretaria contra os contribuintes relacionados aos tributos estaduais, indicando dois membros ao colegiado.



1987 A 1990 WILSON THIESEN 1ª GESTÃO

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 19 de março de 1987, Wilson Thiesen foi eleito presidente, para o mandato de 1987 a 1990.

Wilson Thiesen exerceu vários cargos, entre os quais, a presidência da Ocepar, para a qual foi eleito, pela primeira vez, em 1987. Em 1990 foi reeleito, mas deixou o cargo meses depois para assumir a presidência da OCB. Exerceu também as funções de Delegado Federal do Ministério da Agricultura no Paraná, presidente do executivo do Sindileite Paraná e superintendente da Confepar.

Natural de Taió, Santa Catarina e engenheiro agrônomo pela UFPR, teve destaque no cenário nacional do cooperativismo.

Quando atuava como profissional do Inda, atualmente Incra, participou da Assembleia de Fundação da Ocepar, no dia 2 de abril de 1971. Coordenou importantes trabalhos de desenvolvimento das cooperativas, entre os

quais o Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC) nos anos de 1969 e 1970. Thiesen foi um líder incansável na defesa do cooperativismo, promovendo ações como a Marcha a Brasília e a implementação de programas de formação de dirigentes. Sua atuação foi marcada por uma forte capacidade de articulação política e por uma visão de futuro que impulsionou o setor a níveis superiores de desenvolvimento. Wilson Thiesen faleceu em 7 de julho de 2025.

✓ Destaques da gestão

Implantação do Conselho de Ética da Ocepar

O Conselho de Ética da Ocepar, criado na reforma estatutária que ocorreu na Assembleia Geral de 4 de agosto de 1986, foi implantado em 1987, com a finalidade de buscar solução para os conflitos entre cooperativas.

Protestos em Brasília

A Ocepar protagonizou nos 55 anos de existência inúmeras mobilizações. A primeira foi em 1973, dois anos após sua constituição, contrária ao confisco de 50% do valor da soja. A busca da ampliação das cotas de exportação de soja em 1976; o confisco cambial da soja em 1977; a decisão do Conselho Nacional do Petróleo de não fornecer óleo combustível para secagem de grãos em 1979; a luta contra o imposto de exportação em 1980; mobilização em 1986 em decorrência da crise na agricultura imposta pelo plano de estabilização econômica; a mobilização da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira em 1989; a mobilização em defesa do campo em 1992; a crise do endividamento em 1997 que culminou com a criação do Recoop em 1998 e o programa de renegociação das dívidas rurais.

A "Marcha sobre Brasília" em 1995 foi um momento marcante na história do

cooperativismo, quando 600 caminhões e milhares de agricultores percorreram a Avenida da Esplanada dos ministérios até o Palácio da Alvorada, motivando o presidente Fernando Henrique Cardoso a fazer pronunciamentos à Nação divulgando medidas de apoio à situação de endividamento dos produtores rurais e levando à sanção da Lei nº 9.138 de securitização das dívidas dos produtores e cooperativas.

O Cooperativismo e a Constituinte



A Marcha sobre Brasília, em 1995, protestava contra a situação de endividamento dos produtores rurais

Guntolf van Kaick, ex-presidente da Ocepar em 1988 e presidente em exercício da OCB, defendeu na tribuna livre da Constituinte, na Câmara Federal, os pleitos apresentados pelo cooperativismo brasileiro, representado por 46 mil assinaturas. Os parlamentares constituintes do cooperativismo eram 167. Na ocasião, foi defendida a liberdade de constituição das cooperativas, a livre administração e o autocontrole. Como resultado daquela ação, a Constituição promulgada em 2 de setembro de 1988, aprovou textos relacionados com o



Presidente da OCB, Roberto Rodrigues, entrega ao relator da Constituinte, senador Bernardo Cabral, emendas populares em favor do Cooperativismo. Acompanham a entrega Jorge Viana e os deputados da Frencoop Olívio Dutra, Ivo Vanderlinde, Jonas Pinheiros e Afif Domingos (1987)

cooperativismo, de acordo com os anseios do cooperativismo nacional.

Em decorrência da nova Constituição da República, os estados instalaram as Constituintes Estaduais. No Paraná, a Ocepar, no início de 1989, reuniu os deputados do Bloco Parlamentar Agropecuário para discutir o encaminhamento das propostas. O Bloco criou um grupo de assessoria aos parlamentares constituintes, do qual a Ocepar fez parte, podendo participar das discussões e ver contempladas na Constituição Estadual suas sugestões.

Cooperativas assumem a produção e comercialização da semente de algodão

Em 1988, ocorreram negociações com o governador Álvaro Dias e o secretário da Agricultura Osmar Dias, tendo a Cafe do Paraná, que era a responsável pela produção e comercialização da semente de algodão, vendido toda a operação para as cooperativas.

Programa de Formação Cooperativa

Em 1988, foi constituído o Programa de Formação Cooperativista (Formacoop), coordenado pela OCB e integrado

pela Ocepar (PR), Ocesc (SC), Ocergs (RS) e Ocesp (SP), com apoio da Fundação Friedrich Naumann, com objetivo de capacitar os dirigentes das cooperativas.

1º Encontro Nacional de Comitês Educativos

Cerca de mil pessoas, de vários estados brasileiros, participaram do encontro realizado em Curitiba, de 18 a 20 de junho de 1989. O evento foi coordenado por uma comissão formada pela Ocepar, Emater/PR, Senacoop e Ocesc (SC).



O 1º Encontro Nacional de Comitês Educativos aconteceu em 1989, em Toledo



1990 WILSON THIESEN 2ª GESTÃO

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de março de 1990, Wilson Thiesen foi reeleito presidente e exerceu apenas o primeiro ano do segundo mandato, em vista de sua eleição para a presidência da OCB. Em seu lugar, assumiu como presidente Ignácio Aloysio Donel.

✔ Destaques da gestão

Aprovação do Programa de Autogestão

Assembleia Geral Extraordinária da Ocepar, realizada no dia 25 de setembro de 1990, aprovou a criação do Programa de Autogestão das Cooperativas do Paraná.

A ideia da autofiscalização foi planejada em 1981, quando o Incra, Secretaria da Agricultura e Ocepar analisaram uma proposta que visava a liberação das fiscalizações e transferência das intervenções às cooperativas. O documento elaborado pelas três instituições foi encaminhado ao Incra, em Brasília, que fez

algumas sugestões, e devolvido para avaliação final da Ocepar e cooperativas. Foi aprovado e enviado ao Incra em 24 de novembro de 1982.

Ficou estabelecida a assinatura de um termo de ajuste e a implantação de um projeto piloto de autofiscalização, envolvendo a Ocepar, cooperativas centrais, com a interveniência do Incra, da Secretaria da Agricultura e da OCB. O objetivo era conceder à Ocepar a supervisão da autofiscalização nas cooperativas do Paraná.

A experiência da Ocepar foi objeto de análise, discussão e aprovação pelo X Congresso Brasileiro de Cooperativismo e por proposta da OCB levada à Assembleia Constituinte de 1988 que acolheu na Constituição Federal a autonomia do cooperativismo, através do seu art. 5º, inciso XVII. A Ocepar desencadeou a discussão sobre a autogestão logo que foi promulgada a Constituição de 1988.

Mobilização para discussão da lei agrícola

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) com apoio da OCB e da Ocepar, realizou debates com a lideranças cooperativistas do Paraná para tratar de propostas para criação de uma lei agrícola para o Brasil. Havia 20 propostas de lei, cada uma apresentada por uma entidade, e a FAAB buscou um consenso entre os documentos e o Ministério da Agricultura.



Da esq para dir: Os deputados Ivo Vanderlinde e Ulisses Guimarães com Roberto Rodrigues, na época presidente da OCB, no Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 1988

Fim do monopólio da comercialização do trigo

Em novembro de 1990, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 8.096/1990, que revogou o Decreto-Lei nº 210/1967 e outras legislações que consolidavam o controle estatal sobre o mercado do trigo. O fim do monopólio permitiu a entrada do setor privado, abrindo a economia à concorrência internacional e à participação de empresas e cooperativas na comercialização e industrialização do trigo.



1991 A 1993 IGNÁCIO ALOYSIO DONEL 1ª GESTÃO

Ignácio Aloysio Donel assumiu a presidência da Ocepar em 08 de julho de 1991, em decorrência da eleição de Wilson Thiesen como presidente da OCB.

Ignácio Aloysio Donel, nascido em Cerro Largo, Rio Grande do Sul, foi presidente da Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras (Cotrefal), hoje Cooperativa Lar.

Assumiu a presidência da Ocepar em 08 de julho de 1991, completando o mandato de Wilson Thiesen, que havia sido eleito presidente da OCB. Em seu curto período à frente da Ocepar, criou os núcleos regionais e deu andamento à organização do cooperativismo de crédito. Foi presidente da Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná (Cocecrer/PR), e trabalhou pela consolidação das cooperativas

e integração com a Cocecrer/RS, que formam o Sistema Sicredi.

Em sua gestão ocorreu a transformação da Ocepar em sindicato. Ignácio Aloysio Donel faleceu em 10 de janeiro de 2022.

✓ Destaques da gestão

Implantação dos Núcleos Regionais Cooperativos

Os Núcleos Regionais Cooperativos da Ocepar foram implantados em 1991, em cinco regiões: Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste e Centro-Sul com objetivo de criar um elo entre as cooperativas e a Ocepar, regionalmente, porque as características das cooperativas diferem de uma região para outra. Assim, cada região passou a ter um fórum específico para debater seus assuntos.

Promoção do cooperativismo de crédito

A Ocepar desenvolvia o Programa de Autogestão e Ignácio Aloysio Donel, como presidente, buscou levar a experiência da autogestão para as cooperativas de crédito, através da responsabilização solidária que o sistema de crédito cooperativo necessitava. Ou seja, a central fazer um trabalho de monitoramento das filiadas, e, se necessário, apoiar com trabalhos e financeiramente para que elas tivessem condições de atender adequadamente seus associados. Inclusive, quando assumiu a presidência da Cocecrer/PR, criou o fundo solidário que existe até hoje.

Impulso ao Programa de Autogestão

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que retirou a tutela estatal até então exercida sobre o cooperativismo, a Ocepar se preocupou em substituir as ações

que eram de responsabilidade do governo. Com base na experiência adquirida com a implantação do Projeto Piloto de Autofiscalização, aprovou, em Assembleia Geral extraordinária realizada no dia 25 de setembro de 1990, o Projeto de Autogestão das Cooperativas do Paraná.

Convênio com a Emater

Num trabalho integrado entre a Ocepar e a Emater para difusão e organização dos Comitês Educativos, a Emater disponibilizou o profissional Egor Webster, especializado na área de organização do quadro social das cooperativas, atuando também junto aos assessores de cooperativismo da Emater. Em 1992, as cooperativas do Paraná tinham um total de 547 grupos organizados de associados e, para subsidiar as reuniões e os trabalhos, a Ocepar produziu um documentário "Organização dos Cooperados, Base da Autogestão".



1993 A 1996 DICK CARLOS DE GEUS

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 31 de março de 1993, Dick Carlos de Geus foi eleito presidente da Ocepar, tendo exercido mandato de 1993 a 1996.

Dick Carlos de Geus, nascido em Castro (atualmente Carambeí), formado em Direito, presidiu a Ocepar de 1993 a 1996, tendo se notabilizado pelos esforços de profissionalização das cooperativas e a

formação de alianças estratégicas. Trouxe para a Ocepar o ideal da integração e da realização das parcerias estratégicas, tendo dado início às discussões para elaboração do Plano Paraná Cooperativo. Incentivou a profissionalização e a inserção das cooperativas no processo de modernidade. Consolidou a atuação dos Núcleos Cooperativos, proporcionando a discussão de grandes temas, como o planejamento, e transformou o Departamento de Pesquisa numa cooperativa central.

Foi presidente da Cooperativa Central de Lactícínios do Paraná (CCPL).

✓ Destaques da gestão

Ocepar é declarada entidade de utilidade pública

Por meio da Lei estadual nº 10.717, de 7 de março de 1994, aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná e sancionada pelo governador Roberto Requião, a Ocepar foi declarada instituição de utilidade pública.

Coodetec assume o Departamento de Pesquisa da Ocepar

Em Assembleia Geral, realizada em 31 de março de 1995, foi constituída a Coodetec, que assumiu o Departamento de Pesquisa da Ocepar, originário do programa de pesquisa, implantado em 1972. A Ocepar repassou à Coodetec todos os recursos gerados pela pesquisa e todo patrimônio e material genético das unidades de Cascavel, Palotina e Goioerê.

Transformação da Ocepar em sindicato

A Ocepar realizou Assembleia Geral Extraordinária no dia 26 de janeiro de 1993,



Em 1995, foi constituída a Coodetec, que assumiu o Departamento de Pesquisa da Ocepar

incluindo dentre seus objetivos a prerrogativa sindical. Em sua denominação foi acrescentada a palavra sindicato, passando a: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. O Ministério do Trabalho reconheceu seu registro em 15 de janeiro de 1997.



1996 A 2000 JOÃO PAULO KOSLOVSKI 1ª GESTÃO

João Paulo Koslovski, foi eleito presidente em Assembleia Geral Ordinária, no dia 29 de abril de 1996, para o mandato de 1996 a 1999. Em decorrência da reforma do estatuto da Ocepar, aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 2 de setembro de 1998, seu mandato foi prorrogado por mais um ano, com término no dia 30 de março de 2000.

Foi diretor-executivo da Ocepar por 23 anos e presidente por 20 anos. Na presidência, os principais destaques de suas gestões foram a criação do Recoop, que trouxe junto o Sescoop, a constituição da Fecoopar e a sequência ao trabalho de profissionalização e de autogestão do cooperativismo. Em seu mandato, foi constituído o Sescoop/PR, em 21 de setembro de 1999. Foi presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR, assim como exerceu a coordenação do G7, grupo composto pelas principais entidades representativas do setor produtivo paranaense. Foi vice-presidente da OCB por duas gestões.

✓ Destaques da gestão

Lançamento da Frencoop

A Frente Parlamentar do Cooperativismo – Frencoop fez uma solenidade de lançamento oficial no dia 10 de dezembro de 1996, em Brasília, com compromisso de atuar nas causas do cooperativismo.



Aprovação do Recoop e do SESCOOP

Em solenidade no Palácio do Planalto, em 4 de setembro de 1998, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso assinou a Medida Provisória nº 1.715 que formalizou o Recoop e autorizou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), regulamentado pelo Decreto nº 2.769.

A constituição do SESCOOP foi um marco para o cooperativismo brasileiro. Uma conquista histórica que transformou a realidade do setor em todo o país. Sua implantação deu-se num momento de sérias dificuldades, em que as cooperativas sofriam as consequências de contínuos planos econômicos que elevaram o endividamento e reduziram a rentabilidade, colocando em risco a viabilidade dos empreendimentos cooperativistas.

A partir de estudos técnicos aprofundados, o setor conseguiu o compromisso do Governo Federal que culminou com o lançamento do Recoop (Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária) por meio da Medida

Provisória 1.715. O Artigo 7º da MP autorizava a criação do SESCOOP. Foi o começo de uma nova fase para o cooperativismo que passou a ter um Sistema S voltado exclusivamente para suas demandas de treinamento e formação, monitoramento e promoção social. O Decreto 3.017, de 07 de abril de 1999, regulamentou a MP. No Paraná, o SESCOOP foi implantado em 21 de setembro de 1999, e rapidamente mostrou a importância e abrangência de sua atuação.

Divulgação do Cooperativismo

Em 1997, a OCEPAR e as cooperativas iniciaram um programa destinado a divulgar o cooperativismo, seus produtos e serviços, objetivando levar para o meio urbano os benefícios e a força do setor cooperativado. A primeira campanha começou com a veiculação de VTs, spots de rádio, cartazes e um programa de TV semanal de 3 minutos aos sábados.

O resultado da iniciativa representa um marco histórico para o cooperativismo paranaense, pois o setor urbano passou a conhecer o sistema

cooperativo e o cooperativismo passou a ser conhecido e valorizado pela sua forte presença na economia estadual. Atualmente a campanha de divulgação é realizada anualmente.

1º Fórum Estadual do Cooperativismo

Durante a realização do 1º Fórum Estadual do Cooperativismo, nos dias 11 e 12 de julho de 1996, quando também foi comemorado o 25º aniversário da Ocepar, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou um carimbo comemorativo, inaugurado pelo governador Jaime Lerner. Na oportunidade, os ex-presidentes da Ocepar foram homenageados: Guntolf van Kaick, Benjamin Hammerschmidt, Wilson Thiesen, Ignácio Aloysio Donel e Dick Carlos de Geus.

O governador Jaime Lerner recebeu o Troféu Ocepar.

Plano Paraná Cooperativo 2000

Em 1996, foi aprovado o Plano Paraná Cooperativo 2000, contendo o planejamento das principais ações da Ocepar e das cooperativas. Para elaboração do Plano, houve envolvimento e o comprometimento das cooperativas em atuar de forma organizada e buscando agregar valor à produção dos cooperados, por meio da agroindustrialização.



2000 A 2003 JOÃO PAULO KOSLOVSKI 2ª GESTÃO

João Paulo Koslovski, foi reeleito presidente em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 03 de abril de 2000, para o mandato de 2000 a 2003.

✓ Destaques da gestão

Participação no Congresso

Rio Cooperativo 2000

O Congresso Rio Cooperativo 2000 foi o nome popular e o evento associado ao XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, que teve como tema "Identidade Cooperativa para o Novo Milênio". Este congresso serviu como um ponto central para debates e discussões sobre o cooperativismo no Brasil, com o objetivo de preparar as cooperativas para os desafios do novo milênio.

Prodecoop

Com proposta da Ocepar e coordenado pela OCB, o governo criou em 2002, o programa de Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), tendo por objetivo incrementar a competitividade das cooperativas por meio da agroindustrialização e da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização das cooperativas.

Mudança do Estatuto da Ocepar

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de março de 2002, foi aprovada a reforma do Estatuto da Ocepar para adequá-lo à reforma estatutária da OCB de 2001. Na Assembleia foi aprovada a alteração da duração do mandato da diretoria passando de três para quatro anos. Ficou definido também que a escolha do presidente da instituição será atribuição da diretoria eleita em Assembleia Geral, podendo ser escolhido um dos diretores ou um profissional de reconhecida competência, contratado para o exercício da função de presidente executivo, cuja indicação será homologada pela Assembleia Geral.

Implantação do Recoop

O Programa de Revitalização das Cooperativas (Recoop) criado pela Medida provisória 1.715,

de 4 de setembro de 1998, exigiu da Ocepar e cooperativas esforços no sentido de levantar a situação de cada cooperativa e realização dos planos de recuperação. Para tanto, a OCB coordenou grupo de trabalho composto por representantes dos estados (3 da Ocepar), que trabalharam dois anos com levantamentos e elaboração dos planos para apresentação ao governo e aos agentes financeiros.

Declaração do Paraná como área livre da aftosa

A partir de 2001, A Ocepar participou, juntamente com a Secretaria da Agricultura, Faep, Sindicarner, Sindiavipar e outras entidades, dos trabalhos para que o Paraná alcançasse o status de "Estado livre de Febre Aftosa". Inicialmente foi trabalhado junto à Assembleia Legislativa do Paraná para alteração da legislação para revisão das taxas a serem cobradas pela defesa sanitária animal do Paraná, com objetivo de se constituir um fundo para indenização em caso de incidência de epidemias. Com isso, o Paraná foi declarado pela Organização Internacional de Epizootias (OIE) como área livre de febre aftosa com vacinação.

Ações na área ambiental

No ano 2000, houve intensa movimentação dos órgãos públicos federais e estaduais e cooperativas em torno da legislação de agrotóxicos, que obrigava a coleta das embalagens vazias. Ocepar, OCB e outras entidades e fabricantes se mobilizaram para efetuar algumas adequações na legislação. Com isso, conseguiu-se a implantação do Instituto Nacional De Processamento De Embalagens Vazias (InpEV), que passou a coordenar e a recolher as embalagens vazias, por meio de 15 associações regionais formada por cooperativas e outras participantes.

Código Florestal

No dia 27 de abril de 2001, foi realizada em

Toledo/PR, Audiência Pública da Câmara Federal, que contou com o apoio da Ocepar e cooperativas para discutir alterações no código Florestal Brasileiro, em especial as mudanças advindas da Medida Provisória nº 2.166/62.

1º Encontro Estadual de Cooperativistas

O 1º Encontro Estadual de Cooperativistas foi realizado em dezembro de 2002, em Curitiba, na Fiep, ocasião em que foi lançado o Balanço Social do Cooperativismo Paranaense, cumprindo o 7º princípio cooperativista, contendo as principais ações desenvolvidas pelas cooperativas nas áreas social e ambiental. Na ocasião, foram homenageados e receberam o Troféu Ocepar, o Ministro da Agricultura Marcos Vinicius Pratini de Moraes e, José Aroldo Gallassini presidente da Coamo.



2003 A 2007 JOÃO PAULO KOSLOVSKI 3ª GESTÃO

João Paulo Koslovski foi contratado pela diretoria como presidente executivo. Seu nome foi homologado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 01 de abril de 2003, para o mandato de 2003 a 2007, já nas novas regras definidas pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2003, que aprovou a reforma do Estatuto da Ocepar.



Na mesma Assembleia foi feito Luiz Roberto Baggio como Secretário-Geral da Diretoria.

✓ Destaques da gestão

Organização do sistema sindical

Com objetivo de aperfeiçoar o sistema sindical, em 9 de setembro de 2003, em Assembleia Geral Extraordinária, a Ocepar abriu sua base sindical, tendo sido criados cinco sindicatos regionais do ramo agropecuário (Centro-Sul, Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste), mais um sindicato do ramo crédito, um do transporte e um da saúde. Na sequência, constitui-se a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar), cuja carta sindical foi emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego no dia 27 de abril de 2006.

Procapcred

Em 2007, seguindo o modelo do Prodecoop, foi criado o Procapcred, com objetivo de possibilitar a capitalização das cooperativas de crédito, com linha de financiamento, regulamentado pelo Banco Central pela Resolução nº 3.346. Na mesma resolução, foi permitido o acesso direto das cooperativas de crédito aos financiamentos do BNDES.

Formação do Sistema Ocepar

Com a constituição da Fecoopar, o cooperativismo do Paraná se organizou em sistema federativo, dando origem ao Sistema Ocepar formado pela Fecoopar, Ocepar e Sescoop/PR.

Soja transgênica

A proibição da produção e comercialização da soja transgênica no Paraná mobilizou a Ocepar, cooperativas e demais entidades, na defesa do setor produtivo que estava impedido de plantar, sendo fiscalizado pela Secretaria da Agricultura e demais órgãos públicos. Ocorreram mobilizações junto à Assembleia Legislativa do Paraná, que aprovou a Lei nº 14.162, proibindo o plantio e a comercialização. Essa lei, mais tarde,

foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O assunto foi equacionado com a edição da Medida Provisória nº 223, convertida na Lei nº 11.092, de 12 de janeiro de 2005.

Legislação ambiental

A Lei da Mata Atlântica recebeu da Ocepar, Faep, OCB e CNA atenção especial visando reduzir o impacto sobre o setor produtivo. Da mesma forma, a questão da Reserva Legal suscitou debates entre produtores e entidades, e o tema foi objeto de um projeto de lei, aprovado na Assembleia Legislativa Estadual, que alterava o artigo 7º do Código Florestal, permitindo que os produtores pudessem compensar a Reserva legal em outras áreas ou em condomínios. Porém, a lei foi vetada pelo governo estadual.

Em 2004, por seu envolvimento nas questões relacionadas à defesa do meio ambiente, o Ministro Aldo Rebelo, recebeu o Troféu Ocepar. Posteriormente, Aldo Rebelo foi o relator do Projeto de Lei do Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional (Lei nº 12.651/2012).

Início da circulação da revista Paraná Cooperativo

O Jornal Paraná Cooperativo, em formato tabloide, começou a circular em 1972. Circulou ininterruptamente até meados de 1995, quando a Ocepar decidiu transformá-lo em informativo semanal, depois informativo diário. Em 2004, na solenidade comemorativa ao dia Internacional do Cooperativismo, o jornal Paraná Cooperativo passou a circular no formato de revista.

Primeira edição do Prêmio Ocepar de Jornalismo

No dia 7 de maio de 2004 foi lançado o Prêmio Ocepar de Jornalismo. Naquele mesmo ano, em dezembro, durante o Encontro Estadual de Cooperativistas, foram revelados os vencedores da primeira edição. O prêmio tem como apoiadores a Federação Unimed, a Central Sicredi/PR/SP/RJ e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor/PR) e é realizado anualmente.



A atual sede do Sistema Ocepar foi inaugurada em 24 de abril de 2006

Conquistas tributárias

No ano de 2005, a Ocepar, conjuntamente com a OCB e as demais Organizações Estaduais das Cooperativas, atuou junto aos Poderes Executivo e Legislativo, com objetivo de se buscar uma adequação tributária sobre produtos e serviços, em consonância com o que dispõe o ato cooperativo. O principal avanço foi em relação ao PIS/Cofins, com a ampliação das exclusões da base de cálculo, da não cumulatividade, dos créditos, da não incidência sobre as sobras e das receitas financeiras e alíquota zero para alguns produtos.

Inauguração da nova sede da Ocepar

No dia 24 de abril de 2006, a Ocepar inaugurou suas novas instalações, no seu endereço tradicional, na Avenida Candido de Abreu, 501, no Centro Cívico, em Curitiba, Paraná. No mesmo ano, a Ocepar adquiriu área ao lado para ampliação de sua sede.

Fórum Permanente dos Presidentes das Cooperativas

Instituído pela diretoria em 2006, formado por

presidentes das cooperativas, com objetivo de debater políticas de desenvolvimento e intercooperação.

Fóruns de cooperativismo para a magistratura

Em junho de 2006, a Ocepar com intuito de aproximar as cooperativas dos magistrados do Tribunal de Justiça do Paraná e Associação de Magistrados do Paraná, iniciou uma série de fóruns e visitas técnicas de juízes às cooperativas. Naquele ano, foram realizados dois Fóruns reunindo juízes, desembargadores, procuradores, advogados e dirigentes, com a finalidade de discutir o direito cooperativo e, nos dias 3 e 4 de agosto de 2007, realizada visita nas cooperativas Frísia, Castrolanda e Agrária.

Encontro com parlamentares federais do Paraná

A Ocepar organizou um encontro com os 14 deputados federais e um senador do Paraná integrantes da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop). O evento ocorreu dia 20 de novembro de 2006, em Curitiba, e teve

como objetivo apresentar aos parlamentares os principais projetos do sistema cooperativista.

Encontro Estadual de Cooperativistas

No início de dezembro de 2006, o Sistema Ocepar promoveu o Encontro Estadual de Cooperativistas, em Curitiba, que contou com mais de 1.700 presentes. O objetivo foi integrar os cooperativistas e propiciar a confraternização pelos resultados alcançados no ano.

Plano Paraná Cooperativo 2010

Em 1996, foi aprovado o Plano Paraná Cooperativo 2000, contendo o planejamento das principais ações da Ocepar e das cooperativas. Em 2004, foi lançada uma nova versão do Plano, com políticas e metas a serem atingidas até 2010.



2007 A 2011 JOÃO PAULO KOSLOVSKI 4ª GESTÃO

A Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 01 de abril de 2003 aprovou novamente a contratação de João Paulo Koslovski para o cargo de presidente executivo, para o mandato de 2007 a 2011.



Na mesma Assembleia, foi eleito Luiz Lourenço como Secretário-Geral da Diretoria.

✓ Destaques da gestão

Campanha - Cooperativas

Orgulho do Paraná

No dia 13 de agosto de 2007, a Ocepar, com apoio financeiro das cooperativas, lançou a campanha de marketing institucional com o título "Cooperativas Orgulho do Paraná", realizada em parceria com a Rede Paranaense de Comunicação (RPC). O foco da campanha foi a valorização das cooperativas, mostrando a importância do cooperativismo na economia, no desenvolvimento regional e comunitário e na sustentabilidade ambiental.

Foi instituído pela Ocepar, em 2008, o Troféu "Cooperativas Orgulho do Paraná", em decorrência da Campanha "Cooperativas Orgulho do Paraná", iniciada em 2007 com o objetivo de reconhecer as pessoas que se destacam com ações de valorização do cooperativismo paranaense.

O ministro da Agricultura Reinhold Stefhanes e o ministro do Planejamento Paulo Bernardo Silva foram os primeiros homenageados a receber o Troféu "Cooperativas Orgulho do Paraná".

Intercooperação

A intercooperação foi tema do Fórum dos Presidentes das Cooperativas, realizado no dia 29 de maio de 2007. Autoridades e especialistas debateram exemplos de intercooperação praticados entre cooperativas e empresas no Brasil e em outros países.

Programa de jovens lideranças

O ex-ministro e ex-presidente da OCB e ACI, Roberto Rodrigues, lançou no Paraná o programa Jovens Lideranças. O lançamento ocorreu no dia 24 de julho de 2007 na Cooperativa Agrícola Campo Tenente. O programa tem como objetivo fomentar estratégias de gestão e sucessão de cooperativas.



Em 2008, foi constituído o Coonagro

Cooperativas de crédito incluídas no SESCOOP

Com a publicação da Lei nº 11.524, de 25 de setembro de 2007, as cooperativas de crédito foram autorizadas a fazer parte do SESCOOP. Com isso, passaram a ser beneficiárias dos programas de treinamento, monitoramento e promoção social do SESCOOP.

Renegociação de dívidas

Como resultado das ações do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Agricultura que teve como objetivo encontrar caminhos para negociação do endividamento rural, foi editada a Medida Provisória nº 432, que estabeleceu condições e regras de negociação das dívidas agrícolas. A Ocepar atuou no grupo de trabalho, representando a OCB.

Criação do Consórcio Coonagro

No dia 26 de setembro de 2008, num trabalho coordenado pela Ocepar e com apoio do Ministério da Agricultura, foi constituído o Consórcio Nacional Cooperativo Agropecuário (Coonagro)

integrado por 21 cooperativas, com a finalidade de atuação na área de insumos e fertilizantes. Frans Borg, presidente da Cooperativa Castrolanda, foi eleito para comandar o consórcio. Em 2009, foi transformado em Coonagro – Cooperativa Nacional Agroindustrial. A assembleia de sua fundação ocorreu em 22 de outubro.

Avanços do Cooperativismo de Crédito

A Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, estabeleceu e regulamentou o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, definindo as normas para o funcionamento das cooperativas de crédito, a atuação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (BACEN) sobre estas instituições, e revogando dispositivos de leis anteriores que tratavam de instituições financeiras e cooperativas. Também, o Banco Central com a Resolução nº 3.859, passou a permitir que as cooperativas de crédito de livre admissão possam atuar em cidades com mais de 2 milhões de habitantes.

Roberto Rodrigues foi homenageado com o Troféu Cooperativas Orgulho do Paraná durante o Encontro Estadual de Cooperativistas 2010



XIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo

De 9 a 11 de novembro de 2010, sob coordenação da Ocepar, participaram do XIII Congresso, realizado em Brasília, 45 representantes das cooperativas do Paraná. O tema do Congresso foi “Cooperativismo é Sustentabilidade” e contou com mais de 800 participantes.

Encontro Estadual de Cooperativistas de 2010

Realizado em Curitiba, no Teatro Positivo, no dia 6 de dezembro de 2010, reuniu mais de 1.600 lideranças. Na oportunidade, Roberto Rodrigues foi homenageado com o Troféu Cooperativas Orgulho do Paraná.

Operações das cooperativas de crédito com o Poder Público

Após gestões da Ocepar, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou e o governador sancionou a Lei nº 13.375/2007, autorizando a celebração de convênios para realização de operações com o Poder Público. Todavia, o Tribunal de Contas do Estado considerou a lei inconstitucional e, somente em 2024, a inconstitucionalidade foi levantada pelo Tribunal.



2011 A 2015 JOÃO PAULO KOSLOVSKI 5ª GESTÃO

João Paulo Koslovski foi contratado pela diretoria para o cargo de presidente executivo. A decisão foi homologada na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 01 de abril de 2011, para o mandato de 2011 a 2015.



Na mesma Assembleia foi eleito José Aroldo Gallassini como Secretário-Geral da Diretoria.

✓ Destaques da gestão

Ocepar comemorou 40 anos

Na Assembleia Geral de 02 de abril de 2011, foi lançado o livro "Ocepar 40 Anos – Construindo o Futuro", comemorativo ao aniversário de 40 anos da Ocepar, contando inclusive com uma edição especial da Revista Paraná Cooperativo.

Código Florestal

A Ocepar coordenou encontro com bancada de deputados e senadores do Paraná, no dia 02 de março de 2011, em Brasília, com a presença de 23 parlamentares, para discutir a votação do relatório do deputado Aldo Rebelo sobre o projeto de lei do Código Florestal.

No mês seguinte, em 05 de abril, em Brasília, 25 mil produtores rurais participaram de mobilização organizada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e OCB, com objetivo de sensibilizar os parlamentares e governo para a aprovação do

Projeto de Lei do novo Código Florestal. Após vários anos de discussões e articulações, o projeto de lei foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República, resultando na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Foram anos de estudos, discussões, audiências públicas, realização de estudos, reuniões com ministros e autoridades e mobilização de agricultores e da sociedade.

Lei Estadual de Cooperativismo

A Lei Estadual nº 17142, de 07 de maio de 2012, definiu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo que terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Dia Estadual do Cooperativismo

No dia 2 de janeiro de 2013, o governador Beto



Votação do Código Florestal, em Brasília

Richa sancionou a Lei nº 17.455 que instituiu o “Dia Estadual do Cooperativismo”, a ser comemorado anualmente no dia 4 de julho.

Participação no G7 e no Sebrae

Após a aprovação do registro sindical da Fecoopar em 2006, a Fecoopar e a Ocepar passaram a fazer parte do grupo das federações, o G7, composto pela Fiep (indústria), Fecomércio (comércio, turismo e serviços), Faep (agricultura), Faciap (associações comerciais), ACP (comércio) Fecoopar/Ocepar (cooperativismo) e Fetranspar (transportes). Além disso, a Ocepar passou a fazer parte do Conselho Deliberativo do Sebrae.

Encontro Estadual de Cooperativistas

Realizado no dia 2 de dezembro de 2011, reuniu cerca de 1800 pessoas, no Teatro Positivo, em Curitiba. O BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) foi homenageado com o Troféu “Cooperativas Orgulho do Paraná”, durante o Encontro, pelos relevantes serviços prestados ao cooperativismo.

Assessoria Parlamentar

Com apoio da OCB, a Ocepar criou, em 2011, área interna para prestar assessoria aos parlamentares do Paraná, com intuito de acompanhar o andamento no Congresso Nacional dos principais projetos de interesse das cooperativas. A área atua com estudos e sugestões sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Assessoria Tributária

Foi implantado pela Ocepar em 2011, área interna para dar assessoria tributária e contábil às cooperativas, tendo sido constituído o GAET (Grupo de Acompanhamento e Estudos Tributários e Contábeis), composto por profissionais das cooperativas que periodicamente se reúnem e tratam dos temas relacionados à área, dando suporte para a representação da Ocepar no Conselho de

Contribuintes e Recursos Fiscais da Secretaria da Fazenda do Paraná e nos encaminhamentos junto ao Conselho Federal de Contabilidade.

Atos comemorativos aos

Ano Internacional das Cooperativas - 2012

No dia 25 de junho de 2012, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) promoveu sessão solene para homenagear o cooperativismo do Paraná, em ato comemorativo ao Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Caixa Econômica Federal instituiu bilhete especial da Loteria Federal com logotipo do Ano Internacional. O sorteio ocorreu no dia 07 de julho de 2012.

O Banco Central do Brasil lançou uma moeda comemorativa, cunhada em prata com a logomarca oficial do Ano Internacional e o slogan “Cooperativas constroem um Mundo Melhor”.

Desoneração da folha de pagamento

O governo federal iniciou o processo de desoneração da folha de pagamento por meio da Lei nº 12.715/2012, tendo sido complementada pela Medida Provisória 582/2012.

Frencoop Paraná

Foi instalada em 10 de abril de 2012, em ato formal assinado no gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar pelo Cooperativismo do Paraná, com atuação na defesa e ampliação dos debates sobre o tema, por meio de audiências públicas, da integração das ações dos governos federal, estadual e municipais, em apoio aos princípios cooperativos.

Programa Internacional de formação de presidentes e executivos

Os dois programas – presidentes e executivos, tiveram origem nas discussões nos fóruns de presidentes e dos executivos, e foram implantados, em 2008, com objetivo de conhecer soluções que

estão sendo aplicadas em outros países. A iniciativa de organizar missões internacionais visa estabelecer processos de geração de conhecimento entre as cooperativas brasileiras e internacionais. O convênio assinado pela Ocepar com a Academia das Cooperativas Alemãs (ADG), no dia 31 de agosto de 2011, abriu caminhos para dar embasamento a esse programa.

Em 2012, o Programa Internacional de Formação de Executivos e Líderes Cooperativistas, já na quarta turma, teve módulos nacional e internacional, na Itália e Alemanha. Em 2013, o módulo internacional aconteceu no Canadá e nos Estados Unidos.

Em 2012, foram realizadas duas Missões Técnicas, uma para Argentina no período de 11 a 17 de novembro e, outra para a Austrália e Nova Zelândia de 24 de agosto a 7 de setembro. Ambas as missões tiveram como objetivo conhecer o sistema cooperativista naqueles países. Em 2014, o programa foi na Holanda, Alemanha e Itália.

Também, no mesmo ano, ocorreu uma missão para Moçambique, coordenada pela JICA (Agência do Governo japonês), responsável pela implementação da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA), com objetivo de conhecer o potencial da agricultura naquele país.

Campanha de Marketing Institucional

A campanha foi realizada de outubro de 2011 a abril de 2012, foi veiculada na Rede Paranaense de Comunicação (RPC), nos jornais Gazeta do Povo e Jornal de Londrina, e nas redes RIC/TV Record, Rede Massa, Rede Band, Tarobá de Cascavel e Londrina e emissoras de rádio.

Desoneração do PIS/Cofins

A Lei nº 12.783, de 24 de outubro de 2013, beneficiando as cooperativas de saúde com ampliação das exclusões da base de cálculo do PIS/ Cofins que, mesmo com aumento de alíquota da Cofins de 3% para 4%, representa economia para as cooperativas.

A Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, possibilitou o aproveitamento de créditos presumidos do PIS/ Cofins da soja sem restrições para as cooperativas. Também, a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, revogou o Regime Tributário de Transição e a alterou a legislação do IRRPJ, CSLL, PIS e Cofins, na qual a Ocepar e OCB trabalharam no sentido de se buscar a monetização do crédito presumido do PIS/Cofins do leite.



2015 A 2016 JOÃO PAULO KOSLOVSKI 6ª GESTÃO

João Paulo Koslovski foi contratado pela diretoria para o cargo de presidente executivo. A decisão foi homologada na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 01 de abril de 2015, para o mandato de 2015 a 2018, tendo exercido apenas o primeiro ano do mandato, sendo substituído em 01 de abril de 2016, por José Roberto Ricken.



Na mesma Assembleia foi eleito Luiz Lourenço como Secretário-Geral da Diretoria.



Em 2015, foi lançado o PRC100

✓ Destaques da gestão

Programa Paraná Cooperativo PRC 100

Em 2015, foi lançado um novo programa estratégico, o Paraná Cooperativo 100 (PRC 100), aproveitando a sinergia do Plano Paraná Cooperativo 2000, com intuito de respaldar os novos desafios do cooperativismo, dando às cooperativas um horizonte de crescimento sustentado, orientando-as para a implantação de seus planos estratégicos de médio e longo prazo.

Programa de capacitação para presidentes

No mesmo ano, o Sistema Ocepar reformulou o programa de capacitação para presidentes, respaldado na necessidade de aprimorar os conhecimentos e com vistas à elaboração do planejamento estratégico do cooperativismo. Fez parte da programação a realização de dois Fóruns de Presidentes e um curso com uma Universidade dos Estados Unidos, a participação em missão internacional para o Leste Europeu e o evento promovido pelo HSM, em São Paulo.

O primeiro Fórum foi realizado no dia 27 e 28 de abril, na Agrária em Guarapuava e, o segundo, nos dias 28 e 29 de setembro, em Cafelândia, na Copacol. Na semana de 14 a 18 de setembro de 2015, 27 presidentes de cooperativas participaram do curso de imersão na Universidade de Babson College, em Massachusetts, nos Estados Unidos. A missão para o Leste Europeu foi de 2 a 14 de outubro, com a participação de 13 presidentes. E o evento, no HSM, de 9 a 11 de outubro, com a presença de 45 presidentes.

Programa de formação de executivos

O Programa Internacional de Formação de Executivos e Líderes Cooperativistas realizou uma missão para Nova Zelândia e Austrália, de 8 a 26 de abril de 2015, contando com a participação de 15 profissionais. Um segundo grupo participou da missão para os Estados Unidos e Canadá, no período de 16 a 28 de maio de 2015, com 26 participantes.

Troféu "Cooperativas Orgulho do Paraná"

Nove diretores que deixaram a Diretoria da Ocepar foram homenageados com o troféu "Cooperativas Orgulho do Paraná", durante a Assembleia Geral ordinária, realizada no dia 02 de dezembro de 2015.

Receberam o troféu: Valter Vanzela, Jorge Karl, José Aroldo Gallassini, Manfred Alfonso Dasenbrock, Paulino C. Fachin, Carlos Yoshio Murate, Jose Fernandes Jardim Junior, Orestes Barrozo e Renato José Beleze. Também, no mesmo evento, foi homenageado o deputado federal Osmar Seraglio.

Avanços legislativos

O ano de 2015 foi marcado por alguns avanços na esfera legislativa que beneficiaram as cooperativas, tais como: Lei nº 13.097 que assegurou a classificação contábil do capital social no patrimônio líquido; Lei nº 13.137 permitiu o acúmulo dos créditos presumidos do PIS/Cofins para cooperativas de leite; Lei nº 13.154 dispensou o licenciamento e emplacamento de máquinas agrícolas; Lei nº 13.169 definiu alíquota diferenciada de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) para cooperativas de crédito e, Lei nº 13.161 manteve a desoneração da folha de pagamentos para o setor de carnes.



2016 A 2019 JOSÉ ROBERTO RICKEN 1ª GESTÃO

José Roberto Ricken foi contratado pela diretoria para o cargo de presidente Executivo. A decisão foi homologada na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 01 de abril de 2016, para o mandato de 2016 a 2019.

Assumiu a presidência da entidade no dia 1º de abril de 2016. No dia 2 de abril de 2019, foi

reconduzido ao cargo para a gestão que se encerrou em abril de 2023. Foi reeleito no dia 3 de abril de 2023 para o mandato 2023-2027.

Ao iniciar seu primeiro mandato, deu sequência aos trabalhos dos presidentes que o antecederam, focando, principalmente, no planejamento estratégico e na profissionalização da equipe interna. Tem dado ênfase à gestão compartilhada com os diretores, coordenadores de núcleos e presidentes das cooperativas. Também atua para consolidar as alianças estratégicas entre cooperativas e ramos, com o sistema OCB, com a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Também tem como foco a ampliação do Programa de Educação Política.

Foi eleito em 2024 presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, foi diretor do Departamento Nacional do Cooperativismo do Ministério da Agricultura (Denacoop) e, superintendente da Ocepar e SESCOOP/PR.

✓ Destaques da gestão

Programa de formação para presidentes

Em 2016, na semana de 20 a 24 de junho de 2016, 34 presidentes de cooperativas participaram de curso de imersão na Universidade de Babson College, em Curitiba, no ano anterior, o curso foi em Massachusetts, nos Estados Unidos. A terceira edição do programa ocorreu de 3 a 7 de julho, em Curitiba, evento ministrado pelos professores da Universidade de Babson.

Um segundo curso ocorreu de 3 a 7 de outubro, nos Estados Unidos, na American University, em Washington, D.C., com a participação de 24 presidentes. Uma segunda edição, foi realizada de 11 a 15 de setembro, também em Washington.

Houve também, a participação de 250 lideranças cooperativistas no HSM Educação Executiva, de 7 a 9 de novembro, em São Paulo.

Fórum dos Presidentes

Nos dias 25 e 26 de agosto de 2016, 100 dirigentes estiveram presentes no Fórum dos Presidentes, realizado em Curitiba. Em 2017, ocorreram dois fóruns, o primeiro nos dias 01 e 02 de junho, realizado em Castro, que contou com a presença do ministro da Agricultura Blairo Maggi. O segundo, em 23 de agosto, em Curitiba.

Missões Internacionais

Com o objetivo de prospectar mercados e parcerias internacionais, foram realizadas duas missões de dirigentes. A primeira para a Argentina, entre 18 e 22 de julho de 2016, e a segunda para a Alemanha, entre 17 e 21 de outubro do mesmo ano. Na Argentina, o foco foi conhecer o sistema cooperativo de transportes e, na Alemanha, as fontes de energia renováveis utilizadas pelas cooperativas do país.

Criação da Coordenadoria de Mercados

A maior participação da Ocepar em ações internacionais, quer seja na organização de missões, realização de cursos e recepção de delegações estrangeiras, motivou a Ocepar a criar a Coordenadoria de Mercados, que tem como finalidade apoiar eventos, recepções de grupos, realização de missões internacionais e participação em feiras.

Encontro Estadual de Cooperativistas

Realizado pelo Sistema Ocepar no dia 09 de dezembro de 2016, em Curitiba, reuniu autoridades, convidados e mais de 2 mil lideranças das cooperativas. Durante o encontro, foi assinado protocolo de intenções com a Secretaria de Estado da Educação para incentivar o cooperativismo nos colégios agrícolas. O ex-presidente da Ocepar João Paulo Koslovski recebeu o Troféu Ocepar e o ex-senador Osmar Dias e o ex-presidente do BRDE, Neuto Fausto de Conto, receberam o Troféu "Cooperativas Orgulho do Paraná".

Em 2017, no Encontro Estadual de Cooperativistas

realizado no dia 08 de dezembro, em Curitiba, o governador Beto Richa e o cooperativista Aureo Zamprônio, foram homenageados com o Troféu Ocepar. A ex-funcionária Sigrid Litzinger Ritzman e o ex-presidente do BRDE, Odacir Klein, receberam a Medalha de Mérito Cooperativo.

Programa de Inovação

No dia 23 de abril 2018, o Sistema Ocepar lançou o Programa de Inovação para o Cooperativismo paranaense, tendo iniciado com um curso para dirigentes realizado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em Boston. No dia 17 de setembro do mesmo ano, teve início um curso de formação de agentes de inovação, formando 470 agentes em 14 turmas que se tornaram responsáveis para implementação da inovação nas cooperativas.

Programa de Educação Política

A intensificação do trabalho de apoio aos parlamentares da Frencoop levou a Ocepar a constituir a área de assessoria parlamentar, criando o Programa de Educação Política, que tem a finalidade de interagir com as cooperativas para informar os associados sobre as questões políticas, dando suporte aos deputados que defendem o setor cooperativista. Para isso foi lançado o Programa de Educação, em 17 de julho de 2018. A Ocepar coordenou uma rede de comunicação por meio de whatsapp, do programa, com vistas ao pleito eleitoral de 2018, intitulada "parana.coo+10", como estratégia para estimular o voto consciente e a eleição de parlamentares comprometidos com o cooperativismo.

Defesa sanitária

Em vista das dificuldades da Adapar no aparelhamento e construção dos postos de fiscalização na divisa do Paraná com São Paulo, num esforço coordenado pelo Fundepc (Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná), do qual a Ocepar faz parte, conjuntamente com as cooperativas, foram realizados investimentos nos postos de fiscalização na fronteira entre os dois estados e reforma de laboratório para adequação às exigências do Ministério da Agricultura,

com a finalidade da retirada da vacinação contra a febre aftosa.

Área livre de febre aftosa com vacinação

No dia 24 de maio de 2018, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) declarou o Brasil como área livre de febre aftosa com vacinação, o que era esperado há décadas. A conquista foi o resultado dos esforços conjuntos da Secretaria da Agricultura, Adapar, Ocepar, Faep, Sindicatos e demais entidades.

Cooperativas de crédito

Lei Complementar nº 161, de 5 de janeiro de 2018, autorizou as cooperativas de crédito a captar depósitos de entes públicos municipais, como prefeituras e autarquias, reivindicado pelas cooperativas e coordenado pela OCB/Conselho Especializado do Crédito.

Funrural

Após intensas negociações na Câmara e Senado Federal, foi editada a Lei nº 13.606, em 9 de janeiro de 2018, promovendo alterações em diversas leis para regularização de débitos fiscais rurais e redução da alíquota do Funrural de 2,3% para 1,5% do valor da comercialização de produtos agropecuários.



2019 A 2023 JOSÉ ROBERTO RICKEN 2ª GESTÃO

José Roberto Ricken foi contratado pela diretoria para o cargo de presidente executivo. A decisão foi homologada na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 01 de abril de 2019, para o mandato de 2019 a 2023.



Na mesma Assembleia foi eleito Luiz Lourenço como Secretário-Geral da Diretoria.

✓ Destaques da gestão

Missões para negócios internacionais

Dada a maior inserção das cooperativas nas exportações, a Ocepar oportuniza diversas visitas a outros países, com a finalidade de estreitamento de relacionamentos e promoção de produtos. Nessa linha de ação, em 2019, foram realizadas viagens à República Tcheca, aos Estados Unidos, ao Japão e à Alemanha.

Encontro Estadual de Cooperativistas

Tradicionalmente realizado em Curitiba, em 2019, ocorreu em Medianeira, tendo como anfitriã a Cooperativa Lar, no dia 6 de dezembro. A descentralização do evento teve como objetivo valorizar a ação das cooperativas em todas as regiões do Estado. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi homenageada, durante o Encontro, recebendo o Troféu Ocepar.

Participação no 14º Congresso

Brasileiro de Cooperativismo

Promovido pela OCB, de 8 a 10 de maio, em Brasília, o 14º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, reuniu mais de 1.600 cooperativistas de todos os estados. A comitiva do Paraná foi integrada por mais de 100 lideranças.

Paraná livre de febre aftosa sem vacinação

Pela primeira vez, em 24 de abril de 2019, o Paraná foi autorizado antecipadamente a retirar a vacinação do rebanho bovina contra a febre aftosa, juntamente com os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrindo caminho para que, em 2021, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) declarasse toda região "livre de febre aftosa sem vacinação". Isso somente foi possível graças aos investimentos

e resiliência da Ocepar, Faep, Secretaria da Agricultura, Adapar, o setor produtivo e pecuaristas que investiram durante décadas para que o Estado fosse reconhecido como área livre.

Programa Paraná Competitivo

Até de 2018, as cooperativas acumulavam créditos de ICMS na Secretaria da Fazenda do Paraná e havia muita dificuldade para liberação. Em 2019, a Ocepar atuou junto ao governador Ratinho Junior, para que os créditos fossem liberados para investimentos, pelas cooperativas, em armazéns, energia renovável e agroindústrias, o que ocorreu efetivamente. Com isso, praticamente todos os valores foram liberados, somando mais de R\$ 2 bilhões.

Energia elétrica

Após anos de dificuldades e reivindicações da Ocepar e outras entidades em decorrência da qualidade e disponibilidade de energia elétrica no interior do Paraná, o governo do Estado, por meio da Copel, lançou o Programa Paraná Trifásico, substituindo a rede monofásica por trifásica em mais de 25 mil quilômetros.



2023 A 2027 JOSÉ ROBERTO RICKEN 3ª GESTÃO

José Roberto Ricken foi contratado pela diretoria para o cargo de presidente executivo. A decisão foi homologada na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 03 de abril de 2023, para o mandato de 2023 a 2027.



Na mesma Assembleia foi feito Luiz Roberto Baggio como Secretário-Geral da Diretoria.

✓ Destaques da gestão:

Funcionamento das Cooperativas-Escola

A Lei nº 21.554/2023 do Paraná, sancionada em julho de 2023, e a sua posterior regulamentação pelo Decreto Estadual nº 4.919/2024, estabelece a estrutura e o funcionamento das Cooperativas-Escola em colégios agrícolas e florestais da rede estadual. O principal objetivo é conceder autonomia administrativa e financeira às escolas, permitindo que os alunos aprendam sobre cooperativismo e gestão ao comercializarem parte da produção, com os recursos retornando para a instituição.

Encontro Estadual de Cooperativistas

Em 2023, o Encontro foi realizado em Maringá, no dia 1º de dezembro, contando com a participação de 1.500 pessoas, autoridades e o governador do Estado, Ratinho Junior. As cooperativas anfitriãs foram a Cocamar e a Sicredi Dexis. Na oportunidade, foram homenageados com o Troféu Ocepar, Valter Vanzella, ex-presidente da Frimesa e Copagril e, Wilson Vaz, Diretor do Departamento de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária. Já em 2024, o Encontro ocorreu em Curitiba, no dia 29 de novembro, tendo sido homenageados com o Troféu Ocepar, o deputado Federal Pedro Lupion e o ex-presidente da Agrária, Jorge Karl.

Créditos de ICMS

Por meio do Decreto nº 9.713/21, a Secretaria da Fazenda do Paraná definiu que, a partir



O Encontro Estadual de Cooperativistas Paranaenses reuniu cerca de 1500 pessoas em Maringá, em 2023

de 2022, o Governo do Estado autorizasse a transferência de créditos de ICMS das cooperativas para investimentos em projetos de energia renovável. Da mesma forma, o Decreto nº 2.488, de 14 de junho de 2023, possibilitou a utilização dos créditos de ICMS para a construção de silos e armazéns.

Reforma Tributária

Tema de trabalhos de vários anos, em 2023 o Congresso Nacional aprovou a PEC/2019, que alterou o sistema tributário nacional. O texto final, aprovado no dia 19 de dezembro, foi sancionado no dia 20 de dezembro de 2023. Resultado da mobilização do Sistema OCB, Frencoop e FPA, redundando em significativos avanços para o cooperativismo, com o reconhecimento do "ato cooperativo"

Modernização da legislação dos agrotóxicos

A Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, definiu novas regras para aprovação e obtenção de registros de defensivos agrícolas. A nova legislação permite a utilização de moléculas de agroquímicos já utilizadas em outros países, reduzindo substancialmente o tempo e custos de pesquisas.

Ações internacionais

A Ocepar participou em 2023 de missões internacionais organizadas pelo governo do Paraná para a Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos, tendo como um dos objetivos a divulgação e prospecção do mercado da carne suína para o Japão e Coreia e de irrigação nos Estados Unidos. Outra missão visitou Índia, Filipinas e Singapura, também com objetivo da abertura dos mercados para carne suína.

Em 2023, foi iniciado um trabalho de aproximação com os Adidos Agrícolas da Embaixadas do Brasil, tendo sido realizados encontros com os adidos, com a finalidade de discutir temas técnicos que dificultam as exportações e divulgar os produtos das cooperativas.

Plano Paraná Cooperativo

Com 20 projetos, o Plano Paraná Cooperativo PRC 200, que tem como objetivo proporcionar às cooperativas mecanismos e políticas que facilitem e agilizem o desenvolvimento sustentável do cooperativismo, foi encerrado em 2023. Em continuidade, foi lançado o PRC 300, com 30 projetos, tendo como meta chegar ao faturamento de R\$ 300 bilhões ao final de 2026.

O lançamento ocorreu durante o Fórum dos Presidentes, nos dias 29 e 30 de julho de 2024.

15º Congresso Brasileiro de Cooperativismo

Realizado em Brasília de 14 a 16 de maio de 2024, o evento reuniu cerca de 3 mil pessoas, das quais 150 do Paraná. O Congresso aprovou 25 diretrizes estratégicas que vão nortear o cooperativismo brasileiro no período de 2025 a 2030.

Cooperativas de Seguros

Foi aprovada a Lei Complementar nº 213, de 15 de janeiro de 2025, estabelecendo requisitos para a atuação das cooperativas no mercado de seguros, possibilitando a organização de cooperativas de seguros, que era proibido até essa data. Em consequência, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) aprovou o ramo do cooperativismo de seguros.

Programa de Educação Política

O Programa tem como objetivo fomentar o engajamento e a participação política dos cooperativistas paranaenses, além de promover a valorização das ações de representação

realizadas no âmbito da Frente Parlamentar do Cooperativismo pelos parlamentares que compõem a bancada.

No ano de 2024, houve engajamento dos agentes que atuam nas cooperativas na mobilização do programa junto aos cooperados e a realização de um MBA em liderança e inteligência política, inclusive com visita aos Estados Unidos para conhecer o sistema americano.

Intercooperação

A busca por alianças estratégicas entre as cooperativas foi uma ação de destaque da gestão com a finalidade de realização de negócios entre elas e investimentos conjuntos. Um dos exemplos é a Maltaria Campos Gerais, projeto de intercooperação entre seis cooperativas que se uniram para a instalação de uma indústria de malte. Outro caso é a Unium, que centraliza as operações de leite, queijos e trigo das cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal. Dessa forma, as cooperativas mantêm suas identidades e ingressam em investimentos em que sozinhas não têm condições de fazer.



Iniciativa conjunta de seis cooperativas, Maltaria Campos Gerais é exemplo de intercooperação



SISTEMA OCEPAR

O Sistema Ocepar é formado por três organizações: a Ocepar (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), o Sescoop/PR (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) e a Fecoopar (Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), cada uma com finalidades e objetivos específicos.



Quem Somos



Valores Cooperativistas

»» COOPERAÇÃO

A cooperação é uma forma de organização socioeconômica que tem como objetivo viabilizar a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, o desenvolvimento das pessoas. Em uma cooperativa, o que tem mais valor são as pessoas e quem dita as regras é o grupo.

»» TRANSFORMAÇÃO

Ser cooperativista é acreditar no desenvolvimento coletivo e mostrar que é possível alcançar resultados sem deixar ninguém para trás.

»» EQUILÍBRIO

Ser cooperativista é também acreditar que é possível colocar do mesmo lado os aspectos econômico e social, onde o individual e o coletivo possam conviver em harmonia e de forma sustentável.

»» DEMOCRACIA

As cooperativas são organizações democráticas sustentadas por seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões.

»» INTEGRIDADE

O cooperativismo preza pela integridade entre seus membros para alcançar os seus objetivos de forma organizada.

Propósito do Sistema Ocepar

“Seremos relevantes e essenciais para o crescimento sustentável das pessoas que integram as cooperativas de todos os ramos de atividades”

»» VISÃO DE FUTURO

Cooperativa – um ambiente sustentável para o desenvolvimento socioeconômico das pessoas e de suas comunidades

»» ENTREGA DE VALOR

Gerar resultados socioeconômicos para as sociedades cooperativas, seus integrantes e comunidade, com sustentabilidade.

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA COOPERATIVISTA

AUTOGESTÃO

De forma democrática e por meio de organismos de representatividade e autoridade legítimos, os próprios cooperados assumem a responsabilidade pela direção da cooperativa e pela prestação de contas da gestão.

SENSO DE JUSTIÇA

É o tratamento dado a todos aos cooperados com igualdade e equidade em suas relações com a cooperativa e nas relações com as demais partes interessadas.

TRANSPARÊNCIA

Facilitar voluntariamente o acesso das partes interessadas às informações que vão além daquelas determinadas por dispositivos legais, visando à criação de um ambiente de relacionamento confiável e seguro.

EDUCAÇÃO

Investir no desenvolvimento do quadro social visando à formação de lideranças, para que adquiram ou reciclem seus conhecimentos de gestão e administração frente à essência da identidade cooperativa, que é a base de sucesso e perpetuidade de sua doutrina.

SUSTENTABILIDADE

Buscar uma gestão ética nas relações internas e externas para geração e manutenção de valor a todas as partes interessadas, visando à perenidade da cooperativa, considerando os aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos.

AGENTES DA GOVERNANÇA NAS COOPERATIVAS

COOPERADOS

Os cooperados são as pessoas que contribuem para a formação do capital social da cooperativa e que, ao aderirem aos propósitos sociais e preencherem as condições estabelecidas no estatuto, tornam-se também beneficiários dos objetivos sociais.

ASSEMBLEIA GERAL

Órgão soberano da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, com poderes para deliberar sobre os negócios relativos ao seu objeto social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão colegiado, previsto em lei e eleito em Assembleia Geral, encarregado do processo decisório da cooperativa na esfera de seu direcionamento estratégico.

CONSELHO FISCAL

Órgão colegiado, eleito em Assembleia Geral, com poderes estatutário e legais de fiscalizar os atos da administração da cooperativa.

CONSELHO CONSULTIVO

Órgão facultativo, previsto em estatuto social, consultivo, formado preferencialmente por conselheiros independentes, para dar suporte ao Conselho de Administração e Diretoria sobre assuntos estratégicos.

COMITÊS SOCIAIS OU NÚCLEOS

Órgãos que podem ser divididos por região geográfica, produto ou especialidade, e faixa etária, compostos por cooperados ou familiares, visando estratificação do quadro social e grupos mais homogêneos, proporcionando maior participação do quadro social.

COMITÊS OU COMISSÕES TÉCNICAS

Órgãos de apoio e suporte ao Conselho de Administração e Diretoria para assuntos que requerem maior profundidade e detalhamento.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Sua atribuição básica é verificar se as demonstrações contábeis refletem adequadamente a realidade da cooperativa.

GESTÃO EXECUTIVA

Conjunto de responsáveis pela execução das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração/ Diretoria.

REPRESENTAÇÃO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE

OCEPAR

A missão da Ocepar é representar e defender os interesses do sistema cooperativista perante as autoridades constituídas e a sociedade, bem como prestar serviços para o pleno desenvolvimento das cooperativas e de seus integrantes. Desde 1997, exerce a função de sindicato patronal das cooperativas.

A Assembleia Geral é composta por representantes das cooperativas filiadas, a quem cabe tomar as decisões estratégicas e eleger a Diretoria – formada por 14 membros – que, por sua vez, indica um presidente executivo para aprovação da própria Assembleia Geral, para mandato de quatro anos.

A execução das políticas e diretrizes definidas em Assembleia Geral e pela Diretoria é de responsabilidade do presidente, que tem funções executivas e conta com a assessoria do superintendente da Ocepar, gerentes e coordenadores. O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e igual número de suplentes.

Fundada em 2 de abril de 1971, ao longo desses anos, a Ocepar tem obtido muitos avanços, como em 1997, ao assumir a função de sindicato patronal das cooperativas, bem como, em 1999, com a constituição do Sescoop/PR, e, em 2006, com a organização do sistema sindical cooperativo do Paraná, entre outros.

Com a assunção das prerrogativas sindicais, em 1997, a Ocepar viu a necessidade de modernizar seu sistema de representação sindical. Foram constituídos sindicatos especializados e uma federação para representá-los, surgindo, então, a Fecooper.

SESCOOP/PR

É o órgão estadual do Sescoop Nacional, constituído no dia 21 de setembro de 1999. Possui personalidade jurídica de direito privado e atua no monitoramento, formação profissional e promoção social.

O Conselho de Administração, que tem como presidente nato o presidente da Ocepar, é composto por cinco

membros titulares e quatro suplentes, entre os quais há representantes de cooperativas contribuintes, do Sescoop Nacional e dos empregados em cooperativas, eleitos para um mandato de quatro anos. O Conselho Fiscal é formado por três membros titulares e igual número de suplentes.

O Sescoop tem como objetivos organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social de empregados em cooperativas, cooperados e seus familiares, bem como operacionalizar o monitoramento das cooperativas.

As ações de monitoramento, os programas de formação destinados a diferentes áreas e o trabalho de promoção social fortalecem as cooperativas, possibilitando que dirigentes, cooperados e trabalhadores sejam treinados para melhor desempenharem suas atividades.

FECOOPER

É uma Federação Sindical que congrega nove sindicatos patronais de cooperativas: Ocepar, Sincooper Oeste, Sincooper Norte, Sincooper Centro-Sul, Sincooper Noroeste, Sincooper Sudoeste, Sincooper Crédito, Sincooper Transporte e Sincooper Saúde.

A missão da Fecooper é fazer a defesa do sistema cooperativista do Paraná, atuar como facilitadora nas negociações sindicais entre os sindicatos filiados e os sindicatos dos trabalhadores em cooperativas, e promover ações para que as cooperativas possam desenvolver suas atividades de forma segura nas áreas trabalhista e de segurança do trabalho.

O Conselho de Representantes é composto por dois membros de cada sindicato filiado, que elegem a Diretoria, o Conselho Fiscal e os Delegados Representantes junto à CNCoop. A Diretoria é constituída pelo presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e secretário suplente. O Conselho Fiscal é integrado por três membros titulares e três suplentes. A Assembleia elege dois delegados representantes junto à Confederação.

O Cooperativismo Paranaense em Números

»» 255 COOPERATIVAS

Organizadas em oito ramos (Agropecuário, Consumo, Crédito, Infraestrutura, Saúde, Trabalho e Produção de Bens e Serviços, Transporte e Seguros), as cooperativas são agentes fundamentais para a promoção de desenvolvimento nos estados brasileiros.

No final de 2025, 255 cooperativas estavam registradas na Ocepar, com unidades ou postos de atendimento instalados em quase todos os municípios do Paraná e de outros estados, oferecendo produtos e serviços de qualidade, preço justo e com responsabilidade socioambiental à população.

»» 4,47 milhões de cooperados

São 4,47 milhões de cooperados nas 255 cooperativas do estado, número 12% maior que no ano anterior.

»» 154,2 mil empregados

Em 2025, as cooperativas do Paraná empregaram um total de 154.200 pessoas, crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior.











»» R\$ 221,6 bilhões de faturamento

O cooperativismo paranaense atingiu em 2025 o faturamento de R\$ 221,5 bilhões, representando um crescimento nominal de 8% em relação ao ano de 2024.

»» R\$ 11 bilhões de sobras

O resultado líquido (sobras) em 2025 foi de R\$ 10,7 bilhões.

COOPERATIVAS DO PARANÁ - 2025

Ramos	 Cooperativas	 Cooperados	 Empregados
 Agropecuário	82	239.495	118.641
 Crédito	67	4.161.857	23.730
 Saúde	35	17.245	10.650
 Transporte	29	1.433	256
 Infraestrutura	22	44.471	558
 Trabalho, Produção de Bens e Serviços	14	9.800	267
 Consumo	6	4.772	185
TOTAL	255	4.479.342	154.287

* Estimativa 2025

Fonte: Ocepar

»» 82 COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

As 82 cooperativas agropecuárias contam com 239.495 cooperados. Em seus armazéns e agroindústrias, elas recebem o equivalente a 66% da produção de grãos e 45% da proteína animal do Paraná, sendo que 48% deste volume é industrializado nas 157 agroindústrias em operação, para então ser comercializado no mercado brasileiro e em vários países. As cooperativas agropecuárias vêm apresentando evolução contínua nos principais indicadores econômicos e financeiros, com mais investimentos, empregos e participação de mercado, e também com a ampliação da área de atuação para outros estados e países.

Em 2025, foram registradas 21 cooperativas-escola de colégios agrícolas que são classificadas no ramo agropecuário.

Nas exportações, as cooperativas alcançaram US\$ 7,94 bilhões em exportações, para 160 países, resultado da força das cadeias produtivas integradas.

»» 67 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As 67 cooperativas de crédito do Paraná finalizaram 2025 com 4.161 mil associados – incluindo números de São Paulo, Rio de Janeiro e de outros estados, com aumento de 455 mil novos cooperados no ano.

As cooperativas ampliaram sua capilaridade e consolidaram presença estratégica em lugares onde o sistema financeiro tradicional tem diminuído sua presença. Assim, são as únicas instituições financeiras em cerca de 130 municípios do Paraná.

São 1.346 pontos de atendimento, em 376 localidades, garantindo cobertura em 94,2% das cidades paranaenses e fortalecendo o acesso ao crédito produtivo e de inclusão financeira. O volume de ativos ultrapassa R\$ 172,5 bilhões, evidenciando a robustez do sistema.

Em 2025, o ramo também absorveu impactos relevantes decorrentes da implementação das normas do Conselho Monetário Nacional, especialmente da Resolução CMN nº 4.966/2021, que exigiu maior provisão nas operações de crédito, influenciando de forma direta os resultados do exercício.

»» 35 COOPERATIVAS DE SAÚDE

As 35 cooperativas de saúde retomaram a trajetória de crescimento e chegaram a 17.245 cooperados em 2025, entre médicos, odontólogos, enfermeiros, fisioterapeutas e outros profissionais. Merece destaque a intercooperação entre o Sistema Unimed e cooperativas de outros ramos. As cooperativas de saúde estão se estruturando em unidades próprias de atendimento, como hospitais e laboratórios, com o intuito de prestar serviços diferenciados aos seus clientes e reduzir custos dos procedimentos médico-hospitalares.

O ramo é composto por cooperativas médicas, odontológicas e de todas as profissões classificadas no CNAE como “atividades de atenção à saúde humana”, e também por cooperativas de pessoas que se reúnem para constituir um plano de saúde.

Em 2025, houve investimentos significativos: foram R\$ 415 milhões em unidades hospitalares, laboratórios e clínicas, para atender os 2,9 milhões de beneficiários de planos médico-hospitalares e odontológicos.

»» 29 COOPERATIVAS DE TRANSPORTE

No ramo transporte, as 29 cooperativas integram 1.433 transportadores autônomos. O número de cooperativas de transporte de cargas, formadas por caminhoneiros e pequenos empreendedores, está crescendo, em média, 10% ao ano. As cooperativas prestam serviços de transporte de cargas e de passageiros, promovendo a profissionalização e melhores condições de trabalho aos pequenos e médios transportadores.

O Conselho Estadual do Ramo Transporte, de atuação permanente, tem exercido papel estratégico na coordenação das demandas das cooperativas paranaenses e na interlocução qualificada junto ao Conselho Nacional.

Em 2025, destacaram-se os temas de alta relevância regulatória, como a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário, a cobrança de pedágio sobre eixos suspensos em veículos descarregados, a revisão de multas aplicadas pela ANTT e as discussões sobre mecanismos que viabilizem a renovação de frota das cooperativas. O setor de cargas já conta com mais de 3,1 mil caminhões na frota.

»» 22 COOPERATIVAS DE INFRAESTRUTURA

A opção de geração de energia alternativa trouxe novas perspectivas para as 22 cooperativas de infraestrutura, que contam com 44.471 associados, representando a diversificação de atividades, além do modelo tradicional. As cooperativas de infraestrutura prestam serviços de geração e distribuição de energia elétrica, saneamento básico, telecomunicação, construção civil, irrigação e habitação.

O destaque está na expansão das cooperativas de geração distribuída, que consolidam matrizes energéticas mais sustentáveis, reduzem custos para os cooperados e fortalecem a autonomia energética dos empreendimentos comerciais, rurais e industriais. O ramo já soma mais de 44 mil cooperados.

»» 14 COOPERATIVAS DE TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

As 14 cooperativas do ramo trabalho especializado evoluíram e hoje contam com 9.800 cooperados. O ramo reúne as cooperativas de prestação de serviços especializados a terceiros ou à produção de bens. Os cooperados são empreendedores

e donos do negócio, unem o capital à mão de obra, e estão orientados à autonomia e autogestão.

Para as cooperativas do ramo Trabalho e Produção de Bens e Serviços, o ano de 2025 apresentou um ritmo de crescimento estável e sustentado. Esse esforço foi fundamental para criar segurança jurídica, orientar adequações necessárias e fortalecer a representação institucional do ramo diante das propostas que impactam diretamente a organização do trabalho cooperado e a competitividade das cooperativas.

»» 6 COOPERATIVAS DE CONSUMO

O cooperativismo de consumo deu origem ao movimento cooperativista mundial, em 1844, na cidade de Rochdale-Manchester, no interior da Inglaterra. Naquele ano, um grupo de 28 pessoas, sem conseguir comprar o básico para sobreviver nos mercados da região, se uniu para montar seu próprio armazém.

No Paraná, as sete cooperativas de consumo realizam compra em comum para seus cooperados, tanto de produtos quanto de serviços. O ramo engloba, também, as cooperativas formadas por pais para contratação de serviços educacionais. Para as cooperativas de consumo, 2025 teve crescimento de faturamento próximo de 7%. Neste ramo, as cooperativas educacionais apresentaram desempenho acima da média, impulsionadas pela elevação superior a 5% no número total de alunos matriculados.

»» COOPERATIVAS DE SEGUROS

O ano de 2025 marca a entrada das cooperativas em um novo ramo, de seguros, criado pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) após a sanção da Lei Complementar 213/2025. A criação do ramo traz segurança jurídica e regras específicas para a atuação dessas cooperativas.

01

Ações Institucionais da Ocepar em 2025

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Ocepar, realizada no dia 1º de abril de 2025, aprovou, por unanimidade, as contas de 2024 e o plano de ação de 2025, com a presença de 111 lideranças de 68 cooperativas registradas. Outras 45

acompanharam a AGO em transmissão ao vivo pela TV Paraná Cooperativo, no canal da instituição, no YouTube. O evento contou com a participação da gerente geral do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Fabíola Motta e do vice-governador do Paraná, Darci Piana.



111 lideranças cooperativistas compareceram à AGO

DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

A Diretoria da Ocepar é composta por 14 integrantes, com mandato de quatro anos. A atual gestão refere-se ao período de 2023 a 2027.

Diretores: Adam Stemmer, Alexandre Gustavo Bley, Clemente Renosto, Elías José Zydek, Elói Darci Podkowa, Erik Bosch, João Francisco Sanches Filho, José Aroldo Gallassini, Luiz Roberto Baggio (Secretário-Geral), Manfred Alfonso Dasenbrock, Jean Rodrigues, Solange Pinzon de Carvalho Martins, Valter Pitol e Wellington Ferreira.

Conselho Fiscal da Ocepar: Titulares: Claudemir Cavalini Pereira de Carvalho, Fernando Tonus e Márcio Zwierewicz; e, como suplentes, Anderson Sabadin, José Carlos Bizetto e Wemilda Marta Fregonese Feltrin.

PRÉ-ASSEMBLEIAS

Entre os dias 10 e 13 de março, na 65ª edição dos Encontros de Núcleos Cooperativos, foram realizadas as pré-assembleias de prestação de contas do Sistema Ocepar. Durante as quatro reuniões, que ocorreram nas regiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Norte/Noroeste, foram apresentados os resultados de 2025 e o plano de ação para 2026. Os eventos reuniram 418 lideranças de 86 cooperativas.

REUNIÕES DE DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA OCEPAR

Em 2025, foram realizadas 11 reuniões da Diretoria, das quais, três online e oito presenciais, além de quatro reuniões do Conselho Fiscal.

DIRETORIA EXECUTIVA DO SISTEMA OCEPAR

Composta pelo presidente José Roberto Ricken e três superintendentes: Robson Mafioletti (Ocepar), José Ronkoski (Sescoop/PR) e Nelson Costa (Fecooper).

REGISTRO DE COOPERATIVAS

O ano foi encerrado com 255 cooperativas registradas no Sistema Ocepar, sendo 82 do ramo agropecuário; 67 de crédito; 35 de saúde; 30 de transporte; 22 de infraestrutura; 14 de trabalho, produção de bens e serviços; e seis de consumo. No ano, foram registradas 21 cooperativas-escola, que funcionam junto aos colégios agrícolas, e 14 do Sistema Cresol.

COORDENADORES DE NÚCLEOS

Os representantes dos ramos do cooperativismo do estado são os diretores e coordenadores de Núcleos da Ocepar. Núcleo Oeste: Valter Pitol (Copacol), vice Jaime Basso (Sicredi Vale do Piquiri); Núcleo Noroeste: Wellington Ferreira (Sicredi Dexis), vice Airton Galinari (Coamo); Núcleo Sudoeste: Clemente Renosto (Sicredi Soma), vice Paulo Pinto de Oliveira Filho (Coprossel); Núcleo Norte: João Francisco Sanches (Integrada), vice Omar Taha (Unimed Londrina); e Núcleo Centro-Sul: Luiz Roberto Baggio (Bom Jesus), vice Marcio Zwierewicz (Sicredi Campos Gerais).

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Participação em colegiados, câmaras especializadas e setoriais, e grupos de trabalho, com foco em temas de interesse do cooperativismo, como: Junta Comercial do Paraná, Conselho de Contribuintes da Secretaria de Estado da Fazenda, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Senar/PR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, em Brasília, em diversas Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, como a de Cereais de Inverno, de Logística e da Soja.

02 Eventos Institucionais

ENCONTRO ESTADUAL DE COOPERATIVISTAS

Desde a fundação da Ocepar, em 2 de abril de 1971, as cooperativas passaram a se reunir, esporadicamente, para tratar de assuntos do sistema cooperativista. Em 1977, na gestão de Benjamin Hammerschmidt, além do Troféu Ocepar, foi criado o Encontro Estadual, inicialmente com o nome de Fórum das Cooperativas, realizado a cada biênio.

No decorrer dos anos, o Fórum se transformou em Encontro Estadual de Cooperativistas Paranaenses, realizado anualmente. Seus principais objetivos são comemorar os resultados obtidos no ano, homenagear pessoas com o Troféu Ocepar e planejar as atividades futuras.

O Encontro era realizado, tradicionalmente, em Curitiba. Há alguns anos, entretanto, a Diretoria

decidiu levar o evento para o interior, para as sedes das Cooperativas. Em 2021, o Encontro foi realizado em Medianeira, na Cooperativa Lar. No ano de 2022, o encontro foi realizado no Centro de Eventos da Cooperativa Agrária, em Entre Rios, Guarapuava. Em 2023, o evento foi em Maringá. No ano de 2024, voltou a ser feito em Curitiba e, em 2025, foi realizado em Carambeí, aproveitando as comemorações dos 100 anos da Cooperativa Frísia.

Em 2025, o Encontro Estadual de Cooperativistas Paranaenses foi realizado no dia 28 de novembro, no Parque Histórico de Carambeí, nos Campos Gerais. O evento reuniu cooperados e seus familiares, dirigentes e colaboradores de cooperativas, representantes do Sistema OCB e líderes de organizações estaduais, além de autoridades e políticos, como o governador Ratinho Junior e o vice-governador Darci Piana.



Em 2025, o Encontro Estadual de Cooperativistas foi realizado no Parque Histórico de Carambeí

Aproximadamente 1.600 cooperativistas participaram do encontro, com cerca de 35 caravanas de todas as regiões do Paraná.

Também estiveram presentes os diretores da Ocepar e da Fecoopar, e integrantes do Conselho Administrativo do Sescop/PR, juntamente com demais lideranças do cooperativismo. A então superintendente do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Tania Zanella, representou o então presidente da instituição, Márcio Lopes de Freitas.

LIDERANÇAS E PARLAMENTARES PRESENTES

O governador Ratinho Junior também prestigiou o evento, juntamente com o vice-governador, Darci Piana, e os secretários de estado Norberto Ortigara, da Fazenda; Márcio Nunes, da Agricultura e Abastecimento; Guto Silva, das Cidades; Leandre Dal Ponte, da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa; Rafael Greca, do Desenvolvimento Sustentável; e Sandro Alex, de Infraestrutura e Logística. Também, o subchefe da Casa Civil, Lucio Tasso; a prefeita de Carambeí, Elisangela Pedrosa; o prefeito de Jaguariaíva, José Sloboda; o prefeito de Castro, Reinaldo Cardoso; e o secretário do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), Orlando Pessuti.

Entre os parlamentares, participaram os deputados federais, Pedro Lupion, Sérgio Souza, Ricardo Barros, o senador Sérgio Moro, os deputados estaduais Alexandre Curi, presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Fábio Oliveira, Moacir Fadel e Marcelo Rangel, além do vereador e presidente da Câmara Municipal de Carambeí, Eclaiton Moreira Bueno.

TROFÉU OCEPAR

Em 2025, os homenageados foram: Carlos



O governador Carlos Massa Ratinho Junior e a Frísia Cooperativa Agroindustrial foram homenageados com o troféu Ocepar



Massa Ratinho Junior, governador do Paraná, e a Cooperativa Agroindustrial Frísia. Ratinho Junior foi condecorado pelos relevantes serviços prestados ao cooperativismo, que contribuíram para que as cooperativas alcançassem um importante crescimento nesses 7 anos de sua gestão como governador. E a Frísia, pelo importante trabalho que realizou nesses 100 anos de atuação.

Em sua fala, Ratinho Junior enalteceu o trabalho das cooperativas, agradeceu a parceria com o governo do estado e reforçou sua admiração à contribuição do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Geraldo Slob, presidente da Frísia Cooperativa Agroindustrial, destacou os 100 anos da fundação da Frísia, e seu poder transformador na vida das pessoas. O dirigente frisou que, nesses 100 anos, a cooperativa sempre trabalhou olhando para seus associados, para que eles pudessem ter as melhores condições para produção, e sempre com olhos voltados ao mercado – com produtos de qualidade e garantia de origem, para atender às demandas da população.

AÇÕES CULTURAIS E TÉCNICAS

Ao chegar ao Parque Histórico, os participantes foram recepcionados pela Trupe do Circo, com muita alegria e bom humor.

No grande pavilhão, onde foi realizado o evento, eles aguardaram o início oficial da programação ao som de João Pedro Teixeira, que é acordeonista, compositor, arranjador e premiado instrumentista. O artista possui um estilo original e marcante. É compositor da obra "Sinfonia Inesperada", que foi executada pela primeira vez com a Orquestra Sinfônica Brasileira em 2023, no Rio de Janeiro.

Os Corais da Frísia, do Sistema Ocepar e dos Fazendeiros do Centro Cultural Castrolanda se apresentaram, seguidos do show musical comandado por Simão Wolf.

O professor e pesquisador Alexandre Pellaes apresentou a palestra "Propósito e Pertencimento". Pellaes é especialista em temas relacionados ao significado do trabalho, novos modelos de gestão, futuro do trabalho, Recursos Humanos e liderança humanizada.

ENCONTRO DE NÚCLEOS COOPERATIVOS

A primeira rodada do Encontro de Núcleos Cooperativos de 2025 ocorreu de 10 a 13 de março. Em sua 65ª edição, os encontros foram realizados em Mariópolis (Sudoeste), Cascavel (Oeste), Mandaguari (Norte/Noroeste) e Lapa (Centro-Sul), com a presença de 418 lideranças cooperativistas.

A segunda rodada de 2025, 66ª edição do Encontro de Núcleos Cooperativos, foi realizada de 13 a 16 de outubro. Das quatro reuniões, participaram 610 lideranças, de 77 cooperativas, nas cidades de Guarapuava (Centro-Sul), Pato Branco (Sudoeste), Cascavel (Oeste) e Ubiratã (Norte e Noroeste). As reuniões foram acompanhadas pela secretária de estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte. Em Guarapuava, participaram os deputados Sergio Souza e Pedro Lupion e, em Ubiratã o deputado Pedro Lupion.

FÓRUM DOS PRESIDENTES

A edição 2025 do Fórum dos Presidentes das Cooperativas Paranaenses, promovido pela Ocepar, ocorreu no dia 8 de julho, em Curitiba, com a participação de 100 lideranças.

O vice-governador do Paraná, Darci Piana, esteve no evento, onde enalteceu a importância do cooperativismo para o desenvolvimento do Paraná e destacou a criação de cooperativas nas escolas agrícolas. Na ocasião, foi assinado um protocolo entre a Ocepar e as secretarias de estado da Educação (Seed) e da Agricultura e do Abastecimento (Seab). O secretário da Agricultura e do Abastecimento, Márcio Nunes, ressaltou a relevância da integração entre a educação e o desenvolvimento social, e o diretor de Educação da Seed,



Secretária Leandre Dal Ponte, vice-governador Darci Piana e presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, assinam carta-compromisso de combate à violência contra a mulher

Anderfábio Oliveira dos Santos, destacou que as cooperativas-escola irão fortalecer os vínculos entre o ensino técnico e o setor produtivo. Como resultado do protocolo, foram registradas na Ocepar 21 cooperativas-escola. A lei que legitima a instituição das cooperativas agrícolas nas escolas está aprovada desde 2023.

Durante o Fórum houve ainda a assinatura de uma carta-compromisso para garantir às cooperativas o Selo de Boas Práticas no Combate À Violência Contra A Mulher. O documento contou com as assinaturas da secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte, do vice-governador Darci Piana e do presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken.

O economista e consultor Juan Jensen falou sobre a “Nova Geopolítica Mundial e os Impactos no Comércio Exterior”, e o secretário adjunto de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa),

Marcel Moreira, discorreu sobre as conexões entre o ministério e as cooperativas e também sobre a atuação para abertura de mercados aos produtos brasileiros. O diretor da Invest Paraná, Eduardo Bekin, destacou os projetos do governo para garantir que o setor produtivo possa continuar crescendo.

REUNIÕES DE DIRETORIA

Ao longo do ano, a Diretoria se reuniu em 11 ocasiões. A última foi realizada no dia 12 de dezembro, na sede do Sistema Ocepar, com a possibilidade de participação online. A seguir, outras reuniões que foram destaque no ano:

REUNIÃO DE DIRETORIA NO SHOW RURAL

A 1ª reunião de Diretoria de 2025 foi no dia 11 de fevereiro, na Casa Paraná Cooperativo, durante a realização do Show Rural Coopavel, em Cascavel, no Oeste do estado. Participaram os governadores do Paraná Ratinho Junior, e do



1ª reunião da Diretoria de 2025, realizada no Show Rural



Reunião realizada no Encontro de Núcleo Cooperativo, em Uiratã, com recorde de público

Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel; o vice-governador, Darci Piana; deputados federais Pedro Lupion, Tião Medeiros, Luiz Nishimori e Dilceu Sperafico. Também os secretários da Agricultura, Natalino de Souza; da Fazenda, Norberto Ortigara; do Turismo, Márcio Nunes; da Indústria e do Comércio, Ricardo Barros; e da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte.

REUNIÕES NOS ENCONTROS DE NÚCLEOS COOPERATIVOS

As 2ª e 9ª reuniões de Diretoria do ano ocorreram durante a primeira e segunda rodadas dos Encontros de Núcleos Cooperativos, respectivamente de 10 a 13 de março e de 13 a 16 de outubro. Em ambas as ocasiões, as pautas das reuniões foram as mesmas dos encontros realizados em todos os núcleos.

REUNIÃO DE DIRETORIA NO PALÁCIO IGUAÇU

A reunião do dia 9 de setembro ocorreu no Palácio Iguazu e contou com a presença do governador Ratinho Junior e do presidente do Paraguai, Santiago Peña, que na ocasião expôs as oportunidades de investimentos no Paraguai.

REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DO ANO

A reunião das Diretorias da Ocepar e Fecoopar, do Conselho de Administração do SESCOOP/PR, e dos Conselhos Fiscais das três entidades ocorreu no dia 12 de dezembro. Durante o encontro foi realizada uma avaliação do ano de 2025 e foram apresentadas as perspectivas para 2026.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PRESIDENTES

A etapa nacional do módulo do Programa de Formação de Presidentes foi realizada nos dias 24 e 25 de abril, em Curitiba, e promoveu o debate de assuntos relacionados ao mandato do presidente e a dimensão política de direção, com José Paulo Carelli, e à transformação digital na cadeia do agro, com o professor Ricardo Engelbert. Também foram analisadas as dimensões de tomadas de decisão e os desafios da governança, com a palestra de Pedro Belisário. O programa foi realizado com o apoio do SESCOOP/PR, do ISE Business School, de São Paulo, e IESE Business School sediado em Barcelona. A etapa internacional foi sediada em Valência, Espanha, onde foram tratados temas relacionados às tendências que afetam o agronegócio, avaliação de oportunidades e o papel da governança, diversificação de investimentos e desafios logísticos. A programação teve ainda uma visita ao Porto de Valência.

Vinte e quatro presidentes do cooperativismo participaram, de 02 a 06 de maio, da etapa



O Programa de Formação de Presidentes levou as lideranças para discussões e visitas técnicas

internacional da formação, na Espanha, onde tiveram a oportunidade de tratar de diferentes temáticas e visitas técnicas. Um dos assuntos em destaque foi "Agronegócio, forças-chave e tendências". Os professores Gonçalo Andrade e Pedro Belisário, do ISE Business School, discorreram, respectivamente, sobre tendências de consumo no setor agroalimentar e análise de negócios e investimentos. Houve também um painel especial com o adido agrícola do Brasil na União Europeia, Glauco Bertoldo, que apresentou detalhes sobre o acordo União Europeia (UE) e Mercosul. Ele prestou ainda esclarecimentos relativos ao Regulamento sobre Produtos Livres de Desmatamento da União Europeia (EUDR), legislação que visa garantir que produtos importados para a UE não estejam associados ao desmatamento.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS

Os executivos participaram do módulo nacional entre os dias 14 e 16 de maio, em São Paulo, e do módulo internacional, em Singapura e Indonésia, no período de 21 a 27 de junho.

Um grupo de 28 executivos de cooperativas agropecuárias do Paraná participou de

uma missão técnica internacional, com uma programação intensa em Singapura e Jacarta, na Indonésia. O objetivo foi aprofundar conhecimentos sobre o ambiente econômico asiático, estabelecer parcerias e buscar oportunidades comerciais e de inovação.

A agenda, iniciada em 21 de junho e com término em 27 de junho, contemplou atividades como visitas técnicas, reuniões com autoridades e empresas locais, além de aulas com especialistas em economia e cultura asiática. Em Singapura, o grupo participou de encontros com especialistas sobre o ambiente social, demográfico e econômico da Ásia, e de visitas institucionais para imersão no contexto regional.

Em Jacarta, a programação incluiu reuniões com representantes do setor agroalimentar, visitas a mercados e encontros com entidades locais, como a Kadin (Kamar Dagang dan Industri, ou Câmara de Comércio e Indústria) e o grupo FKS, multinacional de agronegócios.

O programa foi realizado com apoio do SESCOOP/PR, do ISE Business School, de São Paulo, e do IESE Business School, sediado em Barcelona.

EVENTO COMEMORATIVO AO ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS E 100 ANOS DA FRÍSIA

Um evento que reuniu cerca de 500 pessoas no Palácio Iguazu, no dia 7 de julho de 2025, marcou a celebração pelo Ano Internacional das Cooperativas e pelos 100 anos da Frísia Cooperativa Agroindustrial, a mais antiga cooperativa agropecuária do Paraná. Lideranças políticas e empresariais estiveram presentes na celebração, que foi realizada pelo governo do Paraná e pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

O presidente da Alep, Alexandre Curi, destacou a importância do ambiente seguro para a prosperidade dos negócios no Paraná e agradeceu às cooperativas por terem ajudado o Paraná a chegar ao melhor momento de sua história. O governador em exercício, Darci Piana, destacou as ações de intercooperação do estado com o setor produtivo e parabenizou a Frísia por seus 100 anos de atividade. O presidente da Frísia, Geraldo Slob, resgatou a trajetória da cooperativa, lembrando os pioneiros que chegaram da Holanda e que, em 1925, fundaram a cooperativa. Geraldo Slob recebeu do presidente da Alep uma Menção Honrosa pelos 100 anos da cooperativa.

No hall de entrada do Palácio Iguazu foi aberta a exposição “Cooperativismo: História, Legado e Futuro”, que permaneceu aberta a visitantes de 7 a 17 de julho.

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS ENTRE COOPERATIVAS

As alianças estratégicas entre cooperativas estiveram entre os temas da pauta da Ocepar em 2025. Dentre as ações desenvolvidas em 2025 nessa área, houve reuniões do presidente da Ocepar, José Roberto Ricken, com as diretorias de cada cooperativa agropecuária sobre ações que podem ser adotadas para o estabelecimento de parcerias de longo prazo que tenham objetivos comuns, como expansão de mercado, desenvolvimento de novos produtos, acesso a conhecimentos e recursos, e ganho de escala. Os encontros também tiveram como finalidade a avaliação do que já existe e o que pode ser feito para impulsionar as ações com cooperativas.

A relevância do tema o coloca como um dos pilares do Plano Paraná Cooperativo/PRC300.

O trabalho resultante das reuniões foi apresentado nos Encontros de Núcleos Cooperativos e terá continuidade em 2026, na programação do Fórum dos Presidentes.



Abertura da exposição “Cooperativismo: História, legado e Futuro”, no Palácio Iguazu

03 Medidas Governamentais que Impactam o Cooperativismo

O ano de 2025 foi marcado por alterações nas áreas do Legislativo, Executivo e Judiciário, nas esferas Federal e Estadual.

REGISTRO DAS COOPERATIVAS NA OCB

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da exigência de registro das cooperativas na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou por meio de sua respectiva organização estadual. O Agravo em Recurso Extraordinário foi finalizado em 8 de agosto de 2025, pela 2ª Turma do STF. Os ministros confirmaram a validade do artigo 107 da Lei nº 5.764/71, que determina o registro das cooperativas na OCB ou em sua organização estadual.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Em 2025, a Ocepar manteve a atenção a este tema, participando de discussões do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar PLP 108/2024, que trata da regulamentação da reforma tributária e detalha as regras de funcionamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), conforme dispõe a Emenda Constitucional 032, da reforma tributária aprovada em 2023. Além disso, houve participação também nas discussões sobre a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que consolidou o



O reconhecimento do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo foi uma das conquistas do ano

reconhecimento do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo e a criação de um regime específico de tributação para as cooperativas na Constituição Federal.

ÁREAS EM FAIXA DE FRONTEIRA

A Lei nº 15.206/25 prorrogou o prazo para a regularização de áreas rurais localizadas em faixa de fronteira até outubro de 2030. O objetivo é dar mais tempo para que os proprietários solicitem a certificação de georreferenciamento e a atualização de seus imóveis junto ao Incra, garantindo segurança jurídica aos proprietários rurais. O dispositivo que previa a possibilidade de nova prorrogação do prazo até 2040 foi vetado pelo presidente da República. Até o fechamento deste relatório, o veto ainda não havia sido apreciado pelo Congresso Nacional.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Foi sancionada pelo governo federal a Lei nº 15.179, de 25 de julho de 2025, que trata do crédito consignado destinado a empregados da iniciativa privada com carteira assinada. A nova lei garante que as cooperativas de crédito possam operar por convênios diretos com empregados, fora da plataforma digital E-Consignado.

Em 2025, o ramo também absorveu impactos relevantes decorrentes da implementação das normas do Conselho Monetário Nacional, especialmente da Resolução CMN nº 4.966/2021, que exigiu maior provisão nas operações de crédito, influenciando de forma direta os resultados do exercício.

COOPERATIVAS DE INFRAESTRUTURA

A Lei nº 15.235/2025, que dispõe sobre a reforma do setor elétrico, manteve os descontos nas unidades estabelecidas como Classe Rural,

inclusive cooperativas de eletrificação rural que possuam atividades de irrigação e aquicultura.

Cabe destaque também à Lei nº 15.324/2026, relatada na Comissão de Ciência e Tecnologia pelo Senador Flávio Arns, que assegura a prestação de serviços de telecomunicações pelas cooperativas de eletrificação.

Já a Lei nº 15.269, de 24 de novembro de 2025, não incluiu dispositivo apresentado pelo Ministério da Fazenda que extinguiu a subvenção por baixa densidade de cargas para cooperativas de eletrificação rural – mantendo, portanto, a subvenção.

COOPERATIVAS DE SEGUROS

A OCB e a Susep (Superintendência de Seguros Privados) trabalharam para regulamentar a Lei Complementar 213/2025, que moderniza as cooperativas de seguros, permitindo sua atuação em todos os ramos de seguros privados, exceto os vedados por futuras regulamentações. A legislação estabelece regras para as cooperativas de seguros e para as administradoras de proteção patrimonial mutualista, ampliando a segurança jurídica e as oportunidades de negócios para as cooperativas no Brasil.

A OCB criou o Ramo Seguros para fortalecer o setor cooperativista, ampliando a atuação que, antes da nova lei, se restringia aos seguros agrícolas, de saúde e de acidentes de trabalho. A entidade promoveu eventos, capacitações e grupos de trabalho para preparar as cooperativas e profissionais para as novas regras.

ACORDO DE PARCERIA ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA (UE)

O acordo firmado após 25 anos de negociações deve privilegiar o setor do agronegócio com



Acordo entre União Europeia e Mercosul foi aprovado em janeiro de 2026

condições tarifárias mais vantajosas para carne bovina, aves, soja, café, frutas e produtos orgânicos. A União Europeia (UE) é um dos maiores mercados consumidores do mundo e valoriza produtos que cumpram critérios de sustentabilidade e rastreabilidade, algo que o cooperativismo possui como princípio, criando a perspectiva de abertura de mercado aos produtos das cooperativas brasileiras.

A assinatura do Acordo ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026, no Paraguai. Dentre as medidas negociadas há um sistema de salvaguardas, definindo que poderá haver suspensão temporária das preferências tarifárias sobre as importações agrícolas dos países do Mercosul, caso prejudiquem os produtores europeus. Depois da assinatura, o tratado passa a valer assim que o Parlamento Europeu o aprovar. No caso do Brasil, basta a aprovação pelo Congresso Nacional.

LEI ANTIDESHMATAMENTO

A presidência do Conselho Europeu e negociadores do Parlamento Europeu adiaram a entrada em vigência da Lei Antidesmatamento. Segundo o cronograma original, a lei passaria a vigorar no dia 30 de dezembro de 2025, salientando que já havia sido adiada por um ano.

O Parlamento votou o acordo em sessão plenária realizada entre 15 e 18 de dezembro.

Para entrada em vigor, o texto precisa de aprovação do Parlamento e do Conselho.

Pelo acordo, todas as empresas terão mais um ano para se adequarem às regras da Lei Antidesmatamento. Grandes empresas deverão aplicar a nova regra a partir de 30 de dezembro de 2026, enquanto as pequenas, a partir de 30 de dezembro de 2027.

Para o Brasil, o adiamento é importante para que os sistemas de certificação de plantio em áreas não desmatadas possam ser consolidados, a fim de facilitar a comprovação e a documentação exigida para exportação aos países que compõem a União Europeia.

DECISÃO DO TRF4 SOBRE A FAIXA DE INFRAESTRUTURA EM PONTAL DO PARANÁ

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu, por unanimidade, liberar a continuidade do licenciamento da Faixa de Infraestrutura no litoral do Paraná. O Tribunal acolheu o recurso do governo do Paraná e reverteu uma decisão anterior que suspendia as obras. A decisão considerou válidos o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto. A decisão permite ao estado prosseguir com o licenciamento ambiental para a construção da nova rodovia paralela à PR-412 e do canal de macrodrenagem.

A Faixa de Infraestrutura visa melhorar a mobilidade, reduzir alagamentos no município de Pontal do Paraná e impulsionar o desenvolvimento econômico e turístico da região, bem como viabilizar a construção da rodovia que dará acesso ao porto de Pontal do Paraná.

DECISÃO DO TRF4 SOBRE A PREVALÊNCIA DO CÓDIGO FLORESTAL SOBRE A LEI DA MATA ATLÂNTICA

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu que o Código Florestal (Lei 12.651/2012) prevalece sobre a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) no que diz respeito à regularização de áreas rurais consolidadas (ocupações existentes até 22 de julho de 2008).

Essa decisão garante que as propriedades rurais inseridas no bioma Mata Atlântica possam seguir as regras do Código Florestal para a regularização ambiental, inclusive para a manutenção de atividades agrossilvipastoris em Áreas de Preservação Permanente (APPs) já ocupadas, desde que atendidos os critérios da Lei.

STJ RECONHECE NATUREZA EXTRACONCURSAL DE CRÉDITOS

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que os créditos oriundos firmados entre cooperativas de crédito e seus associados são considerados atos cooperativos e, portanto, não se submetem aos efeitos da recuperação judicial.

Em decisão sobre ato cooperativo em recuperação judicial, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a não sujeição do ato cooperativo típico, firmado entre cooperativa e cooperado para a consecução de seus fins sociais, aos efeitos da recuperação judicial, em conformidade com o art. 6º, § 13º, da Lei nº 11.101/05 e o art. 79 da Lei nº 5.764/71. Trata-se da primeira decisão proveniente da 4ª Turma do STJ sobre a matéria.

O julgamento, ocorrido no Agravo Interno no REsp nº 2.207.441/PR, de relatoria da Ministra

Isabel Gallotti e concluído em 1º/12/2025, representa mais um marco em defesa do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e do mutualismo. A decisão, unânime, aplicou as mesmas premissas e fundamentos que ampararam o julgamento do REsp nº 2.091.441/SP, de relatoria do Ministro Villas-Bôas Cueva, da 3ª Turma do STJ e que constituiu o primeiro precedente da Corte sobre o tema.

A decisão ocorre em mais um processo que conta com atuação coordenada pela OCB, em conjunto com os sistemas de cooperativas de crédito, de defesa da exclusão dos atos cooperativos das recuperações judiciais.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Lei nº 15.190, de 08 de agosto de 2025, Lei Geral do Licenciamento Ambiental (LGLA), estabeleceu diretrizes gerais para o processo, regulamentando o inciso IV do art. 225 da Constituição Federal e alterando leis anteriores sobre o tema. Define regras e padrões nacionais para o licenciamento, que pode ser complementada por leis estaduais e municipais, e busca unificar e padronizar os processos de licenciamento em todo o país, trazendo novas modalidades.



No Paraná, Lei que moderniza licenciamento ambiental passou a vigorar em abril de 2025

No Paraná, a Lei nº 22.252/2024, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 9.541/2025 de 11 de abril de 2025, alterou e simplificou o processo de licenciamento ambiental, que agora passa a ter como referência a nova Lei federal.

ACESSO A RECURSOS DO FNDCT

Lei Ordinária 15.184/2025: A Lei garante que cooperativas, reconhecidas como agentes de inovação, possam acessar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

LEI DA RECIPROCIDADE ECONÔMICA

A Lei nº 15.122/2025 permite ao Brasil adotar contramedidas proporcionais contra países que imponham barreiras comerciais prejudiciais aos interesses nacionais, como tarifas e sanções. Essa legislação visa defender a competitividade brasileira e pode incluir a imposição de tarifas, restrições de importação e outras ações em resposta a medidas adotadas por outros países.

A Lei foi regulamentada por um decreto que estabeleceu um Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais para analisar e deliberar sobre a aplicação das medidas.

MARINGÁ: CAPITAL NACIONAL DO ASSOCIATIVISMO

A Lei nº 15.332 de 07 de janeiro de 2026 confere ao município de Maringá o título de Capital Nacional do Associativismo. Destaque para a atuação do senador Flávio Arns e do deputado federal Luiz Nishimori para a aprovação do referido projeto.

ÁREA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

No dia 6 de junho de 2025, a diretoria-geral da Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA), Emmanuelle Soubeyran, entregou o certificado de reconhecimento do Brasil como país livre de febre aftosa sem vacinação. A busca pelo novo status foi iniciada há mais de 60 anos e representa um marco para a pecuária





brasileira, com a possibilidade de abertura de oportunidades de mercado.

SANIDADE ANIMAL

A confirmação pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) no dia 15 de maio de 2025 da presença do vírus da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) em matizeiro de aves comerciais no estado do Rio Grande do Sul, no município de Montenegro, causou substanciais prejuízos para a avicultura brasileira, que viu seus principais mercados se fecharem para as importações da carne de frango.

As medidas de contenção e erradicação do foco previstas no plano nacional de contingência foram realizadas para debelar a doença, manter a capacidade produtiva do setor, garantir o abastecimento e a segurança alimentar da população, e também para promover a retomada das exportações.

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

(Adapar) adotou uma série de medidas rigorosas para prevenir e combater a gripe aviária no estado, em conjunto com as entidades do setor, como Ocepar e Fundepec (Fundo de Defesa Agropecuária). Dentre as medidas adotadas estão o aumento da vigilância ativa e o reforço da biossegurança em granjas, notificação e atendimento prioritário de suspeitas, e treinamento de profissionais. As medidas foram importantes para defesa da avicultura do Paraná. A China, um dos principais mercados do Brasil para a carne de frango, retomou as importações brasileiras somente em novembro de 2025, revogando o embargo que havia sido imposto em maio.

Outra ação na área foi o lançamento, pelo Mapa, do novo serviço de Registro de Estabelecimentos de Produtos de Origem Animal, que automatiza e acelera a obtenção do Serviço de Inspeção Federal (SIF) para estabelecimentos que atuam na produção de alimentos de origem animal destinados ao consumo nacional e à exportação.

TARIFA AMERICANA AOS PRODUTOS BRASILEIROS

A imposição de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros pelos Estados Unidos atingiu diretamente 56% das exportações nacionais destinadas ao mercado norte-americano.

Ainda que setores estratégicos tenham sido isentos logo em seguida (aeronáutico, energia, celulose e papel, automotivo, e suco de laranja), os demais produtos importantes para a pauta exportadora brasileira (açúcar, carnes, café e frutas) somente tiveram alívio em meados do mês de novembro, com a retirada da tarifa para uma série de produtos, mas ainda mantida para madeira e peixe, entre outros.

Para o agronegócio e as cooperativas o impacto ao longo do ano foi grande, pois o tarifaço norte-americano representou um choque negativo, com a queda das exportações e direcionamento para outros mercados.

PEC DO MARCO TEMPORAL

O Senado aprovou no dia 9 de dezembro de 2025, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023 que incorpora ao texto constitucional o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A proposta determina que povos indígenas podem reivindicar apenas as terras que ocupavam ou disputavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.



PEC do marco temporal para demarcação de terras indígenas foi aprovada pelo Senado em dezembro

O texto foi modificado para incluir na Constituição garantias a particulares que comprovarem “posse de boa-fé”, incluindo indenização pelo solo e por benfeitorias, e segue para a Câmara Federal.

O texto aprovado retornou para a Câmara dos Deputados.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (SOT)

Criada em fevereiro de 2025, pelo Decreto nº 8.922/25, a Superintendência-Geral de Ordenamento Territorial (SOT) é um órgão do governo do estado do Paraná. Sua principal função é desenvolver estratégias para o ordenamento territorial do estado, com o objetivo de compatibilizar usos, interesses e políticas públicas em relação ao espaço. Isso inclui o acompanhamento da regularização ambiental e produtiva, o planejamento territorial e a coordenação de políticas para o desenvolvimento sustentável, especificamente, focada nas questões de regularização relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), com a finalidade de análise, validação e fiscalização das informações declaradas no CAR.

Quando a Superintendência foi constituída, dos 541.855 imóveis cadastrados no CAR, apenas 3.950 haviam sido homologados. Em um ano de atividade, o número de imóveis homologados passou para 250 mil. O anúncio de atingimento desse número pelo governo ocorreu no dia 5 de dezembro de 2025, no Evento de Líderes Rurais, promovido pela FAEP.

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE GESTÃO DE ENERGIA

Com a privatização da Copel, o governo do estado do Paraná criou, no dia 11 de novembro de 2024, a Superintendência-Geral de Gestão Energética (Supen), vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL).

Seu objetivo é concentrar e coordenar as ações estratégicas do estado no setor energético, com foco no planejamento de longo prazo, eficiência, inovação e na implementação eficaz de políticas públicas direcionadas a projetos prioritários, especialmente aqueles relacionados à transição energética e ao desenvolvimento de energias renováveis.

ROTA DO PROGRESSO

Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses com os menores indicadores do Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), o governo do estado lançou o programa Rota do Progresso, destinando em 2024 mais de R\$ 2,5 bilhões para projetos de estímulo à economia, à geração de emprego e à qualidade de vida dessas cidades. Para 2025, a Secretaria da Fazenda liberou mais R\$ 250 milhões. Ao todo, 80 municípios paranaenses participam da iniciativa, que conta com a possibilidade de atração de investimentos a partir da utilização de créditos acumulados de ICMS.

PROGRAMA PARANÁ COMPETITIVO

Em 2025, o Programa Paraná Competitivo foi ampliado, possibilitando o uso de créditos de ICMS para financiar investimentos nas cooperativas agropecuárias para projetos de Armazenagem, Energia Renovável e Rota do Progresso (municípios com índice igual ou inferior a 400 no IPDM).

A utilização dos créditos foi viabilizada por meio de programas como o Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais AgroParaná, (FIDC). Esta nova modalidade visa impulsionar o setor e complementar os recursos do Plano Safra

Nacional, aplicando regras específicas para empresas e cooperativas acessarem esses recursos. A Ocepar tem atuado em conjunto com a Secretaria da Fazenda e a Invest Paraná nos últimos anos para otimizar a utilização dos créditos acumulados do ICMS nas cooperativas, que neste ano alcançaram um volume aproximado de R\$ 2,6 bilhões, investidos em projetos aprovados nestas modalidades.

COOPERA/PR

Aumento dos recursos para o Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná (Coopera Paraná), de até R\$ 100 milhões em recursos financeiros, com o objetivo de fortalecer e impulsionar o cooperativismo no estado. Na edição anterior, o valor era de R\$ 31,5 milhões.

O Coopera/PR é coordenado pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), e contempla cooperativas e associações ligadas à agricultura familiar que desejam ter mais competitividade nos negócios e desenvolvimento sustentável no campo.

Depois de analisadas as propostas e habilitadas as organizações proponentes, o programa deve liberar até R\$ 2,2 milhões em recursos financeiros por cooperativas e associações da agricultura familiar com Projeto de Negócio aprovado. No edital anterior, os valores eram de até R\$ 300 mil para associações e R\$ 720 mil para cooperativas.

O foco do Coopera Paraná é promover ações integradas entre os setores público e privado, assessorando as cooperativas em áreas como gestão e governança, e acesso a mercados e a crédito. Também inclui a capacitação de dirigentes, técnicos e equipes administrativas,

além da implementação de políticas de apoio financeiro para investimentos.

Para ser contemplada no Coopera/PR, a cooperativa deve ter um faturamento anual de até R\$ 300 milhões. Esse valor amplia o número de cooperativas aptas a participar, já que antes o teto de faturamento era de R\$ 40 milhões.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), a Ocepar, o Sescoop/PR e a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) são parceiros do Coopera/PR.

ISENÇÃO DE ICMS PARA LÁCTEOS

O governo do Paraná aderiu ao Convênio ICMS 181/2019, que concede isenção do ICMS nas vendas internas de queijo, requeijão e doce de leite no Paraná. A medida atende uma antiga reivindicação dos produtores desses alimentos e coloca o estado em igualdade de condições com São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

PRAZO PRORROGADO PARA A NFP-E

Uma medida da Secretaria da Fazenda do Paraná prorrogou o prazo para os agricultores adotarem a Nota Fiscal de Produtor rural (NFP-e). Com isso, a nova data para adequação passou a ser dia 5 de janeiro de 2026. A NFP-e é um documento exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, destinado a registrar transações que envolvem a circulação de mercadorias para fins fiscais. A NFP-e é fundamental para o controle do ICMS, pois registra as operações de circulação de

mercadorias realizadas por produtores rurais, permitindo a correta apuração e fiscalização do imposto ao longo da cadeia produtiva.

LEI Nº 22.645/2025 – ALTERAÇÕES NO IPVA NO PARANÁ

Essa lei baixou o IPVA no Paraná, sancionada em 23 de setembro de 2025, reduziu a alíquota principal de 3,5% para 1,9% do valor venal dos veículos automotores, com efeitos a partir de 2026.

PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PARA COOPERATIVAS

O governo do estado sancionou, no dia 24 de junho de 2025, a Lei nº 22.483/2025, que instituiu o programa especial de parcelamento de débitos de ICMS voltado às sociedades cooperativas em processo de liquidação. A nova legislação garante condições diferenciadas para a regularização tributária e é direcionada às cooperativas que iniciaram liquidação até 31 de dezembro de 2023. O programa permitiu reduções expressivas de juros e multas, que podem chegar a 95% conforme o tipo de débito, abrangendo inclusive créditos inscritos em dívida ativa.

RECONSTITUIÇÃO DE LEITE EM PÓ

Lei Estadual nº 22.765/2025, proibiu a reconstituição de leite em pó e outros derivados importados para consumo alimentar no Paraná. Essa medida vem ao encontro da reivindicação das cooperativas e produtores que acabam sendo atingidos pela concorrência de leite de outros países.

CONECTIVIDADE RURAL

Por meio da Lei nº 22.788/2025 foi instituído o Programa Paraná Conectado, voltado à

expansão da conectividade e da infraestrutura de telecomunicações no meio rural do Paraná, com foco em levar internet de alta velocidade e telefonia móvel a produtores, cooperativas e agroindústrias, promovendo a inclusão digital, a inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável no campo. A iniciativa será coordenada pela Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial (Seia) e pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), com financiamento do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), com o prazo de regulamentação de até 90 dias. Destaque para a atuação do deputado estadual Fábio Oliveira (Podemos), presidente da Comissão de Ciência Tecnologia e Ensino Superior da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), que liderou as discussões no legislativo estadual e promoveu diálogos no tema com o governo do estado.

PROGRAMA REGULARIZA PARANÁ

Oriundo da Lei Estadual nº 22.764/2025 e regulamentado pelo Decreto 12.099/2025,

o Programa Regulariza Paraná permite a regularização de débitos estaduais, abrangendo créditos tributários (ICMS, IPVA) e créditos não tributários, incluindo aqueles que são decorrentes da atuação fiscalizatória do Instituto Água e Terra (IAT), da Adapar e outros órgãos de estado, com condições especiais de pagamento e redução de multas e juros. O programa possibilita quitação em parcela única com desconto ou parcelamentos em até 24 ou 60 vezes, conforme o tipo de crédito, e aplica-se a dívidas constituídas ou não, inscritas em dívida ativa, ajuizadas ou em parcelamentos anteriores, garantindo descontos progressivos sobre multas e encargos moratórios. Houve a regulamentação do parcelamento para créditos tributários, ficando pendente, até o momento do fechamento desta edição, a regulamentação do parcelamento de créditos ambientais, por parte do IAT.

FIDC AGRO PARANÁ

O Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIDC Agro Paraná)



Com taxas de juros equivalentes às do Plano Safra, o FIDC foi apresentado como uma alternativa complementar ao crédito rural federal

foi lançado pelo governo do Paraná com a finalidade de oferecer crédito de longo prazo com juros mais baixos a cooperativas e produtores rurais do estado, focando em infraestrutura e investimentos (aviários, pocilgas, irrigação, armazenagem, etc.). O fundo utiliza uma estrutura de cotas que combina recursos públicos, privados e do mercado, permitindo alavancar recursos em investimentos e modernizar o agronegócio paranaense.

O fundo é dividido em cotas (sênior, mezanino, subordinada), em que o governo subsidia o risco na cota sênior, o mercado na cota mezanino, e cooperativas/indústrias na subordinada, viabilizando taxas de 8-9% ao ano, combinando capital do Tesouro Estadual, Fomento Paraná, cooperativas e mercado financeiro.

FUNDO ESTRATÉGICO DO PARANÁ

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou o Projeto de Lei do Poder Executivo que institui o Fundo Estratégico do Paraná (FEPR), convertido na Lei nº 22.889, de 9 de dezembro de 2025. O fundo soberano tem como finalidade fortalecer a gestão fiscal do estado, promover a sustentabilidade, apoiar ações de enfrentamento a desastres e viabilizar investimentos de longo prazo.

O fundo será vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e está baseado em três pilares: Desenvolvimento Socioeconômico, Sustentabilidade Fiscal e Enfrentamento de Desastres. Com isso, o Paraná passa a ter um dispositivo sólido de consolidação de um ambiente de negócios, concatenando a segurança fiscal, financeira, econômica e social com a atração e execução de investimentos.

Para isso, o FEPR foi dividido em três reservas, cada uma com finalidades e regras próprias. A

primeira é a chamada Reserva de Investimento Estratégico (RIE), que será focada no financiamento de projetos estruturantes que promovam o desenvolvimento do estado, como investimentos em infraestrutura e logística, de inovação tecnológica, de adensamento e diversificação da produção.

Já a Reserva para Sustentabilidade Fiscal (RSF) é o “colchão” que o estado terá à disposição para manter suas contas em dia, garantindo sua saúde fiscal a médio e longo prazo. Assim, um dos objetivos centrais do FEPR é garantir que o Paraná mantenha o seu Índice de Liquidez Relativa em, pelo menos, 5%.

A terceira “caixa” criada pelo Fundo Estratégico do Paraná é a Reserva para Enfrentamento de Desastres (RED). O objetivo é criar uma poupança para o enfrentamento de calamidades, garantindo recursos que poderão ser prontamente usados em episódios do tipo.

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou o Projeto de Lei do Poder Executivo que institui o Fundo Estratégico do Paraná (FEPR), convertido na Lei nº 22.889, de 9 de dezembro de 2025.

04 Ações Internacionais

JORNADA DOS PRESIDENTES DO SISTEMA OCB

A Jornada ocorreu de 23 a 29 de junho, em Washington (EUA), com uma programação voltada ao fortalecimento da atuação internacional do cooperativismo brasileiro. A comitiva, liderada pelo presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, visitou importantes instituições e participou de debates sobre geopolítica, desenvolvimento e relações bilaterais.

A jornada começou com uma visita à Embaixada do Brasil. Na ocasião, o grupo teve a

oportunidade de discutir os principais desafios e oportunidades para o Brasil no atual cenário global, com ênfase no papel do cooperativismo como agente de desenvolvimento sustentável e inclusão econômica. Depois, os presidentes seguiram para a sede da Eurasia Group, consultoria referência em análise de risco político global. Em um workshop exclusivo, os presidentes das Organizações Estaduais (OCEs) foram provocados a refletir sobre o contexto geopolítico atual, seus impactos para o ambiente de negócios e as estratégias institucionais. Em seguida, o grupo participou de um encontro no Atlantic Council, um dos



Comitiva de presidentes das OCEs em Washington discutiu sobre o papel do cooperativismo como agente de inclusão social



Na China, lideranças de todo o país do ramo transporte conheceram tendências do setor

principais think tanks (grupos de reflexão) dos Estados Unidos, que promove discussões sobre política externa, economia global e segurança internacional.

A Jornada dos Presidentes incluiu visitas ao Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), American University, Nações Unidas e à Associação Nacional de Empreendimentos Cooperativistas (NCBA). O economista e diplomata Marcos Troyjo acompanhou a comitiva ao longo de toda a programação, contribuindo com análises e reflexões estratégicas.

MISSÃO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS DE TRANSPORTES PARA A CHINA

Com um olhar voltado para o futuro e compromisso com o fortalecimento do cooperativismo de transporte no Brasil, o Sistema OCB liderou, entre os dias 13 e 21 de maio, a 6ª Missão de Estudos do Ramo Transporte, desta vez com destino à China.

A delegação, composta por representantes de

cooperativas de 13 estados brasileiros, passou por Guangzhou, Shenzhen, Hong Kong e Foshan, cumprindo uma programação intensa, estratégica e inovadora. Durante os oito dias de imersão, os participantes conheceram empresas líderes em veículos autônomos, plataformas de e-commerce, fabricantes de pneus e soluções de rastreamento inteligente, além de realizar visitas técnicas e reuniões institucionais.

O principal objetivo da missão foi proporcionar às cooperativas de transporte acesso direto a tecnologias de ponta e oportunidades de negócios, com foco em inovação, sustentabilidade e redução de custos operacionais.

Essa foi a sexta missão do ramo do transporte, que tem um conselho consultivo, sempre em busca da geração de negócios para as cooperativas.

PROGRAMA DE EXCELÊNCIA PARA EXECUTIVOS

O Programa de Excelência para Executivos do Paraná promovido pela Ocepar, realizou

missão técnica internacional para Singapura e Jacarta, em junho de 2025, para aprofundar conhecimentos e buscar parcerias na Indonésia.

O grupo de 28 executivos de cooperativas agropecuárias do Paraná participou de uma missão técnica com um cronograma intenso focado no ambiente econômico asiático. O Programa iniciou em 2024 com uma missão à Espanha, continuou em 2025, com módulos em Singapura e Indonésia. Pelo Sistema Ocepar, participaram o superintendente da Ocepar, Robson Mafioletti, e o Gerente de Desenvolvimento Humano do SESCOOP/PR, Leandro Macioski.

CURSO JICA/JAPÃO

A engenheira ambiental e analista de Desenvolvimento Técnico da Ocepar, Bruna Mayer, participou entre os dias 21 de maio e 12 de junho de um programa internacional de capacitação no Japão, promovido pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), voltado ao uso de tecnologias agrícolas como solução para as mudanças climáticas. O curso, intitulado “Tecnologias Agrícolas Prospectivas como Solução para a Mudança do Clima”, reuniu 12 participantes de diferentes países e teve como foco práticas de adaptação e mitigação aplicadas ao setor agrícola. Durante o programa, os participantes tiveram acesso ao arcabouço de políticas públicas do Japão e a exemplos práticos reconhecidos internacionalmente, como manejo de carbono no solo, gestão hídrica e tecnologias de agricultura de precisão.

As atividades foram conduzidas por especialistas dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente do Japão, e também da Universidade de Tsukuba, que apresentaram medidas capazes de contribuir para o alcance das metas climáticas (NDCs) e para o fortalecimento da resiliência no campo. O programa também contou com



Executivos do ramo agropecuário buscam parcerias na Indonésia

a orientação técnica de consultores da Jica nas áreas de irrigação, planejamento climático e uso de dados.

A formação foi concluída com a elaboração e entrega de um plano de ação voltado ao combate às mudanças climáticas no cooperativismo paranaense. A iniciativa integra o conceito japonês de “Cocriação de Conhecimento”, que valoriza o aprendizado mútuo e a construção conjunta de soluções entre países. Esse compromisso não se limita ao âmbito acadêmico: durante a COP30, o Japão reforçou sua atuação na agenda climática ao anunciar US\$ 1 bilhão para a recuperação de pastagens degradadas no Brasil, fortalecendo a cooperação técnica e financeira entre as nações.

JORNADA DOS SUPERINTENDENTES DO SISTEMA OCB

A Jornada dos Superintendentes 2025, coordenada pelo Sistema OCB, levou lideranças cooperativistas brasileiras para uma imersão de cinco dias na Espanha, entre 28 de julho e 1º de agosto, com o objetivo de fortalecer competências estratégicas e ampliar a visão global do movimento.



Superintendentes das OCEs em imersão na Espanha

A iniciativa, realizada em parceria com a IESE Business School – uma das mais renomadas escolas de negócios do mundo – combinou formação acadêmica de alto nível, visitas técnicas e experiências culturais, consolidando-se como um espaço para troca de conhecimentos e construção de soluções inovadoras para promover o cooperativismo no Brasil.

Nos dias de capacitação em Barcelona, no Campus Norte da IESE, os superintendentes do Sistema OCB participaram do programa Visão Global para a Liderança, conduzido por professores com experiência internacional em estratégia, inovação, economia e gestão de operações.

O Sistema Ocepar esteve representado pelos superintendentes José Ronkoski, do Sescop/PR, e Nelson Costa, da Fecoopar.

MISSÃO ELEVA JAPÃO

A Missão Eleva Japão, iniciativa do Sistema OCB, levou 18 representantes de Organizações

Estaduais das Cooperativas (OCEs) dos estados do Paraná, Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Norte para uma imersão em inovação no Japão. A missão começou em Tóquio no dia 12 de maio e se estendeu até o dia 18. Do Sistema Ocepar foram 3 pessoas: Alexandre Amorim Monteiro, Lucia Massae Suzukawa e Rodrigo Gandara Donini.

Com o tema Inovação Com Propósito – Conectando Tradição e Futuro Cooperativista, a programação foi planejada para explorar como as organizações japonesas conseguem preservar valores culturais profundos ao mesmo tempo em que lideram movimentos de inovação em larga escala.

Durante os dias de curso, o grupo teve contato com metodologias consagradas da gestão japonesa, como o Kaizen – filosofia de melhoria contínua –, e com cases de reinvenção de grandes empresas, como a Fujifilm.

A missão também contou com visitas técnicas a duas das maiores organizações cooperativistas do Japão. A primeira foi na Japanese Consumers' Co-operative Union (JCCU), cooperativa de consumo fundada em 1951, que reúne mais de 30 milhões de membros. A segunda foi à Zen-Noh, braço da Federação Nacional das Associações de Cooperativas Agrícolas (JA-Zenchu), que atua em toda a cadeia do agronegócio japonês. A Zen-Noh apoia cerca de 945 cooperativas e milhões de produtores com assistência técnica, comercialização, representação política e parcerias internacionais.

MISSÃO PORTOS EUROPEUS

A missão à Europa, liderada pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), visitou no período de 03 a 07 de novembro de 2025, passou por três dos mais relevantes portos da Europa, com o objetivo de conhecer boas práticas em logística, digitalização e planejamento portuário. A primeira parada foi no London Gateway Port, no Reino Unido, seguido do Porto de Rotterdam, na Holanda, e do Porto de Antuérpia-Bruges, na Bélgica. Os terminais

visitados se destacam pela eficiência operacional, integração multimodal e investimentos contínuos em ampliação e inovação, fatores que podem inspirar soluções para o sistema portuário brasileiro e paranaense.

No último dia de programação, o grupo participou de reuniões com foco nas implicações da nova regulamentação europeia sobre desmatamento, a EUDR (European Union Deforestation Regulation) e, foi recebido pelo embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, que chefia a missão diplomática brasileira junto à Comunidade Europeia. Na reunião, foram abordados temas como o acordo Mercosul-União Europeia e, principalmente, os impactos da EUDR sobre as exportações brasileiras, especialmente de produtos oriundos de cadeias sustentáveis, como as do Paraná. A nova legislação exigirá comprovações rigorosas de que todos os produtos importados pela União Europeia não tenham origem em áreas de desmatamento.

O grupo foi liderado pelo presidente do Sistema Fiep, Edson Vasconcelos, contando ainda com as participações do diretor Paulo Roberto Pupo, que coordena o Conselho Temático de Negócios Internacionais; o vice-presidente Roni Junior Marini, que coordena o Conselho Setorial da Indústria da Madeira; e o superintendente João Arthur Mohr. Também integraram o grupo o superintendente Fecooper, Nelson Costa; o superintendente da Cotriguaçu, Gilson Luiz Anizelli; o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), Juliano Vieira de Araujo; e o desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e idealizador do projeto Destrava Logística, que tem o objetivo de buscar soluções para obras de infraestrutura que estejam paralisadas devido a ações judiciais.

ENCONTRO COM ADIDOS AGRÍCOLAS

O Encontro Nacional do Agro e dos Adidos

Agrícolas foi realizado de 25 de novembro a 2 de dezembro, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em Brasília (DF). O evento reuniu 54 adidos agrícolas, sendo 40 em missão e 14 recém-designados, além das equipes dos escritórios da ApexBrasil em Bogotá, Miami, Bruxelas, Moscou, Dubai, Lisboa e Pequim.

A C.Vale recebeu, no dia 01º de dezembro, em Palotina (PR), uma visita dos adidos no Complexo Industrial da Cooperativa.

O objetivo do encontro e da visita à C.Vale foi estreitar relações entre instituições governamentais, adidos agrícolas, equipes técnicas e setores produtivos do agro, contribuindo para o aumento das exportações brasileiras e o acesso aos mercados internacionais de forma mais eficiente.

A comitiva foi organizada pela Ocepar, OCB e C.Vale, com participantes do Ministério da Agricultura, Ministério das Relações Exteriores, APEX Brasil, ABPA e CNA. O grupo contou com representantes da OCB, da Superintendência do Paraná do Ministério da Agricultura (Mapa), Pecuária e Abastecimento e Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, do secretário da Fazenda do Paraná, Norberto Ortigara, do presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, do secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Luís Rua, do diretor presidente da Invest Paraná, Eduardo Bekin, do presidente e do superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken.



38 adidos agrícolas participam de visita à C.Vale, em Palotina

05 Homenagens e Prêmios

TROFÉU OCEPAR

Foi instituído na gestão de Benjamin Hammerschmidt, em 1977, para homenagear personalidades que tivessem relevantes serviços prestados ao cooperativismo. A Diretoria decidiu que seria entregue, a cada dois anos, para duas pessoas que se destacassem em sua atuação na promoção ou defesa do sistema cooperativista. Uma pessoa seria de dentro do sistema cooperativista e a outra, uma autoridade, não necessariamente ligada diretamente ao cooperativismo. A Diretoria também decidiu que o troféu seria entregue por ocasião da solenidade do Dia Internacional do Cooperativismo.

Os primeiros Troféus Ocepar foram concedidos, em 1977, ao governador Jayme Canet Jr. e ao Diretor da Cacex, Benedicto Fonseca Moreira. O governador, além de autoridade máxima no estado, também era integrante da cooperativa de Alvorada do Sul (Camas). O troféu atualmente entregue pela Ocepar foi estilizado pelo artista plástico Elvo Benito Damo.

Em 2025, os homenageados foram: Carlos Massa Ratinho Junior, governador do Paraná, e a Cooperativa Agroindustrial Frísia. Ratinho Junior pelos relevantes serviços prestados

ao cooperativismo, que contribuiu para as cooperativas alcançassem importante crescimento na gestão do governador. A Frísia, por sua trajetória de desenvolvimento e pelo marco de completar 100 anos de fundação.

PRÊMIO ORGULHO DA TERRA

Em 11 de novembro de 2025, na sede do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), em Curitiba, foi realizada a cerimônia da edição 2025 de entrega de troféus do Prêmio Orgulho da Terra, idealizado pelo Grupo RIC, com apoio da Ocepar. O evento tem como objetivo destacar e premiar os melhores cases de produtores rurais do estado.

Em sua 5ª edição, o prêmio reconheceu agricultores e instituições em 17 categorias, valorizando exemplos de sustentabilidade, governança e responsabilidade social.

A entrega da premiação foi conduzida pelo deputado estadual Anibelli Neto, que destacou a importância de valorizar a comunicação que conecta o campo à cidade, tendo aproveitado a ocasião para entregar, em nome da Assembleia Legislativa (Alep), uma menção honrosa a Rose Machado e Sérgio Mendes coordenadores do Prêmio Orgulho da Terra.



O governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, e a Cooperativa Agroindustrial Frísia foram contemplados com o troféu Ocepar em 2025



O tema da edição 2025 do Prêmio Ocepar de Jornalismo foi "Cooperativas Constroem um Mundo Melhor"

17º PRÊMIO OCEPAR DE JORNALISMO

Os vencedores da 17ª edição do Prêmio Ocepar de Jornalismo foram divulgados em solenidade realizada no dia 12 de dezembro de 2025, em Curitiba. A cerimônia foi prestigiada por autoridades, como o vice-governador Darci Piana, parlamentares e lideranças cooperativistas. Nesta edição foram 124 reportagens inscritas.

Os troféus foram entregues aos autores dos 14 melhores trabalhos inscritos nas categorias Telejornalismo, Radiojornalismo, Jornalismo Impresso, Mídia Cooperativa, Prêmio Especial Unimed (Ramo Saúde) e Prêmio Especial Crédito. Além disso, os vencedores receberam um total de R\$ 88 mil em premiações.

O Prêmio Ocepar de Jornalismo é uma iniciativa do Sistema Ocepar, com apoio financeiro do Sicredi Paraná e Federação Unimed, e apoio institucional da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor/PR) e do Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná.

PRÊMIO SOMOSCOOP EXCELÊNCIA EM GESTÃO 2025

A 7ª edição do Prêmio SomosCoop Excelência

em Gestão 2025 premiou cooperativas que se destacaram em práticas de governança e gestão.

Os troféus foram entregues em cerimônia realizada no dia 09 de dezembro de 2025, em Brasília, com a presença de cooperativistas de todo o Brasil.

O Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão é uma iniciativa do Sistema OCB, realizada a cada dois anos.

Ao todo, 366 cooperativas se inscreveram nesta edição. O ramo Crédito liderou o ranking de inscrições, com 186 cooperativas, seguido por Saúde (102), Agro (41), Trabalho (17), Transporte (10), Infraestrutura (6) e Consumo (4).

As 133 cooperativas reconhecidas foram distribuídas em quatro níveis de maturidade: Primeiros Passos para a Excelência, Compromisso com a Excelência, Rumo à Excelência e Excelência. O troféu ouro foi entregue para 58 cooperativas, enquanto o de prata ficou com outras 37 e o de bronze com 38.

As cooperativas premiadas do Paraná foram: Cocamar, Castrolanda, C.Vale, Coopermundi e Unimed Cascavel.

06 Sustentabilidade do Cooperativismo

PARTICIPAÇÃO NA COP 30

A participação do cooperativismo na COP 30 se deu por meio da OCB, que selecionou cooperativas para apresentar casos de sucesso em sustentabilidade. A atuação ocorreu em espaços como a AgriZone (espaço organizado pela Embrapa para discussão da agricultura sustentável), Blue Zone (espaço da ONU para discussões diplomáticas) e Green Zone (área aberta ao público com atividades culturais e debate), e também na apresentação de propostas do agronegócio para a conferência

e na participação de encontros para debater soluções de baixo carbono. O objetivo foi destacar o papel do cooperativismo na transição climática e nas soluções sustentáveis.

As cooperativas selecionadas tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos e experiências em painéis e exposições, com o objetivo de serem reconhecidas e incentivadas por suas práticas.

A OCB colaborou com a Frente Parlamentar



Presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, discursou na COP 30, no Pará

da Agropecuária (FPA) na apresentação de propostas do setor agropecuário para a COP 30, ressaltando o amadurecimento da agenda de sustentabilidade do cooperativismo.

Também, a OCB divulgou o compromisso do cooperativismo com a sustentabilidade por meio de materiais exclusivos, exposição digital e campanhas de divulgação e ainda publicou um “Manifesto do Cooperativismo Brasileiro para a COP 30”, contendo propostas do setor para levar as discussões, com o posicionamento do Cooperativismo sobre os seguintes temas:

- Segurança alimentar, tecnologia e agricultura de baixo carbono
- Valorização das comunidades e devido acesso ao financiamento climático
- Transição energética e desenvolvimento sustentável
- Bioeconomia e uso eficiente dos recursos naturais
- Adaptação e mitigação de riscos climáticos.

Durante a COP 30, algumas cooperativas do Paraná apresentaram seus cases:

- Lar: Programa de qualificação e certificação sustentável da produção de alimentos;
- Cresol Horizonte: Incentivo a boas práticas ambientais na cadeia produtiva de bubalinos;
- Primato: Suíno Verde – energia limpa do campo ao transporte;
- Cocamar: práticas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e produção sustentável em larga escala;
- C.Vale: Participação no painel “A sustentabilidade da produção de aves e suínos no Brasil: respeito ao meio ambiente e o compromisso em atender

às demandas globais por alimentos seguros, saudáveis e sustentáveis.”

Além dessas apresentações, três cooperativas do Paraná, apresentaram seus cases nos totens da OCB:

- Lar: Cadeia de proteína animal da Lar Cooperativa;
- Sicoob Confiança: Piscicultura autossustentável com energia fotovoltaica e integração cooperativa;
- Sicoob Metropolitano: Ativo Verde Digital: Preservação ambiental com blockchain.

O presidente da Ocepar esteve presente na COP 30, com participação em dois momentos: na abertura institucional do painel da CNA no estande da Embrapa, e na celebração Alicoop no pavilhão do governo brasileiro.

O documento final da 30ª Conferência das Nações Unidas resultou em acordos com meta de triplicar o financiamento climático para ações em países em desenvolvimento e incluiu o reconhecimento do papel dos povos indígenas para a mitigação climática, mas excluiu um roteiro claro para o abandono dos combustíveis fósseis, o que gerou frustração em alguns setores.

A conferência focou na atualização e fortalecimento dos compromissos nacionais (NDCs) para a redução de gases de efeito estufa (GEE), com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme o Acordo de Paris. A transição para energias renováveis foi um tema central, embora a falta de um plano para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis tenha sido um ponto de discórdia.

A COP 30 foi positiva para o setor agropecuário, as instituições e entidades, como

a Embrapa, OCB e CNA, dentre outras, que apresentaram e debateram em seus espaços temas e cases mostrando o que se pratica, e as ações de sustentabilidade para se produzir com preservação do meio ambiente. Mesmo as discussões sobre os temas combustíveis fósseis e financiamento para manutenção das florestas favorecem o setor agro, pois, no caso dos combustíveis irão aumentar os espaços para a produção de bioenergia e, no caso do financiamento para a manutenção das florestas, já existe a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que prevê o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que inclui a remuneração pela preservação de florestas.

CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

A Ocepar está desenvolvendo um programa de certificação de propriedades rurais para estimular a produção sustentável, identificar requisitos e promover negócios no Paraná. O projeto, realizado em parceria com cooperativas, visa criar um protocolo com princípios e requisitos específicos, auxiliando os produtores a atender às demandas socioambientais e de mercado. Esse protocolo também ajudará as cooperativas a obterem diversas certificações, como a do Aquaculture Stewardship Council (ASC) para a produção de tilápia, já adotada pela C.Vale.

O objetivo do programa é estimular o desenvolvimento da produção agrícola e agropecuária, com foco na sustentabilidade e na geração de negócios. Desenvolvido em parceria com cooperativas, o projeto conta ainda com a participação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PR) e de órgãos do governo.

Os benefícios da certificação incluem a comprovação e a promoção de práticas

sustentáveis, como a conservação do solo e dos recursos hídricos. Além disso, a certificação facilita o acesso a mercados nacionais e internacionais, cada vez mais exigentes quanto à sustentabilidade. O programa também incentiva a rastreabilidade dos produtos e o cumprimento da legislação ambiental.

PROGRAMA ESG + COOP

O conceito expresso pela abordagem de ESG – sigla em inglês para expressar boas práticas ambientais, sociais e de governança – ganha força como fator de diferenciação nos negócios e conta com mais de 50 cooperativas aderentes.

A sistematização e organização das ações de ESG das cooperativas foi uma demanda identificada e seu objetivo é criar um programa de monitoramento, avaliação e certificação das cooperativas, com o foco no atendimento a requisitos ambientais, sociais e de governança e desempenho.

Os resultados demonstram o fortalecimento da imagem das cooperativas, com a sistematização e divulgação do que o setor faz para a melhoria das questões ambientais e os impactos sociais positivos da cadeia produtiva do cooperativismo.

Diante de um cenário de maior exigência do mercado, um relatório de atividades consistente, que demonstre as ações concretas de ESG, abre oportunidades de negócios e melhora o acesso a crédito aos empreendimentos cooperativistas.

A Ocepar atua em parceria com instituições de referência, como a PUC-PR, Isae e o SESCOOP/PR, agregando robustez acadêmica e aplicabilidade prática, garantindo que as cooperativas participantes tenham acesso a conteúdo atualizado e experiências formativas que dialogam tanto com a realidade do setor

financeiro quanto com as especificidades do cooperativismo de crédito. Em 2025, foi a publicada uma nova versão do Guia de ESG para sociedades Cooperativas – Fundamentos e Práticas.

2º COMPÊNDIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA COOPERATIVA

A Ocepar lançou, no dia 14 de novembro de 2025, o 2º Compêndio de Boas Práticas de Governança Cooperativa. A publicação reúne 17 práticas, sendo 16 de cooperativas e uma do Sistema Ocepar. A primeira edição do Compêndio foi lançada em 2019.

Para essa edição, foram realizados levantamentos nas cooperativas para avaliar o grau de maturidade da governança. A cada dois anos teremos uma nova edição, com diagnóstico e informações que avaliem o grau de maturidade da cooperativa e apresente oportunidades para trabalhar as questões que



A publicação é baseada em princípios, como autogestão, senso de justiça, transparência, educação e sustentabilidade

necessitam de melhorias que demandem novas soluções.

139 cooperativas aderiram à iniciativa e responderam ao questionário indicando o nível de maturidade em governança. Em 2019, a pontuação média das cooperativas ficou em 55 e, em 2024, 67, passando do nível básico para o nível intermediário de maturidade.

SELO CLIMA

A Ocepar recebeu em 2025 o Selo Clima Paraná, conferido pela Secretaria do Desenvolvimento Sustentável do Paraná (Sedest), atestando que se enquadra na política estadual de emissões de gases de efeito estufa, estabelecida pela Lei Estadual nº 17.133/2012. O Selo Clima Paraná reconhece ações voltadas à mitigação das mudanças do clima, ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento das práticas de responsabilidade socioambiental.

As cooperativas Castrolanda, Coamo, Cocamar, Agrária, Frimesa, Integrada e Cooperlog, e as Centrais Sicredi PR/SP/RJ e Cresol Baser também receberam o Selo Clima Paraná durante a cerimônia de premiação, que ocorreu no dia 2 de dezembro de 2025.

A avaliação dos participantes é baseada nos resultados alcançados nos 12 meses anteriores à inscrição e considera critérios como uso de energia renovável, compensação das emissões de gases de efeito estufa, implementação de programas sociais e boas práticas de governança, e inovação tecnológica.

O selo tem validade de um ano e serve como um reconhecimento público das organizações que se destacam em suas ações climáticas e sustentáveis.

07

Participação em Feiras e Exposições

SHOW RURAL

A Casa Paraná Cooperativo, no Show Rural Coopavel, transformou-se na sede do Sistema Ocepar durante os cinco dias de evento. De 10 a 14 de fevereiro, o espaço recebeu caravanas de dezenas de municípios: foram 182 ônibus com mais de 8 mil pessoas. Ao todo, mais de 20 mil visitantes — principalmente dirigentes e cooperados — circularam pela Casa Paraná Cooperativo. O tema desta edição do Show Rural foi “Nossa natureza fala mais alto”, reforçando a atenção dos agricultores ao meio ambiente. O evento recebeu, nesta edição, 407 mil pessoas, movimentou mais de R\$ 7 bilhões em vendas e contou com 600 expositores.

Uma das agendas mais relevantes foi a reunião das Diretorias da Ocepar e da Fecoopar, que

contou com a presença dos governadores do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, e do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, além de secretários dos dois estados, lideranças de cooperativas, o vice-governador Darci Piana, Tânia Zanella (representante da OCB), Celso Ramos Regis (presidente da OCB/MS), os deputados e secretários de estado Ricardo Barros e Leandre Dal Ponte, e também os deputados federais Pedro Lupion, Tião Medeiros, Luiz Nishimori e Dilceu Sperafico.

Durante o Show Rural, no auditório principal da Casa Paraná Cooperativo, o Sistema Ocepar sediou o 1º Fórum de Meio Ambiente de 2025, o Fórum dos Profissionais de Tecnologia da Informação,



Caravanas de cooperados foram recebidas na Casa Paraná Cooperativo



Onze cooperativas paranaenses expuseram produtos e serviços na ExpoApras 2025

realizado no espaço Show Rural Digital, e o Fórum de Sanidade Animal.

Ao longo dos cinco dias, os visitantes do Show Rural Coopavel — em sua maioria produtores rurais — tiveram a oportunidade de realizar exames preventivos de câncer de pele e de mama. Ao todo, foram 395 atendimentos e 576 exames, cujos resultados serão acompanhados por profissionais especializados. Todos os procedimentos foram gratuitos, graças ao apoio do Sistema Ocepar, por intermédio do SESCOOP/PR e do Sesi-PR.

EXPOAPRAS - 2025

A 42ª ExpoApras - Feira e Convenção Paranaense de Supermercados, realizada em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, de 22 a 24 de abril de 2025, reuniu 450 expositores, dentre eles, o Sistema Ocepar, 11 cooperativas paranaenses e uma de Santa Catarina, com o objetivo de aumentar a presença de

produtos do cooperativismo nas gôndolas dos supermercados.

Os estandes cooperativistas ficaram concentrados no Espaço Paraná Cooperativo, uma área de 2.300 m² especialmente preparada pela Ocepar para o evento. Na Avenida Ocepar, eixo central do Espaço Paraná Cooperativo, foram divulgados os diferenciais e os produtos de varejo do cooperativismo estadual, com a presença também de cooperativas de crédito.

Nessa edição participaram as cooperativas Coamo, C.Vale, Lar, Frimesa, Witmarsum, Coasul, Copacol, Coopavel, CooperAliança, Sicredi e Cresol e a Aurora Coop de Santa Catarina, que tem unidades industriais no Paraná.

No estande do Sistema Ocepar, durante os três dias do evento, foram oferecidas aulas gratuitas de culinária com o chef de cozinha Guilherme Guzela, com receitas de produtos de cooperativas.

QUEIJOS DO PARANÁ

Em sua segunda edição, o Prêmio Queijos do Paraná foi encerrado no dia 30 de maio de 2025 com a condecoração de 75 queijos. Ao todo, 15 receberam medalha de ouro, 20 foram agraciados com prata e 30 conquistaram o bronze. Além disso, o júri selecionou dez queijos para receber a medalha super ouro. A premiação foi realizada no Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba. O evento é uma iniciativa do Sistema Faep, com apoio de 37 entidades, entre elas a Ocepar.

O queijo Parmesão Gold, produzido pela Frimesa Cooperativa Central, de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Paraná, recebeu a maior pontuação dos jurados, consagrando-se o melhor queijo do Prêmio Queijos do Paraná. Esta edição também trouxe como novidade o Concurso Excelência em Muçarela – Edição Pizza, que elegeu os cinco melhores produtos para essa aplicação gastronômica.

CAFÉS ESPECIAIS

O evento de encerramento do certame reuniu mais de 300 pessoas, no dia 25 de novembro de 2025, entre cafeicultores, lideranças e autoridades do setor, pesquisadores, técnicos e especialistas na bebida.

A premiação da 23ª edição do Prêmio Café Qualidade Paraná 2025, que reconhece os melhores cafés nas categorias "Natural" e "Cereja Descascado", além de destacar o melhor produto de cada região do estado e a melhor amostra geral, recebeu mais de 120 cafés inscritos. A iniciativa é da Câmara Setorial do Café do Paraná, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), da Associação dos Engenheiros Agrônomos (AEA) de Londrina e da Associação dos Funcionários do Instituto Agrônomo do

Paraná (Iapar) (AFI), contando com o patrocínio da Ocepar.

O objetivo da iniciativa é eleger, com base em critérios técnicos, os melhores produtos nas categorias café natural e café cereja descascado. O concurso é voltado exclusivamente a proprietários rurais, e os lotes participantes devem ser compostos apenas por café arábica.

Em sua 23ª edição, a competição envolveu a análise de mais de 100 amostras enviadas por produtores paranaenses, que selecionaram lotes específicos para serem submetidos à avaliação.

EXPO PARAGUAY BRASIL 2025

A Expo Paraguai Brasil é uma feira multisetorial que promove oportunidades de conexões entre empresários da região para a realização de negócios entre os países e para oferecer acesso a informações sobre tendências do mercado regional.

A exposição reuniu, em três dias de evento, de 08 a 10 de setembro, em Cidade de Leste, Paraguai, mais de 5 mil participantes entre empresários, executivos e investidores do Brasil, Paraguai e de outros países. Foram mais de 140 estandes, além de painéis, conferências e espaços setoriais, criando um ambiente único para networking e fechamento de parcerias em poucos dias.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior defendeu a ampliação da relação comercial e logística entre os estados que compõem a tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). Ele se reuniu no primeiro dia da feira, na Cidade do Leste, com o presidente do Paraguai, Santiago Peña.

O Paraná contou com um estande na exposição,

e mais de 190 empresários paranaenses participam do evento. Também, as entidades que compõem o G7 (Grupo das Federações do Paraná), dentre elas, a Ocepar e Fecoopar estiveram presentes na feira expondo seus produtos e serviços e recepcionando os empresários.

O presidente Santiago Peña também participou no dia seguinte de evento no Palácio Iguazu e da reunião da Diretoria da Ocepar, no mesmo dia e local.

FEIRA EMPREENDEDOR DO SEBRAE/PR

A Ocepar participou da Feira do Empreendedor do Sebrae, realizada em Curitiba, de 10 a 13 de setembro, na Viasoft, ocasião em que foram apresentados aos visitantes alguns produtos e serviços de cooperativas, fortalecendo a imagem do cooperativismo no estado.

A equipe técnica esteve à disposição para orientar o público sobre o cooperativismo.

EXPOSIÇÃO NO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Foi realizada no período de 11 a 28 de novembro de 2025, em Curitiba, a exposição "Raízes Paranaenses: cooperativas constroem um mundo melhor", promovida pelo Sistema Ocepar em parceria com o Arquivo Público do Paraná, com colaboração das cooperativas Cocamar, Coamo e Witmarsum, além da Ceasa e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater (IDR-Paraná). A mostra, que ficou aberta para visita na sede do Arquivo Público de 11 a 28 de novembro, teve como objetivo valorizar e divulgar a história do cooperativismo no estado.

A exposição relatou o contexto do surgimento

do cooperativismo, o histórico da atuação da Ocepar, e apresentou dados sobre o impacto social e econômico desse modelo de negócios.

Foram mais de 50 itens expostos, oriundos dos acervos do Arquivo Público, do Sistema Ocepar, de cooperativas paranaenses e do IDR-Paraná, além de 17 painéis informativos.

A iniciativa fez parte das celebrações pelo Ano Internacional das Cooperativas, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

EXPOSIÇÃO ALUSIVA AO CENTENÁRIO DA FRÍSIA E AO ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

Em julho, o Palácio Iguazu recebeu a mostra "Cooperativismo: História, Legado e Futuro", alusiva aos 100 Anos da Cooperativa Frísia, de Carambeí, e ao Ano Internacional das Cooperativas. Organizada em parceria com a cooperativa Frísia, a exposição foi montada no Palácio Iguazu, sede do governo do Paraná, entre os dias 7 e 17 de julho; depois, no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/PR), entre 21 de julho e 21 de agosto; e no Museu Oscar Niemeyer (MON) entre os dias 23 e 31 de agosto. Após o MON, a exposição foi levada a Carambeí (PR), na Prefeitura Municipal.



As histórias do cooperativismo e da Frísia ganharam uma exposição no Palácio Iguazu

A Frísia é a mais antiga cooperativa de produção do Paraná e segunda do Brasil, com 100 anos completados no dia 1º de agosto de 2025. O Ano Internacional das Cooperativas foi proclamado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

MEMORIAL HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE

Foi inaugurado no dia 1º de agosto de 2025, o Memorial do Cooperativismo Paranaense, dentro da Vila Histórica de Carambeí. O Memorial retrata todo o movimento cooperativista, e lembra a história e o trabalho das pessoas que se alicerçaram no cooperativismo para o desenvolvimento de suas atividades e a sustentação de suas famílias.

Idealizado em parceria entre Frísia e Sistema Ocepar, a casa conecta o passado ao presente, valoriza as raízes e os pioneiros que construíram as bases do cooperativismo no Paraná.

EXPO MÉXICO

A Expo Antad (Asociación Nacional de Tiendas de Autoservicio y Departamentales) é uma feira voltada para o setor de alimentos e bebidas e é considerada um dos eventos mais relevantes do setor de varejo da América Latina. Recebe anualmente cerca de 50 mil visitantes.

A edição de 2025 foi realizada de 25 a 27 de março, na Expo Guadalajara, em Guadalajara, México, um dos centros de negócios mais importantes da América

Latina. O evento atrai milhares de expositores e compradores de diversos países, tornando-se uma plataforma essencial para expansão de mercados e fortalecimento de parcerias comerciais.

A Ocepar participou do estande do Paraná, liderado pela Invest Paraná e pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

A presença foi possível por meio do apoio do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e da ApexBrasil. Participaram do Pavilhão Brasil as empresas de alimentos e bebidas do estado: Certano, Coamo, Coasul, Erva Mate Paraná, Pennacchi, Qualinova, SL Alimentos, Bella Giornata, Pinati, Papapa, Beijo Baiano, Lowçucar, Granomax, Ninfa e Cooperativa Tradição

EXPOALIMENTARIA – PERU

A ExpoAlimentaria 2025 aconteceu de 22 a 26 de setembro, em Lima, no Peru. Além da exposição de produtos, também ocorreram rodadas de negócios entre empresas paranaenses e empresários de outros países, e um seminário. A feira recebeu um público superior a mil compradores internacionais e 20 mil visitantes.

A participação da Ocepar foi possível graças a uma parceria da Invest Paraná com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), um dos entes responsáveis pela participação de empresas brasileiras em eventos no exterior.

A comitiva liderada pela agência foi composta por representantes da própria



Produtos de cooperativas paranaenses expostos no Peru, na ExpoAlimentaria

Invest Paraná, além de representantes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), e do Sistema Ocepar.

O objetivo foi levar tanto empresas que ainda não exportam, quanto aquelas que estão em um estágio inicial, visando abrir mercado no exterior.

Participaram do estande da Invest Paraná 142 empresas paranaenses do ramo de alimentos e bebidas.

Amafil, Bella Giornata, Breyer, Campo Largo, Coasul, Dr. Peanut, Erva Mate Paraná, Grupo 2 Irmãos, Obby, Papapá, Pinati, Quallinova, Vapza e Villa Dora. Além disso, a Cocamar esteve presente no

mesmo estande do Mapa, com seus produtos para varejo.

A ExpoAlimentaria reúne setores-chave como alimentos e bebidas, serviços, máquinas, contêineres e embalagens, insumos e tecnologia e inovação.

As feiras internacionais, como a ExpoAlimentaria, são uma oportunidade estratégica para as cooperativas que buscam expandir seus mercados e fortalecer sua presença global. Essa missão teve como objetivo promover a interação com potenciais parceiros, fornecedores e clientes de diversos países, abrindo caminho para novas oportunidades de negócios no setor de alimentos e bebidas para as cooperativas paranaenses.

08

Ações Setoriais

OCB E CNCOOP

A Ocepar trabalha em estreito relacionamento com a OCB em discussões e encaminhamento de propostas de alteração em leis, normas e regulamentos. As sugestões são trabalhadas pela entidade nacional junto ao Legislativo e Executivo federais, com o intuito de torná-las efetivas. Inúmeras ações foram realizadas de forma integrada, especialmente junto ao Congresso Nacional, ministérios da Agricultura, da Fazenda, da Saúde e do Meio Ambiente, Banco Central e Secretaria da Receita Federal, tratando de temas que afetam as cooperativas. O presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, integra o Conselho de Administração do Sescop Nacional. Na CNCoop (Confederação Nacional das Cooperativas), o superintendente da Fecooper, Nelson Costa, é um dos diretores.

A participação de representantes da Ocepar nos Conselhos Especializados da OCB também teve destaque, como nos Conselhos de Crédito, Agropecuário, Saúde, Infraestrutura, Educacional, Produção-trabalho e Serviço. São ações fundamentais para a discussão de medidas e para o encaminhamento de soluções às demandas das cooperativas.

Em 2025, a OCB realizou assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de dezembro para alteração do Estatuto Social. De acordo com as alterações, a governança da OCB passa ter um Conselho de Administração com um presidente

do Conselho, e um presidente executivo que será responsável pela gestão da entidade.

G7

O presidente da Fetranspar, Coronel Sérgio Malucelli, coordena o G7, grupo de entidades representativas do setor produtivo paranaense, composto pela Federação do Comércio e Turismo do Estado do Paraná (Fecomércio/PR), Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecooper/Ocepar), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar) e Associação Comercial do Paraná (ACP).

Em 2025, o G7 trabalhou nas discussões e no acompanhamento das ações que envolvem os investimentos em infraestrutura, como os leilões das concessões rodoviárias, ampliação da capacidade operacional dos portos e debates sobre o setor ferroviário. Atuou também no Judiciário, no Programa Destrava Logística, que tem como objetivo a mediação entre os entes públicos para a liberação de licenças ambientais para obras de infraestrutura e, junto a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) no tocante à tramitação de alguns projetos de lei, como o que alterou as taxas cartorárias.

PRÓ-PARANÁ

A Ocepar também participa do Pró-Paraná, entidade que tem como finalidade debater e encaminhar propostas para o desenvolvimento do estado. O Pró-Paraná, juntamente com o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), coordena o Comitê de Infraestrutura do Paraná, formado por diversas entidades e órgãos públicos. O Comitê tem a função de estudar e propor medidas nas áreas de infraestrutura e logística, com o objetivo de alinhar o posicionamento do setor produtivo com o governo.

O Comitê de Infraestrutura trabalhou em 2025 no debate e na interlocução com os governos do estado e federal para agilizar os projetos e investimentos em infraestrutura do Paraná. Acompanhou os leilões das concessões rodoviárias, participou das comissões tripartite das concessões e debateu os encaminhamentos sobre o setor ferroviário.

Atuou junto à Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná (Seil) para a construção de uma nova rodovia até o Porto de Paranaguá, a estrada da Limeira, que inicia em Garuva e vai até a BR-277 próximo ao Porto de Paranaguá, cuja projeto encontra-se na fase de realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Também atuou para o andamento da construção da rodovia que dará um novo acesso ao Porto de Pontal do Paraná, que estava parada por ordem do Judiciário. A obra foi retomada com a decisão recente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) de derrubar a liminar que suspendia a construção e, com isso, o

Instituto Água e Terra (IAT) está trabalhando para reemissão da licença ambiental.

SEBRAE/PR

Em 2025, a presidência do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR foi exercida por José Roberto Ricken, presidente do Sistema Ocepar. O superintendente da Fecoopar, Nelson Costa, também integra o Conselho Deliberativo, que é formado por 13 entidades do setor produtivo, instituições de crédito e poder público.

Dentre as ações impactantes do Sebrae trabalhadas no ano constaram alterações no plano estratégico, com objetivo de dar maior foco para os investimentos nos micros e pequenos empresários, na descentralização das feiras do empreendedor que eram realizadas em Curitiba e, em 2025, passaram a ser realizadas no interior – Cascavel para atender o Oeste e Sudoeste do estado, Maringá para as regiões Norte e Noroeste e, Curitiba para a região Centro-Sul e Litoral do estado.

SECRETARIAS DE ESTADO DO PARANÁ

A Ocepar atua em sintonia com as secretarias do governo do estado, debatendo e propondo políticas e programas de apoio ao setor produtivo e às cooperativas, dentre elas: Secretaria da Fazenda; da Indústria, Comércio e Serviços; do Planejamento; da Agricultura e do Abastecimento; da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa; da Saúde, além de órgãos e entidades vinculadas.

As principais ações em 2025 com as secretarias de estado foram:

Secretaria da Fazenda do Paraná

O coordenador Jurídico da Ocepar, Rogério dos Santos Croscato, e o coordenador Técnico Contábil do Sescoop/PR, Devair Antônio Mem, foram reconduzidos aos cargos no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) da Secretaria da Fazenda. Croscato é um dos conselheiros titulares da Segunda Câmara e do Pleno; Mem é conselheiro suplente entre os representantes dos contribuintes. O CCRF julga, em segunda instância administrativa, as questões tributárias entre os contribuintes e o estado do Paraná.

A secretaria, atendendo a solicitações da Ocepar, tem liberado sistematicamente recursos dos créditos de ICMS das cooperativas para investimentos na construção de agroindústrias, armazéns e energia rural. Também aprovou novos programas para financiamentos como o FIDC Agro Paraná, liberou recursos no Paraná Competitivo e prorrogou os regimes de créditos presumidos de diversos produtos.

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

A Secretaria é responsável pelo apoio ao desenvolvimento industrial do Paraná, com programas como o Paraná Competitivo, que incentiva novos investimentos por meio de incentivos fiscais com postergação do recolhimento do ICMS gerado pelo empreendimento.

A Invest Paraná é uma Agência de Promoção de Investimentos do governo do Paraná, ligada à Secretaria, e faz a ponte entre o governo e a iniciativa privada, atuando na atração de investimentos e na participação de empresas

em feiras internacionais. Responsável também, pela criação do FIDC Agro Paraná, fundo de investimento (Fiagro) constituído pelo governo do Paraná em parceria com o setor privado para financiar o agronegócio do estado.

Na Junta Comercial, uma das vinculadas à secretaria, a Ocepar participa do Conselho de Administração, órgão colegiado de deliberação e orientação superior, encarregado de formular a política de ação da Junta Comercial do Paraná, e do Colégio de Vogais, que é responsável pela análise dos processos de registro comercial.

Secretaria de Estado do Planejamento

A Secretaria do Planejamento é responsável pelo programa Rota do Progresso, instituído pelo Decreto Estadual nº 7794, de 31 de Outubro de 2024, que consiste em uma estratégia de ações governamentais para apoiar os municípios que têm menores índices de renda. O programa incentiva investimentos nos 80 municípios do estado incluídos no Rota do Progresso.

Com a privatização da Copel, o governo do estado do Paraná criou a Superintendência-Geral de Gestão Energética (Supen), vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL), com o objetivo de coordenar as ações estratégicas do estado no setor energético.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento

Com a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, a Ocepar desenvolve um trabalho de integração, participando dos Conselhos de Administração da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) e do Coopera/PR, debatendo e propondo

políticas públicas e programas de apoio ao desenvolvimento da agropecuária do Paraná.

Em 2025, foi criada pela secretaria a Superintendência-Geral de Regularização Territorial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma superintendência que atua no âmbito do governo do Paraná, especificamente focada nas questões de regularização relacionadas ao CAR, com a finalidade de análise, validação e fiscalização das informações declaradas no cadastro.

Secretaria da Mulher,

Igualdade Racial e Pessoa Idosa

Em apoio às ações da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná, a Ocepar assinou um acordo de cooperação para promover a equidade de gênero e o combate à violência contra as mulheres no setor cooperativista. A iniciativa inclui a adesão das cooperativas ao Selo de Boas Práticas desenvolvido pela secretaria, além de capacitação e treinamento para as cooperativas sobre o tema. A secretária Leandre dal Ponte participou dos Encontros de Núcleos Cooperativos em outubro de 2025, divulgando o acordo e, também, da semana da Jornada de Cooperação pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, realizada no Centro Cultural da Cooperativa Agrária, em Guarapuava.

Em outra ação, a secretária participou de intercâmbio no Rio de Janeiro, juntamente com o presidente da Ocepar, em visita à Cooperativa dos Cuidadores de Idosos e Doentes Dependentes (Coopidade), com o intuito de difundir no Paraná a criação de cooperativas com essa finalidade.

PARCERIA COM UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

A Ocepar mantém parcerias importantes com universidades nacionais e internacionais, em apoio ao desenvolvimento de suas atividades, como a Universidade Nova, de Portugal, responsável pela capacitação do corpo técnico, numa ação conjunta com a Faculdade de Administração e Economia (FAE); a Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, na educação executiva; a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), no Programa de Compliance e no Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas; e o Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE), no Programa de Inovação; bem como com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), ISE Business School, de São Paulo, e IESE Business School, sediado em Barcelona.

Junto à UFPR, a Ocepar participa dos Conselhos de Planejamento e o Universitário. Em 2025, a UFPR criou o Instituto de Inteligência Cooperativista, com a finalidade de desenvolver pesquisas para o setor, e também o Food Valley Paraná. O projeto é um ecossistema de inovação tecnológica, que trabalha para conectar iniciativas de cooperativas e produtores rurais com a capacidade de pesquisa da UFPR.

AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DE COOPERATIVAS DA REGIÃO SUL

Intercooperação com os Sistemas Ocepar (PR) - Ocesc (SC) - Ocergs (RS), com o objetivo de debater assuntos comuns entre as entidades, como a reforma do estatuto da OCB, procedimentos operacionais do Sescop dos três estados, e políticas públicas para crédito às cooperativas.

PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES E ÓRGÃOS

- No Senar/PR, a Ocepar participa do Conselho de Administração, tendo o superintendente da Fecoopar, Nelson Costa, como conselheiro titular e o superintendente da Ocepar, Robson Mafioletti, suplente; no Conselho Consultivo, atua o coordenador de Desenvolvimento Técnico da Ocepar, Silvio Krinski.
- No Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec), o superintendente da Ocepar, Robson Mafioletti, atua como vice-presidente, enquanto Alexandre Monteiro é conselheiro fiscal.
- Na Adapar, o presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, e o superintendente Robson Mafioletti são conselheiros de Administração.
- No IDR-Paraná, Robson Mafioletti e o gerente técnico e econômico, Flávio Turra, são membros do Conselho.
- Na Universidade Federal do Paraná (UFPR),

Nelson Costa participa como titular e Salatiel Turra participa como suplente dos Conselhos de Planejamento e Universitário.

- No G7, formado pela Ocepar/Fecoopar, Faep, Fiep, Fetranspar, Fecomércio, Faciap e ACP, participam como membros José Roberto Ricken e Nelson Costa.

COMITÊ DE APOIO PARA AS VÍTIMAS E RECONSTRUÇÃO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

A Ocepar criou um Comitê, formado por representantes de cooperativas, com a participação da Defesa Civil do estado, do Fundo de Apoio à Segurança Pública (Fundaseg) e do superintendente-geral de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, para definir estratégias de auxílio ao município de Rio Bonito do Iguaçu e demais cidades atingidas por tornados, em novembro. Também foi criado um grupo técnico local, composto por cooperativas da região, Sebrae e Sindicato Rural de Laranjeiras do Sul, com a finalidade de coordenar as ações e aplicação dos recursos arrecadados.



Cooperativas uniram-se para apoiar Rio Bonito do Iguaçu

09 Educação Política e Relações Institucionais

AGENDA INSTITUCIONAL DO COOPERATIVISMO 2025

O Ano internacional das Cooperativas e a participação do cooperativismo na COP 30 foram os principais pontos destacados na Agenda Institucional do Cooperativismo 2025, lançada dia 18 de março. O documento trouxe as principais pautas do movimento cooperativista relacionadas aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, necessários para o fortalecimento da competitividade e da segurança jurídica do setor.

O evento contou com a presença do deputado Pedro Lupion (PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); do deputado Arnaldo Jardim (SP), presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop); do ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil, Paulo

Teixeira; da senadora e membro da Frencoop, Tereza Cristina (MS); do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) Márcio Elias Rosa, e do ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Tadeu Alencar.

No total, 32 parlamentares acompanharam o lançamento. Entre os deputados paranaenses que integram a Frencoop, estavam presentes, além de Pedro Lupion, Sergio Souza, Tião Medeiros, Dilceu Sperafico, Geraldo Mendes, Ricardo Barros. Ainda, participaram os senadores paranaenses Flávio Arns e Sérgio Moro.

A Agenda Institucional do Cooperativismo 2025 foi construída a partir da consulta a todas as lideranças do setor. Foram apresentadas 50 proposições aos parlamentares do Congresso Nacional, em 31



Parlamentares integrantes da Frencoop recebem Agenda Institucional do Cooperativismo 2025

linhas de políticas públicas que têm protagonismo no cooperativismo.

A Coordenação de Relações Institucionais tem como objetivo aperfeiçoar o modelo de representação e defesa política do cooperativismo, atuando diretamente no apoio à articulação institucional em âmbito federal, em sintonia com o Sistema OCB, e em âmbito estadual.

Pautada nas premissas de priorização das necessidades e interesses do cooperativismo paranaense, nos valores de transparência e integridade no relacionamento com o poder público e no embasamento técnico das propostas a serem apresentadas, a coordenação busca destacar as pautas de interesse do setor, gerar informações de relevância sobre a conjuntura política, bem como monitorar propostas regulatórias que podem afetar as atividades das cooperativas, antecipando riscos e oportunidades de atuação setorial.

Além disso, a coordenação atua na implementação do Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense, com o objetivo de sensibilizar sobre a importância do voto consciente e da valorização da atuação de parlamentares vinculados à Frencoop.

AÇÕES DE RELACIONAMENTO

Com vistas a fortalecer o protagonismo do cooperativismo na construção de políticas públicas, foi estabelecido diálogo contínuo com agentes estratégicos, potencializando a representatividade do cooperativismo no cenário federal e estadual. Ao longo do ano, foram realizados diversos eventos com a participação de autoridades e parlamentares integrantes da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), que puderam apresentar aos cooperativistas paranaenses as ações de representação e defesa do setor, bem como receber demandas advindas da base.

Como ponto de destaque dessas iniciativas, a

coordenação articulou a realização de uma sessão solene em homenagem ao Ano Internacional das Cooperativas e aos 100 anos da Frísia Cooperativa Agroindustrial, realizada de forma conjunta pelo governo do estado e pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), no dia 7 de julho. O evento contou com a presença dos secretários estaduais Beto Preto (Saúde), Leandre Dal Ponte (Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa), Aldo Bona (Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), Luizão Goulart (Administração e Previdência), Leonaldo Paranhos (Turismo), Marco Brasil (Indústria, Comércio e Serviços), Alex Canziani (Modernização e Inteligência Artificial) e Cleber Mata (Comunicação); do chefe da Casa Militar, coronel Marcos Tordoro; do diretor-presidente da Invest Paraná, Eduardo Bekin; do diretor-presidente do IDR-Paraná, Natalino Avance; do diretor-presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins; do superintendente de Relações Institucionais da Casa Civil, Renato Adur; do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Alexandre Curi; do senador Sergio Moro; dos deputados federais Pedro Lupion, Sérgio Souza, Dilceu Sperafico, Stephanes Júnior e Luiz Nishimori; dos deputados estaduais Anibelli Neto, Cloara Pinheiro, Fábio Oliveira, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes e Moacyr Fadel; entre outras autoridades.

ARTICULAÇÃO FEDERAL, EM CONJUNTO COM O SISTEMA OCB

Em março, a Diretoria Executiva do Sistema Ocepar acompanhou o lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo, documento que contempla as principais demandas do cooperativismo, e que foi prestigiado por parlamentares paranaenses.

Atualmente a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) conta com 325 parlamentares, 285 deputados federais e 40 senadores, com 26 representantes do Paraná.

De forma integrada com o Sistema OCB, foram realizadas ações de sensibilização de autoridades públicas federais na defesa e na interlocução de assuntos de interesse das Cooperativas. Neste sentido, de forma exemplificativa, citam-se:

- Lei nº 15.324/2026 – Consolida a possibilidade de cooperativas prestarem serviços de telecomunicações.
- Lei nº 15.190 de 08/08/2025, moderniza o sistema de licenciamento ambiental.
- Lei nº 15.206/2025, ampliou, em 05 anos, o prazo para requerer a certificação de georreferenciamento e a atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural para fins de ratificação de registros de imóveis rurais na faixa de fronteiras.
- Lei Ordinária 15.184/2025, garante que cooperativas, reconhecidas como agentes de inovação, possam acessar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
- Lei nº 15.332/26, confere ao Município de Maringá o título de Capital Nacional do Associativismo.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL

A coordenação também atua no monitoramento de ações do Poder Executivo e Legislativo Estaduais, acompanhando a tramitação de projetos de lei, agendas oficiais, sessões ordinárias e extraordinárias de votação, além das reuniões de Comissões de interesse, a exemplo da Comissão de Constituição e Justiça e das Comissões de Agricultura, e de Ciência e Tecnologia. Também acompanhou as audiências públicas de interesse do setor.

Nas ações de articulação, houve a atuação junto ao governo do estado e à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), em conjunto com as áreas técnicas específicas, para o avanço de pautas importantes para o setor, dentre as quais destacamos:

- Lei nº 22.788/2025, instituiu o Programa Paraná Conectado, voltado à expansão da conectividade e da infraestrutura de telecomunicações no meio rural do Paraná.
- Lei Estadual n. 22.764/2025, regulamentada pelo Decreto 12.099/2025, o programa permite a regularização de débitos estaduais, abrangendo créditos tributários (ICMS, IPVA) e créditos não tributários, incluindo créditos decorrentes da atuação fiscalizatória do Instituto Água e Terra (IAT), da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e outros órgãos de estado, com condições especiais de pagamento e redução de multas e juros.
- Lei nº 22.483/2025, instituiu o programa especial de parcelamento de débitos de ICMS voltado às sociedades cooperativas em processo de liquidação.
- Lei nº 22.569/2025, institui um programa de incentivo à agroindustrialização, por meio de acesso a crédito, apoio técnico, capacitação, inovação e estímulo ao cooperativismo, além de promover a adequação sanitária e ambiental dos empreendimentos.
- Convênio Cooperativas-Escola – Assinado pelo Sistema Ocepar e pelas Secretarias de Educação (Seed) e de Agricultura e Abastecimento (Seab).
- Termo de Compromisso assinado com a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi) para fortalecer ações de combate à violência contra a mulher, incluindo a adesão das cooperativas ao Selo de Boas Práticas no Combate à Violência Contra as Mulheres.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

O Programa tem como objetivo fomentar o engajamento e a participação política dos cooperativistas, além de promover a valorização das ações de representação realizadas no âmbito da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) pelos parlamentares que compõem a bancada.



Projetos 2 e 3 do PRC 300 foram prioridades do Fórum do Programa de Educação Política

3º FÓRUM DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

O Fórum do Programa de Educação Política foi criado com o objetivo de implementar a agenda permanente do programa, promover o debate de temáticas de interesse relacionadas à educação política, além de possibilitar a participação direta das cooperativas na construção do planejamento das ações do programa.

Em 2025, a pauta do Fórum destacou as ações de representação e defesa dentro do PRC 300, através dos projetos 02 (Educação Política) e 03 (Inteligência Política). O intuito foi aprimorar ações de representação setorial, além de promover debates sobre a conjuntura político-econômica, e dar início ao planejamento das ações voltadas ao fortalecimento da representação do setor nas eleições de 2026.

MBA LIDERANÇA E INTELIGÊNCIA POLÍTICA

O desenvolvimento das cooperativas depende de um ambiente regulatório

adequado, por isso, identificar riscos e oportunidades de crescimento a partir da análise do cenário político é essencial para garantir a defesa e a representação do nosso modelo de negócio. Neste sentido, a formação tem como objetivo contribuir para a compreensão da dinâmica política e de como é possível a atuação das cooperativas, por meio do Programa de Educação Política, para o fortalecimento de sua representação.

O programa da pós-graduação, realizado com o apoio do Sescoop/PR, está dividido em 360 horas de atividades, sendo 320 delas distribuídas em 16 disciplinas de 20 horas cada, organizadas em dois ciclos. Cada um deles é composto por dois módulos de quatro disciplinas. Além disso, ocorrerão palestras virtuais que, somadas, atingirão mais de 40 horas. Participam da iniciativa 30 alunos, representando cooperativas dos ramos agro, crédito, saúde e infraestrutura, além de representantes do Sistema OCB, Ocergs e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

10

Área Jurídica, Tributária e Contábil

REFORMA TRIBUTÁRIA

No início de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que é o marco fundamental para a implementação da Reforma Tributária do Consumo no Brasil.

A Ocepar e as cooperativas paranaenses atuaram juntamente com a OCB para que a regulamentação da reforma tributária se adequasse ao modelo operacional das cooperativas e seus cooperados.

Conforme divulgado pelo Ministério da Fazenda, no dia 13 de junho de 2025, a Receita Federal publicou a Portaria nº 549, que instituiu o projeto Piloto da Reforma Tributária do Consumo, com o objetivo de testar e aprimorar os sistemas e processos relativos à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) no âmbito da Reforma Tributária do Consumo (RTC). O projeto foi desenvolvido em parceria com o Serviço de Processamento de Dados (Serpro), permitindo a participação direta de empresas na experimentação prática das soluções tecnológicas desenvolvidas.

A Coamo foi incluída na primeira etapa do projeto piloto e teve papel relevante nos processos de testes e aprimoramento dos sistemas, o que tem permitido – com o acompanhamento da Ocepar, por meio do Grupo de Acompanhamento e Estudos Tributários (GAET) – o compartilhamento de experiências com os profissionais das demais cooperativas paranaenses que não participam do piloto.

Em agosto, entre os dias 4 e 6, ocorreu em Brasília a Semana de Debates sobre a regulamentação da reforma, organizada pela Receita Federal e pelo Pré Comitê Gestor do IBS/CBS. O evento

reuniu representantes do setor público e privado, com a participação efetiva dos Sistemas OCB e Ocepar. O evento teve como objetivo o debate das normas gerais, obrigações acessórias, cadastros e documento fiscal eletrônico.

As entidades participantes apresentaram mais de mil sugestões em relação à regulamentação da reforma tributária disposta na Lei Complementar nº 214, bem como no Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) e dá outras providências em relação à reforma tributária.

No segundo semestre, a Ocepar seguiu promovendo diversos eventos de forma presencial ou virtual para orientação às cooperativas, com foco na regulamentação e adequação às novas regras tributárias, destacando-se o Seminário de Direito Cooperativo e reuniões com o GAET, onde reuniu especialistas e técnicos das cooperativas para discutir impactos jurídicos e operacionais da reforma.

A Ocepar segue acompanhando a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 108 de 2024 – que instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) e dá outras providências – que foi aprovado pelo Senado Federal em 30 de setembro de 2025, mas, devido às alterações feitas pelos senadores, o texto retornou para nova análise da Câmara dos Deputados, seguindo após para a sanção (ou veto) do presidente da República.

Essas ações reforçam o compromisso institucional da Ocepar com a defesa dos interesses do cooperativismo e a preparação para um cenário tributário mais moderno e eficiente, garantindo segurança jurídica e competitividade para as

cooperativas em relação à reforma tributária do consumo que estará vigente a partir de 2026.

CONVÊNIO PARA REFIS DAS COOPERATIVAS EM LIQUIDAÇÃO

Após a aprovação do Convênio Confaz nº 116, de 25 de outubro de 2024, a Ocepar atuou em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná para garantir que todas as cooperativas em liquidação conseguissem regularizar seus débitos tributários.

Neste sentido, o governo do estado propôs o PL nº 337/2025, que foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e sancionado pela Lei nº 22.483/2025, instituindo o Programa Especial de Parcelamento de Débitos Tributários do ICMS voltado às sociedades cooperativas em liquidação, conforme previsto na Lei Federal nº 5.764/1971, que rege o sistema cooperativista nacional.

A medida evita que cooperativas em processo de liquidação fiquem impossibilitadas de concluir seus trâmites legais e administrativos por conta de pendências fiscais, contribuindo para maior segurança jurídica e proteção aos cooperados, trabalhadores e credores envolvidos. A Lei traz isonomia ao cooperativismo em relação aos demais modelos societários.

TREINAMENTOS NAS ÁREAS JURÍDICA, CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA EM 2025

Realização de dois cursos de Atualização ICMS/IPI, dois cursos sobre Reforma Tributária: IBS, CBS e IS, um curso sobre Processo Tributário e a Reforma Tributária – Administrativo e Judicial e um curso de Recuperação Judicial no Agronegócio e o Impacto no Cooperativismo.

PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Participação nas sessões das Câmaras e do Pleno do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, com relato de mais de 40 processos julgados em 2025, bem como acompanhamento de processos administrativos das cooperativas, orientando para a garantia da ampla defesa e contraditório, bem como a observância dos princípios constitucionais, em especial o princípio da verdade material.

REGISTRO DAS COOPERATIVAS-ESCOLA

O Sistema Ocepar, em 2025, apoiou e orientou a adequação legal para o registro de 21 cooperativas-escola frente à Lei nº 5.764/71, considerando a legislação estadual Lei nº 21.554/2023 e o Decreto nº 4.919/2024, que objetivou transformar colégios agrícolas e florestais em unidades produtivas com personalidade jurídica própria, focando no ensino prático e no cooperativismo. Os cooperados participam da gestão e das decisões da cooperativa, aprendendo as práticas do ensino agrícola e florestal, bem como os princípios do cooperativismo.



Sistema Ocepar e Secretaria de Estado da Educação firmaram parceria para adequar as cooperativas-escola

11

Área de Economia e Mercado

A Coordenadoria de Mercados organizou a participação de cooperativas nas seguintes feiras e exposições:

EXPOAPRAS - 2025

A 42ª ExpoApras, realizada em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, de 22 a 24 de abril de 2025, reuniu 450 expositores, dentre eles, 11 cooperativas paranaenses e a Aurora Coop de Santa Catarina.

EXPO PARAGUAY BRASIL 2025

A Expo Paraguay Brasil é uma feira multisetorial que promove oportunidades de conexões entre empresários da região para a realização de negócios entre os países e para oferecer acesso a informações sobre tendências do mercado regional. A feira reuniu, em três dias de evento, de 08 a 10 de setembro, em Cidade de Leste, Paraguai, mais de 5 mil participantes entre empresários, executivos e investidores do Brasil, Paraguai e de outros países.

EXPOALIMENTARIA - PERU

A ExpoAlimentaria 2025 aconteceu de 22 a 26 de setembro, em Lima, no Peru. Além da exposição de produtos, também ocorreram rodadas de negócios entre empresas paranaenses e empresários de outros países, além de um seminário. A feira recebeu um público superior a mil compradores internacionais e 20 mil visitantes.

FEIRA EXPO ANTAD – MÉXICO

A Expo Antad (Asociación Nacional de Tiendas de Autoservicio y Departamentales) é uma feira voltada para o setor de alimentos e bebidas e é considerada um dos eventos mais relevantes do setor de varejo da América Latina. A edição de 2025 foi realizada de 25 a 27 de março, na Expo Guadalajara, em Guadalajara, México, um dos



Produtos de cooperativas paranaenses expostos no México, na Expo Antad

centros de negócios mais importantes da América Latina. A Ocepar participou do estande do Paraná, liderado pela Invest Paraná e pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

ENCONTRO DOS ADIDOS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A coordenadoria participou também da organização do Encontro Nacional do Agro e dos Adidos Agrícolas, realizado de 25 a 28 de novembro, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em Brasília (DF). A programação incluiu uma visita de campo ao Complexo Industrial da Cooperativa C.Vale, em Palotina, organizado pela OCB e pela Ocepar.

Em 2025, ocorreram reuniões com diversas delegações e empresas estrangeiras, dos seguintes países: Argentina, Canadá, Ruanda, Itália, Costa Rica, República Tcheca, México, Dinamarca, Tailândia, Paraguai, Nigéria, Estados Unidos e Reino Unido.

A Ocepar também participou do Comitê de Negócios Internacionais do Paraná, liderado pela Seic (Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços), que conta com a presença de diversas entidades e do corpo consular, onde são discutidas ações conjuntas para promover o Paraná como destino de investimentos e fortalecer a internacionalização das empresas paranaenses.

12

Política Agrícola

PLANO SAFRA

Para elaboração da proposta de Plano Safra 2025/26, a Ocepar seguiu o trabalho anual de articular as necessidades do setor cooperativista por meio de consultas detalhadas junto às cooperativas e ao setor agropecuário. Esta ação envolveu a coleta de informações essenciais e a construção de pleitos alinhados às demandas do setor, sempre com foco no fortalecimento da política agrícola e pecuária do Paraná. As propostas foram elaboradas em parceria com entidades públicas e privadas, garantindo uma visão abrangente e estratégica para o Plano Agrícola e Pecuário.

A articulação entre as cooperativas, o setor público e os parceiros privados reforçam a posição do Paraná como um dos líderes nacionais em eficiência e inovação no agronegócio, garantindo, assim, avanços sustentáveis para a safra 2025/26.

GRUPO TÉCNICO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O Grupo Técnico de Relações Institucionais (RRI), organizado pela Ocepar, tem como principal objetivo promover o alinhamento entre as diversas instituições ligadas ao agronegócio paranaense. As entidades participantes discutem temas relevantes para o setor, como políticas públicas, regulamentações e inovações tecnológicas, além de construir propostas conjuntas de políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento sustentável da agropecuária.

Participaram representantes de entidades como a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR-Paraná), Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Fomento Paraná, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

CURSOS DE CRÉDITO E SEGURO RURAL

Os cursos de Crédito e Seguro Rural contaram com a presença de 300 profissionais de cooperativas e foram realizados com o objetivo de capacitar os funcionários das cooperativas em temas fundamentais para o fortalecimento da gestão financeira e mitigação de riscos no agronegócio. Também foi promovido o Primeiro Fórum de Crédito e Seguro Rural.

MONITORAMENTO DE CRÉDITO RURAL

Foi renovado o contrato do Power BI, que é uma ferramenta estratégica para consolidar e reproduzir informações provenientes do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), do Banco Central. Esta iniciativa visou proporcionar uma análise dinâmica e detalhada dos dados de captação de crédito rural pelas cooperativas agropecuárias no Paraná, permitindo visualizar de forma clara e

acessível os volumes de recursos captados, bem como identificar tendências e padrões no financiamento rural. A ferramenta oferece relatórios customizáveis e atualizações em tempo real, otimizando a gestão e o acompanhamento dos dados financeiros.

CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA BRASIL SOBERANO

A Ocepar, juntamente com o Sistema OCB, pleiteou a adequação dos critérios de elegibilidade do Programa Brasil Soberano (MP 1.309/2025; Portaria MF 1.863/2025; Resolução CMN 5.242/2025). O principal objetivo do programa foi de mitigar os impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras, oferecendo crédito emergencial via BNDES, diferimento de impostos e buscar a diversificação de mercados, com o objetivo de proteger empregos e o desenvolvimento econômico. Nos normativos originais, apenas tinham acesso aos benefícios do programa as empresas que exportavam mais de 5% do seu faturamento bruto para os EUA. A partir das demandas das cooperativas, este percentual foi reduzido para 1% do faturamento, permitindo a inclusão de mais beneficiários.

APOIO À PRODUÇÃO DE TRIGO

A Ocepar e a OCB pleitearam junto ao governo federal uma política de apoio à cadeia produtiva do trigo, para a safra de 2026, contemplando recursos de crédito rural para custeio e reajuste dos preços mínimos.

Diante das dificuldades de mercado para a produção de trigo, foram implementadas medidas de apoio à comercialização do trigo, destinando R\$ 67 milhões para realização de leilões de Prêmio para Escoamento do Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao

Produtor Rural (Pepro) para a venda de 250 mil toneladas de trigo.

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E COOPERATIVISMO

Promoção de Webinar “Agroindustrialização e cooperativismo paranaense”, com o objetivo de discutir as perspectivas econômicas e o papel estratégico da agroindustrialização nas cooperativas. A iniciativa buscou oferecer uma visão abrangente sobre desafios e oportunidades que impactam diretamente a competitividade das cooperativas.

PUBLICAÇÃO DE INFORMES TÉCNICOS

Foram publicadas 12 edições do “Informe de Crédito Rural”, com informações sobre as linhas e disponibilidades de crédito para produtores e cooperativas, e 51 “Informe Econômico”, com informações sobre as projeções semanais dos principais indicadores econômicos. Também, foram publicados 38 informes técnicos, sendo 12 Informes Agrícolas, 02 Informes de Armazenagem, 06 Informes Ambientais, 06 Informes Pecuários, 12 Informes do Agronegócio.



Em 2025, foram publicadas 12 edições do Informe de Crédito Rural

13

Gestão Energética

Na área de energia o principal foco do ano foram as discussões sobre a qualidade no fornecimento de energia, tratando dos problemas enfrentados pelas cooperativas (agropecuárias e de infraestrutura) em reuniões diretamente com a Copel, e participação no Conselho de Consumidores de Energia da Copel.

Foram realizados três fóruns de energia. O primeiro em conjunto com a Copel para discutir a viabilidade de projetos com baterias para o armazenamento de energia. O segundo foi feito em conjunto com a Coordenação

de Relações Institucionais e a OCB, com o objetivo de proporcionar uma atualização sobre os principais assuntos do setor energético, com foco em articulação institucional, marcos regulatórios e boas práticas de atuação técnica e política. O terceiro, realizado em conjunto com a Câmara Técnica de Energia do POD – Programa Oeste em Desenvolvimento.

Na área legislativa as principais discussões foram voltadas às Medidas Provisórias (MP 1300/25, MP 1304/25) que promoveram alterações significativas no setor elétrico brasileiro.



14

Área Técnica e Sanidade

A área Técnica e de Sanidade Agropecuária atua nos temas relacionados à agronomia, pecuária, meio ambiente, sustentabilidade, energia e infraestrutura, na fundamentação de pleitos, na representação institucional e no desenvolvimento de projetos.

Os profissionais dedicam-se ainda à elaboração de publicações técnicas direcionadas ao atendimento das demandas das cooperativas e à disseminação de informações a um número maior de técnicos.

As principais ações da área foram as seguintes:

AVICULTURA

Discussão técnica com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) sobre o relatório do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa) referente ao bem-estar animal na produção e abate de aves, incluindo contestação de inconsistências técnicas e alinhamento de comunicação do setor. Participação no Fórum FAO – Estratégia Global 2024–2033 para Prevenção e Controle da Influenza Aviária (IAAP), reforçando o papel das cooperativas na biossegurança e vigilância do tema.

SUINOCULTURA

Participação no Encontro Regional da Abraves-PR 2025, focado em inovação e competitividade da suinocultura, e organização de evento sobre os resultados do Projeto de Biossegurança Frimesa e Embrapa (BioSui).

PISCICULTURA

Coordenação institucional para defesa da sanidade da piscicultura, com entrega de estudo ao governo do Paraná contra a importação de tilápias,

destacando riscos sanitários. Participação no Coesaqua, discutindo vigilância, biossegurança e ações integradas para a sanidade aquícola, e em painel de Sanidade em Piscicultura no International Fish Congress (IFC) 2025.

BOVINOCULTURA

Estruturação da 1ª Pós-Graduação em Bovinocultura de Corte para cooperativas do Paraná, com turma de 40 profissionais. Recepção da missão do Japão para auditoria do serviço veterinário oficial, incluindo visitas a unidades vinculadas à cadeia bovina. Reunião com a Certificação Angus para discutir requisitos do projeto Angus Sustentável.

VISITAS INSTITUCIONAIS

Participação no grupo de técnicos do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa) às cooperativas do Oeste do estado, ampliando diálogo técnico e apresentação de demandas do setor produtivo, e ainda apoio à visita de representantes do Parlamento Europeu e consulado polonês, com foco em agricultura e discussões do acordo Mercosul – União Europeia (UE).



Grupo de técnicos do Mapa visitaram cooperativas do Paraná

EDUCA CAMPO ADAPAR

Participação no grupo de trabalho que tratou de práticas para controle da raiva em herbívoros e da proliferação do Javali.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Participação na audiência pública que tratou da crise de preço do leite, com posicionamentos técnicos sobre competitividade e impactos econômicos, além de participação no Congresso Alimentar 2025, reforçando inovação, sanidade e pesquisa aplicada ao setor agroalimentar.

CERTIFICAÇÃO PARANÁ COOPERATIVO

Estruturação da primeira versão do protocolo de certificação e a realização do piloto de certificação em propriedades rurais com o objetivo de testar e validar os requisitos estruturados no projeto pelas cooperativas participantes. O projeto piloto foi realizado com quatro diferentes plataformas (Agrottools, Merx, Serasa e Produzindo Certo) para testar

a aplicação do protocolo e a análise dos relatórios socioambientais.

TREINO E VISITA

Realização de 4 encontros de Treino & Visita na Embrapa Soja e apoio ao desenvolvimento do projeto de pesquisa em rede com as cooperativas sobre o problema de quebraamento e podridão dos grãos e hastes da cultura da soja.

DIAS DE CAMPO

Participação de dias de campo das cooperativas em 2025, com elaboração de uma edição da Revista Paraná Cooperativo, mostrando novas tecnologias e novos conhecimentos.

PLATAFORMA DO SIMEAGRO

Apoio ao Simepar no desenvolvimento da plataforma Simeagro, sistema a ser utilizado como ferramenta no planejamento e tomada de decisão para a gestão agrícola.



Lançamento do Simeagro reuniu lideranças estaduais na sede do Sistema Ocepar

15

Meio Ambiente



PROJETO CONHECER PARA COOPERAR

Promoção de ações entre cooperativas, o Instituto Água e Terra (IAT) e a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), e realização de eventos, tais como: Workshops, fóruns e visitas técnicas.

REGULARIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES

Ações em parceria com o governo do estado para agilizar a análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

AGENDAS CLIMÁTICAS

Desenvolvimento de ações para organizar dados, fomentar boas práticas, promover capacitações sobre a elaboração de inventários de gases de efeito estufa (GEE) e ampliar a

participação das cooperativas nos debates da COP 30, com a participação de 04 cooperativas presencialmente e mais de 10 cases de cooperativas do Paraná para levar a mensagem de agenda positiva do movimento cooperativista paranaense.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E NORMATIVAS

Promoção de diálogos com as cooperativas para identificar gargalos e oportunidades de aprimoramento na legislação ambiental, visando torná-la mais clara, eficiente e aplicável à realidade do setor, dentre elas, a impermeabilização de lagoas de tratamento de efluentes e de pátios e áreas de estacionamento de caminhões, e o automonitoramento de vazão vinculado às outorgas de uso da água.

16

Plano Paraná Cooperativo – PRC300

O Plano Paraná Cooperativo (PRC300) estabelece como meta o faturamento de R\$ 300 bilhões por todo o setor cooperativista paranaense até o ano de 2026/2027.

O cooperativismo do Paraná, com suas 255 cooperativas, ano a ano se consolida como uma força importante para o desenvolvimento do estado, e torna-se cada vez mais eficiente graças ao planejamento estratégico do setor.

O planejamento de investimento e ações iniciou nos anos de 1970 com os Planos Integrados do Cooperativismo (Picoops). O primeiro foi implantado nas regiões Oeste e Sudoeste (PIC); o segundo no Norte e Noroeste (Norcoop); e o terceiro no Centro-Sul do estado (Sulcoop). Esses planos tiveram como objetivo reorganizar as cooperativas, definindo áreas de ação e responsabilidade, profissionalização da gestão e investimentos para dar suporte às atividades dos associados, criando-se a cultura do planejamento estratégico que persiste até hoje.

O PRC 300 é composto por 12 temas estratégicos e 30 projetos, cada um com uma série de ações, estruturadas a partir de cinco alicerces do cooperativismo – econômico, educação, cooperação, inovação e socioambiental – e cinco pilares – representação institucional, fortalecimento dos negócios, alianças estratégicas, sucessão e governança, e profissionalização.

As principais ações realizadas em cada projeto foram as seguintes:

TEMA 01 REPRESENTAÇÃO E DEFESA

Projeto 1

Defesa do Ato Cooperativo e Gestão Tributária

- Avaliação dos impactos da regulamentação da reforma tributária (Lei Complementar nº 214) e seus desdobramentos para as cooperativas
- Apresentação de Emendas ao PLP nº 108/2024 em tramitação no Senado Federal, que instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS
- Negociações com a Secretaria da Fazenda do Paraná para liberação para as cooperativas dos créditos acumulados do ICMS
- Realização de treinamentos sobre o Ato Cooperativo e Gestão Tributária
- Acompanhamento do projeto piloto de implementação da reforma tributária no sistema operacional das cooperativas selecionadas
- Realização de pesquisa referente insumos agropecuários para serem incluídos no diferimento do IBS/CBS da reforma tributária

Projeto 2

Educação Política

- Realização do Fórum do Programa de Educação Política
- Acompanhamento da tramitação dos projetos

de lei na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep)

- Coordenação de as ações relacionadas ao Termo de Parceria firmado com a Secretaria da Mulher e Igualdade Racial
- Confecção do manual de boas práticas para subsidiar cooperativas em eventos com parlamentares
- Coordenação de reuniões trimestrais com Grupo de Trabalho de Educação Política e do MBA em Inteligência Política
- Atualização da matriz de órgãos de interlocução em âmbito estadual identificando os principais agentes políticos
- Publicação de informes semanais para divulgar ações parlamentares de interesse do cooperativismo
- Realização de reuniões com parlamentares integrantes da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo)
- Apoio na participação da Tribuna Livre na Câmara de Vereadores de Curitiba e sobre o Ano Internacional do Cooperativismo

Projeto 3

Núcleo de Inteligência Política

- Coordenação de reuniões técnicas relacionadas a estudos em inteligência política
- Proposição de propostas para atender as demandas sobre políticas públicas advindas das cooperativas
- Sistematização e acompanhamento semanal de publicações oficiais, agenda de trabalho e demais eventos realizados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo
- Elaboração de relatórios semanais sobre acompanhamento de novos normativos estaduais de interesse do cooperativismo, incluindo resoluções, portarias, decretos e

leis e, de projetos de lei apresentados na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep)

- Monitoramento sobre o andamento de temas/decisões judiciais de impacto no cooperativismo

TEMA 02 SUSTENTABILIDADE

Projeto 4

Certificação Paraná Cooperativo

- Realização de reuniões para definição de requisitos para certificação da produção animal e Treinamentos sobre modelos de certificação de propriedades rurais
- Desenvolvimento de ações para agilização das análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR)
- Realização de visitas técnicas a cooperativas em São Paulo e Minas Gerais para verificar modelos de certificação de propriedades rurais
- Realização de projeto piloto de certificação de propriedades de cooperados.

Projeto 5

ESG+Coop

- Publicação do Guia de ESG+Coop
- Realização de treinamentos do programa de formação ESG+Coop
- Estruturação do relatório anual contendo boas práticas em ESG nas cooperativas
- Realização do Fórum do Programa ESG+Coop
- Definição de indicadores ESG+Coop padronizados e relevantes para as cooperativas – Captação do Balanço ESG+Coop
- Contratação da ABNT para elaboração da PR

(prática recomendada) do Cooperativismo, padrão PR2030 e indicação para aplicação da PR2030 nas cooperativas

TEMA 03 EVOLUÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Projeto 6

Formas de Financiamento do Cooperativismo

- Elaboração do relatório de Investimento Agropecuário 2025, da proposta para o Plano Safra 2025/26 e de sugestão de fontes alternativas de financiamento ao BNDES
- Articulação junto às cooperativas e à Fomento Paraná para que as cooperativas tenham acesso aos recursos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)
- Realização de reuniões com as cooperativas de crédito e curso de crédito e seguro rural

TEMA 04 ACESSO A MERCADOS

Projeto 7

Inteligência e Expansão de Mercado

- Elaboração de diagnóstico de mercado do ramo crédito
- Participação do espaço Paraná Cooperativo na ExpoApras (Exposição dos Supermercados)
- Elaboração de proposição de soluções de produtos e serviços para as cooperativas de Saúde
- Consolidação da base de dados de mercado

TEMA 05 MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO

Projeto 8

Desenvolvimento de Líderes

- Acompanhamento do programa de formação de presidentes com realização de módulo internacional na Espanha
- Remodelagem do Programa de certificação de conselheiros cooperativos
- Definição de critérios da metodologia para certificação dos conselheiros
- Formatação de um programa de atualização para os conselheiros egressos do programa de certificação de conselheiros cooperativos

Projeto 9

Formação de Executivos

- Acompanhamento do planejamento e a execução de missões internacionais
- Formatação de proposta para o programa de formação executiva para gestores de recursos humanos
- Realização de módulo nacional e internacional do programa de formação de executivos

Projeto 10

Autogestão Cooperativa

- Elaboração de relatórios de desempenho orientativo para tomada de decisão para as cooperativas e de modelo de controle da legalidade societária das cooperativas
- Sistematização de coleta de informações qualitativas para evidenciar as fragilidades e oportunidades nas cooperativas
- Acompanhamento da legalidade societária nas cooperativas do programa Rota do Progresso

- Elaboração de proposta para atualização do normativo do Programa Autogestão

Projeto 11

Instrumentalização da Gestão

- Aplicação de roteiro de implementação de auditoria interna
- Realização do Fórum de auditores internos das cooperativas
- Coordenação do Comitê de trabalho de gestores de auditoria interna
- Criação de dashboard das informações estratégicas da pesquisa de maturidade do programa de compliance das cooperativas
- Publicação da 2ª edição do compêndio de boas práticas de governança
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) em cooperativas
- Realização dos seguintes eventos: Fóruns de dirigentes de cooperativas do ramo transporte; Workshop de apresentação do novo instrumento de autoavaliação do PDGC; Workshop de apresentação do diagnóstico de governança e de plano de trabalho e Workshop de Diagnóstico de Governança e Gestão; e de cursos para Conselheiros Fiscais
- Elaboração do cenário consolidado do IGCoop 2024 e avaliação da evolução com a base de 2019
- Avaliação da correlação dos programas estruturados do SESCOOP IGCoop, Compliance e ESG

TEMA 06 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Projeto 12

Perfil dos Profissionais do Futuro

- Contratação da empresa para realização de

pesquisa e mapeamento das competências técnicas e comportamentais para traçar proto-perfis dos profissionais das cooperativas

- Estudo de tendências tecnológicas e ocupacionais, esboço dos proto-perfis profissionais

Projeto 13

Emprega + Coop

- Coordenação de grupo de trabalho com cooperativas representantes dos ramos para construção do Emprega+Coop
- Elaboração de diagnóstico da situação atual de empregabilidade nas cooperativas e dos requisitos funcionais para criação da plataforma Emprega+Coop
- Realização de benchmarking com instituições parceiras para desenvolvimento do projeto Emprega+Coop

Projeto 14

Gestão do Conhecimento

- Elaboração dos requisitos funcionais para a criação da plataforma de Gestão do Conhecimento
- Mapeamento das demandas e necessidades das cooperativas sobre Gestão do Conhecimento

Projeto 15

Trabalho Seguro

- Desenvolvimento de iniciativa de compra conjunta de EPI's para hospitais, clínicas e consultórios, e aproximação das cooperativas do Sincoopar Oeste ao fornecedor internacional de EPI's para obtenção de margem de compra e padronização
- Elaboração de escopo de treinamento estratégico de responsabilização civil, criminal

- e previdenciária para a Diretoria, Engenheiros e Técnicos de Saúde e Segurança do Trabalho das cooperativas
- Debate com Deputado Tião Medeiros e CNCoop sobre estratégias para elaboração de novo Projeto de Lei sobre o assunto FAE (Financiamento da Aposentadoria Especial)– Ruído e ações junto ao CFM - Conselho Federal de Medicina visando prova para enfrentamento judicial
 - Convocação de cooperativas agropecuárias e apresentar a evolução e encaminhamento dos trabalhos da Fecoopar e Cncoop no assunto FAE - Ruído
 - Realização de treinamento sobre responsabilização civil, para o RH e agentes do SESCOOP em matéria de saúde e segurança do trabalho
 - Realização de consultorias e assessorias institucionais nas áreas da engenharia mecânica e de saúde e segurança no trabalho
 - Verificação dos meios de produção e divulgação de vídeos educativos em Saúde e Segurança do Trabalho
 - Assessoria de Engenharia de Saúde e Segurança do Trabalho ao Sincoopar Oeste e cooperativas filiadas junto ao MPT de Cascavel no assunto apanha de aves, suínos e peixes
 - Proposição de projeto de descaracterização de área de risco para implementação do programa de aprendizagem para cooperativas com cota de aprendizagem
 - Proposição de curso de Técnico de Segurança do Trabalho pelo Capacitacoop
 - Inspeção e vistoria de maneira técnica, sigilosa e estratégica das condições de saúde e segurança do trabalho em cooperativas graneleiras
 - Realização de treinamento para as

- cooperativas de produção com Samir Gerges
- Lepi - que subsidiou tese e estudos do agente ruído para FIESC / STF
 - Treinamento personalizado de saúde mental, NR1, para inserção em todas as cooperativas nas respectivas Sapat's
 - Desenvolvimento de plano de ação para atendimento à NR1
 - Definição de indicadores de segurança do trabalho
 - Implementação de sistema integrado de gestão de segurança do trabalho

TEMA 07 CULTURA COOPERATIVISTA

Projeto 16

Identidade Cooperativista

- Desenvolvimento de metodologia para realização de diagnóstico para mensurar a identidade cooperativista para colaboradores e cooperados
- Definição de indicadores para mensuração de Identidade Cooperativista

Projeto 17

Sucessão nos Negócios dos Cooperados

- Consulta a especialistas sobre sucessão no campo para mapear os pontos críticos do processo
- Realização de benchmark com entidades e cooperativas que possuem programas de sucessão da propriedade rural
- Revisão e melhoria do Programa Unindo Gerações

Projeto 18

Organização da Família Cooperada

- Realização de reuniões com o grupo de

trabalho de Organização do Quadro Social das cooperativas e do Fórum de Organização do Quadro Social

- Mapeamento de estruturas de Organização do Quadro Social existente nas cooperativas
- Reuniões do Comitê Estadual de Lideranças Jovens e Lideranças Femininas

TEMA 08 PESQUISA E INOVAÇÃO

Projeto 19 - Inovação no Cooperativismo

- Realização do Book de Indicadores de Inovação do Cooperativismo e implementação do Inovacoop no Paraná
- Aplicação da avaliação de maturidade em inovação nas cooperativas participantes dos hubs de inovação
- Elaboração de um modelo de acompanhamento contínuo das Provas de Conceito desenvolvidas pelas cooperativas participantes da Residência em IA
- Realização de curso sobre formação em ciência de dados e criação do Hub de Produtividade

Projeto 20

Alianças em Pesquisa Cooperativa

- Produção de Informes Agrícolas e realização de treino e visita aos profissionais da assistência técnica
- Intercâmbio no Japão com a Jica, resultando no plano de ação: Diagnóstico de GEE e Prospecção de oportunidades de descarbonização nas cooperativas
- Articulação com a Seti e com as cooperativas para acessar recursos junto Ageuni
- Participação no Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento da UFPR

TEMA 09 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Projeto 21

Modernização da Infra e Logística

- Apoio às cooperativas para realização de investimentos em terminais portuários
- Elaboração do Manual com os principais investimentos em Infraestrutura e logística, em conjunto com o G7 (PELT 2040)
- Participação da Comissão do Tribunal de Justiça do Paraná que discute o destravamento das exigências legais para execução de obras
- Participação das ações em conjunto em entidades com objetivo de controle da qualidade dos produtos exportados pelo Porto de Paranaguá
- Participação das discussões da Câmara Técnica de Logística do Mapa sobre a logística de transporte
- Participação dos debates e apresentação de propostas com vistas a renovação ou licitação da concessão da malha ferroviária sul e do processo de desestatização da Ferroeste
- Participação no Comitê de Infraestrutura Pró-Paraná, Instituto de Engenharia do Paraná e G7 nas ações e estudos sobre o setor
- Realização de dois seminários com participação de 150 executivos de cooperativas

Projeto 22

Armazenagem

- Realização de estudos sobre estimativas de custos em recepção, secagem e limpeza (RSL)
- Levantamento da capacidade de armazenagem estática das cooperativas
- Ações junto a Secretaria da Fazenda do Paraná para liberação de créditos de ICMS para construção de armazéns

Projeto 23**Conectividade**

- Apoio a políticas para a ampliação da cobertura das redes de conexão rural e nas principais rodovias
- Articulação junto aos governos estaduais e federais direcionadas ao aumento da conectividade no meio rural
- Promoção junto a Copel de negociações com o objetivo de redução do custo e dos aluguéis de postes de energia para passagem de fios de telecomunicações
- Debates e ações para formatação do programa Paraná Conectado
- Negociações com as operadoras de telefonia e com as secretarias da Fazenda e de Inovação para implantação de torres de telecomunicações com utilização de créditos de ICMS

Projeto 24**Gestão de Energia**

- Elaboração de estudo de mapeamento energético cooperativo
- Representação no Conselho de Consumidores de Energia da Copel
- Apoio a programas para melhoria da eficiência energética nas cooperativas
- Estruturação do programa portas abertas com o setor de energia das cooperativas em Brasília, envolvendo OCB, Congresso Nacional, Aneel, ONS e Ministério de Minas e Energia

TEMA 10**INTERCOOPERAÇÃO E ALIANÇAS****Projeto 25****Agroindustrialização**

- Realização do Fórum de Crédito e Seguro

Rural e de Webinar sobre agroindustrialização das cooperativas

- Atualização dos indicadores das 157 agroindústrias

Projeto 26**Mercado Internacional**

- Acompanhamento da Pós-Graduação em Comércio Exterior e Negócios
- Implantação das ações do Planejamento Estratégico de Mercado Internacional
- Participação de feiras internacionais
- Criação do GT de Mercado Internacional
- Elaboração de materiais promocionais de produtos e serviços voltados para mercados internacionais

Projeto 27**Alianças entre Cooperativas**

- Realização de visitas às cooperativas agropecuárias com a finalidade de ouvir sugestões para elaboração de propostas de alianças estratégicas entre cooperativas
- Reuniões com a Diretoria e Relatório de Trabalho

TEMA 11**SANIDADE E MEIO AMBIENTE****Projeto 28****Sanidade Agropecuária e Meio Ambiente**

- Realização de treinamento de extensão rural em suinocultura e de Fóruns técnicos das principais cadeias de proteína animal das cooperativas e, do Fóruns de Meio Ambiente
- Participação em grupos especializados (GT, Comitês, Câmaras) para defender os interesses das cooperativas no setor de sanidade e meio ambiente
- Elaboração de relatório das ações mensais

de fortalecimento das cadeias de proteína animal e publicação de informe pecuário com informações do cenário sanitário nacional e internacional

- Monitoramento das ocorrências sanitárias das cadeias de proteína animal
- Implantação do projeto piloto de biossegurança na suinocultura
- Coordenação da Semana de Sanidade Animal
- Realização de reunião do Grupo Estratégico Agronômico e de rodadas de reuniões com as cooperativas agropecuárias
- Desenvolvimento de ações para incentivar a participação das cooperativas em iniciativas ambientais e sustentáveis do estado, como o Selo Clima Paraná
- Atuação na revisão, regulamentação e proposição de normativas ambientais
- Reuniões com o grupo de trabalho das cooperativas para avaliação e acompanhamento de normativas ambientais e publicação de informe
- Rodadas de visitas técnicas do Projeto Conhecer para Cooperar
- Desenvolvimento do compêndio do licenciamento ambiental
- Elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa da Ocepar
- Reunião do Grupo Estratégico Agronômico e do Grupo de Carbono
- Publicação do Informe Panorama do Agronegócio

TEMA 12 COMUNICAÇÃO E MARKETING

Projeto 29

Comunicar para Cooperar

- Realização de diagnóstico de boas práticas

em gestão de risco de imagem

- Mapeamento de cenários sensíveis em cooperativas com possíveis soluções para gestão de crise
- Publicação da versão digital da revista Paraná Cooperativo no site do Sistema Ocepar e a cobertura do Encontro Estadual de Cooperativistas
- Elaboração de projeto de mídia training
- Realização de reuniões com o Comitê de Comunicação e do curso de Imersão em fotografia
- Realização do Fórum de Comunicação na Frísia
- Premiação da 17ª edição do Prêmio Ocepar de Jornalismo
- Coordenação da participação de profissionais de comunicação e marketing das Cooperativas do Paraná na Semana da Competitividade/Brasília
- Lançamento do novo layout gráfico e editorial da Revista Paraná Cooperativo,
- Edição e impressão do folder com indicadores do cooperativismo em português, espanhol e inglês

Projeto 30

Marketing Cooperativo

- Levantamento sobre a utilização do carimbo SomosCoop em produtos e serviços de cooperativas
- Exposição do Ano Internacional das Cooperativas no Palácio Iguazu
- Visita aos responsáveis pelas áreas de marketing e mercado das cooperativas participantes na ExpoApras 2025
- Campanha de Marketing utilizando recursos do Fundo de Marketing da OCB – veiculação de spots nas rádios CBN Curitiba e Band News e veiculação de campanha com vídeos e matérias nos jornais Gazeta do Povo e Tribuna do Paraná
- Apoio na realização do Prêmio Orgulho da Terra da RICTV

17

Demonstrações Contábeis

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ - OCEPAR
CNPJ 75.038.513/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em reais (R\$)

		ATIVO	
ATIVO	NOTAS	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 3	293.548,46	96.176,51
Ativo Financeiro de curto prazo	NOTA 4	43.114.202,91	34.184.430,79
Créditos e valores a receber	NOTA 5	286.495,16	280.367,29
Despesas Antecipadas	NOTA 6	7.069,12	8.391,41
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		43.701.315,65	34.569.366,00
NÃO CIRCULANTE			
Ativo Financeiro de longo prazo	NOTA 7	10.528.890,00	15.949.674,60
Investimentos	NOTA 8	1.079.296,17	884.366,87
Imobilizado	NOTA 9	12.547.536,52	11.070.675,08
Intangível	NOTA 10	7.632,34	10.045,44
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		24.163.355,03	27.914.761,99
TOTAL DO ATIVO		67.864.670,68	62.484.127,99
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO	NOTAS	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Contas a pagar	NOTA 11	153.077,62	106.970,89
Encargos e consignações de terceiros	NOTA 12	16.427,69	24.775,94
Salários, encargos sociais, impostos a recolher e consignações	NOTA 13	572.701,51	498.641,58
Provisões trabalhistas e previdenciárias	NOTA 14	1.118.081,99	950.910,93
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.860.288,81	1.581.299,34
NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		NOTA 15	66.004.381,87
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.004.381,87	60.902.828,65
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.864.670,68	62.484.127,99

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em reais (R\$)

	NOTAS	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	NOTA 16	20.352.485,40	16.633.931,36
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	NOTA 17	(13.508.887,52)	(10.336.377,16)
Serviços de terceiros	NOTA 18	(223.045,87)	(1.569.022,24)
Despesas com viagens	NOTA 19	(931.357,08)	(897.042,28)
Despesas com gestão administrativa/técnica	NOTA 20	(4.731.047,16)	(3.696.905,55)
Manutenção de bens	NOTA 21	(322.054,97)	(574.367,85)
Despesas tributárias	NOTA 22	(103.005,01)	(108.339,84)
Depreciação e amortização	NOTAS 9 e 10	(388.014,26)	(401.258,90)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	NOTA 23	1.577.627,99	1.586.380,34
		(18.629.783,88)	(15.996.933,48)
SUPERAVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.722.701,52	636.997,88
RESULTADO FINANCEIRO			
Resultado financeiro líquido	NOTA 24	3.469.773,90	5.105.956,15
		3.469.773,90	5.105.956,15
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		5.192.475,42	5.742.954,03

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em reais (R\$)

	Patrimônio Social	Superavit/ Deficit	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	44.967.706,44	7.564.756,70	4.001.661,90	56.534.125,04
Superavit do exercício anterior	7.564.756,70	(7.564.756,70)	-	-
Superavit do exercício corrente	-	5.742.954,03	-	5.742.954,03
Ajuste de exercício anterior	(1.283.328,22)	-	-	(1.283.328,22)
Depreciação sobre avaliação patrimonial	-	-	(90.922,20)	(90.922,20)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	51.249.134,92	5.742.954,03	3.910.739,70	60.902.828,65
Superavit do exercício anterior	5.742.954,03	(5.742.954,03)	-	-
Superavit do exercício corrente	-	5.192.475,42	-	5.192.475,42
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-
Depreciação sobre avaliação patrimonial	-	-	(90.922,20)	(90.922,20)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	56.992.088,95	5.192.475,42	3.819.817,50	66.004.381,87

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em reais (R\$)

	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit do exercício	5.192.475,42	5.742.954,03
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO DO EXERCÍCIO AO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	388.014,26	401.258,90
Baixa de Imobilizado	896,56	-
Superavit do exercício ajustado	5.581.386,24	6.144.212,93
(AUMENTO) / REDUÇÃO NOS ATIVOS		
Créditos e valores a receber	(6.127,87)	(109.600,45)
Despesas pagas antecipadamente	1.322,29	(3.196,75)
Variação nos ativos operacionais	(4.805,58)	(112.797,20)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS		
Contas a pagar	46.106,73	(17.310,81)
Encargos e consignações de terceiros	(8.348,25)	1.431,57
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	74.059,93	56.649,53
Provisões trabalhistas e previdenciárias	167.171,06	(351.508,57)
Outras Obrigações	-	(1.354.359,31)
Variação nos passivos operacionais	278.989,47	(1.665.097,59)
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.855.570,13	4.366.318,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	(18.953.819,30)	(16.126.584,42)
Baixa do investimento	24.179.674,60	35.349,98
Aquisição de imobilizado	(1.954.281,36)	(926.718,37)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	3.271.573,94	(17.017.952,81)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.280.607,30	46.932.241,97
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	43.407.751,37	34.280.607,30
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO	9.127.144,07	(12.651.634,67)

NOTAS EXPLICATIVAS

Período findo em 31 de dezembro de 2025 - Valores expressos em reais (R\$)

1. Contexto operacional

O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR é uma entidade sindical sem fins lucrativos, nos termos do art. 8º da Constituição Federal de 1988 e art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, com base territorial em todo estado do Paraná. É também a unidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, conforme disposto no artigo 105 da Lei nº 5.764/1971, integrando todos os ramos do Cooperativismo paranaense junto ao Governo Estadual e Municipal, Órgãos, Autarquias e Instituições Públicas e Privadas, atuando na defesa de seus interesses perante estes e a sociedade. E tem por finalidade a prestação de serviços aos seus associados, sendo regido por seu Estatuto, pela Constituição Federal e pelas disposições legais vigentes.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas em observância a determinações contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas são demonstrações contábeis anuais elaboradas de forma a aplicar os requerimentos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A observância das normas não produziu efeitos que prejudiquem a comparabilidade sobre a posição patrimonial e financeira da entidade nos períodos anteriormente apresentados, assim como não se identificou efeitos de estimativas ou tampouco a necessidade de aplicação retrospectiva de estimativas distintas entre os anos anteriormente divulgados.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.2 Ativo circulante e não circulante

Ativo circulante incluem investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e investimentos de longo prazo cuja realização ocorrem com prazo superior a 12 meses.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, quando necessário, para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 9.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação, ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (Impairment)

A OCEPAR avaliou no encerramento semestre se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e pudesse ser estimada de maneira confiável, seria reconhecido no resultado a perda por *impairment*.

2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem à Organização bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos

sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo foi reconhecido no balanço patrimonial quando possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideram as premissas definidas pela administração da entidade e seus assessores jurídicos de acordo com os critérios do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor

contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.4. Gestão de riscos

Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- DIREX: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Diretoria: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.887,82	4.461,08
BANCOS	291.660,64	91.715,43
TOTAL	293.548,46	96.176,51

4. ATIVO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Aplic. Fin. BB CDB DI	474.399,59	425.102,32
CREDICOAMO - Aplic. Finan. Credicoamo	2.491.110,70	1.698.505,80
Aplic. Fin. Sicredinvest Evolutivo	23.020.000,00	12.961.167,51
Aplic. Fin. Cresol Ag 1694	2.892.340,15	1.650.412,21
Aplic. Fin. Sicoob RDC Pós CDI	8.250.135,23	11.066.834,70
SISPRIME RDC100	5.986.217,24	6.382.408,25
TOTAL	43.114.202,91	34.184.430,79

Nesta rubrica estão registrados os investimentos de curto prazo e alta liquidez e reclassificações de longo prazo para curto prazo, respeitando o período de carência.

5. CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Salários	-	6.810,89
Adiantamento de Férias	70.412,29	40.819,84
Unimed Federação	17.707,69	11.700,03
Créditos de Terceiros CP (a)	198.375,18	221.036,53
TOTAL	286.495,16	280.367,29

- (a) Nesta rubrica estão registrados: os contratos de gestão firmados com a FECCOOPAR, no valor de R\$ 8.254,25 (oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos); com o SESCOOP, no valor de R\$ 130.277,74 (cento e trinta mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos); valores a reembolsar referentes à Premiação aos Ganhadores do Prêmio de Jornalismo 2025 da Unimed Federação, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); adiantamentos para aquisição de equipamentos de informática, totalizando R\$ 9.819,68 (nove mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos); e depósito judicial em função de protesto indevido no valor de R\$ 5.023,50 (cinco mil, vinte e três reais e cinquenta centavos).

6. DESPESAS ANTECIPADAS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	5.900,02	7.179,01
Assinaturas de periódicos a apropriar	1.169,10	1.212,40
TOTAL	7.069,12	8.391,41

7. ATIVO FINANCEIRO DE LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Aplic. Fin. LP Cresol	9.007.945,00	1.159.674,60
Aplic. Fin. LP Sicredi Integração	150.000,00	14.790.000,00
Aplic. Fin. LP Sicoob	1.370.945,00	-
TOTAL	10.528.890,00	15.949.674,60

Foram reclassificadas para o longo prazo a parcela das aplicações financeiras que tinham limitações quanto ao resgate no curto prazo.

8. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Quotas de Capital Sicredi Integração	521.750,50	465.117,70
Quotas de Capital Sicoob Sul	178.742,83	156.347,24
Quotas de Capital Sisprime do Brasil	313.956,30	236.847,33
Quotas de Capital Cresol Horizonte	49.178,00	22.644,00
Quotas de Capital Credicoamo	15.668,54	3.410,60
TOTAL	1.079.296,17	884.366,87

9. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIADO	LÍQUIDO
Edificações	5.794.611,89	(17.503,81)	5.777.108,08
Equipamentos de Informática	1.071.219,82	(727.853,51)	343.366,31
Máquinas e Equipamentos	880.847,85	(517.741,39)	363.106,46
Terrenos	3.442.785,60	-	3.442.785,60
Veículos	823.841,83	(455.951,35)	367.890,48
Equipamentos de Comunicação	1.236.442,43	(261.753,22)	974.689,21
Mobiliário	1.785.180,50	(506.590,12)	1.278.590,38
TOTAL	15.034.929,92	(2.487.393,40)	12.547.536,52

A seguir é destacada a movimentação do imobilizado:

DESCRIÇÃO	ADIÇÃO	BAIXA
Edificações	476.191,67	-
Equipamentos de Informática	170.194,33	(4.229,74)
Máquinas e Equipamentos	161.157,29	(3.294,00)
Equipamentos de Comunicação	723.957,43	(5.000,00)
Mobiliário	422.780,64	(7.825,32)
TOTAL	1.954.281,36	(20.349,06)

10. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	CUSTO	AMORTIZADO	LÍQUIDO
Direito de uso de software	156.088,05	(148.455,71)	7.632,34
TOTAL	156.088,05	(148.455,71)	7.632,34

11. CONTAS A PAGAR

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades operacionais e administrativas.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras	9.875,23	-
Contratos a pagar	24.377,46	28.725,00
Fornecedores	117.473,97	78.245,89
Empréstimos Consignados	1.350,96	-
TOTAL	153.077,62	106.970,89

12. ENCARGOS E CONSIGNAÇÕES DE TERCEIROS

Obrigações referentes a tributos retidos sobre serviços de terceiros pessoa física ou jurídica.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	4.847,90	7.362,13
ISS retido	992,02	1.438,46
INSS retido	4.113,79	5.804,59
Contribuições Sociais	6.473,98	10.170,76
TOTAL	16.427,69	24.775,94

13. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E IMPOSTOS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda -Empregados	287.178,29	255.430,70
Contribuição Sindical a Recolher	1.756,31	1.417,30
INSS Folha a Recolher	195.718,07	167.708,86
FGTS a Recolher	81.238,08	68.356,90
PIS a Recolher	6.810,76	5.727,82
TOTAL	572.701,51	498.641,58

14. PROVISÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Este grupo abrange os valores aquisitivos de férias e encargos dos funcionários que ainda possuem períodos a serem gozados.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio social	56.992.088,95	51.249.134,92
Reserva de avaliação patrimonial	3.819.817,50	3.910.739,70
Resultado do exercício	5.192.475,42	5.742.954,03
TOTAL	66.004.381,87	60.902.828,65

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição Cooperativista	10.999.293,22	8.979.530,14
Contribuição Autogestão	9.166.077,64	7.482.941,84
Receita de Manutenção	187.114,54	171.459,38
TOTAL	20.352.485,40	16.633.931,36

17. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Salários e proventos	(7.130.992,83)	(5.590.853,67)
13º salário	(840.106,95)	(713.898,25)
Férias e abono constitucional	(926.723,56)	(766.814,95)
Encargos trabalhistas	(2.610.524,31)	(2.174.168,38)
Benefícios	(1.997.539,87)	(1.046.805,19)
Indenizações Trabalhistas	(3.000,00)	(43.836,72)
TOTAL	(13.508.887,52)	(10.336.377,16)

18. SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de Vigilância	(10.241,19)	(9.634,35)
Serviços de Consultoria	(2.707,79)	-
Serviços de Terceiros PJ	(153.664,13)	(1.518.054,70)
Serviços de Terceiros PF	(14.792,34)	(50,00)
Saúde Ocupacional	(6.720,66)	-
Estagiários	(4.922,50)	(41125,01)
Taxa Administração de Serviços	(183,46)	(158,18)
Guarda Documental	(3.813,80)	-
Serviços de Auditoria	(26.000,00)	-
TOTAL	(223.045,87)	(1.569.022,24)

19. DESPESAS COM VIAGENS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Passagens Aéreas e Rodoviárias	(329.383,48)	(363.800,51)
Pedágios	(10.798,82)	(4.877,12)
Hospedagens	(127.669,28)	(133.339,65)
Viagens Internacionais	(237.755,64)	(281.340,85)
Diárias de Viagens Nacionais	(69.355,87)	-
Diárias de Viagens Internacionais	(84.265,92)	-
Refeições Viagens	(17.685,16)	(54.913,52)
Táxi em Viagens	(18.842,58)	(22.163,72)
Combustíveis viagens	(33.232,57)	(18.555,08)
Outras Despesas de Viagens	(2.367,76)	(18.051,83)
TOTAL	(931.357,08)	(897.042,28)

20. DESPESAS COM GESTÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Projetos Autogestão	(1.836.360,30)	(1.913.683,59)
Divulgação do cooperativismo	(1.825.337,97)	(1.002.106,34)
Ocupação e serviços públicos	(121.715,24)	(116.127,17)
Despesas de comunicação	(75.748,52)	(74.062,82)
Material de consumo	(101.408,41)	(173.777,12)
Material de consumo durável	(41.689,07)	(33.923,55)
Locação de equipamentos e veículos	(109.944,06)	(77.879,89)
Eventos e apoios	(320.594,75)	(86.167,24)
Licenças de softwares	(280.688,71)	(164.330,46)
Despesas de locomoção	(25.699,61)	(22.194,06)
Outras despesas de gestão	8.139,48	(32.653,31)
TOTAL	(4.731.047,16)	(3.696.905,55)

21. MANUTENÇÃO DE BENS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Manutenção Predial	(91.735,29)	(13.707,92)
Manutenção de Veículos	(28.960,38)	(37.591,59)
Manutenção/Máqs.Móveis e Equipamentos	(109.635,10)	(86.995,08)
Manutenção de Equipamentos de Informática	(53.124,00)	(46.212,03)
Manutenção de Softwares	(34.581,91)	(219.696,88)
Outras Despesas de Manutenção	(4.018,29)	(170.164,35)
TOTAL	(322.054,97)	(574.367,85)

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Federais	(135,28)	-
Estaduais	(22.347,70)	(30.152,41)
Municipais	(53.862,18)	(49.630,33)
Contribuições previdenciárias PJ e PF	(12.557,11)	(20.563,07)
Outras Despesas Tributárias	(14.102,74)	(7.994,03)
TOTAL	(103.005,01)	(108.339,84)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS		
Receita na alienação de imobilizado	-	67.037,51
Dividendos	73,65	71.278,96
Aluguel contrato gestão SESCOOP PR	1.231.287,90	1.191.873,60
Aluguel contrato gestão Fecooper	62.135,88	60.000,00
OCB Ressarcimento de despesas	80.000,00	80.000,00
Sobras Auferidas	203.212,59	-
Outras receitas operacionais	467,97	116.190,27
TOTAL	1.577.177,99	1.586.380,34
RESULTADO OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	1.577.177,99	1.586.380,34

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receitas de aplicações financeiras (líquido)	4.411.832,57	5.621.794,63
(-) IRRF s/ Rendimento de Aplicação Financeira	(921.364,49)	(479.433,59)
(-) Despesas Financeiras	(20.688,05)	(35.157,67)
TOTAL	3.469.780,03	5.107.203,37
DESPESAS FINANCEIRAS		
Multa e juros sobre impostos	(6,13)	(1.247,22)
TOTAL	(6,13)	(1.247,22)
RESULTADO FINANCEIRO	3.469.773,90	5.105.956,15

25. SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes no período.

José Roberto Ricken
Presidente

Robson Mafioletti
Superintendente

Mayse dos Reis Araujo
Contadora
CRC-DF 026481/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da
**OCEPAR - Sindicato e Organização das
Cooperativas do Estado do Paraná**
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **OCEPAR - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis, acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OCEPAR - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações financeiras e operacionais, cujos saldo do exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base da Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanharam as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de Auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de janeiro de 2026.

Juacir João Wischneski
Contador
CRC-PR-014787/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL OCEPAR
Gestão 2024/2028

Os membros deste Conselho Fiscal do **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar**, tendo examinado o Balanço Patrimonial em conjunto com as suas Notas Explicativas, e demais peças contábeis do exercício findo em 31 de

dezembro de 2025, considerando também as reuniões realizadas no decorrer do exercício, e tendo como subsídio o Relatório da Auditoria Independente, opinam favoravelmente pela aprovação das contas desse exercício pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2026.

Claudemir Cavalini Pereira de Carvalho

Marcio Zwierewicz

Fernando Tonus

Anderson Sabadin

Wemilda Marta Fregonese Feltrin

José Carlos Bizetto

18

Proposta Orçamentária 2026

1 - RECEITAS	VALOR
Contribuição Cooperativista	11.800.000
Contribuição Autogestão	9.800.000
Receitas de manutenção	165.000
Receitas financeiras	4.500.000
Outras receitas	1.646.000
TOTAL	R\$ 27.911.000

2 - DESPESAS	VALOR
Pessoal e encargos	15.800.000
Programa de Des. Cooperativista	2.430.000
Serviços de terceiros	315.000
Despesas com viagens	1.061.000
Divulgação do cooperativismo	1.700.000
Gastos gerais	1.522.000
Impostos e taxas	95.000
Despesas tributárias	15.000
Manutenção de bens	273.000
Total	R\$ 23.211.000

SUPERAVIT	R\$ 4.700.000
------------------	----------------------

3 - IMOBILIZAÇÕES	VALOR
Bens patrimoniais	1.900.000



SESCOOP/PR

“A Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999, instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), com objetivo de organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social de empregados em cooperativas, cooperados e seus familiares, bem como operacionalizar o monitoramento das cooperativas”.



19

Histórico

O cooperativismo brasileiro sempre se preocupou com a formação de pessoas - associados, lideranças e funcionários -, pois são elas que formam as cooperativas. O sistema é constituído de pessoas para pessoas. Esse esforço tem se materializado ao longo dos anos. Em 1991, houve um grande avanço, com a criação do Programa de Autogestão, visando ao desenvolvimento das cooperativas, abrangendo o monitoramento e a profissionalização do quadro de cooperados e funcionários. Naquela década, com a implantação do programa nas cooperativas e seu contínuo acompanhamento, identificou-se que o setor passava por uma grave crise, com elevado grau de endividamento, especialmente o ramo agropecuário.

Para reverter o cenário de dificuldades, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) mobilizou-se e iniciou o processo de negociações que resultou no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop). Em meio às discussões para encontrar uma solução para o endividamento das cooperativas, surgiu a ideia de buscar recursos para o monitoramento mais adequado a elas, com o propósito de identificar e solucionar problemas pontuais. Assim, foi possível evitar que as dificuldades se alastrassem de forma sistêmica, além de promover a formação dos funcionários e a profissionalização da gestão.

A partir desse processo, surgiu a proposta de criação de um sistema parecido com que já existia para a indústria, o comércio e a agricultura. Na época, a OCB elaborou e levou uma proposta ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que se sensibilizou

com a causa e editou a Medida Provisória nº 1.715, em 3 de setembro de 1998, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

O SESCOOP é composto por uma unidade nacional e 27 unidades estaduais. A unidade nacional, dirigida pela presidência da OCB, responde pela fixação de políticas e diretrizes gerais e pela coordenação das atividades a serem implementadas em todo o território nacional. Já as unidades estaduais são responsáveis pela coordenação e realização das atividades para o cumprimento dos objetivos, com o intuito de atender às demandas das cooperativas contribuintes. O SESCOOP tem como objetivos organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social de empregados em cooperativas, cooperados e seus familiares, bem como operacionalizar o monitoramento das cooperativas.

As ações de monitoramento, os programas de formação destinados a diferentes áreas e o trabalho de promoção social fortalecem as cooperativas. Eles possibilitam que dirigentes, cooperados e trabalhadores sejam treinados para melhor desempenhar suas atividades. Também resultaram na estruturação do programa de monitoramento e do planejamento estratégico, fundamentais para o apoio ao desenvolvimento sustentável das cooperativas, promovendo a qualificação da gestão. Com isso, vieram os investimentos na agroindustrialização, na expansão das cooperativas de crédito, de saúde e de todos os ramos.

O Sescoop tem como principal receita a contribuição parafiscal, definida em lei, recolhida pela Previdência Social ou pelo Ministério da Fazenda, na razão de 2,5% sobre o valor mensal da soma da remuneração paga pelas cooperativas a todos os empregados. Por atuar em paralelo ao Estado na efetivação de ações de relevante interesse social, sujeita-se a um peculiar enquadramento jurídico, na condição de Serviço Social Autônomo, integrando o chamado Sistema S e, por isso, pode receber incentivos do poder público, assim como obedece aos princípios que regem a administração pública (Artigo 37, caput da Constituição Federal de 1988), e as rotinas de fiscalização e controle realizadas por órgãos externos, a exemplo da submissão de prestação de contas para julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No Paraná, o Sescoop/PR foi implantado em 21 de setembro de 1999 e é dirigido pelo presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), regulamentado por regimento interno próprio, arquivado no Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, no 3º Ofício de Curitiba, e averbado sob o nº 437.459. Sua responsabilidade é realizar as atividades inerentes ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Paraná e suas ações visam ao fortalecimento e desenvolvimento das cooperativas paranaenses e de seu público interno, proporcionando a formação, valorização e melhoria das condições de vida de cooperados e seus familiares e dos empregados das cooperativas.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Conselho Administrativo

O Conselho do Sescoop/PR, gestão 2023/2027,

eleito no início de abril de 2023, é composto pelo presidente José Roberto Ricken e pelos conselheiros titulares: Willem Berend Bouwman (representante da OCB), Marcos Antonio Trintinalha e Fabiane Else Poletto Bersch (representantes das cooperativas) e Joberson Fernando da Silva (representante dos empregados). Os suplentes são Fabíola da Silva Nader Motta (representante da OCB), Joel Makohin e Hiroshi Nishitani (representantes das cooperativas) e Clair Spanhol (representante dos empregados).

No ano, o Conselho Administrativo realizou seis reuniões para análise e deliberação sobre o plano de trabalho e orçamentário e suas reformulações, relatórios de atividades e de gestão, prestação de contas, balanço patrimonial e financeiro, aprovação de atos normativos e análises dos pareceres das auditorias.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, gestão 2023/2027, eleito no início de abril de 2023, é composto pelos conselheiros titulares: Aguiel Marcondes Waclawovsky, Haroldo José Polizel e Paula Gabrieli Benedito. Os suplentes são Guilherme Grein, Jacir Scalvi e Alair Aparecido Zago.

O Conselho Fiscal se reuniu seis vezes em 2025, quando foram feitos os exames das contas e respectivas notas explicativas, o acompanhamento da execução orçamentária, a análise dos pareceres das auditorias e a avaliação dos processos licitatórios e de compras, culminando com a emissão de parecer no final do ano.

Presidência

A Presidência, além de atuar na representação do Conselho Administrativo, coordena as proposições estratégicas e a formulação das diretrizes de atuação, de acordo com os planos de trabalho, orçamentário

e suas respectivas reformulações, aprovadas pelo Conselho Administrativo, assegurando o direcionamento da atuação da instituição voltada à efetivação dos objetivos e ao crescimento do cooperativismo.

Superintendência

A Superintendência é responsável pela execução das diretrizes definidas pela Presidência, em conformidade com os planos de trabalho e orçamentário deliberados pelo Conselho Administrativo. Sua atuação é voltada à execução dos programas e projetos, na gestão dos processos internos, envolvendo o quadro de empregados, recursos financeiros, controle e execução do planejamento e prestação de contas ao presidente, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Gerência de Planejamento, Controle e Integridade e órgãos de controle.

ÁREAS DE ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES

A estrutura funcional é composta por três gerências - Administrativa e Financeira, Desenvolvimento Humano, Monitoramento e Consultoria, além de coordenadorias, Assessoria Jurídica e as coordenadorias compartilhadas, que abrangem Tecnologia da Informação e Comunicação.

Gerência Administrativa

Administra a execução orçamentária, contábil e financeira, recursos humanos, gestão do patrimônio e a prestação de contas junto aos órgãos de controle da União e ao Sescop Nacional. É composta por duas coordenadorias:

Coordenadoria Contabilidade e Finanças

Executa atividades focadas nas áreas contábil e financeira, recursos humanos e Portal da Transparência.

Coordenadoria de Operações e Logística

Responde pela gestão patrimonial, registros de

cadastro de prestadores de serviços, controle da regularidade fiscal, licitações e compras.

Gerência de Desenvolvimento Humano

É responsável pelo desenvolvimento de programas e projetos de profissionalização próprios e em parceria com outras instituições para atender as demandas de treinamento das cooperativas. A área procura alinhar as ações com o planejamento estratégico das organizações e busca o melhor aproveitamento dos recursos, com o acompanhamento do planejamento, execução e fechamentos das atividades, com foco em resultados e efetividade.

A área possui quatro coordenadorias:

Coordenadoria de Cooperativismo

e Promoção Social

Realiza as atividades de promoção social e disseminação do cooperativismo. Promove ações para a família cooperada, empregados das cooperativas e comunidades e incentiva ações visando à propagação dos valores e princípios cooperativistas. Para consecução de suas atividades, está subdividida em quatro áreas de atuação: 1) Aprendizagem e Mercado de Trabalho; 2) Saúde e Bem-estar; 3) Comunidade e Disseminação do Cooperativismo e 4) Organização do Quadro Social e Educação Cooperativista.

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional

Executa as atividades de formação e qualificação profissional dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, desenvolvendo programas e projetos de profissionalização próprios das cooperativas e em parceria com instituições, com vistas a suprir a necessidades de treinamento das cooperativas. Projetos descentralizados são aqueles planejados pelas próprias cooperativas e executados por elas.

Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional

Executa as atividades de formação e qualificação

profissional dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, desenvolvendo programas e projetos de profissionalização centralizados e em parceria com instituições, com vistas a suprir as necessidades de treinamento das cooperativas. Projetos centralizados são aqueles planejados e executados pelo SESCOOP que atendem mais de uma cooperativa.

Núcleo de Desenvolvimento

Profissional Interno

Foi criado em 2025 o Núcleo de Desenvolvimento Profissional Interno, com a missão de olhar para os empregados do Sistema Ocepar e apoiar a carreira de cada um, promovendo ações para evolução e criação de um time de alta performance.

Gerência de Monitoramento e Consultoria

Desempenha ações destinadas a apoiar o desenvolvimento econômico e financeiro das cooperativas, com o propósito de assegurar a qualidade da gestão cooperativa, fortalecer a credibilidade perante terceiros, garantir transparência junto ao quadro social e, sobretudo, assegurar a sustentabilidade das operações. Para executar suas atividades, conta com três coordenadorias: Monitoramento, Consultoria e Contábil Tributária.

Coordenadoria de Monitoramento

Executa as ações estabelecidas pelo Programa de Autogestão das Cooperativas. Seu objetivo é ajudar as cooperativas a trilhar o caminho da segurança da estabilidade financeira, reduzir riscos e promover o crescimento sustentável do cooperativismo, por meio do uso de práticas de gestão financeira, garantia de conformidade com regulamentações e gestão profissional.

Coordenadoria de Desenvolvimento

Tem por finalidade identificar as necessidades das cooperativas em trabalhos de consultoria, selecionar consultores especializados, definir

escopos e fazer a avaliação constante da qualidade dos serviços prestados. A área busca garantir que as consultorias ofereçam trabalhos adequados para cada cooperativa, com incentivo à inovação e apresentando soluções para os problemas. Assim, é possível fortalecer suas capacidades, com vistas ao desenvolvimento sustentável e agregação de valor às operações, por meio de orientações especializadas.

Coordenadoria de

Consultoria Técnica e Contábil

Presta apoio às cooperativas em questões relacionadas às áreas tributária e de contabilidade. Faz o acompanhamento das alterações normativas e legislativas, com ações que visam atender as particularidades da legislação cooperativista, bem como apoio na prestação de consultorias às cooperativas.

Assessoria Jurídica

Atua no assessoramento consultivo – preventivo e orientativo – e corretivo junto às áreas meio e fim do SESCOOP/PR, Presidência, Superintendência, Conselhos Administrativo e Fiscal. Também oferece suporte às cooperativas, especialmente em relação às orientações sobre normativos que regulamentam as atividades de promoção social, formação profissional e monitoramento, além de questões relacionadas à Lei de Aprendizagem.

Coordenações de Planejamento e Controle, Integridade e Auditoria

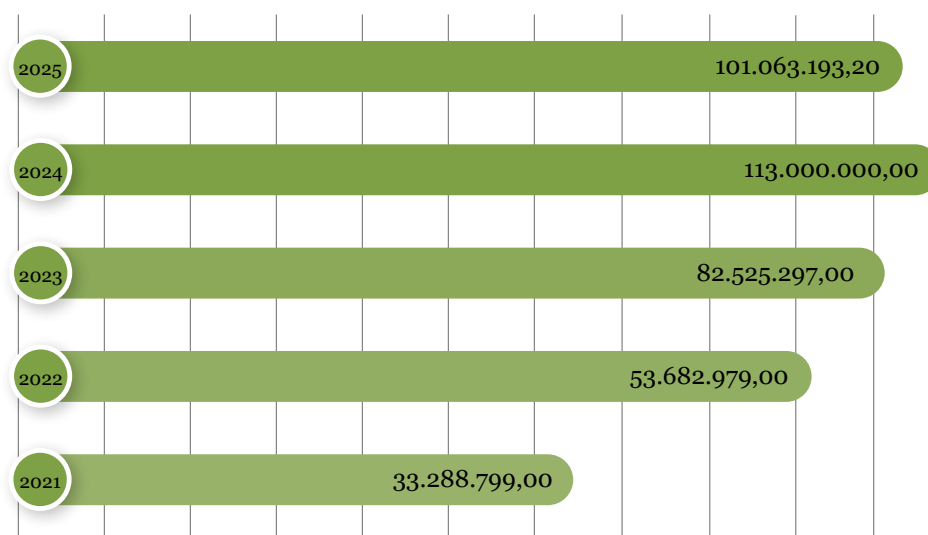
São três coordenações: a) Planejamento e Controle – coordena a elaboração do planejamento e controla a execução; b) Auditoria – realiza a auditoria interna e acompanha os trabalhos da auditoria externa; c) Integridade - responsável pela execução do Programa de Integridade e a Conformidade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Compliance.

20 Gerência de Desenvolvimento Humano

Nos últimos cinco anos (2021-2025), o SESCOOP/PR investiu R\$ 383,6 milhões em ações de formação profissional e promoção social, realizando 61.008 eventos, 1,61 milhão de participações e 864.103 horas-aula. Em 2025, houve adequação orçamentária controlada de 10,6% (R\$ 113 milhões para R\$ 101,1 milhões), preservando 100% do número de eventos e 92% das participações e carga horária realizadas. Essa gestão responsável reforça a maturidade operacional do SESCOOP/PR, equilibrando volume, qualidade e sustentabilidade, tornando o cooperativismo paranaense competitivo e preparado para desafios futuros.

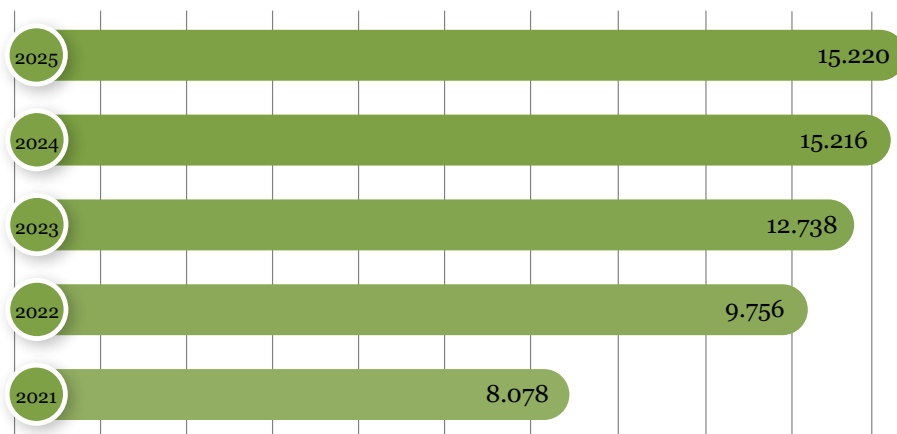
O SESCOOP/PR consolida-se como indutor do desenvolvimento das cooperativas, transformando indicadores quantitativos em impacto estratégico qualificado por meio de formação contínua e acessível. A preocupação constante reside no desenvolvimento integral das pessoas e das cooperativas, promovendo capacitação que fortalece competências técnicas e comportamentais. Essa abordagem fomenta lideranças resilientes e impulsiona a gestão colaborativa, com foco na valorização humana e no crescimento sustentável do modelo cooperativista como motor de transformação social e econômica no Paraná.

Recursos financeiros aplicados - 2021 a 2025 (em milhões - R\$)



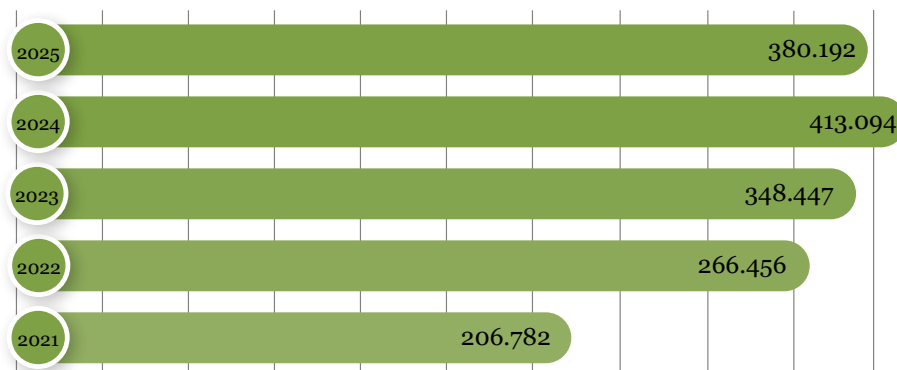
Fonte: SESCOOP/PR

Número de eventos - 2021 a 2025



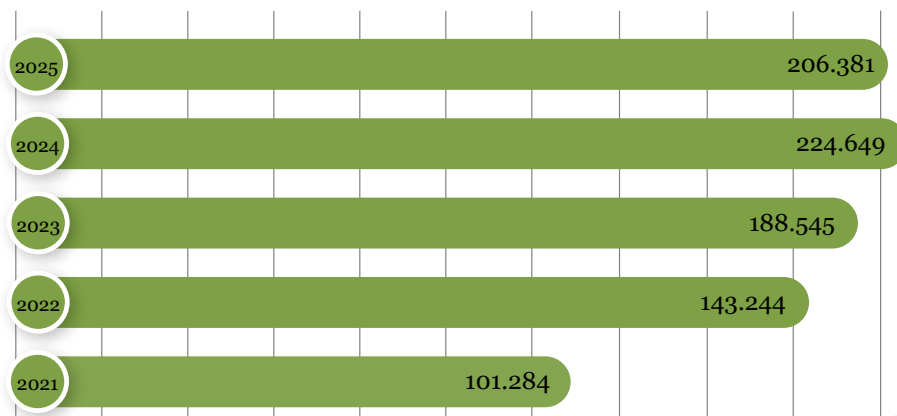
Fonte: SESCOOP/PR

Número de participações - 2021 a 2025



Fonte: SESCOOP/PR

Horas-aula - 2021 a 2025



Fonte: SESCOOP/PR

FORMA DE ATUAÇÃO DA GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Agentes de Desenvolvimento Humano

Cada cooperativa disponibiliza um ou mais profissionais, que fazem a interface com o SESCOOP/PR. Os Agentes de Desenvolvimento Humano são responsáveis por identificar as demandas por treinamentos, elaborar o plano anual de atividades e operacionalizar a realização dos eventos e prestação de contas. Esses profissionais dão sustentabilidade ao trabalho executado pela instituição e, em alinhamento com o planejamento estratégico da cooperativa,

direcionam as necessidades de treinamento e desenvolvimento.

No ano, foram realizadas mais de 30 reuniões de trabalho, com mais de 600 participações, com o objetivo de uniformizar procedimentos e metodologias de trabalho, sempre com o objetivo de desenvolver as áreas de educação e formação das cooperativas. Em 2025, foram realizados três workshops com os agentes, com o objetivo de construir, de forma cooperativa, um plano de desenvolvimento para esses profissionais. O plano será executado em 2026, contemplando temas organizados em fatores técnicos e comportamentais.



Em 2025, foram realizados três workshops com agentes em Campo Mourão, Toledo e Curitiba

Comitê de Análise de Projetos

Responsável pela aprovação dos planos de eventos, verificação da regularidade, análise da estrutura do projeto e forma de contratação de instrutores, o comitê reuniu-se 46 vezes no ano para deliberar sobre 6.306 soluções e 40 bolsas de estudos.

Reuniões Técnicas Gerenciais

Realizadas 51 reuniões técnicas gerenciais com cooperativas, com o intuito de apresentar os indicadores de treinamento da cooperativa e as ações das áreas de formação profissional e promoção social. O principal objetivo foi ouvir as demandas das cooperativas para fortalecer a parceria e ampliar os trabalhos em favor dos cooperados e empregados.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Cooperativo (PEDC)

O Sescoop/PR desenvolveu o método denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento Cooperativo (PEDC), cuja finalidade é fazer a análise sistêmica do planejamento e da gestão das cooperativas. A metodologia foi aplicada em 51 cooperativas, com a avaliação de forma conjunta, para orientar o direcionamento das ações de formação profissional e promoção social.

Soluções Conjuntas com o Sescoop Nacional

Em 2025, o Sescoop/PR passou a operar com o Sistema do GDH Nacional. Os agentes de treinamento foram habilitados para trabalhar com o novo sistema. O processo não se limitou apenas aos analistas internos na construção das demandas centralizadas, mas também envolveu áreas internas, especialmente aquelas que demandam soluções e necessitam de acesso ao Cadastro Nacional de Instrutores.

Parcerias com Universidades e Instituições de Ensino

Para execução de seus programas, o

Sescoop/PR mantém parcerias com universidades nacionais e internacionais, com o objetivo de levar para as cooperativas as melhores opções de aprendizado e, assim, atender a necessidade de modernização, aproveitando o conhecimento de instituições, programas e metodologias de ensino na formação e desenvolvimento de profissionais.

Plataforma de Ensino a Distância

O Capacitacoop é uma plataforma de ensino a distância que funciona como vitrine de soluções educacionais. Oferece cursos elaborados para facilitar o aprendizado com recursos gráficos, áudios e vídeos, ampliando as oportunidades de educação e promovendo maior autonomia no processo de aprendizado. É possível escolher cursos, horários e métodos mais adequados às necessidades das cooperativas e alunos.

Em 2025, foram registradas 16.939 matrículas na plataforma de EAD e nas páginas temáticas das cooperativas. A migração para a plataforma nacional, realizada em parceria com o Sescoop Nacional, teve como objetivo maximizar esforços e recursos, reduzir custos e garantir maior eficiência no atendimento às cooperativas do Paraná.

Principais Programas de Treinamento

A fim de garantir soluções com ampla variedade de métodos, conteúdos e níveis de complexidade, com a teoria alinhada à prática em projetos de intervenção no ambiente das cooperativas, o Sescoop/PR oferece alguns programas com temas variados.

- Desenvolvimento de profissionais de RH
- Formação em ESG
- Inovação e Transformação Digital
- Desenvolvimento dos Profissionais de TI
- Desenvolvimento Regional
- Gestão da Propriedade Rural
- Desenvolvimento de Lideranças
- Educação Continuada de Contadores
- Ensino de Línguas Estrangeiras

Cursos de Pós-Graduações

Para fomentar a especialização em diversas áreas do conhecimento e a aplicação prática nas atividades desempenhadas, o Sescoop/PR apoia a realização de cursos de pós-graduação, buscando a melhoria contínua e o aumento de produtividade das cooperativas. Esses cursos são realizados em parceria com universidades e instituições de ensino superior.

No ano, foram apoiadas 43 turmas, totalizando mais de 1.500 pós-graduandos. Os cursos atendem diferentes ramos do cooperativismo e em todas as turmas os alunos são orientados a entregar um projeto de intervenção prática na cooperativa, com o propósito de disseminar o conhecimento e demonstrar a aplicabilidade do projeto.

Graduação Tecnológica

Em 2025 três cursos de graduação receberam apoio: Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas, Gestão Integrada do Agronegócio e Gestão da Produção Industrial, com mais de 180 participantes. Isso possibilita ampliar o conhecimento sobre o tema e garantir novas oportunidades para o beneficiário e para a cooperativa.

Curso Técnico em Enfermagem

Em parceria com o Senac foram realizadas três turmas do Curso Técnico de Enfermagem, com a participação de mais de 80 profissionais que receberam a formação essencial para atender demandas das cooperativas de saúde. A formação oportuniza crescimento e uma nova carreira dentro da cooperativa.

Curso Técnico em Cooperativismo

No nível médio, o Sescoop/PR, em parceria com o Colégio Sesi e o Colégio Cooperativo Coopermundi, oferece curso de três mil horas e três anos de duração, com metodologia

de ensino diferenciada, destinado a filhos de cooperados e empregados de cooperativas, formando profissionais com foco no desenvolvimento do cooperativismo. Em 2025 foram realizadas 32 turmas, contemplando mais de 1.000 alunos.

Cursos de Aperfeiçoamento Industrial

Mais de 500 profissionais foram beneficiados com 24 cursos técnicos nas áreas de eletromecânica, química, qualidade, alimentos e segurança do trabalho. O objetivo é desenvolver competências técnicas e profissionais para o desempenho de atividades dentro de padrões de qualidade e produtividade, em uma busca contínua por melhorias e otimizações nos processos, produtos e práticas no ambiente industrial.

Curso de Formação Profissional em Cooperativismo de Crédito

Ao todo, 300 alunos participaram do curso, que tem aulas no formato híbrido, com conteúdo a distância e atividades remotas. O curso foi formatado em uma trilha com estações, onde são apresentados os valores do cooperativismo e é discutido, como tema central, o cooperativismo de crédito, com o objetivo de permitir a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Promoção de Fóruns Temáticos

Em parceria com a ABTD Paraná, foram realizados 6 fóruns temáticos sobre *facilities* e gestão de terceiros, diversidade e inclusão, educação corporativa, secretariado e tendências. Aproximadamente 350 participantes tiveram um espaço para o compartilhamento de conhecimentos das melhores práticas com profissionais de grandes empresas do Brasil, além de conhecerem boas práticas de cooperativas paranaenses. As discussões promoveram debates estratégicos, equitativos e centrados no bem-estar e práticas de gestão de pessoas.



Pesquisa de Cargos, Salários e Benefícios

A Pesquisa de Cargos, salários e benefícios foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2025. O ciclo teve adesão de 70 cooperativas dos ramos agropecuário, saúde e crédito, sendo que a base pesquisada foi de 830 cargos. Os dados detalhados referentes à remuneração e aos benefícios estão à disposição via acesso ao sistema, oferecendo às cooperativas participantes um material completo de consulta. Isso contribui para o processo de análise e tomada de decisão, pois permite atrair e reter talentos, manter a competitividade no mercado e promover a equidade interna.

Inovação

O Programa de Inovação do Cooperativismo foi ampliado em 2025, incorporando ações voltadas ao fortalecimento da cultura de inovação no movimento cooperativista paranaense. Entre as iniciativas, destacam-se a criação de métricas para avaliação dos resultados das práticas implementadas e encontros periódicos com o Comitê de Inovação do Cooperativismo. Esse Comitê tem a missão de atuar como um fórum estratégico. É um espaço para validar propostas, alinhar diretrizes e definir as

principais demandas relacionadas à inovação no setor. O Sescop/PR desempenha um papel essencial nesse processo, pois oferece orientação sobre indicadores de inovação, estrutura os Hubs de Inovação e Inteligência Artificial e conduz o Programa de Formação em Inovação e Transformação Digital. Além disso, o Sescop/PR atua como agente impulsionador dessas iniciativas, ao promover a integração entre os projetos, fortalecer a gestão do conhecimento e estimular a disseminação de uma cultura inovadora nas cooperativas.

Hub de Inovação Senai Paraná Cooperativo

O Sistema Ocepar, em parceria com o Senai, implementou novo Hub de Inovação, com foco em Inteligência Artificial. O espaço foi instalado na cidade de Londrina, região norte. Agora, o Paraná conta quatro Hubs de Inovação. Além de Londrina, há iniciativas em Toledo, região oeste, Maringá, noroeste, e Ponta Grossa, nos Campos Gerais.

Esse projeto abrange 48 cooperativas dos setores de agronegócio, crédito, saúde e serviços. No âmbito do Hub, foi desenvolvido o Caderno dos Indicadores de Inovação do

Cooperativismo, com o objetivo de acompanhar a maturação das cooperativas na inovação e mensurar qual impacto as ações têm gerado.

Hub Senai Paraná Cooperativo de Inteligência Artificial

A Inteligência Artificial (IA) tem sido um dos temas mais discutidos no ambiente corporativo nos últimos anos, e por isso o Sistema Ocepar, por meio de parcerias, desenvolveu um projeto sobre o tema que conecta 38 cooperativas.

O programa de formação em ciência de dados seleciona um colaborador de cada cooperativa para um treinamento de dois anos. Durante o período, os participantes desenvolvem até quatro Provas de Conceito (POCs) por cooperativa, e apresentam soluções personalizadas que fortalecem a operação e a competitividade. Ao final, os participantes adquirem certificado de Cientista de Dados.

Com uma abordagem colaborativa, os estudantes trabalham em grupos de três a cinco pessoas para resolver desafios específicos, promover troca de conhecimento e criação de soluções integradas. O programa também aproxima as cooperativas, fomenta discussões sobre desafios comuns e estratégias de resolução, alinhando operações às melhores práticas globais.

HUB de Produtividade

O Hub Senai Paraná Cooperativo de Produtividade, lançado em junho, é resultado da parceria entre o Sistema Ocepar, por meio do Sescop/PR, e o Instituto Senai de Tecnologia em Produtividade. Focado em melhoria contínua, o programa gerou impactos concretos. A iniciativa integra desenvolvimento humano, tecnologia e gestão eficiente, fortalece a competitividade e a sustentabilidade das cooperativas emergentes. Assim, inaugura um

modelo que será expandido em 2026 com novos módulos e metodologias integradas.

Programa de Formação em Inovação

O Programa de Formação em Inovação e Transformação Digital, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), oferece trilhas de Inovação e Transformação Digital, cada uma com carga horária de 56 horas. Já foram finalizados três ciclos da formação, com mais de 460 participantes em 2025. O programa tem uma entrega final, quando os participantes desenvolvem projetos de inovação e transformação digital para suas cooperativas.

Comitê de educação Corporativa

Foram realizadas quatro reuniões do comitê de educação corporativa ao longo do ano. O comitê é composto por profissionais das cooperativas, nomeados pelo gerente de Recursos Humanos, e tem por objetivo debater temas de interesse convergente aos diversos ramos e estruturas de cooperativas. Os encontros proporcionam a troca de boas práticas entre os profissionais, além de antecipar necessidades ao Sescop/PR.



Programa Cooperlíder Feminino

O trabalho com o público feminino está em sintonia com o compromisso cooperativista de promover educação, capacitação e conscientização para o crescimento de seus membros e a difusão do conhecimento sobre a essência e os benefícios da cooperação.

A iniciativa atende ao Projeto 18 – Organização da Família Cooperada no Tema Estratégico 7 – Cultura Cooperativista do Plano Paraná Cooperativo PRC300.



A Cooperativa Castrolanda sediou nos dias 14 e 15 de maio, a 20ª edição do Cooperlíder Feminino



O tema do encontro foi "Cooperativas constroem um mundo melhor".

Muitas ações em prol das mulheres foram desenvolvidas pelas cooperativas em 2025, com o apoio do Sescop/PR. Isso reflete nos indicadores do público feminino das cooperativas, que seguem expandindo a cada ano. No quadro funcional das cooperativas, temos mais de 52 mil postos ocupados por mulheres, o que equivale a 37,7% dos funcionários. Já no quadro social, as mulheres somam quase um milhão de cooperadas, o que representa 42,5% dos associados das cooperativas.

O Sescop/PR organiza anualmente o Cooperlíder Feminino (Encontro da Liderança

Feminina Cooperativista), que, em 2025, já chegava à 20ª edição com a participação de 550 líderes. Além deste evento, o Sescop/PR também contribui para a implementação de iniciativas de capacitação pessoal e profissional, que expandem a visão sobre o cooperativismo e evidenciam a sua relevância.

COOPERLÍDER
jovem

Programa Cooperlíder Jovem

Em todos os ramos, a perenidade do movimento cooperativista depende do envolvimento da nova geração na gestão e nas ações das cooperativas. É preciso o envolvimento dos jovens, sucedendo seus pais e as atuais lideranças nas cooperativas em que estão inseridos. O Programa Cooperlíder Jovem busca levar conhecimento sobre o cooperativismo e estimular a participação do jovem nas cooperativas. A iniciativa atende ao Projeto 18 – Organização da Família Cooperada no Tema Estratégico 7 – Cultura Cooperativista do PRC300.

Em 2025, o Sescop/PR apoiou a formação dos



Encontro do Cooperlíder Jovem em Francisco Beltrão contou com a participação de 24 cooperativas

ovens do movimento cooperativista em diversas ações.

Além destas iniciativas, os jovens cooperativistas do Paraná participam anualmente do Encontro Estadual da Juventude Cooperativista, com o objetivo de trocar experiências, fomentar a integração e, ainda, se preparar para liderar o movimento cooperativista.

Organizado pelo Sistema Ocepar, por meio do SESCOOP/PR, o evento chegou à 34ª edição em 2025, reunindo em torno de 400 jovens cooperados e filhos de associados.

Programa de Certificação de Conselheiros Cooperativos

O Programa de Certificação de Conselheiros Cooperativos consolida-se como instrumento importante para a profissionalização da governança no sistema cooperativista paranaense. A iniciativa atende ao Objetivo Estratégico 34 – Fortalecer a governança e a gestão das cooperativas –, oferecendo formação estruturada, qualificação contínua e suportando a evolução dos conselhos de administração e fiscal. E está ligada ao Projeto

8 –Desenvolvimento de Líderes no Tema Estratégico 5 - Modelos de Governança e Gestão do PRC300.

Em 2025, o Programa demonstrou avanços expressivos na maturidade institucional das cooperativas atendidas, ao mesmo tempo em que evidenciou diferenças relevantes entre segmentos (agroindustrial, crédito, saúde e urbano), o que indica a necessidade de ajustes operacionais para maior eficiência.

Indicadores de Execução

Foram sete turmas iniciadas em 2025, com participação de cerca de 195 conselheiros e potenciais conselheiros.

Avanços observados

- Fortalecimento da identidade e dos princípios cooperativistas;
- Melhoria na compreensão do papel do conselheiro e na visão estratégica;
- Qualificação técnica dos participantes, com aderência ao conteúdo;
- Boa avaliação dos instrutores;
- Reconhecimento da formação como ferramenta de governança pelas cooperativas.



Sete turmas de formação de conselheiros foram iniciadas em 2025

O Programa de Certificação de Conselheiros Cooperativos reforça o compromisso do SESCOOP/PR com a qualificação da governança e a sustentabilidade do modelo cooperativo. A execução parcial de 2025 demonstra resultados consistentes, e a continuidade das turmas em 2026 ampliará o impacto estratégico, fortalecerá a maturidade dos conselhos e promoverá maior integração entre as cooperativas atendidas.



Programa Unindo Gerações

Em 2025, expandimos o Programa Unindo Gerações, com foco na sucessão na propriedade rural, uma demanda das cooperativas do ramo agro. A cooperativa Cocamar concluiu o projeto piloto do programa, envolvendo conselheiros e familiares, e outras seis cooperativas paranaenses aderiram.

O tema Sucessão é um grande desafio para as cooperativas agropecuárias e impacta diretamente na perenidade da sociedade. Investir na sustentabilidade do negócio familiar

está diretamente relacionado à sustentabilidade da própria cooperativa. Assim, o planejamento sucessório das famílias dos produtores cooperados precisa ser uma prioridade e é o propósito do Programa. A iniciativa atende ao Projeto 17 – Sucessão nos negócios dos cooperados no Tema Estratégico 7 – Cultura Cooperativista do PRC300.

Diversas temáticas são desenvolvidas durante os encontros do programa, como: governança e gestão da propriedade rural; direito sucessório; mediação de conflitos e construção da



Programa Unindo Gerações foi expandido em 2025

confiança; gestão financeira; cooperativismo; gestão de pessoas e gestão contábil; planejamento tributário, entre outros. Além disso, o programa é direcionado para as famílias dos cooperados, entendendo que sucessores e sucedidos necessitam trabalhar em conjunto.

Comitês Estaduais do Quadro Social

Da mesma forma que as cooperativas incentivam a participação do jovem e da mulher, o Sistema Ocepar, por meio do Sescop/PR, também o faz por meio dos comitês estaduais de lideranças femininas e de jovens. A iniciativa atende ao Projeto 18 – Organização da Família Cooperada no Tema Estratégico 7 – Cultura Cooperativista do PRC300.

Os comitês são formados por representantes indicados pelas cooperativas e buscam aprofundar o conhecimento na doutrina cooperativista, na gestão das sociedades cooperativas e desenvolver competências das lideranças do quadro social. O objetivo dos encontros é promover a integração, facilitar a

comunicação e incentivar maior participação destes públicos nas suas cooperativas de base. Além disso, o trabalho amplia a troca de experiências entre as líderes e promove intercooperação.

As líderes femininas que constituíram o comitê Elas pelo Coop no Paraná realizaram cinco reuniões ordinárias em 2025, com temáticas focadas no cooperativismo e no desenvolvimento de competências. O comitê de jovens Geração C do Paraná também se reuniu periodicamente para debater o cooperativismo, promover trocas de experiências e incentivar a participação no movimento cooperativista.

No ano passado, ambos os comitês encerraram seu primeiro mandato - que iniciou em 2023-, com um evento presencial que reuniu os líderes. A última reunião contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas e fechou um ciclo de muito trabalho e dedicação. O Sistema Ocepar dará continuidade a essa iniciativa em 2026.



Líderes dos comitês estaduais de jovens e de mulheres reuniram-se na sede do Sistema Ocepar no fim do ano



Encontro 'Juntos Somos 100 Cooperativas Mirins' reúne crianças e adolescentes em Campo Mourão



ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Fórum de Organização do Quadro Social

O Sescop/PR promoveu, em 2025, a 2ª edição do Fórum de Organização do Quadro Social. O evento reuniu mais de 50 agentes de cooperativismo do Paraná. A iniciativa atende ao Projeto 18 – Organização da Família Cooperada no Tema Estratégico 7 – Cultura Cooperativista do PRC300.

O grupo também participou de uma atividade relacionada ao Projeto 16 do PRC300 – Identidade Cooperativista. Com o objetivo de levantar informações para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa, o professor Alex Weymer conduziu uma atividade com grupos focais. O instrumento a ser desenvolvido terá validação científica e estará disponível às cooperativas em 2026.

O II Fórum de Organização do Quadro Social também contou com a participação de Thais Jerônimo, consultora e palestrante na

temática de conflito de gerações, um desafio enfrentado pelas cooperativas no que diz respeito à sucessão e à sustentabilidade do empreendimento.



PROGRAMA DE COOPERATIVAS MIRINS E ESCOLARES

Cooperativas Mirins e Escolares

Aprender sobre a importância da cooperação, do trabalho em equipe, da responsabilidade e da autonomia, colhendo resultados que impactam no futuro profissional e pessoal dos jovens, é foco do Programa Cooperativas Mirins e Escolares. Por meio de vivências práticas do espírito cooperativista, crianças e adolescentes estão sendo preparados para construir o futuro do cooperativismo.

Em 2025, o Paraná dobrou os indicadores do programa com a constituição mais de 120 cooperativas mirins e escolares, que reúnem cerca de 3 mil estudantes associados, a partir



Programa para crianças estimula o espírito cooperativista

dos nove anos de idade. Eles desenvolvem as atividades da cooperativa no contraturno escolar e conhecem a filosofia do cooperativismo na prática. A iniciativa está presente em diversos municípios do estado e é desenvolvida com apoio do Sescop/PR.

Além das inúmeras formações com professores e alunos realizadas pelas cooperativas, o Sistema Ocepar promoveu uma aproximação com a Secretaria Estadual de Educação (Seed) para a disseminação do cooperativismo nas escolas estaduais. A partir dessa aproximação, em 2026 deve acontecer a assinatura de um protocolo de intenções entre o Sescop/PR e a Seed para o desenvolvimento de programas de cooperativismo para os alunos.



Programa Cooperjovem

Em 2025, o Programa Cooperjovem reafirmou sua relevância no cenário educacional

paranaense, consolidando-se como uma iniciativa estruturada de educação cooperativista, com ampla abrangência territorial, forte adesão das redes de ensino e avaliação altamente positiva por parte dos participantes. Foram 24 cooperativas, 74 municípios, 311 escolas participantes, 3.143 professores envolvidos e mais de 31 mil alunos atendidos.

O Programa Cooperjovem é desenvolvido no Paraná há mais de 26 anos e foi incorporado pela OCB em 2000, ocasião em que passou por atualização metodológica. Desde então, tem como objetivo central disseminar a educação cooperativista e os valores do cooperativismo junto a escolas e comunidades. Sua proposta pedagógica fundamenta-se no uso de metodologias ativas e lúdicas para promover o empreendedorismo, a educação financeira e a consciência ambiental, o que contribui para a formação integral de crianças e jovens. O Cooperjovem manteve, em 2025, a participação de duas APAEs, viabilizada por meio de parceria com a cooperativa Cocari, fortalecendo o compromisso do programa com práticas educacionais inclusivas e com a valorização da diversidade.

O Sescoop/PR promoveu em 2025 mais um Encontro Estadual do Programa Cooperjovem nos dias 16 e 17 de setembro, com a participação de mais de 330 educadores. O evento foi bem avaliado pela qualidade das palestras, com destaque à participação do educador Julio Furtado. Com linguagem acessível e alinhamento ao perfil do público, a pertinência dos temas, aplicáveis tanto à prática docente quanto à vida pessoal, também foram pontos positivos.



Felicidade Interna do Cooperativismo

O Programa Felicidade Interna do Cooperativismo - FIC promove a busca constante pelo bem-estar e pela qualidade de vida, com efeitos que se expandem para além do ambiente de trabalho, alcançando famílias, comunidades e círculos de convivência. Essa abordagem multidimensional impulsiona uma transformação duradoura, em sintonia com os valores do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável.

Essa iniciativa iniciou há 12 anos e foi implementada por 20 cooperativas no Paraná. Mais de 14 mil colaboradores já foram beneficiados. O investimento no programa superou R\$ 440 mil em 2025, o que trouxe



O Encontro debateu educação, o ensino da cooperação em sala de aula e a autonomia de crianças e adolescentes



Mais de 330 educadores participaram do Cooperjovem

melhoria de indicadores de bem-estar e saúde para mais de 18 cooperativas do Paraná. Os resultados confirmam o engajamento crescente das cooperativas em transformar suas práticas, de acordo com os princípios do desenvolvimento humano e social.

No dia 19 de novembro, o Sescoop/PR promoveu o III Fórum do Programa FIC, que reuniu mais de 130 representantes de cooperativas via webconferência. O evento foi marcado pela palestra do psicanalista clínico Betto Alves, com o tema "FIC – A Felicidade é contagiosa". Além disso, os participantes puderam revisitar a estrutura metodológica do programa e conhecer o novo vídeo sobre a felicidade no cooperativismo, lançado pelo Sescoop/PR.



Dia de Cooperar

O Dia de Cooperar – Dia C é reconhecido

como o maior movimento de voluntariado cooperativista do país. Consolidado no calendário nacional, mobiliza cooperativas do Paraná e de outros estados brasileiros para a realização de ações gratuitas nas áreas social, cultural, ambiental e de saúde, fortalecendo a intercooperação e o compromisso social.

A análise comparativa entre 2024 e 2025 indica continuidade e ampliação expressiva das ações do programa, especialmente pelo aumento do número de iniciativas desenvolvidas. Em 2025, 74 cooperativas registraram 4.009 ações de voluntariado, um aumento de 88,5% em relação a 2024. O crescimento no número de iniciativas demonstra mobilização das cooperativas paranaenses em prol de mais de 571 mil pessoas em suas comunidades, por meio do trabalho de mais de 28 mil voluntários.

As ações locais se destacam pela prática efetiva do 7º Princípio Cooperativista – Interesse pela Comunidade. Muitas iniciativas foram voltadas a demandas específicas, como o apoio ao município de Rio Bonito do Iguçu, vítima de um tornado em novembro.



Comitês de Jovens da Copacol e da Primato uniram-se pela primeira vez para o Dia de Cooperar



Dia C em Campo Mourão reuniu colaboradores e familiares em uma grande oficina solidária. Cerca de 4.400 fraldas geriátricas foram produzidas



Dia C em Dois Vizinhos teve caminhada com participação de várias cooperativas

O Programa Dia C mantém elevado nível de engajamento, amplia sua capilaridade e reforça sua relevância como expressão da atuação social do cooperativismo, em articulação com iniciativas de âmbito nacional.

Integrando as ações do Dia C, o Sistema Ocepar, em parceria com a Unimed Paraná e a Central Sicredi PR/SP/RJ, promoveu uma campanha de arrecadação de materiais escolares, concluída em agosto, com a entrega das doações à Escola Social Marista Esperança, na Vila Torres, em Curitiba.

A campanha arrecadou aproximadamente 1,1 mil itens de materiais escolares, beneficiando diretamente 220 alunos em situação de vulnerabilidade.

Esses resultados demonstram a evolução e o fortalecimento do cooperativismo como um agente de transformação social. As cooperativas paranaenses tiveram papel essencial ao promover iniciativas que geram impacto positivo em áreas como educação, saúde, sustentabilidade e inclusão social.



Programa Cooperjúnior

Com foco no público infanto-juvenil, o Programa CooperJunior trabalha a educação cooperativista com os filhos de associados. A metodologia é voltada a crianças dos 9 aos 14 anos.

Os 10 módulos que estruturam o programa trazem conhecimento sobre os princípios e valores do cooperativismo, e aproximam a família do cooperado. Cada módulo inclui atividades práticas e dinâmicas, levando a criança a compreender a doutrina cooperativista



Programa de prevenção ao câncer auxilia com a realização de exames clínicos e orientações

e conhecer um pouco mais sobre sua própria cooperativa. Em 2025, cinco cooperativas implantaram o CooperJunior: Colégio Cooperativa da Lapa, C.Vale, Copacol, Tradição e Copagril. Mais de 370 participantes estiveram envolvidos nas formações.

Programas de Promoção à Saúde

O Sescop/PR, em parceria com o SESI, disponibiliza às cooperativas paranaenses quatro programas de promoção à saúde e ao bem-estar: Alimentação Saudável, Prevenção ao Câncer, Saúde Mental e Longevidade Produtiva.

O Programa de Prevenção ao Câncer trabalha com a prevenção de doenças por meio da realização de exames clínicos e orientações de saúde. Colaboradores e cooperados podem fazer mamografia, papanicolau, exames de próstata e pele, e exame físico de mamas. Em 2025, mais de 46 cooperativas estiveram envolvidas no programa, atendendo 19.882 pessoas com 6.935 exames realizados. O investimento foi superior a R\$ 740 mil.

Já o programa Alimentação Saudável contribui para a promoção da saúde por meio de atendimentos clínicos nutricionais

individualizados, palestras educativas e oficinas vivenciais.

Em 2025, 33 cooperativas participaram do Programa Alimentação Saudável e mais de 1,6 mil funcionários receberam atendimento nutricional por seis meses, ultrapassando 6,3 mil atendimentos. Além do emagrecimento, a reeducação alimentar proporcionou a muitos funcionários uma redução nos medicamentos de uso contínuo, promovendo não apenas mudanças nos hábitos alimentares, mas também impactos positivos em diversos aspectos de suas rotinas. É fundamental melhorar a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, para reduzir presenteísmo, faltas ao trabalho e custos com saúde para as cooperativas.

Atendendo às exigências da NR-1, o Programa de Saúde Mental é mais uma iniciativa importante para o cumprimento da nova norma regulamentadora. O objetivo é informar acerca das enfermidades de cunho psicológico, inserindo essa temática na cultura organizacional e disponibilizando opções terapêuticas aos colaboradores. Foram realizadas 8,5 mil participações dos colaboradores das cooperativas, com

investimento superior a 470 mil reais, durante o ano de 2025.

O Programa Longevidade Produtiva é direcionado aos colaboradores das cooperativas, com o objetivo de desenvolver competências pessoais e profissionais do trabalhador para a longevidade produtiva e a melhoria dos resultados. Ou seja, é uma preparação para a aposentadoria, que contempla diversos aspectos, com saúde física, mental e financeira. A metodologia é inspirada nas diretrizes da FIOH (Finnish Institute of Occupational Health) com instrumentos para orientar na autogestão da saúde e plano de vida de forma holística. Cinco cooperativas realizaram o programa em 2025, com um investimento de R\$ 50 mil.



Programa Jovem Aprendiz Cooperativo

O Programa Jovem Aprendiz Cooperativo atende à Lei nº 10.097, que estabelece a contratação de jovens de 14 a 24 anos na condição de aprendiz. Além de promover a aprendizagem profissional, o programa estimula as cooperativas a cumprirem a cota legal de aprendizagem, contribuindo para a formação e inserção de jovens no mercado de trabalho.

Com apoio de 10 instituições parceiras, em 2025 o programa contemplou 55 cooperativas, 220 turmas, mais de 45 mil horas/aula e participação de mais de 6 mil jovens em turmas presenciais e em formato EAD, com investimento superior a R\$ 9,5 milhões.

O Aprendiz Cooperativo representa uma grande oportunidade para o primeiro emprego,

inserindo o jovem no mundo profissional, promovendo seu desenvolvimento pessoal e favorecendo a sua integração social nas cooperativas paranaenses.

Em setembro, o SESCOOP/PR realizou, em formato virtual, o Fórum Estadual da Aprendizagem, com 75 participantes, entre agentes, representantes dos setores de Recursos Humanos, jurídico e entidades formadoras. O objetivo foi oportunizar a atualização e a troca de experiências de profissionais das cooperativas que atuam com aprendizagem, com foco no aprimoramento de suas práticas.

O Fórum contou com a participação do professor Alex Weymer, que abordou o tema “Profissionais e aprendizes na formação de vínculos duradouros com o cooperativismo”, e da psicóloga Marcela Delgado, com o case “Projeto Apego”, em que as cooperativas puderam refletir sobre os impactos do programa para os jovens aprendizes e para o cooperativismo.

Programa de Incentivo à Cultura

As cooperativas desempenham um papel importante no incentivo à cultura, promovendo eventos que envolvem cooperados, funcionários e a comunidade, sempre com o apoio do SESCOOP/PR. Essas iniciativas fortalecem os laços entre os diferentes públicos e destacam o compromisso das cooperativas com o tema.

Um destaque foi o III Encontro de Corais Cooperativistas, realizado em agosto, com 350 participantes, entre coralistas, membros da comunidade e familiares envolvidos em 15 corais. A cooperativa anfitriã da edição de 2025 foi a Unimed Cascavel, e o evento aconteceu no Teatro Municipal Sefrin Filho.



Terceira edição do Encontro de Corais Cooperativistas aconteceu em Cascavel

O Encontro permite a integração entre as cooperativas por meio da música, reunindo grupos de diferentes cooperativas em um momento de celebração, convivência e troca de experiências, o que fortalece os vínculos cooperativos. A valorização do canto coral, o apoio das cooperativas participantes e o reconhecimento do esforço coletivo constituem elementos centrais que evidenciam o sucesso da iniciativa.

Essa é mais uma estratégia do cooperativismo paranaense para promover a arte e a cultura, estimulando a prática musical em um ambiente de cooperação e conexão. A iniciativa consolidou-se como uma celebração artística marcante, reforçando os valores do cooperativismo por meio da música e da integração entre os participantes.

Disseminação do Cooperativismo

O Sescop/PR e a Cooperativa Paranaense

de Turismo (Cooptur) realizaram várias ações em parceria para disseminar o cooperativismo e promover a integração entre as cooperativas paranaenses.

O Programa de Imersões contemplou mais de 90 turmas em 2025, envolvendo cerca de 3,2 mil participações, com investimento de mais de R\$ 3,1 milhões. As rotas de visitas às cooperativas promovem conhecimento e vivências que ajudam a disseminar boas práticas e cases de sucesso.

Outra iniciativa é a GINCOOP – Gincana Cooperativista, que tem como foco levar conhecimento sobre as sociedades cooperativas a cooperados e colaboradores de maneira dinâmica e integrativa. Em 2025, foram realizadas 37 turmas, beneficiando 2,2 mil pessoas.

21 Gerência de Monitoramento e Consultoria

A Gerência de Monitoramento e Consultoria (GMC) consolidou, ao longo de 2025, seu papel como uma das áreas centrais do SESCOOP/PR, responsável por apoiar técnica e institucionalmente as cooperativas paranaenses no aprimoramento da gestão econômica, financeira, operacional e de governança. A atuação da Gerência esteve orientada à promoção da estabilidade, da transparência e da sustentabilidade das cooperativas, contribuindo de forma direta para a mitigação de riscos, a qualificação dos processos decisórios e a continuidade das operações no longo prazo.

Durante o exercício, a Gerência atuou de forma alinhada ao Programa de Autogestão das Cooperativas, com acompanhamento sistemático da gestão das cooperativas, consolidação de informações estratégicas e suporte técnico às instâncias de governança. As ações desenvolvidas buscaram fortalecer a credibilidade das cooperativas perante o mercado, agentes financeiros, órgãos reguladores e demais stakeholders, além de qualificar o relacionamento com o quadro social e ampliar o impacto positivo do cooperativismo no desenvolvimento econômico e social do Paraná.

A Gerência estruturou suas atividades com base no uso intensivo de dados, indicadores e análises técnicas, adotando metodologias consolidadas de monitoramento e inteligência analítica. O Sistema AG Monitoramento constituiu-se como a principal ferramenta de suporte às atividades, permitindo a coleta, o tratamento, a consolidação

e a análise de informações econômico-financeiras, sociais, operacionais e de governança, bem como a construção de cenários, matrizes de risco e relatórios técnicos utilizados nas devolutivas às cooperativas e no apoio à tomada de decisão institucional.

Em 2025, a Gerência manteve atuação contínua na consolidação das informações dos diferentes ramos do cooperativismo paranaense, elaborando projeções, cenários consolidados e análises comparativas. Esses dados subsidiaram tanto o acompanhamento individual das cooperativas quanto a leitura sistêmica do desempenho do setor. Também permitiram identificar tendências, fragilidades recorrentes e oportunidades de melhoria, orientando ações preventivas e estruturantes.

Além do monitoramento econômico-financeiro, a Gerência desempenhou papel relevante no acompanhamento societário e institucional, prestando orientação técnica para a constituição e o registro de cooperativas, emitindo pareceres técnicos relacionados à regularidade, suspensão, cancelamento ou reativação de registros, acompanhando assembleias gerais e elaborando



Formação de agentes reuniu 100 profissionais, de 35 cooperativas, em Cascavel

relatórios preparatórios para subsidiar a atuação dos representantes institucionais. Tais atividades reforçaram a conformidade legal, a segurança jurídica e a aderência das cooperativas às diretrizes do cooperativismo organizado.

A atuação da GMC também se caracterizou pelo atendimento a demandas específicas das cooperativas e do Sistema Ocepar, por meio da realização de trabalhos técnicos especiais, diagnósticos aprofundados, estudos de viabilidade e análises temáticas. Essas entregas ampliaram a capacidade de resposta institucional a situações complexas, contribuindo para decisões mais qualificadas e alinhadas às melhores práticas de gestão e governança.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INTEGRAÇÃO DAS COORDENAÇÕES

Em 2025, a Gerência de Monitoramento e Consultoria operou estruturada em três coordenações complementares, que atuaram de forma integrada e sinérgica, com escopos bem definidos e responsabilidades técnicas específicas.

A Coordenação de Monitoramento concentrou suas atividades no acompanhamento técnico, legal e econômico-financeiro das cooperativas, assegurando a conformidade com a legislação cooperativista e com as diretrizes do Programa de Autogestão. Essa coordenação foi responsável pela coleta e análise de dados estratégicos, pela elaboração de diagnósticos, cenários e devolutivas técnicas, pelo acompanhamento de atos societários relevantes e pelo suporte aos processos de constituição e registro.

A Coordenação de Desenvolvimento direcionou sua atuação ao fortalecimento institucional das cooperativas, por meio de programas de capacitação, instrumentos de governança e gestão, iniciativas de sustentabilidade e ESG, formação de lideranças e estímulo à intercooperação. Suas

ações buscaram transformar os diagnósticos produzidos pelo monitoramento em evolução prática da maturidade institucional das cooperativas, com foco em inovação, excelência em gestão e desenvolvimento de longo prazo.

A Coordenação Contábil, de Consultoria e Tributária atuou de forma especializada na execução e no acompanhamento de consultorias técnicas, na emissão de relatórios e pareceres, no suporte contábil e tributário, no fortalecimento das auditorias internas e dos programas de compliance. Além disso, atuou na articulação institucional em temas estruturantes, como capitalização, instrumentos financeiros e defesa técnica do cooperativismo em processos normativos e regulatórios.

A integração entre as três coordenações permitiu que a Gerência operasse de forma sistêmica, conectando diagnóstico, desenvolvimento e implementação de soluções. Essa lógica fortaleceu a capacidade institucional do Sistema Ocepar de acompanhar as cooperativas de maneira preventiva, estruturada e orientada a resultados, assegurando maior eficiência, rastreabilidade e qualidade técnica nas entregas realizadas.

1. COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO

A Coordenação de Monitoramento integrou, ao longo de 2025, o núcleo técnico responsável pelo acompanhamento contínuo, sistemático e estruturado da situação econômico-financeira, legal, societária e de governança das cooperativas. Sua atuação esteve diretamente vinculada à execução das diretrizes do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras, operando como instrumento de indução de boas práticas, mitigação de riscos e fortalecimento institucional do cooperativismo.

A Coordenação assumiu papel estratégico

na consolidação da inteligência institucional do Sistema Ocepar, ao transformar dados operacionais, contábeis, financeiros, sociais e de governança em informações qualificadas para a tomada de decisão. Esse trabalho contribuiu para assegurar maior estabilidade financeira às cooperativas, reduzir assimetrias informacionais, antecipar situações de risco e promover condições favoráveis ao crescimento sustentável do setor cooperativista no Paraná.

Ao longo do ano, a Coordenação atuou de forma integrada com as demais áreas da Gerência de Monitoramento e Consultoria, mantendo alinhamento permanente com as estratégias institucionais e com as prioridades definidas no planejamento do Sistema Ocepar.

Atendimento técnico às cooperativas e devolutivas institucionais

O atendimento às cooperativas constituiu a principal frente operacional da Coordenação de Monitoramento em 2025. Essa atuação se concentrou na realização de devolutivas técnicas qualificadas, baseadas na análise de indicadores econômicos e financeiros, bem como na contextualização do desempenho individual das cooperativas frente aos cenários setoriais e regionais.

Foram realizadas 130 reuniões institucionais, das quais 112 ocorreram de forma presencial e 18 por webconferência, assegurando ampla capilaridade territorial e proximidade com as cooperativas. A distribuição regional dessas reuniões refletiu a abrangência do trabalho desenvolvido, com 50 reuniões na região Centro-Sul (RCS), 41 na região Norte e Noroeste (RNN) e 39 na região Oeste e Sudoeste (ROS).

Além das reuniões institucionais regulares, foram realizadas sete reuniões de avaliação específicas com cooperativas em registro provisório, aquelas

com menos de dois anos de constituição. Dessas, quatro ocorreram presencialmente e três de forma virtual, distribuídas entre uma reunião na RCS, duas na RNN e quatro na ROS. Essas reuniões tiveram caráter orientador e preventivo, com foco na avaliação da estrutura organizacional, governança, capacidade operacional e aderência às exigências legais e institucionais.

Para as cooperativas vinculadas a centrais, especialmente no ramo crédito, foram elaborados 53 relatórios de reporte consolidado, distribuídos da seguinte forma: 13 relatórios para a região Centro-Sul, 13 para a região Norte e Noroeste e 27 para a região Oeste e Sudoeste. Esses documentos permitiram acompanhamento sistêmico, análise comparativa e padronização das informações encaminhadas às instâncias de governança.

Nos casos em que não foi possível realizar reuniões presenciais ou virtuais, foram emitidos 26 relatórios de monitoramento à distância, assegurando que todas as cooperativas recebessem devolutiva técnica no exercício. A distribuição regional desses relatórios foi de 11 na RCS, seis na RNN e 9 na ROS.

O conjunto dessas ações resultou na participação de 1.178 representantes das cooperativas nas atividades de monitoramento. Do total, 54% eram diretores ou conselheiros, evidenciando o envolvimento direto das instâncias estratégicas das cooperativas no processo de acompanhamento institucional.

Emissão de pareceres técnicos e regularidade

A emissão de pareceres técnicos representou, em 2025, uma das atividades de maior complexidade e relevância institucional da Coordenação de Monitoramento. O exercício foi marcado por um volume elevado de demandas, decorrentes tanto da constituição de novas cooperativas quanto da necessidade de regularização, reorganização ou cancelamento de registros existentes.

Ao longo do ano, foram emitidos 74 pareceres técnicos, contemplando análises relacionadas à concessão, manutenção, suspensão, regularização, reativação ou cancelamento de registros cooperativos. Esses pareceres foram elaborados com base em análise documental aprofundada, avaliação estatutária, verificação de conformidade legal e observância dos princípios cooperativistas.

A distribuição dos pareceres emitidos foi a seguinte:

- 49 pareceres para concessão de registro provisório;
- quatro pareceres para concessão de registro regular;
- 13 pareceres de suspensão de registro;
- três pareceres de cancelamento de registro;
- quatro pareceres de regularidade;
- um parecer de reativação de registro.

Essas análises contribuíram diretamente para a segurança jurídica do cooperativismo paranaense, para a padronização dos procedimentos institucionais e para a credibilidade do Sistema Ocepar perante cooperativas, órgãos de controle e demais stakeholders.

Acompanhamento de assembleias gerais e suporte à governança

A Coordenação de Monitoramento participou de 24 assembleias gerais em 2025, entre assembleias ordinárias e extraordinárias. Essa atuação permitiu acompanhar, de forma direta, os processos decisórios das cooperativas, observar práticas de governança, analisar deliberações estratégicas e identificar eventuais fragilidades procedimentais.

Como instrumento de apoio institucional, foram elaborados 101 relatórios pré-

assembleares (pré-AGO), contendo síntese das principais informações econômicas, financeiras, societárias e de governança das cooperativas. Esses relatórios foram disponibilizados aos representantes do Sistema Ocepar e contribuíram para elevar o nível de informação nos processos decisórios.

A distribuição regional dos relatórios pré-AGO foi de 32 relatórios na região Centro-Sul, 30 na região Norte e Noroeste e 39 na região Oeste e Sudoeste, refletindo a abrangência e a capilaridade da atuação da Coordenação.

Elaboração de cenários consolidados e análises sistêmicas

A construção de cenários consolidados constituiu uma atividade estratégica relevante em 2025. Ao longo do exercício, foram estruturados 16 cenários consolidados do cooperativismo paranaense, contemplando:

- um cenário consolidado geral, relativo a todos os ramos do cooperativismo;
- sete cenários individuais, um para cada ramo cooperativista;
- Cenários construídos em duas bases temporais distintas: dezembro de 2024 e junho de 2025.

Esses estudos permitiram analisar tendências, identificar riscos sistêmicos, avaliar desempenho comparativo entre ramos e subsidiar decisões estratégicas do Sistema Ocepar, além de apoiar apresentações institucionais e processos de planejamento.

Sistema AG Monitoramento como instrumento estruturante

O Sistema AG Monitoramento consolidou-se, em 2025, como a principal plataforma de gestão da informação da Coordenação de Monitoramento. O sistema foi utilizado para coleta, organização, análise e comparação de dados econômicos,

financeiros, sociais e de governança das cooperativas.

A equipe atuou intensamente no apoio às cooperativas, na solicitação e validação de informações, na orientação quanto ao correto preenchimento das coletas e na inclusão e atualização dos dados no sistema. As principais coletas trabalhadas ao longo do exercício abrangeram:

- Informações contábeis;
- Balanço de Recursos Humanos;
- Ativos tributários;
- Balanço Social;
- Informações de Operação e Mercado.

Além disso, foram atualizados os dados cadastrais das cooperativas, incluindo informações de contato e composição dos órgãos de governança, como conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva.

Foram realizados dois treinamentos formais sobre o Sistema AG Monitoramento, sendo um voltado às coletas mensais e outro às coletas anuais. Paralelamente, ocorreram diversos atendimentos e orientações virtuais individualizadas, em resposta a dúvidas operacionais e técnicas apresentadas pelos agentes responsáveis pelo envio das informações.

Para melhoria contínua, foram implementadas diversas evoluções no software, com foco na sistematização de processos internos, maior controle das etapas de trabalho e integração de funcionalidades. Destaca-se a migração, para o AG Monitoramento, dos módulos de agrupamento, indicadores e relatórios anteriormente existentes no sistema legado, ampliando a robustez e a capacidade analítica da ferramenta.

Orientação à constituição e registro de cooperativas

A Coordenação de Monitoramento foi responsável, em 2025, pela orientação técnica a grupos interessados na constituição de cooperativas e pelo acompanhamento dos processos de registro junto ao Sistema Ocepar. Ao longo do ano, foram realizados 46 atendimentos a grupos interessados, distribuídos da seguinte forma:

- 14 atendimentos no ramo agropecuário;
- 13 no ramo trabalho, produção de bens e serviços;
- seis no ramo transporte;
- cinco no ramo infraestrutura;
- oito nos demais ramos cooperativistas.

A distribuição regional dessas demandas foi de 25 atendimentos na região Centro-Sul, 11 na região Norte e Noroeste e 10 na região Oeste e Sudoeste. Essas orientações contribuíram para a formalização adequada das cooperativas, para a redução de riscos jurídicos e para a consolidação de modelos organizacionais aderentes às normas cooperativistas.

Trabalhos técnicos especiais e apoio estratégico

Em 2025, a Coordenação de Monitoramento realizou um conjunto expressivo de trabalhos técnicos especiais, voltados ao atendimento de demandas específicas e à produção de análises aprofundadas. Essas ações abrangeram diagnósticos econômicos, financeiros, legais, tributários e organizacionais.

Foram elaborados:

- 10 relatórios detalhados de diagnóstico econômico-financeiro;
- quatro estudos específicos de viabilidade e análise de fluxo de caixa;
- 10 diagnósticos de legalidade em novas cooperativas;

- 10 diagnósticos tributários, especialmente em cooperativas dos ramos trabalho, produção de bens e serviços e transporte;
- oito relatórios detalhados sobre indicadores de Recursos Humanos.

Adicionalmente, houve apoio técnico à implantação de Sistemas Integrados de Gestão (SIG) em duas cooperativas, em parceria com o Sescop Nacional, fortalecendo processos internos e práticas de governança.

A Coordenação também participou ativamente de ações relacionadas a projetos governamentais de desenvolvimento regional, realizando 11 visitas institucionais, em conjunto com órgãos parceiros, a cooperativas não registradas inseridas em programas estaduais, com foco em diagnóstico de legalidade e orientação institucional.

Atendimento aos ramos cooperativistas e articulação institucional

A Coordenação de Monitoramento manteve atuação permanente no atendimento às demandas dos ramos cooperativistas, com representação técnica e institucional em câmeras temáticas, fóruns e espaços de articulação vinculados, especialmente, aos ramos trabalho, produção de bens e serviços e consumo.

Ao longo do exercício, foram realizadas diversas reuniões com entidades de representação nacional, promovendo acompanhamento de pautas, orientação técnica e repasse estruturado de informações às cooperativas. Destaca-se a realização do Fórum do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, que contribuiu para o alinhamento de estratégias, discussão de desafios regulatórios e fortalecimento da representação institucional.

O acompanhamento contínuo das demandas de todos os ramos do cooperativismo reforçou

o caráter transversal da Coordenação de Monitoramento e sua contribuição estratégica para o fortalecimento do cooperativismo.

2. COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A Coordenação de Desenvolvimento constituiu, em 2025, o eixo estruturante da Gerência de Monitoramento e Consultoria, responsável por transformar diagnósticos, análises e evidências técnicas em ações concretas de fortalecimento institucional das cooperativas. Sua atuação esteve diretamente orientada à indução do desenvolvimento organizacional, à qualificação da governança, à incorporação estruturada da agenda ESG e à promoção de processos de inovação, capacitação e intercooperação.

Ao longo do exercício, a Coordenação operou de forma transversal, articulando-se com as demais coordenações da GMC, com áreas internas do Sistema Ocepar e com parceiros institucionais, nacionais e estaduais. Essa atuação integrada permitiu alinhar iniciativas de desenvolvimento às diretrizes do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras e aos objetivos estratégicos estabelecidos PRC300, especialmente no que se refere à geração de valor econômico, social e institucional para o cooperativismo do estado.

A Coordenação assumiu papel relevante como indutora de padrões, metodologias e instrumentos estruturantes, atuando não apenas na execução de ações pontuais, mas na consolidação de uma visão sistêmica de desenvolvimento cooperativo, orientada por evidências, indicadores e boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente.

Consolidação do Programa ESG+Coop como política estruturante

Em 2025, o Programa ESG+Coop consolidou-



Na Sisprime do Brasil, 79 colaboradores concluíram o último módulo do Programa ESG+Coop em outubro

se como uma política estruturante de desenvolvimento institucional, posicionando-se como instrumento central para a incorporação dos princípios ambientais, sociais e de governança às práticas de gestão das cooperativas. A Coordenação de Desenvolvimento atuou de forma intensiva na expansão, qualificação metodológica e integração do programa aos sistemas institucionais do Sistema Ocepar.

Foram realizadas 13 turmas de formação, envolvendo 17 cooperativas, distribuídas entre os ramos agropecuário, crédito e saúde, além do início da estruturação de uma turma específica para o ramo transporte. Essa ampliação refletiu a maturidade do programa e a crescente demanda das cooperativas por instrumentos que auxiliem no posicionamento institucional, no acesso a mercados e no fortalecimento da governança.

As ações formativas foram planejadas a partir de diagnósticos prévios de maturidade ESG, permitindo a customização da carga horária, a

priorização de temas críticos e o direcionamento das atividades para resultados práticos. Como resultado, 13 cooperativas concluíram integralmente o ciclo formativo em 2025, enquanto quatro permaneceram em processo, com continuidade programada para 2026.

No campo da mensuração e monitoramento, foram coletados indicadores ESG de 45 cooperativas por meio do Sistema AG Monitoramento. O tratamento desses dados possibilitou análises comparativas, identificação de tendências setoriais e a construção de uma base sólida para relatórios institucionais e estratégias futuras.

A realização do Fórum ESG+Coop, com 83 participantes, marcou um momento relevante de devolutiva coletiva, compartilhamento de resultados e fortalecimento da agenda ESG no cooperativismo. O evento também serviu como espaço de escuta qualificada, subsidiando a construção de novas iniciativas, como a publicação de um compêndio de boas práticas, prevista para 2026.

Como desdobramento estratégico do Projeto 5 do PRC300, a Coordenação avançou na estruturação de um procedimento de certificação ESG para cooperativas, em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Em 2025, foram concluídos os critérios técnicos de avaliação, estabelecendo bases sólidas para a validação do modelo por meio de projetos-piloto a serem executados em 2026. Essa iniciativa posiciona o cooperativismo paranaense na vanguarda da certificação ESG no País.

Governança, gestão e indução da excelência organizacional

A agenda de governança e gestão manteve-se como um dos pilares centrais da atuação da Coordenação de Desenvolvimento em 2025. As ações realizadas buscaram não apenas avaliar o estágio de maturidade das cooperativas, mas induzir processos contínuos de melhoria, alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais.

O Programa de Excelência da Gestão das

Cooperativas (PEGCOOP) seguiu como principal instrumento de diagnóstico e desenvolvimento. No exercício, 33 cooperativas atualizaram o diagnóstico Avaliacoop Governança e Gestão (PDGC), permitindo uma leitura atualizada do nível de maturidade institucional do cooperativismo paranaense. A distribuição das cooperativas nos níveis de maturidade evidenciou avanços consistentes, ao mesmo tempo em que indicou oportunidades de evolução em governança, liderança, processos e resultados.

A realização de eventos técnicos específicos contribuiu para a disseminação do instrumento, o alinhamento conceitual e o fortalecimento do engajamento das cooperativas. O Fórum de Boas Práticas em Governança Cooperativa representou um marco relevante, ao divulgar os resultados do IGCoop e apresentar o 2º Compêndio de Boas Práticas, reforçando o papel do Sistema Ocepar como produtor e difusor de conhecimento aplicado à governança.

A participação expressiva de cooperativas



Cooperativas se reuniram em Brasília para a cerimônia de entrega do Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão. O evento celebrou profissionais, lideranças e equipes que vêm transformando seus modelos de gestão e ampliando o impacto nas comunidades onde atuam

no Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão 2025, com 18 inscrições e seis reconhecimentos, confirmou a efetividade das ações de desenvolvimento e a capacidade das cooperativas paranaenses de se destacarem em âmbito nacional.

Fortalecimento dos Conselhos Fiscais e qualificação institucional

O fortalecimento dos Conselhos Fiscais foi tratado como ação estratégica de desenvolvimento institucional em 2025. A Coordenação de Desenvolvimento promoveu 10 cursos de formação, envolvendo 243 conselheiros fiscais, com abrangência em todos os ramos do cooperativismo.

As formações priorizaram conteúdos técnicos e estratégicos, abordando análise de demonstrações financeiras, interpretação de indicadores, avaliação de riscos, compliance e responsabilidades legais. A disponibilização de turma virtual específica para o ramo crédito ampliou o acesso e demonstrou a capacidade de adaptação metodológica da Coordenação às diferentes realidades operacionais.

Essas ações contribuíram para elevar o nível de maturidade dos órgãos de fiscalização interna, fortalecendo a governança, a transparência e a confiança dos cooperados nas instâncias decisórias.

Desenvolvimento de cooperativas emergentes e estímulo à intercooperação

O Programa de Desenvolvimento para Cooperativas Emergentes manteve-se como instrumento relevante para apoiar organizações com potencial de crescimento e diversificação. Em 2025, a realização de uma imersão técnica em Holambra, com 14 participantes de sete cooperativas, possibilitou contato direto com modelos cooperativistas

consolidados, práticas inovadoras e estratégias de agregação de valor.

A iniciativa favoreceu a troca de experiências, a reflexão estratégica e a identificação de oportunidades de adaptação de modelos de negócio ao contexto regional, reforçando o papel da intercooperação como vetor de desenvolvimento.

Formação de agentes e incorporação de inovação tecnológica

A formação continuada de agentes institucionais constituiu uma frente estratégica relevante em 2025. A realização do 3º Encontro Estadual de Agentes de Monitoramento, com 97 participantes, representou um espaço de atualização técnica, integração institucional e preparação para os desafios contemporâneos da análise econômico-financeira.

O foco na inteligência artificial aplicada às análises econômicas e financeiras refletiu a preocupação da Coordenação em antecipar tendências, promover o uso responsável de tecnologias emergentes e fortalecer a capacidade analítica das equipes envolvidas no monitoramento e no desenvolvimento das cooperativas.

Apoio institucional e integração com políticas públicas

A Coordenação de Desenvolvimento exerceu papel relevante na articulação com políticas públicas estaduais, atuando de forma técnica e institucional nos projetos Rota do Progresso e Coopera Paraná.

No Rota do Progresso, foram realizadas 11 visitas técnicas a cooperativas em territórios prioritários, com foco na compreensão do contexto local, avaliação de legalidade e identificação de oportunidades de fortalecimento institucional.

No Coopera Paraná, a Coordenação contribuiu ativamente para a elaboração do edital de chamamento público, participando de oito reuniões técnicas com entidades parceiras. A publicação do edital em dezembro de 2025 consolidou o trabalho desenvolvido e ampliou as possibilidades de fortalecimento das cooperativas voltadas à agricultura familiar.

Integração das ações da Coordenação de Desenvolvimento às diretrizes institucionais em 2025

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciaram o papel estratégico da Coordenação de Desenvolvimento como indutora de transformação institucional no cooperativismo paranaense. A atuação articulada entre diagnóstico, formação, governança, ESG, inovação e políticas públicas contribuiu para elevar o nível de maturidade das cooperativas, fortalecer sua competitividade e ampliar sua capacidade de geração de valor econômico e social.

A Coordenação consolidou-se como espaço de convergência entre estratégia e execução, assegurando que os objetivos do PRC300 e do Programa de Autogestão se materializassem em ações concretas, mensuráveis e alinhadas às demandas reais do cooperativismo.

3. COORDENAÇÃO CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E DE CONSULTORIA

A Coordenação Contábil, Tributária e de Consultoria constituiu, ao longo de 2025, o núcleo técnico-especializado da Gerência de Monitoramento e Consultoria (GMC), responsável por operacionalizar soluções concretas a partir dos diagnósticos produzidos pelo monitoramento, das diretrizes estratégicas do Sistema Ocepar e das demandas institucionais das cooperativas.

Três eixos estruturantes orientaram sua atuação:

- (i) qualificação técnico-contábil e tributária das cooperativas;
- (ii) fortalecimento da governança, dos controles internos e da conformidade normativa;
- (iii) estruturação e acompanhamento de consultorias estratégicas, assegurando aderência às diretrizes do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras, às normativas da OCB e aos projetos estratégicos do PRC300.

Ao longo do exercício, a coordenação exerceu papel central na conexão entre estratégia institucional e execução prática, atuando de forma transversal junto aos diversos ramos do cooperativismo e em permanente articulação com áreas internas do Sistema Ocepar, entidades parceiras, órgãos reguladores e instâncias governamentais.

Estruturação, acompanhamento e qualificação dos processos de consultoria

Em 2025, a Coordenação Contábil, Tributária e de Consultoria avançou significativamente na padronização, qualificação e governança dos processos de consultoria, assegurando maior rigor técnico, transparência institucional e rastreabilidade das decisões.

Os processos foram conduzidos desde a fase inicial de análise de elegibilidade, com avaliação técnica das propostas, acompanhamento da execução, validação dos entregáveis e emissão de relatórios técnicos conclusivos. Esse fluxo estruturado permitiu alinhar as consultorias às necessidades reais das cooperativas e às prioridades estratégicas do Sistema Ocepar.

No exercício, foram emitidos seis relatórios técnicos conclusivos, elaborados a partir de critérios objetivos de avaliação e contendo análises detalhadas, recomendações técnicas e

pareceres sobre a conformidade dos entregáveis. Esses documentos desempenharam papel fundamental na formalização das decisões institucionais e na garantia da qualidade técnica das intervenções.

Além disso, foi realizado o acompanhamento integral de todas as consultorias em andamento, por meio de reuniões internas de alinhamento, reuniões externas com cooperativas e consultores, análises intermediárias de entregáveis e avaliações de aderência às diretrizes institucionais. Esse acompanhamento contínuo assegurou correções de rota tempestivas, mitigação de riscos e maior efetividade dos projetos.

Como marco relevante do exercício, foi construído, validado e publicado em novembro de 2025 o Dashboard de Gestão das Consultorias, desenvolvido em ambiente de Business Intelligence (Power BI). O painel passou a oferecer uma visão integrada das demandas, status dos projetos, prazos, recursos aplicados, áreas atendidas e indicadores de

desempenho, fortalecendo a governança, a transparência e a tomada de decisão baseada em dados no âmbito do Sescop/PR.

No total, foram 27 requerimentos de consultoria analisados em 2025, distribuídos entre demandas concluídas, em execução, canceladas ou reprovadas na fase técnica, evidenciando a aplicação rigorosa dos critérios de elegibilidade e a maturidade do processo decisório. O volume de recursos aplicados nessas consultorias alcançou aproximadamente R\$ 1,5 milhão, refletindo a relevância estratégica das intervenções.

Auditoria interna como instrumento de governança e mitigação de riscos

A atuação da coordenação no campo da auditoria interna consolidou-se, em 2025, como um dos pilares para o fortalecimento da governança cooperativista no Paraná. As ações foram direcionadas à estruturação de sistemas de controle, ao aprimoramento das práticas de gestão de riscos e à qualificação técnica dos profissionais envolvidos.



Cerca de 60 auditores internos de cooperativas paranaenses dos ramos agropecuário, crédito e saúde, reuniram-se em Curitiba

Destacou-se a criação e consolidação do Grupo de Trabalho de Gestores de Auditoria Interna, reunindo aproximadamente 20 gestores de cooperativas dos ramos agropecuário, saúde e crédito. As reuniões, realizadas de forma mensal ou bimestral, permitiram alinhar conceitos, compartilhar experiências práticas, discutir desafios comuns e planejar ações conjuntas voltadas ao fortalecimento das auditorias internas.

No âmbito da capacitação, foi executado o Programa de Formação de Auditores Internos, estruturado em três níveis (novos, plenos e seniores/líderes), totalizando 100 horas de formação técnica. O programa contou com a participação efetiva de 72 auditores internos, oriundos de diversos ramos do cooperativismo, e recebeu investimento de R\$ 102.700,00 com recursos do Sescoop/PR.

O conteúdo formativo esteve centrado na atualização do framework internacional das Normas Globais de Auditoria Interna, alinhando as práticas locais aos padrões internacionais e fortalecendo a capacidade técnica das cooperativas para atuarem de forma preventiva, estratégica e independente.

Como complemento, foi realizado o Fórum de Auditores Internos, que reuniu 60 profissionais para atualização e troca de experiências, com temas como inteligência artificial aplicada à auditoria, gestão de riscos, planejamento anual de auditoria e estudos de caso práticos.

Compliance, integridade e maturidade institucional

A Coordenação também avançou de forma consistente na agenda de compliance, compreendida como elemento estruturante da governança cooperativista. Em 2025, foi lançado o Dashboard de Maturidade de Compliance das

Cooperativas Paranaenses, ferramenta gerencial que permite acompanhamento sistemático do nível de maturidade das cooperativas, identificação de lacunas e orientação técnica para aprimoramento.

Essa iniciativa reforçou o caráter preventivo e orientador da atuação institucional, ao permitir que as cooperativas evoluíssem de forma estruturada em temas como integridade, controles internos, gestão de riscos e conformidade normativa.

Adicionalmente, foram conduzidas ações de implantação de auditoria interna em cooperativas, com acompanhamento técnico contínuo. Em um dos projetos, o processo envolveu reuniões semanais de acompanhamento, apoio na construção do regimento interno da auditoria, elaboração da matriz de riscos, definição de código de ética do auditor e subsídios técnicos para a estruturação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).

Consultoria contábil, tributária e defesa técnica do cooperativismo

No campo contábil e tributário, a Coordenação exerceu papel central na orientação técnica das cooperativas e na defesa institucional do modelo cooperativista diante de mudanças normativas e desafios regulatórios.

Em 2025, foram atendidas 81 demandas técnicas, envolvendo temas como tributação sobre serviços e circulação de mercadorias, contribuições federais, atos cooperativos, subvenções, sucessão societária, impactos da reforma tributária e interpretação de normas contábeis. Essas demandas foram tratadas por meio de análises técnicas, reuniões de orientação, emissão de pareceres e articulação institucional.

A atuação na Reforma Tributária foi particularmente relevante, com participação em cerca de 40 reuniões técnicas, elaboração de subsídios e proposições, e interlocução com entidades representativas e órgãos



A Coamig recebeu o evento Juntos Estratégicos Centro-Sul Interooperação, que reuniu representantes de cooperativas da região com o objetivo de fomentar o planejamento estratégico conjunto e fortalecer ações de intercooperação.

governamentais, buscando assegurar segurança jurídica e preservar as especificidades do cooperativismo nos novos marcos legais.

No âmbito dos projetos estruturantes, a coordenação contribuiu para a elaboração de minutas e propostas relacionadas à capitalização e ao financiamento do cooperativismo, incluindo instrumentos inspirados no Prodecoop, fundos regionais de desenvolvimento e alternativas de securitização e fundos de investimento voltados ao setor cooperativo.

Auditorias independentes e credenciamento institucional

A coordenação manteve, em 2025, a responsabilidade pelo encaminhamento e acompanhamento dos processos de credenciamento de auditores independentes junto à OCB, conforme as diretrizes do Programa de Autogestão e da regulamentação vigente.

O processo envolveu análise técnica da documentação, verificação de requisitos legais e acompanhamento das etapas previstas na

norma, assegurando que os profissionais estivessem devidamente habilitados para atuar junto às cooperativas, reforçando a confiabilidade das demonstrações contábeis e a transparência das informações.

Intercooperação e Programa JUNTOS

A retomada do Programa JUNTOS – Centro-Sul representou importante avanço na agenda de intercooperação em 2025. A coordenação conduziu reuniões técnicas e institucionais com cooperativas de médio e pequeno porte, promovendo o levantamento de interesses, a identificação de sinergias e a discussão de oportunidades concretas de cooperação.

As iniciativas envolveram temas como compras conjuntas, logística integrada, parcerias comerciais, compartilhamento de estruturas e acesso a instrumentos de fomento, reforçando a intercooperação como estratégia para ganho de escala, aumento de eficiência e fortalecimento institucional das cooperativas participantes.

4. ATUAÇÃO CONJUNTA NA ESTRUTURAÇÃO DE RAMOS DO COOPERATIVISMO

Ao longo de 2025, a atuação da Gerência de Monitoramento e Consultoria (GMC) do Sistema Ocepar estendeu-se de forma articulada aos diferentes ramos do cooperativismo paranaense, consolidando a presença técnica da GMC em análises de desempenho setorial, produção de subsídios econômicos, articulação institucional, elaboração de estudos estratégicos, participação em fóruns e encontros técnicos, resposta a demandas formais e encaminhamentos junto aos órgãos públicos e instâncias regulatórias.

A integração das ações setoriais à visão sistêmica do cooperativismo permitiu que a GMC atuasse não apenas como órgão de suporte técnico das cooperativas, mas também como agente catalisador de soluções estruturais em temas como crédito cooperado, competitividade, adaptação a marcos legais e sustentabilidade econômico-financeira, alinhando-se às prioridades estratégicas do Programa de Autogestão e aos objetivos do PRC300.

Nos diferentes ramos, a atuação da GMC contemplou tanto atividades rotineiras – como devolutivas de monitoramento, análise de indicadores e resposta a solicitações técnicas – quanto iniciativas em nível setorial, incluindo produção de diagnósticos exclusivos, levantamentos institucionais e proposições de planos de trabalho futuros com base em evidências consolidadas.



Ramo Agropecuário: Dados Setoriais e Impactos Econômicos

No ramo agropecuário, a GMC ampliou substancialmente a produção de subsídios

técnicos para apoiar a tomada de decisões e o planejamento estratégico das cooperativas associadas. O cooperativismo agropecuário paranaense encerrou o ano com 157 plantas industriais em funcionamento, consolidando-se como parque agroindustrial muito diversificado. Essa estrutura robusta refletiu diretamente na capacidade de geração de valor, mesmo diante de cenários adversos, como eventos sanitários com impacto temporário nas exportações internacionais.

A partir de análises econômicas detalhadas e da consolidação de informações financeiras, a GMC contribuiu para a compreensão das dinâmicas produtivas internas e externas, identificando tendências de mercado, sensibilidades a vetores de risco (como variações cambiais e exigências regulatórias de comércio exterior) e o desempenho comparativo entre diferentes cadeias produtivas.

Além da análise quantitativa, a GMC atuou na formalização de demandas setoriais junto a órgãos públicos estaduais e federais, subsidiando pleitos técnicos voltados à melhoria do ambiente de negócios para cooperativas agropecuárias, como incentivos fiscais e regimes diferenciados de acesso a crédito agrícola.



Ramo Crédito: Monitoramento e Resposta a Alterações Regulatórias

No ramo crédito, a atuação da GMC foi especialmente relevante no acompanhamento das implicações econômicas e regulatórias de mudanças estruturais no sistema financeiro cooperado. As cooperativas de crédito do Paraná

ampliaram sua capilaridade, alcançando 1.346 pontos de atendimento em 376 municípios, cobrindo 94,2% do território paranaense com presença física e consolidando sua função social de inclusão financeira em áreas historicamente desassistidas pelo sistema bancário tradicional.

A GMC produziu relatórios integrados que consolidaram dados de ativos que ultrapassaram R\$ 172,5 bilhões, orientando as cooperativas na adaptação às novas exigências prudenciais decorrentes da implementação de modelos de provisão de perdas baseados em perda esperada. Esse processo exigiu esforços adicionais de planejamento, gestão de capital e ajustes nos critérios internos de avaliação de risco.

Nesse mesmo contexto, mereceu destaque o acompanhamento técnico da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021, que promoveu uma mudança estrutural no modelo de classificação, mensuração e constituição de provisões para ativos financeiros pelas cooperativas de crédito, ao substituir a lógica tradicional de perdas incorridas pela abordagem de perdas esperadas. Essa alteração implicou impactos relevantes sobre os processos contábeis, a gestão de riscos, a apuração de resultados, a formação de capital e a leitura dos indicadores econômico-financeiros utilizados tanto para fins regulatórios quanto gerenciais.

Diante desse cenário, a Gerência de Monitoramento e Consultoria realizou análises sistemáticas dos efeitos potenciais da norma sobre as demonstrações contábeis e sobre a estabilidade financeira das cooperativas, promovendo o mapeamento de riscos contábeis, prudenciais e operacionais associados à transição para o novo modelo.

Essas análises contemplaram, entre outros aspectos, a adequação das metodologias internas de provisão, a consistência e granularidade das bases de dados históricas, os impactos na volatilidade dos resultados, a necessidade de ajustes em políticas contábeis e a compatibilidade dos modelos adotados com os perfis de risco das carteiras de crédito.

Como desdobramento desse acompanhamento, foram elaboradas orientações técnicas e subsídios analíticos voltados a apoiar as cooperativas de crédito na compreensão dos efeitos da Resolução nº 4.966/2021, contribuindo para a adoção de práticas mais alinhadas aos princípios de prudência, transparência e governança. Esse trabalho teve como objetivo reduzir assimetrias de interpretação, mitigar riscos de não conformidade regulatória e auxiliar as cooperativas na incorporação do novo modelo de provisões de forma estruturada, preservando a solidez financeira e a sustentabilidade do sistema cooperativo de crédito nos médio e longo prazos.



Ramo Saúde: Sustentabilidade em Expansão Assistencial

Para o ramo saúde, a GMC concentrou esforços no acompanhamento integrado dos impactos econômicos associados à expansão de infraestrutura assistencial e serviços. As cooperativas de saúde que integraram o escopo de atuação em 2025 atenderam aproximadamente 2,9 milhões de beneficiários, com investimentos que superaram R\$ 415 milhões em reformas, ampliações e implantação de unidades de serviços adicionais.

A atuação da GMC envolveu não somente a produção de análises econômico-financeiras para subsidiar a tomada de decisões da alta gestão cooperativista, mas também o apoio técnico em temas de governança corporativa, avaliação de projetos de investimento e discussões sobre modelos de financiamento que possibilitassem a manutenção da sustentabilidade financeira diante de pressões por maior capacidade assistencial.



Ramo Infraestrutura:

Energias Distribuídas e Sustentabilidade

No ramo infraestrutura, a atuação institucional da GMC foi marcada pela consolidação das cooperativas de geração distribuída de energia, setor que registrou uma base de mais de 43 mil cooperados em 2025, com projetos alinhados a princípios de sustentabilidade, eficiência energética e redução de custos para os cooperados.

A GMC contribuiu para estruturar relatórios setoriais que subsidiaram posicionamentos institucionais e pleitos técnicos voltados à melhoria de condições regulatórias e modelos de incentivo à geração distribuída. Esses subsídios foram formalizados junto a instâncias governamentais estaduais, fornecendo embasamento técnico para demandas de fomento e acesso a mecanismos de financiamento.



Ramo Transporte:

Aprofundamento Analítico e Pesquisa de Potencial Setorial

A atuação da GMC no ramo transporte foi marcante em 2025, não apenas pela continuidade das atividades rotineiras

de representação institucional e acompanhamento de demandas regulatórias, mas também pela produção de um estudo de potencial de transporte, realizado em conjunto com cooperativas agropecuárias. Essa pesquisa teve por objetivo analisar a capacidade ociosa, capacidades logísticas e sinergias possíveis entre o transporte cooperado de cargas e as necessidades de escoamento do setor agroindustrial.

Os resultados do estudo foram apresentados às cooperativas de transporte em dezembro de 2025, evidenciando oportunidades concretas de integração, otimização de operações e geração de receita adicional a partir do uso mais eficiente de ativos existentes. O relatório serviu ainda de base para a definição de um plano de trabalho específico para 2026, com foco em instrumentação de modelos de operação conjunta, utilização de ativos logísticos e articulação institucional de soluções de fomento ao setor.

Paralelamente ao estudo setorial, a GMC esteve envolvida em atividades de formalização e encaminhamento de demandas relacionadas a temas regulatórios de alta relevância, tais como:

- revisão de normas sobre pedágio e isenção com eixos suspensos;
- demandas junto a agência reguladora de transporte;
- discussão sobre renovação de frota cooperativista;
- proposições formais a órgãos competentes para inclusão de cooperativas em linhas de financiamento diferenciadas.

No âmbito das ações voltadas ao ramo transporte, mereceu destaque o acompanhamento técnico e analítico

da Medida Provisória nº 1.328, de 16 de dezembro de 2025, que instituiu linhas específicas de financiamento reembolsável destinadas à renovação da frota de caminhões, com foco direto nos transportadores autônomos de cargas e nas pessoas físicas associadas a cooperativas de transporte rodoviário de cargas. A norma autorizou a destinação de até R\$ 6 bilhões para financiamento de caminhões novos ou seminovos, estabelecendo critérios que ampliam o acesso ao crédito, estimulam a modernização da frota e promovem maior eficiência operacional e sustentabilidade ambiental no setor.

A GMC realizou a avaliação dos potenciais impactos da medida sobre a estrutura produtiva e financeira das cooperativas de transporte, considerando aspectos como a redução da idade média da frota, a diminuição de custos operacionais e de manutenção, a melhoria das condições de segurança e a mitigação de riscos associados à obsolescência dos veículos. Destacou-se, ainda, a relevância do dispositivo que restringe o financiamento de caminhões seminovos exclusivamente a transportadores autônomos e a associados a cooperativas, fortalecendo o modelo cooperativista e evitando distorções concorrenciais no acesso às linhas de crédito.

Adicionalmente, foi analisada a possibilidade de financiamento de seguros vinculados aos veículos — seguro do bem e seguro prestamista — como elemento de gestão de riscos, contribuindo para maior proteção patrimonial dos cooperados e estabilidade das operações. A GMC também acompanhou os critérios estabelecidos quanto ao conteúdo nacional mínimo

dos veículos financiados e às exigências de sustentabilidade ambiental, social e econômica, avaliando seus reflexos sobre o planejamento estratégico das cooperativas e sobre a aderência às diretrizes ESG.

Esse acompanhamento técnico teve como finalidade subsidiar as cooperativas de transporte com informações qualificadas, apoiar a leitura estratégica da política pública implementada e orientar a incorporação das oportunidades geradas pela Medida Provisória em seus planejamentos de médio e longo prazo. A MP nº 1.328/2025 configurou-se, assim, como um instrumento relevante para o fortalecimento da capacidade produtiva dos transportadores cooperados, para a ampliação da competitividade do ramo transporte e para a consolidação do cooperativismo como vetor de organização econômica e inclusão produtiva no setor logístico.

Essa participação ampliou o escopo de atuação técnico-institucional da GMC no ramo transporte, conectando a análise setorial às oportunidades de financiamento e mitigação de riscos operacionais e econômicos associados à atividade cooperativista.



Ramo Trabalho e Produção de Bens e Serviços: Assessoria Regulatória

O cooperativismo do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (TPBS) apresentou, ao longo de 2025, um processo de consolidação institucional e amadurecimento técnico, caracterizado por crescimento estável, ampliação do diálogo regulatório e intensificação das ações de

assessoramento técnico promovidas pelo Sistema Ocepar, por meio da Gerência de Monitoramento e Consultoria. Trata-se de um ramo marcado por elevada heterogeneidade de atividades econômicas, diversidade de modelos operacionais e forte sensibilidade a mudanças regulatórias, especialmente nas áreas tributária, trabalhista e previdenciária.

Nesse contexto, as ações desenvolvidas concentraram-se no monitoramento de riscos regulatórios, na análise de impactos normativos, no apoio técnico às cooperativas e na articulação institucional para defesa do modelo cooperativista, com especial atenção às discussões relacionadas à Reforma Tributária e à regulamentação das cooperativas de trabalho.

Ao longo do exercício, foram realizadas diversas reuniões técnicas e institucionais com cooperativas do ramo, com o objetivo de esclarecer dúvidas operacionais, orientar adequações normativas e mapear os principais pontos de atenção sob a ótica econômica, contábil e jurídica. Essas interações permitiram identificar demandas recorrentes relacionadas à correta caracterização do ato cooperativo, à segregação de receitas, à incidência de tributos indiretos e à necessidade de maior segurança jurídica frente às interpretações fiscais aplicáveis às cooperativas de trabalho.

Os Fóruns do Ramo TPBS, realizados ao longo de 2025, configuraram-se como espaços estratégicos de debate e alinhamento institucional. Nos encontros, foram apresentados estudos técnicos sobre o cenário atual do ramo, análises prospectivas e discussões aprofundadas sobre os efeitos esperados da Reforma Tributária. Destacou-se a preocupação das cooperativas com a

transição para o novo modelo de tributação sobre o consumo, especialmente no que se refere à substituição de tributos como ISS, PIS e COFINS por um imposto sobre valor agregado, e os potenciais riscos de descaracterização do tratamento diferenciado ao ato cooperativo.

A Gerência de Monitoramento e Consultoria realizou, nesse sentido, análises técnicas específicas voltadas à avaliação dos impactos econômicos e operacionais da Reforma Tributária sobre o Ramo TPBS, considerando cenários de aumento de carga tributária, elevação de custos administrativos e possíveis efeitos sobre a competitividade das cooperativas frente a empresas mercantis. Esses estudos subsidiaram a atuação institucional do Sistema Ocepar junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a outros fóruns nacionais, contribuindo para a formulação de posicionamentos técnicos e propostas de aperfeiçoamento legislativo.

Outro eixo relevante de atuação em 2025 foi o acompanhamento das discussões nacionais sobre a regulamentação da Lei nº 12.690/2012, que disciplina as cooperativas de trabalho. A Gerência atuou no levantamento de contribuições técnicas das cooperativas paranaenses, sistematizando demandas e encaminhando subsídios para o debate nacional, com foco na preservação do modelo cooperativista, na mitigação de riscos jurídicos e na busca por maior clareza normativa.

As ações desenvolvidas ao longo do ano evidenciaram a necessidade de fortalecimento da capacitação técnica das cooperativas do ramo, especialmente em temas relacionados à gestão tributária,

contábil e societária, bem como à compreensão dos impactos das mudanças regulatórias em curso. Nesse sentido, os trabalhos realizados contribuíram para ampliar o nível de maturidade institucional das cooperativas, reduzir assimetrias de informação e apoiar a tomada de decisão estratégica em um ambiente regulatório cada vez mais complexo.

De forma integrada, a atuação da Gerência de Monitoramento e Consultoria no Ramo TPBS em 2025 não se limitou ao atendimento pontual de demandas, mas assumiu caráter preventivo, analítico e estruturante, promovendo a antecipação de riscos, o fortalecimento da governança e a defesa qualificada dos interesses do cooperativismo de trabalho. Esse conjunto de ações consolidou bases técnicas relevantes para a continuidade do acompanhamento em 2026, especialmente no contexto da implementação da Reforma Tributária e de seus desdobramentos operacionais para as cooperativas do ramo.



Ramo Consumo:

Dinâmicas Demandas Setoriais

Para o ramo Consumo, a GMC acompanhou a evolução do desempenho econômico, que apresentou crescimento próximo de 7%, com destaque para as cooperativas de educação, impulsionadas por aumento superior a 5% no número de alunos matriculados. A atuação da GMC envolveu a consolidação de dados setoriais, a produção de análises comparativas e o suporte técnico a demandas específicas do segmento.

A integração desses diagnósticos técnicos com os instrumentos de monitoramento e governança fortaleceu o posicionamento institucional do ramo, subsidiando ações de comunicação, articulação institucional e proposições de iniciativas de formação e desenvolvimento.

5. ATUAÇÃO TRANSVERSAL DA GERÊNCIA NO APOIO ÀS ÁREAS-FIM E ÁREAS-MEIO DO SISTEMA OCEPAR E NO ALINHAMENTO AO PRC300

Ao longo de 2025, a Gerência de Monitoramento e Consultoria (GMC) desempenhou papel transversal e estruturante no apoio técnico às áreas-fim e áreas-meio do Sistema Ocepar, atuando de forma integrada à estratégia institucional definida no Plano Paraná Cooperativo 300 (PRC300). Essa atuação extrapolou o atendimento direto às cooperativas, consolidando-se como um eixo técnico de suporte à tomada de decisão, à formulação de políticas internas e à qualificação das entregas institucionais do Sistema.

A GMC contribuiu de maneira contínua para a consolidação, tratamento e interpretação de bases de dados econômicos, financeiros, sociais, de governança e de sustentabilidade, estruturadas principalmente a partir do Sistema AG Monitoramento. As informações geradas foram utilizadas como insumo técnico para subsidiar ações das áreas de representação institucional, comunicação, educação, desenvolvimento cooperativista, jurídico e contábil-tributário, fortalecendo a coerência e a consistência das análises apresentadas pelo Sistema Ocepar em diferentes fóruns internos e externos.

No contexto do PRC300, a atuação da GMC esteve diretamente associada à execução, acompanhamento e suporte técnico de projetos estruturantes, em especial aqueles relacionados à evolução econômica e financeira, autogestão, governança, ESG, intercooperação e gestão de riscos. A gerência contribuiu para o detalhamento metodológico dos projetos, para a definição de indicadores

de acompanhamento e para a construção de diagnósticos que permitiram mensurar avanços, identificar gargalos e orientar ajustes estratégicos ao longo da execução.

A produção de cenários consolidados do cooperativismo paranaense, bem como de análises setoriais por ramo, configurou-se como um dos principais instrumentos de apoio às áreas-fim do Sistema, especialmente nos processos de planejamento estratégico, formulação de posicionamentos institucionais e interlocução com órgãos públicos, entidades de fomento e instâncias reguladoras. Esses materiais possibilitaram uma leitura integrada do desempenho do cooperativismo, alinhando evidências técnicas às diretrizes estratégicas do PRC300.

No âmbito das áreas-meio, a GMC atuou no suporte à padronização de processos internos, na definição de fluxos de informação e na qualificação dos instrumentos de monitoramento e controle. Esse trabalho contribuiu para aumentar a eficiência operacional, a rastreabilidade das informações e a consistência dos dados utilizados nas decisões institucionais, além de fortalecer a cultura de gestão baseada em evidências dentro do Sistema Ocepar.

Em nível nacional, a equipe da GMC participou ativamente de discussões estruturantes conduzidas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pelo SESCOOP Nacional, envolvendo processos de padronização metodológica, alinhamento conceitual e construção de referenciais técnicos aplicáveis ao cooperativismo brasileiro. Destacou-se a participação em fóruns e grupos de trabalho voltados à harmonização dos instrumentos de monitoramento, à evolução do Programa de Autogestão e à definição de parâmetros

comuns para análise econômico-financeira e de governança.

A atuação da GMC também foi relevante na participação em comitês técnicos nacionais, incluindo instâncias voltadas ao monitoramento econômico-financeiro, à governança e à sustentabilidade. Nesse contexto, a equipe contribuiu para a construção e validação de indicadores nacionais de ESG, compartilhando experiências do modelo paranaense, especialmente aquelas relacionadas ao uso do Sistema AG Monitoramento, à integração de dados e à mensuração de impactos ambientais, sociais e de governança no âmbito cooperativista.

Essas contribuições permitiram posicionar o cooperativismo paranaense como referência técnica em debates nacionais, ao mesmo tempo em que garantiram o alinhamento das práticas locais às diretrizes e metodologias adotadas em âmbito nacional. A troca de experiências com outros sistemas estaduais fortaleceu a capacidade institucional da Gerência, ampliando o repertório técnico e promovendo aprendizado contínuo.

De forma integrada, a atuação transversal da Gerência de Monitoramento e Consultoria em 2025 consolidou-se como um elemento estratégico para a execução do PRC300, para o fortalecimento da governança interna do Sistema Ocepar e para a qualificação das entregas institucionais junto às cooperativas, aos órgãos reguladores e à sociedade. Essa atuação reforçou o papel da Gerência como área estruturante, capaz de conectar estratégia, informação e ação, o que contribuiu de forma decisiva para a sustentabilidade e o desenvolvimento do cooperativismo no estado.

22

Gerência Administrativa e Financeira

Entre as principais atribuições da Gerência estão as contratações e a logística da instituição pela Coordenação de Operações e Logística, e o controle e acompanhamento dos recursos financeiros e orçamentários, incluindo a execução financeira e os pagamentos pela Coordenação Contábil e Finanças. A gerência também atende às demandas de órgãos de controle, transparência e prestação de contas, e conduz a gestão operacional das atividades de Recursos Humanos.

Coordenação Contábil e Finanças

A Coordenação Contábil e Finanças é responsável pelo controle e pela gestão dos recursos financeiros e orçamentários do Sescop/PR, atuando para assegurar eficiência, conformidade e segurança. Em 2025, administrou recursos na ordem de R\$ 145.000.000,00, abrangendo controle de arrecadação, orçamento, contabilidade, gestão financeira e a execução de pagamentos, além da interlocução e do atendimento às demandas de órgãos de controle, transparência e prestação de contas.

Órgãos de Controle e Transparência

Encaminhamento trimestral ao Tribunal de Contas da União (TCU) dos arquivos eletrônicos com informações sobre

processos de Recursos Humanos, Plano de Cargos e Salários, Plano de Contas, despesas, receitas, transferências, contratos e licitações, além das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas.

Arrecadação

O total arrecadado em 2025 foi de R\$ 123.863.616,13 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais e treze centavos).

Contabilidade e Gestão Financeira

Respondeu tecnicamente pelos registros das movimentações financeiras, patrimoniais e fiscais, além da elaboração das demonstrações contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 11).

Planejamento e Execução Orçamentária

Atuou no planejamento orçamentário dos recursos, definindo a composição dos valores previstos e sua distribuição entre os centros de custos das áreas finalísticas — responsáveis pela aplicação direta dos recursos nas cooperativas — e das áreas meio, que dão suporte ao funcionamento da entidade. No planejamento orçamentário do Sescop/PR, 90,90% dos recursos foram destinados às atividades finalísticas e 9,10% às atividades de área meio.

Coordenação de Suprimentos e Operações

Atua nas contratações e na logística institucional do Sescoop/PR, assegurando infraestrutura, suprimentos, serviços e condições operacionais adequadas à execução do plano de trabalho. Também é responsável pelo cadastro de empresas, prestadores de serviços, consultorias e instrutorias, pela verificação da regularidade fiscal, pela condução de compras e licitações, bem como pela gestão patrimonial e da infraestrutura.

Gestão de Prestadores e Fornecedores

A gestão do cadastro de instrutores é realizada por meio do Sistema CNI — Cadastro Nacional de Instrutores do Sescoop Nacional. Em 2025, foram efetuados 953 cadastros de empresas e 1.269 cadastros de instrutores para atendimento às demandas das cooperativas, 97 atendimentos diretos às cooperativas e 332 processos de análise de honorários.

Comissão de Licitação

Ao longo do ano, a Comissão de Licitação conduziu duas licitações na modalidade pregão eletrônico, abrangendo 21 itens, distribuídos em seis lotes. Com o objetivo de racionalizar custos, tempo e alocação de pessoal, em 2025 realizou-se a adesão à Ata de Registro de Preços do Sescoop Nacional para a contratação do serviço de emissão de passagens.

Gestão de Contratos

A gestão de contratos assegura a legalidade e a conformidade das contratações, com especial atenção ao controle de vigência e ao acompanhamento de saldos contratuais, de modo a prevenir interrupções na execução dos serviços e riscos administrativos. Nesse período, foram geridos, sob os aspectos orçamentário e de vigência, 430 contratos, além da realização de 13 renovações contratuais.

Logística e Transportes

A atividade de logística compreende o planejamento e a execução de todo o fluxo de movimentação de materiais — incluindo transporte e entregas —, bem como a locação e a gestão da frota de veículos destinada ao atendimento das demandas institucionais. Em 2025, foram registradas 105 requisições para movimentação de materiais armazenados e para entrega às cooperativas e às escolas participantes de programas e eventos realizados.

No que se refere ao transporte de pessoas, foram contratados quatro veículos na modalidade de locação por assinatura mensal, além de contratações na modalidade de diárias para deslocamentos necessários à execução das atividades de rotina, totalizando 38 solicitações atendidas de locação de veículos. Adicionalmente, foram emitidas 140 passagens aéreas para o deslocamento de empregados.

Gestão Patrimonial

O acompanhamento e a gestão do patrimônio são realizados por meio de inventários periódicos e da atualização cadastral dos bens. Foram efetuadas aquisições e a baixa de bens patrimoniais depreciados e alienados, com destinação por venda e doação a entidades sem fins lucrativos e filantrópicas.

Recursos Humanos

No âmbito das atividades de Recursos Humanos — que incluem a gestão da folha de pagamento, o controle de jornada, controle de férias e a implementação de ações voltadas à saúde psicológica — foram admitidos 11 profissionais aprovados em processo seletivo. Assim, o SESCOOP/PR encerrou o ano com 71 colaboradores e 7 estagiários, totalizando 78 profissionais, dos quais 59,5% são mulheres e 40,5% são homens. Além disso, foram operacionalizadas 138 férias em 2025. No Programa de Saúde Psicológica, em 2025 foram atendidos 45 colaboradores, perfazendo 790 horas de atendimento e 765 consultas. Quanto ao perfil de escolaridade, do total de 72 profissionais, um possui ensino fundamental, um possui ensino médio, nove são graduados, 32 possuem especialização, 21 são mestres e um é doutor. Também há seis cursando mestrado e um cursando doutorado.

COMITÊ JURÍDICO

No ano de 2025 o Comitê Jurídico do Sistema Ocepar, composto por advogados das três instituições que integram o Sistema, apoiou o desenvolvimento institucional junto à Diretoria Executiva e às demais áreas internas, garantindo maior segurança jurídica na tomada de decisões.

Internamente, o Comitê deu suporte a questões relacionadas à gestão de pessoas, atualização de normativos, políticas, opiniões técnicas e emitiu pareceres jurídicos, com destaque para o trabalho envolvendo a análise e o estudo relacionado aos impactos da Lei Complementar 213/2025 (Cooperativas de Seguros).

Para as cooperativas paranaenses, o Comitê Jurídico apoiou o Fórum Jurídico, Saúde e Segurança do Trabalho e Recursos Humanos, realizado em Maringá, no dia 12 de novembro, oportunidade em que foram tratados diversos assuntos jurídicos na seara do Direito do Trabalho, bem como apoiou o Seminário Jurídico, realizado pela Comissão de Direito Cooperativo da OAB Paraná.

Também promoveu, conjuntamente com a Coordenação Jurídica da Ocepar e a Assessoria Jurídica do SESCOOP/PR, cursos de Licitações Públicas para Cooperativas e de Recuperação Judicial no Agronegócio e o Impacto no Cooperativismo.

23

Demonstrações Contábeis

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP/PR CNPJ 07.391.756/0001-58

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ATIVO		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 3	160.065.639,65	138.797.449,28
Créditos e valores a receber	NOTA 4	127.002,39	142.566,89
Despesas pagas antecipadamente	NOTA 5	18.484,56	18.210,80
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		160.211.126,60	138.958.226,97
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	NOTA 6	424.389,51	630.745,93
Intangível	NOTA 7	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		424.389,51	630.745,93
TOTAL DO ATIVO		160.635.516,11	139.588.972,90

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Contas a pagar	NOTA 8	371.834,01	1.007.493,70
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	NOTA 9	687.831,87	637.483,48
Provisões trabalhistas e previdenciárias	NOTA 10	2.387.420,43	2.284.079,37
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.447.086,31	3.929.056,55
NÃO CIRCULANTE			
Contingências Judiciais		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	NOTA 11	157.188.429,80	135.659.916,35
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		157.188.429,80	135.659.916,35
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		160.635.516,11	139.588.972,90

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS DE
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	123.867.764,49	111.021.219,05
Contribuições SESCOOP NOTA 12	123.867.764,49	111.021.219,05
(DESPESAS) / RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas com Pessoal, encargos e benefícios sociais NOTA 13	(15.881.075,43)	(14.539.128,33)
Despesas Administrativas NOTA 14	(2.740.936,36)	(3.230.513,65)
Despesas Institucionais NOTA 15	(1.466.443,11)	(6.531.265,32)
Despesas com Serviços de terceiros NOTA 16	(105.727.043,32)	(113.379.075,92)
Tributárias NOTA 17	(21.347,84)	(2.161,83)
Depreciação e amortização NOTAS 6/7	(206.356,42)	(173.980,21)
Outras receitas e despesas NOTA 18	822.823,66	1.569.419,92
	(125.220.378,82)	(136.286.705,34)
DEFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.352.614,33)	(25.265.486,29)
RESULTADO FINANCEIRO		
Resultado financeiro líquido NOTA 19	22.844.655,04	17.212.512,41
	22.844.655,04	17.212.512,41
SUPERAVIT / (DEFICIT) DO EXERCÍCIO	21.492.040,71	(8.052.973,88)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS DE
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	PATRIMÔNIO SOCIAL	OUTRAS RESERVAS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERAVIT ACUMULADO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	126.782.991,53	0,00	0,00	16.916.562,44	143.699.553,97
Superavit do exercício	0,00	0,00	0,00	(8.052.973,88)	(8.052.973,88)
Ajuste no patrimônio social	13.336,26	0,00	0,00	0,00	13.336,26
Transferência do superavit para patrimônio social	16.916.562,44	0,00	0,00	(16.916.562,44)	0,00
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	143.712.890,23	0,00	0,00	(8.052.973,88)	135.659.916,35
Superavit do exercício	0,00	0,00	0,00	21.492.040,71	21.492.040,71
Ajuste no patrimônio social	36.472,74	0,00	0,00	0,00	36.472,74
Transferência do superavit para patrimônio social	(8.052.973,88)	0,00	0,00	8.052.973,88	0,00
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	135.696.389,09	0,00	0,00	21.492.040,71	157.188.429,80

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DE
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit / deficit líquido do exercício	21.492.040,71	(8.052.973,88)
AJUSTES PARA CONCILIAR O SUPERAVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	206.356,42	173.980,21
(Ganho) / Perda na alienação de ativo imobilizado	0,00	0,00
Ajustes exercícios anteriores	36.472,74	13.336,26
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO AJUSTADO	21.734.869,87	(7.865.657,41)
(AUMENTO) / REDUÇÃO NOS ATIVOS		
Créditos e valores a receber	15.564,50	7.852.429,17
Despesas pagas antecipadamente	(273,76)	(718,68)
Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Precatórios e sentenças judiciais	0,00	0,00
VARIAÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	15.290,74	7.851.710,49
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS		
Contas a pagar	(576.107,78)	498.138,65
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	(9.203,52)	(9.035,85)
Provisões trabalhistas e previdenciárias	103.341,06	492.581,89
Provisões para demandas judiciais	0,00	0,00
VARIAÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(481.970,24)	981.684,69
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.268.190,37	967.737,77
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições do ativo imobilizado	0,00	(309.849,73)
Venda de imobilizado	0,00	(7.614,01)
Baixa depreciação/amortização do ativo imobilizado/intangível	(42.139,30)	0,00
Baixas do ativo imobilizado / intangível	42.139,30	23.747,98
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	(293.715,76)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.268.190,37	674.022,01
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	138.797.449,28	138.123.427,27
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	160.065.639,65	138.797.449,28
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO	21.268.190,37	674.022,01

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

NATUREZA DE RECEITA	2025		EXECUTADO NO PERÍODO	%
	PREVISTO ORIGINAL	PREVISTO AJUSTADO		
Receitas de contribuições	123.594.442,00	120.335.541,00	123.867.764,49	103%
Contribuições SESCOOP	123.594.442,00	120.335.541,00	123.867.764,49	103%
Transferências correntes	800.000,00	800.000,00	800.000,00	100%
Transferências regulamentares	800.000,00	800.000,00	800.000,00	100%
Receitas patrimoniais	17.605.558,00	17.117.000,00	22.860.856,47	134%
Juros e títulos de renda	17.605.558,00	17.117.000,00	22.860.856,47	134%
Outras receitas correntes	13.000.000,00	6.747.459,00	22.823,66	0,34%
Outras Receitas Diversas	0,00	22.152,49	22.823,66	103%
Saldos de Exercícios Anteriores	13.000.000,00	6.725.306,51	0,00	0%
RECEITAS CORRENTES	155.000.000,00	145.000.000,00	147.551.444,62	102%
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	0,00%
Alienação de bens	-	-	-	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	0,00%
TOTAL DE RECEITAS	155.000.000,00	145.000.000,00	147.551.444,62	102%
NATUREZA DE DESPESA				
Pessoal e encargos sociais	16.630.000,00	19.227.670,00	15.881.075,43	83%
Vencimentos e Remunerações	13.286.000,00	14.863.826,19	12.247.962,52	82%
Encargos Sociais Patronais	1.160.000,00	1.772.518,96	1.468.357,12	83%
Indenizações Trabalhistas	0,00	48.128,63	48.128,63	100%
Remunerações Variáveis	0,00	254,36	0,00	0%
Benefícios Sociais	2.152.000,00	2.430.939,28	2.014.225,49	83%
Benefícios Assistenciais	32.000,00	112.002,58	102.401,67	91%
Outras despesas correntes	138.010.000,00	125.772.330,00	109.971.972,06	87%
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	60.000,00	45.000,00	34.528,00	77%
Ocupação e Serviços Públicos	1.230.000,00	1.280.000,00	1.318.670,56	103%
Despesas de Comunicação	115.950,00	59.665,00	58.120,21	97%
Material de Consumo	238.900,35	227.333,28	185.322,04	82%
Material de Consumo Durável	2.000,00	0,00	0,00	0%
Passagens e Locomoções	1.164.299,65	540.823,62	423.396,58	78%
Diárias e Hospedagens	1.435.000,00	801.086,15	720.898,97	90%
Outras Despesas de Viagens	94.100,00	13.500,00	0,00	0%
Locações	1.343.000,00	440.378,62	342.059,48	78%
Materiais para Treinamento	809.275,00	581.888,94	388.577,20	67%
Serviços e Divulgações Institucionais	1.177.050,00	135.465,00	116.828,63	86%
Auxílios Financeiros a Estudantes	0,00	4.452,80	4.452,80	100%
Auxílios Educacionais	1.927.000,00	614.525,00	614.525,00	100%
Auditoria e Consultoria	2.080.000,00	4.005.000,00	1.514.694,99	38%
Serviços Especializados	118.346.176,00	110.866.979,44	99.089.654,84	89%
Serviços de Transportes	5.555.829,00	4.128.220,61	3.374.787,80	82%
Serviços Gerais	54.375,00	36.000,00	32.571,77	90%
Estagiários	190.000,00	214.983,88	165.602,31	77%
Outros Serviços	1.931.645,00	1.704.129,70	1.541.989,69	90%
Outros Serviços de Terceiros	151.500,00	8.711,92	7.741,92	89%
Encargos sobre Serviços de Terceiros	20.400,00	2.425,00	0,00	0%
Outras Despesas Tributárias	15.000,00	26.761,04	21.347,84	80%
Despesas Financeiras	68.500,00	35.000,00	16.201,43	46%
DESPESAS CORRENTES	154.640.000,00	145.000.000,00	125.853.047,49	87%
Investimentos	360.000,00	0,00	0,00	0%
Bens Móveis	300.000,00	0,00	0,00	0%
Bens Intangíveis	60.000,00	0,00	0,00	0%
DESPESAS DE CAPITAL	360.000,00	0,00	0,00	0%
TOTAL DE DESPESAS	155.000.000,00	145.000.000,00	125.853.047,49	87%

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o Sescoop NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que

entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade impar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

A administração do Sescoop, conforme Declaração de Imunidade Tributária concedida nos autos de nº. 1018870-32.2019.4.01.3400, é uma entidade isenta conforme previsto pela Lei 9.532/1997. De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, estando isento também da contribuição social.

As operações dos Sescops estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo Superávit no exercício, o qual será integralizado ao patrimônio social.

A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas em observâncias a determinações contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público - NBC TSP 11 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas são demonstrações contábeis anuais elaboradas de forma a aplicar os requerimentos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A adoção das normas não produziu efeitos que prejudiquem a comparabilidade sobre a posição patrimonial e financeira da entidade nos períodos anteriormente apresentados, assim como não se identificou efeitos de estimativas ou tampouco a necessidade de aplicação retrospectiva de estimativas distintas entre os anos anteriormente divulgado.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescoop, especificamente as suas despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescoop são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual

se dá através dos efetivos repasses recebidos. As receitas próprias são classificadas em "sem contraprestação" e as receitas de terceiros "com contraprestação", conforme os termos das NBCs TSP 01 e 02.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, quando necessário, para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

A administração, a partir da adoção às NBCs TSP, em especial a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, adota o Modelo de Custo para mensuração após o reconhecimento. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 6.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação, ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (Impairment)

O SESCOOP avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está pudesse ser estimada de maneira confiável, o SESCOOP reconheceria no resultado a perda por Impairment.

2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao SESCOOP bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor

do SESCOOP e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo foi reconhecido no balanço patrimonial quando o SESCOOP possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideram as premissas definidas pela administração da entidade e seus assessores jurídicos de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público - NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis

devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de provisões, ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as quais são as seguintes:

- **Provisão** – é um passivo de prazo ou valor incerto, que deve ser reconhecida quando:

- i. a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não) decorrente de evento passado;
- ii. for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada; e
- iii. uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

- **Passivo Contingente** – é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade ou uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é

reconhecida porque:

- i. é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

- **Ativo Contingente** – é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade.

- i. Ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que podem resultar no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita é virtualmente certa, o ativo não é mais ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

2.4. Gestão de riscos

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira; e
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade gere e administra suas disponibilidades financeiras, aplicando seus recursos conforme Lei Complementar nº 161, de 4 de janeiro de 2018 e Resolução 1840/2019 do Conselho Nacional, que especifica diretrizes para contratação de instituições financeiras. Ainda assim, o Sescoop restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	0,00	0,00
Aplicações financeiras	160.065.639,65	138.797.449,28
TOTAL	160.065.639,65	138.797.449,28

3.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MODALIDADE	31/12/2025	31/12/2024
CEF	FI SAFIRA RF LP - Pós - sem carência - vcto diário	7.003.309,17	33.602.376,82
Banco do Brasil	CDB/DI - taxa 96% - vcto 26/11/2027 - RF CP / Rende Facil - Pós - sem carência - vcto diário	1.166.834,52	19.015.917,30
Sicredi	CDI - taxas 100% a 110% - s em carência - vctos de 13/05/2026 a 16/12/2030	82.587.050,47	53.239.102,84
Sicoob	CDI - taxa 104% a 110% - sem carência vctos diários e de 25/01/2036 a 22/07/2039	69.308.445,49	32.940.052,32
TOTAL		160.065.639,65	138.797.449,28

4. CRÉDITOS E VALORES A RECEBER**4.1 Circulante**

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a empregados (a)	125.372,92	114.225,73
Crédito e valores a receber - terceiros	1.629,47	28.341,16
TOTAL	127.002,39	142.566,89

(a) Adiantamento de férias concedidas aos funcionários, cujos valores serão apropriados na folha de pagamento de janeiro de 2026.

5. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Outros Custos e Despesas (a)	18.484,56	18.210,80
TOTAL	18.484,56	18.210,80

(a) Pagamento de despesas antecipadas com seguros.

6. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO	31/12/2025 DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	31/12/2024 LÍQUIDO
Mobiliário	10%	175.229,86	(63.718,71)	111.511,15	128.476,25
Máquinas e equipamentos	10%	66.279,32	(46.575,22)	19.704,10	23.841,34
Equipamentos de informática	20%	980.279,88	(687.105,62)	293.174,26	478.428,34
TOTAL		1.221.789,06	(797.399,55)	424.389,51	630.745,93

6.1 Destacamos a seguir a movimentação do Imobilizado até 31 de dezembro de 2025:

DESCRIÇÃO	LÍQUIDO 31.12.2024	TRANSFERÊNCIA	ADIÇÃO	BAIXA	DEPREC.	BAIXA/DEPREC.	LÍQUIDO 31.12.2025
Mobiliário	6.476,25	0	122.000,00	-2.848,30	-16.695,10	2.848,30	111.511,15
Máquinas e equip.	23.841,34	0		-39.291,00	-4.137,24	39.291,00	19.704,10
Equip. Informática	478.428,34	0		0	-185.254,08	0	293.174,26
Outros Bens Moveis	122.000,00		-122.000,00				0
TOTAL	630.745,93	0	0	-42.139,30	-206.356,42	42.139,30	424.389,51

6.2 Destacamos a seguir a movimentação do Imobilizado 31 de dezembro de 2024:

DESCRIÇÃO	LÍQUIDO 31.12.2023	ADIÇÃO	BAIXA	DEPREC.	BAIXA/DEPREC.	LÍQUIDO 31.12.2024
Mobiliário	15.845,22	0,00	146.093,08	-8.012,60	144.736,71	6.476,25
Máquinas e equip.	28.880,68	0,00	12.426,93	-4.356,48	11.744,07	23.841,34
Equip. Informática	452.189,74	187.849,73	142.235,04	-161.611,13	142.235,04	478.428,34
Equip. Comunic.	0,00	0,00	12.438,56	0,00	12.438,56	0,00
Outros Bens Moveis	0,00	122.000,00	0,00	0,00	0,00	122.000,00
TOTAL	496.915,64	309.849,73	313.193,61	-173.980,21	311.154,38	630.745,93

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

Os ativos encontram-se registrados pelo custo de aquisição e vem sendo depreciados de acordo com a vida útil definida em laudo baseado em estudo realizado internamente para levantamento da expectativa do período de retorno econômico do bem em conformidade com a NBC TSP, em especial a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado.

7. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	TAXAS ANUAIS DE AMORTIZAÇÃO	CUSTO	31/12/2025 AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO	31/12/2024 LÍQUIDO
Direitos e uso de softwares	20%	0,00	(0,00)	0,00	0,00
TOTAL		0,00	(0,00)	0,00	0,00

8. CONTAS PAGAR

As obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores – PJ	368.496,69	997.109,01
Valores a Pagar PJ/PF	3.337,32	10.384,69
TOTAL	371.834,01	1.007.493,70

9. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E IMPOSTO A RECOLHER

funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Retenções de impostos sobre prestação de serviços	234.040,26	174.488,35
Valor Líquido da Folha a pagar	241,67	0,00
Encargos, consignações e impostos sobre a folha	435.605,87	451.485,61
Outras obrigações e consignações	17.944,07	11.509,52
TOTAL	687.831,87	637.483,48

10. PROVISÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações com férias, abono pecuniário, adicional de 1/3 das férias, adicional de 1/3 do abono pecuniário e encargos sociais incidentes, cujos valores são provisionados mensalmente e baixados pela ocasião da concessão das férias.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Férias	1.247.946,37	1.286.201,77
FGTS sobre férias	99.835,68	102.896,21
Outras provisões s/ folha de pagamento (a)	1.039.638,38	894.981,39
TOTAL	2.387.420,43	2.284.079,37

(a) Refere-se à provisão constituída para gratificação a ser paga em abril de 2026. Para fins de apuração da base de cálculo, foram incluídos os salários dos colaboradores desligados no período, considerando o direito à gratificação proporcional.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é composto substancialmente de superavit acumulados.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio social	135.696.389,09	143.712.890,23
Superavit do exercício (a)	21.492.040,71	(8.052.973,88)
TOTAL	157.188.429,80	135.659.916,35

(a) O superávit do exercício decorre da necessidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro e viabilizar a recomposição do patrimônio social, o qual assegura o cumprimento de obrigações já assumidas pelo SESCOOP em eventual redução dos repasses das contribuições realizadas pelas cooperativas.

O saldo do Patrimônio Social encontra-se amparado na Resolução nº 63 do SESCOOP/PR de 05/12/2019 que aprova a política de controle e utilização de saldos financeiros e define referencial para reserva financeira do SESCOOP/PR.

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são demonstradas conforme a NBC TSP 01 – Receita de Transação com Contraprestação e NBC TSP 02 – Receita de Transação sem Contraprestação.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Receita sem contraprestação	0,00	0,00
Receitas de contribuições (sem restrição) (a)	123.867.764,49	111.021.219,05
TOTAL	123.867.764,49	111.021.219,05

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre a folha de pagamento) para o Sescop Nacional.

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Salários e remunerações (a)	10.194.200,11	9.668.499,91
13º salário	880.055,05	828.560,77
Férias e abono constitucional	1.221.835,99	1.145.306,12
Benefícios sociais e assistenciais	2.116.627,16	1.809.729,17
Encargos trabalhistas	1.468.357,12	1.087.032,36
TOTAL	15.881.075,43	14.539.128,33

(a) O aumento nas despesas com salários e remunerações decorrente das rescisões laborais.

14. ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com dirigentes e conselheiros	34.528,00	28.220,00
Ocupação e serviços públicos	1.318.670,56	1.269.806,53
Despesas de comunicação	58.120,21	59.645,07
Material de consumo e durável	185.322,04	164.856,98
Passagens e locomoções (a)	423.396,58	780.391,53
Diárias e hospedagens (a)	720.898,97	914.806,65
Outras despesas de viagens	0,00	12.786,89
TOTAL	2.740.936,36	3.230.513,65

(a) A redução nas despesas com passagens e diárias decorreu da priorização de reuniões e eventos realizados de forma virtual, sem comprometimento ao atendimento para as cooperativas.

15. INSTITUCIONAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Locações (a)	342.059,48	677.343,10
Materiais e divulgação	388.577,20	441.706,77
Serviços e divulgações institucionais (b)	116.828,63	871.376,70
Auxílios financeiros a estudantes (c)	618.977,80	4.540.838,75
TOTAL	1.466.443,11	6.531.265,32

- (a) A diminuição apresentada refere-se à priorização da utilização de espaços das cooperativas para realização de eventos e treinamentos.
- (b) A diminuição apresentada decorre da priorização de ações de divulgação realizadas de forma virtual, sem prejuízo ao atendimento às cooperativas.
- (c) No exercício de 2025, além da recomposição do equilíbrio do patrimônio social, foi criada a área de Desenvolvimento Interno, responsável pela estruturação de nova metodologia de formação dos funcionários. Em razão desse processo de reestruturação, a concessão de novos apoios financeiros foi temporariamente suspensa.

16. SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Auditoria e consultoria (a)	1.514.694,99	721.117,05
Serviços técnicos especializados (b)	99.089.654,84	105.342.346,25
Serviços de transportes	3.374.787,80	5.058.204,34
Serviços gerais	32.571,77	7.765,62
Estagiários	165.602,31	145.934,67
Outros serviços e outros serv. terceiros	1.549.731,61	2.103.707,99
TOTAL	105.727.043,32	113.379.075,92

- (a) Houve um aumento em função de apoio de consultorias estratégicas, assegurando aderência às diretrizes do Programa de Autogestão das Cooperativas.
- (b) O grupo de despesas com serviços técnicos especializados é formado, na sua maioria, por contratações de serviços de instrutoria, aplicados nas cooperativas.

17. TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Outros impostos, taxas e contribuições (a)	21.347,84	2.161,83
TOTAL	21.347,84	2.161,83

- (a) O aumento nas despesas de taxas e contribuições refere-se à taxa negocial patronal.

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Receitas diversas	22.823,66	771.459,15
Receitas de Transferências	800.000,00	800.000,00
Custos na alienação ou baixa de ativos	0,00	(2.039,23)
TOTAL	822.823,66	1.569.419,92

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de aplicações financeiras (a)	22.860.856,47	17.241.813,22
Despesas financeiras	(16.201,43)	(29.300,81)
TOTAL	22.844.655,04	17.212.512,41

(a) O aumento da receita financeira decorre do trabalho realizado pela Administração ao longo do exercício, com foco na rentabilidade dos recursos financeiros.

Considerando a Declaração de Imunidade Tributária concedida nos autos de nº 1018870-32.2019.4.01.3400 e previsão contida no art. 72 da Instrução Normativa 1585/2015, a entidade é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - REMUNERAÇÕES DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Regimento Interno do SESCOOP, é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, exceto pelo pagamento de cédulas da participação quando da participação das reuniões ordinárias e extraordinárias e ajuda de custo quando reuniões presenciais.

21. SEGUROS

A SESCOOP adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

22. INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A execução orçamentária do período alcançou 87% do orçamento aprovado, em decorrência da adoção de medidas administrativas voltadas ao equilíbrio das despesas operacionais, sem prejuízo ao atendimento das cooperativas, com o objetivo de recomposição do patrimônio social, impactado pelo encerramento do exercício anterior em déficit.

22.1. Execução e estrutura do orçamento do SESCOOP na forma da Demonstração Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio da resolução NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, publicada em 31 de outubro de 2018, estabelece que as

informações orçamentárias das entidades que publicam seu orçamento aprovado, devem ser incluídas nas demonstrações contábeis

A estrutura da demonstração orçamentária em conformidade com a NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis ressaltando no que couber as características de comparabilidade e compreensibilidade tratadas na NBC TSP Estrutura Conceitual, especificamente quando ressalta as características qualitativas da informação nos relatórios Contábeis de propósitos Gerais (RCPG).

No sentido de aumentar a transparência dos dados de execução orçamentária, permitindo uma visão global e ao mesmo tempo uma desagregação de forma simples e intuitiva, o SESCOOP acrescenta às Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, conceitos do orçamento para conhecimento público.

A contabilidade e o orçamento adotam regime de competência, as execuções residem nos fatos econômicos da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e financeiros do Orçamento (receitas e despesas de capital).

O Sistema SESCOOP compreende o SESCOOP Nacional, que figura como órgão central do sistema em termos Planejamento e Orçamento e os SESCOOPs/UF, com atuação nas respectivas unidades de federação.

No SESCOOP, o planejamento trata dos objetivos, dos valores anuais e dos indicadores e orçamento, das ações, da programada mensal e dos limites.

Para efeito de aprovação ministerial, o Orçamento é apresentado de forma consolidada, tanto nas receitas quanto nas despesas, bem como por finalidade de gastos. Para efeito de execução, avaliação e julgamento pelos órgãos de controle interno (Auditoria Interna e Conselhos – Administrativo e Fiscal) e controle externo (Auditorias TCU/CGU e auditorias privadas), bem como para divulgação no portal de transparência, o orçamento é apresentado tanto individual (SESCOOP Nacional e UF), quanto consolidado (Sistema SESCOOP).

As demonstrações contábeis foram emitidas em 5 de fevereiro de 2026 e encontram-se em processo de análise pela auditoria externa. Após a conclusão dessa etapa serão encaminhadas para apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, para deliberação do Conselho Administrativo.

Katia Sampaio Assumpcao
Contadora SESCOOP/PR
CRC PR-073705/O-0

Josiane Soares da Luz
Gerente Administrativo
SESCOOP/PR

José Ronkoski
Superintendente
SESCOOP/PR

24

Proposta Orçamentária para 2026

	ORÇAMENTO	
	R\$	%
1. RECEITAS		
Contribuição Sescoop	127.555.673	91,11%
Saldo de Exercícios Anteriores	-	0,00%
Juros de Títulos de Renda	11.644.327	8,32%
Outras Receitas Correntes	800.000	0,57%
TOTAL	140.000.000	100%
2. DESPESAS		
Qualificação Profissional Área do Cooperativismo	89.636.418	64,03%
Atividades Desportivas e Socioculturais	18.363.582	13,12%
GDH - Organização Form e Soluções Eventos/Trein	2.148.500	1,53%
GDH - Soluções Educacionais e Digitais	0	0,00%
Manutenção Gerência de Desenvolvimento Humano	8.396.252	6,00%
Manutenção Gerência de Monitoramento e Consultoria	4.089.084	2,92%
GMC - Consultoria	3.000.000	2,14%
GMC - Serviços Especializados	0	0,00%
Manutenção Administrativo e Assessoria Jurídica	7.223.491	5,16%
Manutenção Comunicação	604.763	0,43%
Capacitação da Equipe	500.000	0,36%
Manutenção Superintendência	1.016.011	0,73%
Manutenção Planejamento e Controle	723.022	0,52%
Manutenção Tecnologia de Informação	1.702.454	1,22%
Investimento em tecnologia - licenças software	760.000	0,54%
Investimento em tecnologia - desenv de software	500.000	0,36%
Investimento em tecnologia - hardware	200.000	0,14%
Manutenção Auditoria Interna	744.157	0,53%
Manutenção Integridade	337.266	0,24%
Manutenção Conselhos	55.000	0,04%
TOTAL	140.000.000	100%
RESUMO GERAL		
Atividade Meio	11.883.142	8,49%
Atividade Fim	128.116.858	91,51%
TOTAL	140.000.000	100%



09:28:34

 *Universidade*

O FUTURO DA GESTÃO DE PESSOAS

O futuro está nas mãos da gestão



FECOOPAR

FECOOPAR

"Com a criação da Fecoopar, o sistema cooperativo conquistou autonomia em suas discussões, debates e formulação de políticas para aprimorar as relações de trabalho e defesa das cooperativas"

25 Histórico

A Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar) celebrou, em 2025, 22 anos de existência, mas sua trajetória vai além desse período. O caminho iniciou-se na década de 1980, marcado por conquistas cotidianas, até que a Federação fosse formada, em dezembro de 2003.

Com a criação da Fecoopar, o sistema cooperativo conquistou autonomia em suas discussões, debates e formulação de políticas para aprimorar as relações de trabalho. As cooperativas, agora fortalecidas, contam com profissionais qualificados, resultado dos esforços do Sescoop/PR, entidade responsável pelas ações de formação profissional, promoção social e monitoramento do setor. Suas diversas atividades econômicas contribuem significativamente para o avanço do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado.

Surgimento do sistema sindical cooperativo
Para entender melhor a história da criação e atuação da Fecoopar e seu papel no cooperativismo, é necessário voltar no tempo e examinar a origem do sistema sindical cooperativo no Paraná.

Em dezembro de 1971, foram debatidas as medidas referentes à Lei Cooperativista, incluindo, na discussão, a prerrogativa

sindical das organizações estaduais, visando comprovar que as cooperativas formam uma categoria econômica.

Naquela época, a pressão do governo e de outras entidades comerciais e industriais foi intensa. Esses setores não queriam ceder espaço para que as cooperativas tivessem representatividade sindical. Para evitar problemas legais, as cooperativas recuaram e aceitaram a situação.

Na década de 1990, a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) orientou as organizações estaduais a buscarem, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o reconhecimento da prerrogativa sindical. O intuito era organizar a representação sindical, vislumbrando o passo seguinte, que seria a criação do "S" cooperativo, pois as entidades do Sistema "S" estão alicerçadas no braço sindical.

CONVENÇÕES COLETIVAS DE OUTROS SETORES

A ausência de uma convenção coletiva de trabalho específica para cooperativas e seus colaboradores era um entrave para o setor cooperativista no início da década de 1990. Era necessário negociar com diversos setores, como sindicatos do comércio,

indústria, movimentadores de mercadorias, motoristas, entre outros. As negociações frequentemente seguiam os acordos estabelecidos pela Federação do Comércio (Fecomércio) ou pela Federação das Indústrias (Fiep), sem considerar as peculiaridades das cooperativas.

Assim, iniciou-se um movimento para que o setor cooperativo organizasse seus próprios sindicatos, visando à realização de convenções coletivas específicas. Em 1993, surgiu um sindicato de trabalhadores em cooperativas em Campo Mourão, no noroeste do Paraná. Embora ainda não possuísse registro sindical, a situação gerou insegurança jurídica nas cooperativas, pois existia um sindicato laboral, mas não um patronal para negociar com ele. Isso fez com que a Ocepar buscasse se organizar como sindicato.

Em 26 de janeiro de 1993, a entidade realizou sua assembleia geral para modificar o estatuto social e incluir a prerrogativa sindical. A partir desse ponto, deu-se início ao processo junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para obter o registro sindical. O MTE inicialmente resistiu ao reconhecimento da Ocepar como sindicato, com intervenções de políticos em várias esferas. No entanto, o registro sindical foi finalmente concedido em janeiro de 1997. Dessa forma, passou a representar todas as cooperativas paranaenses.

CRIAÇÃO DA FECOOPAR

Em 9 de setembro de 2003, a Ocepar realizou uma assembleia extraordinária e abriu sua base sindical. Até então, a Ocepar era o único sindicato representando as cooperativas em todo o estado. Com essa expansão, foram criados oito sindicatos: cinco voltados ao ramo agropecuário, distribuídos por diferentes regiões do Paraná, além de sindicatos específicos para os ramos de saúde, transporte e crédito. Todas as cooperativas que não estivessem vinculadas a esses setores ou regiões permaneceram afiliadas à Ocepar.

Dessa maneira, as cooperativas paranaenses passaram a contar com nove sindicatos, ultrapassando os cinco requeridos pela legislação para a constituição de uma federação. Conseqüentemente, em 23 de maio de 2006, a Fecooper, fundada em 30 de dezembro de 2003, obteve seu registro sindical. No dia 6 de junho de 2006 a Fecooper foi reconhecida como representante estadual dos sindicatos.

A ORGANIZAÇÃO NOS ESTADOS

As Organizações das Cooperativas dos demais Estados e o Distrito Federal também obtiveram as prerrogativas sindicais. Com isso, foram criadas mais três federações: a Fecooper Sulene (Federação dos Sindicatos das Cooperativas dos Estados de Alagoas,

Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina), a Fecoop CO/TO (Federação dos Sindicatos das Cooperativas do Centro-Oeste e Tocantins) e a Fecoop Nordeste (Federação dos Sindicatos e Organizações das Cooperativas dos Estados da Região Nordeste). Recentemente, a Federação das Cooperativas dos Estados do Norte (Fecoop Norte) obteve seu registro no Ministério do Trabalho e Emprego e, também a Federação das Cooperativas do Estado de São Paulo (Fescoop).

Essa iniciativa possibilitou atender ao número mínimo de federações exigido por lei para a criação da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), instituída em 21 de julho de 2005. O registro sindical da Confederação foi emitido em 22 de março de 2011.

Ocepar e Fecoopar: objetivos

Com a estruturação do sistema sindical, a Ocepar e a Fecoopar assumiram objetivos distintos. A Ocepar passou a se dedicar ao cuidado do cooperativismo, ao fomento da atividade e à defesa econômica do setor. Por lei, todas as cooperativas estabelecidas no estado devem ser registradas na Ocepar, que desempenha a defesa institucional do cooperativismo como um todo.

Por sua vez, a Fecoopar assumiu a responsabilidade pela defesa do sistema cooperativo, incluindo a negociação com os trabalhadores. Sempre que é necessária alguma ação política e institucional mais assertiva, é ela que entra em cena e assume o protagonismo.

SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

Para realizar todo o seu trabalho, os sindicatos, federações e confederações são financeiramente custeados pela contribuição confederativa, regulamentada na Constituição Federal, artigo 8º, inciso IV, que tem por objetivo o custeio do sistema cooperativo, visando à manutenção sindical e prestação de serviços e prerrogativas legais.

APROXIMAÇÃO COM O JUDICIÁRIO

Uma das vantagens da Fecoopar é a proximidade com o Poder Judiciário. Um exemplo foi o Fórum Jurídico e Sindical, realizado em Maringá (PR), no dia 12 de novembro (veja foto do evento na abertura do capítulo, página 220). O evento contou com a participação do Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) Dr. Marcus Aurelio Lopes que apresentou a visão do Poder Judiciário sobre a NR1 – Riscos Psicossociais.

A representação sindical cooperativista tem assentos permanentes em fóruns importantes, como do Conselho Nacional do Trabalho, do colegiado coordenado pelo Ministério do Trabalho e do Fórum do Poder Executivo das Confederações Patronais, que reúne representantes das principais entidades do setor produtivo do país. Além disso, também participa de Grupos de Trabalho governamentais e contribui ativamente na defesa dos interesses das cooperativas.

SISTEMA SINDICAL COOPERATIVO

Segundo os fundamentos jurídicos, sindicato é definido como uma associação livre de empregados, ou de empregadores, ou de trabalhadores autônomos para a defesa dos seus respectivos interesses. O artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assegura a licitude de associações cuja finalidade seja o estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais. Tais interesses emanam, respectivamente, da identidade, similaridade ou conexões das atividades empreendidas e, por conseguinte, das atividades ou profissões necessárias para a sua concretização.

A associação de categoria econômica ou profissional está disciplinada na Constituição Federal, em seu artigo 8º, sendo vedado ao Poder Público a interferência ou a intervenção na organização sindical. O exercício da representatividade sindical ocorre em bases territoriais distintas, que poderão ser municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais ou nacional. Deste modo, o sindicato objetiva realizar a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas.

Assim, o Sistema Sindical Cooperativo é formado pelos sindicatos patronais e laborais, em 1º grau, pelas federações, em 2º grau, e pela confederação, em 3º grau - o ápice da denominada pirâmide sindical.

REPRESENTAÇÃO PATRONAL NACIONAL

A categoria econômica cooperativista encontra-se organizada nos três níveis da pirâmide sindical: Confederação, Federação e Sindicatos.

Confederação

Com sede em Brasília, a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) é composta por quatro federações interestaduais, duas estaduais (Paraná e São Paulo) e oito sindicatos a ela vinculados diretamente. Sua abrangência territorial é nacional. Trata-se de uma entidade sindical patronal de 3º grau que representa a categoria econômica cooperativista em todos os seus ramos de atividades.

Federações

Atualmente, a representação sindical patronal, em 2º grau, é constituída por seis federações, sendo quatro interestaduais e duas estaduais.

FEDERAÇÕES INTERESTADUAIS

FECOOP CENTRO-OESTE E TOCANTINS

Com base territorial nos estados de Goiás (OCB-GO), Mato Grosso (OCB-MT), Mato Grosso do Sul (OCB-MS), Tocantins (OCB-TO) e no Distrito Federal (OCB-DF).

FECOOP NORDESTE

Com base territorial nos estados de Pernambuco (OCB-PE), Ceará (OCB-CE),

Maranhão (OCB-MA), Paraíba (OCB-PB), Rio Grande do Norte (OCB-RN), Piauí (OCB-PI) e Sergipe (Ocese).

FECOOP NORTE

Com base territorial nos estados do Amapá (OCB-AP), Amazonas (OCB-AM), Pará (OCB-PA), Rondônia (OCB-RO) e Roraima (OCB-RR).

FECOOP SULENE

Com base territorial nos estados do Espírito Santo (OCB-ES), Bahia (Oceb), Alagoas

(OCB-AL), Minas Gerais (Ocemg) e Santa Catarina (Ocesc).

FEDERAÇÕES ESTADUAIS

FECOOPAR

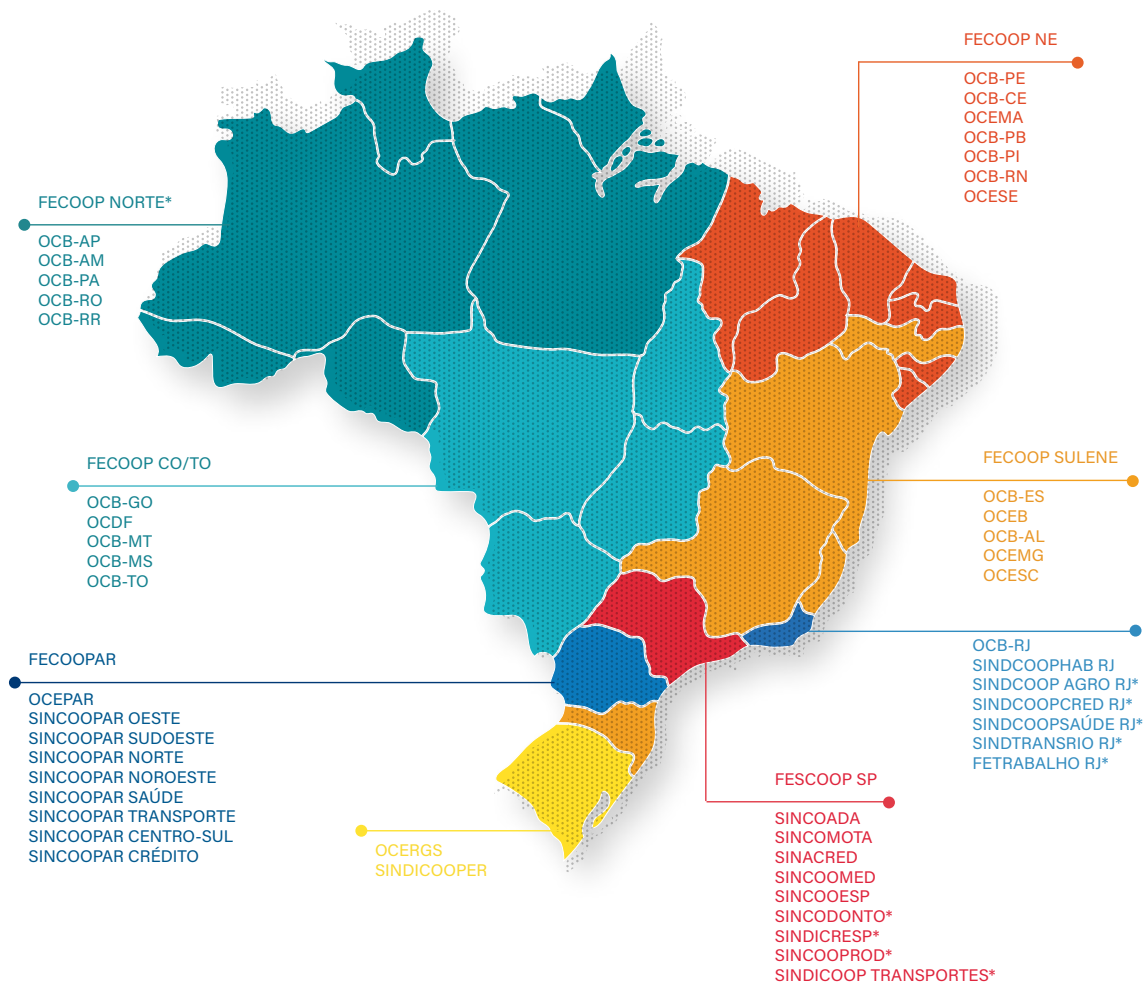
Com base territorial no estado do Paraná.

FESCOOP

Com base territorial no estado de São Paulo.

SINDICATOS

A representação sindical patronal em 1º grau está consolidada por 40 sindicatos de cooperativas.



* Entidades que não possuem registro junto ao Ministério do Trabalho

REPRESENTAÇÃO SINDICAL NACIONAL DOS TRABALHADORES EM COOPERATIVAS

O movimento sindical dos trabalhadores de cooperativas surgiu em Campo Mourão (PR), em 13 de dezembro de 1993, com a fundação do Sintracoop, que levou os empregados a se organizarem em todo o Brasil. A representação dos empregados de cooperativas está organizada em dois níveis da pirâmide sindical, ou seja, duas federações, em 2º grau, e os sindicatos, em 1º grau.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM COOPERATIVAS

Com sede em Brasília, a Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Brasil (Fenatracoop) possui base territorial nacional e representa a categoria sindical laboral em 2º grau.

FEDERAÇÃO TRABALHADORES EM COOPERATIVAS DO PARANÁ

Fundada em 1997 com foco na organização em segundo grau dos sindicatos filiados, atualmente a Federação dos Trabalhadores em Cooperativas no Estado do Paraná representa os trabalhadores em cooperativas do estado, divididos nos setores agrícola, agropecuário, agroindustrial, crédito, saúde, transporte e habitação.

Sindicatos dos Trabalhadores em Cooperativas
A representação em 1º grau dos trabalhadores em cooperativas é realizada por 56 sindicatos registrados em âmbito nacional. No Paraná, são oito sindicatos. Em razão da especificidade, a representação sindical laboral, para alguns ramos do cooperativismo, ocorre por meio de sindicatos específicos, como o Sindicato dos Motoristas.

REPRESENTAÇÃO SINDICAL DAS COOPERATIVAS NO PARANÁ

O Sistema Sindical das cooperativas do Paraná é formado por 5 sindicatos do ramo agropecuário: Sincoopar Norte; Sincoopar Noroeste; Sincoopar Centro-Sul; Sincoopar Oeste e Sincoopar Sudoeste. Para representar o ramo transporte, um sindicato estadual, o Sincoopar Transporte; para o ramo saúde, o Sincoopar Saúde, também de abrangência estadual; da mesma forma para o crédito, por meio do Sincoopar Crédito. Os demais ramos do cooperativismo se encontram representados pelo Sindicato Ocepar.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS

A Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar) tem como objetivo coordenar a representação das cooperativas nas negociações sindicais e no desenvolvimento das atividades, visando ao aprimoramento da relação capital e trabalho nos diferentes ramos do cooperativismo paranaense.

A Fecoopar é uma entidade sindical patronal de 2º grau, sem fins lucrativos, destinada ao estudo e defesa da categoria econômica e das atividades atribuídas aos sindicatos cooperativistas, com abrangência territorial em todo o Paraná.

SINDICATOS DAS COOPERATIVAS

São nove sindicatos filiados à Fecoopar, dos quais cinco do ramo agropecuário, um de saúde, um de crédito, um de transporte e a Ocepar, que representa os demais ramos do cooperativismo.

SINDICATO	ATUAÇÃO	SEDE
Sincoopar Saúde	Saúde	Curitiba
Sincoopar Crédito	Crédito	Curitiba
Sincoopar Centro-Sul	Agropecuário	Lapa
Sincoopar Oeste	Agropecuário	Cascavel
Sincoopar Sudoeste	Agropecuário	Dois Vizinhos
Sincoopar Norte	Agropecuário	Londrina
Sincoopar Noroeste	Agropecuário	Ubiratã
Sincoopar Transporte	Transporte	Curitiba
Ocepar	Demais ramos	Curitiba

26

Ações Intitucionais

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

As contas de 2025 e o Plano de Ação para 2026 foram aprovados no dia 1º de abril de 2026 pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). Antecedendo a AGO, foram realizadas pré-assembleias de todos os sindicatos filiados, entre os dias 10 e 13 de março.

DIRETORIA DA FECOOPAR

Presidente: José Roberto Ricken; vice-presidente: James Fernando de Moraes, secretário: Divanir Higino da Silva, Tesoureiro: Jaime Basso, Suplente: Alexandre Gustavo Bley.

CONSELHO FISCAL DA FECOOPAR

Titulares: Nelson André de Bortoli, João Francisco Sanches e Geraldo Slob, Suplentes: Marcos Antônio Trintinalha, Elias José Zydek e Alair Aparecido Zago.

REPRESENTANTES NA CONFEDERAÇÃO (CNCOOP)

Titulares: José Roberto Ricken e James Fernando de Moraes, Suplente: Jaime Basso.

Diretoria

A Diretoria, órgão executivo da Federação, esteve reunida seis vezes no decorrer do exercício para deliberar sobre assuntos de interesse da instituição, em sua maioria para decisões sobre as negociações sindicais.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal esteve reunido duas vezes, fevereiro e novembro de 2025, com o intuito de analisar as contas e elaborar parecer a respeito delas.

Quadro Funcional

A Fecoopar conta com quadro próprio, composto por cinco empregados, todos com formação de

nível superior. Eles são responsáveis pela gestão da Federação e dos sindicatos filiados, coordenação das negociações sindicais e representação administrativa, política e judicial das cooperativas paranaenses.

Existem duas coordenadorias: a) Coordenadoria de Segurança do Trabalho que tem a finalidade de apoiar as cooperativas nas questões relacionadas a segurança do trabalho, dando suporte na defesa junto aos órgãos de controle, como Ministério do Trabalho Emprego e Ministério Público do Trabalho e, b) Coordenadoria Administrativa e Financeira, responsável pela gestão administrativa e financeira.

ASSEMBLEIAS GERAIS DOS SINDICATOS FILIADOS À FECOOPAR

As Assembleias Gerais Ordinárias dos sindicatos filiados foram realizadas de forma conjunta com a AGO da Fecoopar, no dia 1º de abril de 2025. Antecedendo a AGO, foram realizadas pré-assembleias em cada sindicato filiado, de 10 a 13 de março. O objetivo foi apresentar e aprovar as contas do exercício anterior, do orçamento de receitas e despesas e do programa de trabalho.

Diretorias dos Sindicatos

Realizadas reuniões com as diretorias dos sindicatos para tratar de temas específicos das cooperativas de cada região e, ainda, deliberar sobre o plano de trabalho e as negociações coletivas relacionadas a cada um deles.

Conselho Fiscal

Os Conselhos Fiscais dos sindicatos filiados se reuniram uma vez no ano para analisar e aprovar as contas do exercício

27 Representação Institucional

A Fecoopar faz a representação institucional e política, atua de forma integrada com a Ocepar, participando em Conselhos e representações e é responsável pela coordenação das negociações salariais. Também atua na representação dos sindicatos filiados junto à Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual do Trabalho, ao Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e demais órgãos da Justiça do Trabalho. É uma das federações que compõem a CNCoop e participa de sua Diretoria, atuando na definição das diretrizes estratégicas do sindicalismo cooperativo.

SECRETARIA ESTADUAL DO TRABALHO

Juntamente com os demais setores econômicos paranaenses, atuou no pleito da indexação do reajuste do salário-mínimo estadual somente pela reposição inflacionária anual aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 2026. O salário-mínimo paranaense é o maior do Brasil, por isso, a Fecoopar defendeu a cláusula do negociado sobre o legislado, possibilitando Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho a disporem de valores diferenciados e adequados nestas instrumentações coletivas de trabalho.

RECEITA FEDERAL

Sobre o tema FAE – Financiamento da Aposentadoria Especial -, que pode onerar em 6% a folha de pagamento de funcionários expostos ao agente de risco ruído, foram várias iniciativas realizadas. Além dos trabalhos legislativos em conjunto com a CNCoop, com o PDL 351/2024, PLP 42/2023 e PL 1363/2021 no

Congresso Nacional, foi realizada diligência com o deputado Tião Medeiros, na Receita Federal, objetivando sustar os efeitos do Ato Declaratório nº 2/2019 de maneira administrativa, visto que riscos relativos ao agente ruído são mitigados com os programas de saúde e segurança no trabalho realizados pelas cooperativas. A Receita Federal, embora tenha se comprometido a avaliar o pedido, ainda mantém o Ato Declaratório.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO PARANÁ

A Fecoopar e Sincoopar Oeste assessoraram as cooperativas frigoríficas da região oeste junto ao Ministério Público de Cascavel - MPT sobre as condições de higiene, saúde e segurança do trabalho em propriedades de cooperados nas atividades de apanha de frangos e recolha de suínos. A conscientização do cooperado afasta o risco de perda da propriedade e perda de financiamentos dos cooperados através de recursos do BNDES. O esclarecimento da relação cooperado e cooperativa ao MPT mostrou a responsabilidade de cada parte na cadeia de produção de alimentos.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

As ações com o Ministério do Trabalho e Emprego são constantes. Alguns exemplos: fiscalizações das unidades armazenadoras das cooperativas, atuação nas Mesas de Mediação de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, com a participação dos profissionais do ministério ministrando palestras, por exemplo. O relacionamento tem se estreitado todo ano, nos debates para melhoria do relacionamento do ministério com as cooperativas.

28

Ações do Programa Trabalho Seguro

Como principal ação do projeto 15 do PRC300, a Fecoopar realizou consultoria de engenharia de segurança de trabalho e jurídica em mais de 19 cooperativas agropecuárias, em unidades de armazenagem e beneficiamento de grãos. Boas práticas foram implementadas e demonstradas inclusive ao Auditor Fiscal do Trabalho, chefe da força-tarefa que fiscaliza silos e unidades de beneficiamento. Destaca-se o método de trabalho em massa de grãos testado pela Fecoopar, pelo Auditor Fiscal do Trabalho e pela Engenharia da cooperativa auditada, o qual provou, de maneira econômica e segura, sua eficiência com cordas e roldanas. Em decorrência disso, o Auditor Fiscal reeditou Resoluções Ministeriais e as cooperativas economizaram mais de 80 mil reais por cada silo, não utilizando monotrinhos que poderiam, inclusive, colapsar estruturas de armazenamento.

As 19 cooperativas receberam relatórios técnicos e jurídicos após cada inspeção, apresentados

aos departamentos de engenharia e gestão estratégica. Mais de 200 milhões de reais foram economizados com a não instalação de equipamentos à prova de explosão, monotrinhos, monopés, laudos de classificação de áreas, tendo cada um destes tópicos solução de segurança econômica, científica e eficaz aprovado pela própria Auditoria Fiscal do Trabalho.

Além destas entregas, o grupo de trabalho em segurança em armazenagem, que se reunia a cada dois meses de maneira virtual para receber informações do andamento do projeto 15 do PRC 300, passou a se encontrar mensalmente, apresentando e aprimorando as boas práticas criadas e implementadas nas cooperativas agro.

No assunto NR-1, a Fecoopar elaborou, em 2025, uma cartilha com seis tópicos orientativos e didáticos que objetivam bem orientar as cooperativas na gestão de riscos psicossociais no ambiente de trabalho.



Trainamentos com autoridades auxiliam cooperativas na adoção de boas práticas

Foram realizados treinamentos com a presença do Auditor Chefe de Inspeções do Trabalho da SRTE-PR, Dr. Luiz Fernando Fávaro Busnardo, e do Desembargador do TRT-PR, Dr. Marcus Aurélio Lopes.

FÓRUM JURÍDICO, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E DE RECURSOS HUMANOS

Realizado no dia 12 de novembro, em Maringá, o evento teve a participação de mais de 120 profissionais que atuam nas áreas Jurídica, Saúde e Segurança do Trabalho e Recursos Humanos, em diferentes ramos de cooperativas, além de representantes da CNCoop.

O evento contou com a presença do desembargador Marcus Aurélio Lopes, do TRT/PR, e do advogado especialista em direito do trabalho Marco Antonio Cesar Villatore. O especialista em gestão de pessoas, Adeildo do Nascimento, fez a palestra de abertura. O especialista em inovação Leo Carvalho palestrou sobre Inteligência Artificial. O lado financeiro e jurídico dos jogos online foi tratado pelas especialistas Ana Paula Mussi Szabo Cherobim, da Universidade Federal do Paraná, e Daniela Slivinski, do Escritório Andersen Ballão, mediado pelo gerente de Gestão de Pessoas da Cooperativa Coamo, Antônio Cesar Marini.

GRUPOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Grupo NR Frigoríficos

A Fecoopar atuou de forma pontual no âmbito do Sincoopar-Oeste, com foco na integração profissional das equipes das cooperativas da região, na oferta de Pós-graduação em Saúde e Segurança do Trabalho, na elaboração do Manual de Integração para a contratação de serviços de terceiros, no Curso de Áreas Classificadas, entre outros.



Fecoopar participa de congresso realizado pela Fetracoop, com mais de 2 mil trabalhadores

Grupo Armazenagem e de Engenharia

O grupo de trabalho instituído pela força-tarefa do Ministério do Trabalho e Emprego para divulgação de informações, notícias, práticas de enfrentamento e defesas das autuações e interdições em silos e armazéns deu lugar ao Grupo Técnico. Nele, presencialmente, as áreas de gestão, engenharia e advocacia das cooperativas trabalham com a Fecoopar na identificação, aprimoramento e divulgação de boas práticas e estratégias de redução de riscos em silos e armazéns.

Mais de 150 engenheiros das cooperativas agroindustriais do PR participaram, na cidade de



150 engenheiros de cooperativas agroindustriais reunidos para formação do Grupo Técnico de Engenheiros



Evento aborda treinamentos especiais com temas "Atmosferas Explosivas" e "Equipamentos EX"

Entre Rios, região Centro-Sul, no dia 17 de junho, de evento que instituiu o Grupo Técnico de Engenheiros, divulgando os trabalhos resultantes da intercooperação de procedimentos e boas práticas.

O auditor Maurício Pavesi elogiou a iniciativa e os trabalhos, tendo auditado pessoalmente as técnicas de resgate em massa de grão que diminuíram o custo de equipamentos de salvamento em silos nas cooperativas.

No segundo e terceiro encontros deste grupo técnico, ocorrido em Maringá, nos dias 4 e 5 de novembro e nos dias 9 e 10 de dezembro, a Fecopar preparou dinâmica de treinamentos especiais com os temas Atmosferas Explosivas e Equipamentos EX (à prova de explosão).

IMERSÃO JAPÃO – CULTURA DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Gestores de pessoas e de saúde e segurança do trabalho das cooperativas Frísia, Castrolanda, Agrária, Aurora, Cocamar, Tradição, Copacol

e C.Vale viajaram para a cidade de Nagoya, no Japão, onde puderam aprender o conceito Gemba de gestão, praticando suas técnicas nos chamados dojos de treinamentos, entendendo na prática as ações preventivas, 5S, método Toyota de Saúde e da alta gestão em Segurança do Trabalho.

A Tradição implementou e instituiu seu "dojo", lugar de experimentação de riscos controlados



Comitiva viaja ao Japão para conferir práticas de Saúde e Segurança do Trabalho

que permitem seus funcionários sentirem o perigo em simulações, bem como a necessidade de se adotar cultura de prevenção de riscos dentro e fora da cooperativa.

Frísia, Cocamar, Tradição e Castrolanda caminham na implementação de seus "dojos" para disseminar a cultura de saúde e segurança do trabalho dentro da cooperativa.

GRUPO FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL – AGENTE RUÍDO

Embora sejam diferentes a metodologia de enfrentamento e a defesa administrativa, jurídica e operacional entre várias cooperativas, tal grupo trabalha como um fórum de informação e encaminhamentos institucionais pela Fecoopar e CNCoop sobre o tema.

CÂMARA TÉCNICA DA ABPA

Como membro da Câmara Técnica da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA, a Fecoopar participou ativamente em reuniões e debates dos temas Riscos Psicossociais; Lei da Igualdade Salarial; Consultas Públicas em Normas Regulamentadoras; Divulgação do CNPAT – Campanha Nacional do Prevenção de Acidentes do Trabalho; FAE – Financiamento da Aposentadoria Especial; entre outros.

ASSESSORIA AOS SINDICATOS E COOPERATIVAS

Relações Trabalhistas e Sindicais

A Fecoopar presta serviços de consultoria

em engenharia, direito do trabalho, direito previdenciário e direito sindical às cooperativas filiadas. Desenvolve treinamentos únicos e personalizados em assuntos de saúde e segurança do trabalho, os quais reduzem efetivamente custos de projetos, infraestruturas e tributação trabalhista e previdenciária.

Possuímos banco de dados com estatística processual trabalhista, de saúde e segurança do trabalho, que visam contribuir para que as cooperativas associadas possam melhor embasar e fundamentar seus projetos e defesas administrativas e judiciais.

NEGOCIAÇÕES SALARIAIS



Cooperativas de Crédito

Negociação focada na assistência aos Acordos Coletivos de Trabalho. Destaca-se a instrumentação coletiva do Sistema Sicoob e Sindicred, há tempos pleiteada pelas vias normais e administrativas de negociação. Também, afastamento de negociação com categoria profissional não cooperativista ligada à CUT, além de emissão de pareceres sindicais e jurídicos em assessoria às cooperativas do ramo crédito.



Cooperativas de Saúde

Foi assinada Convenção Coletiva de Trabalho bienal, com reajuste de 5,20% aplicado a todas as verbas econômicas. Conforme Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI7222), também foi definido o piso para profissionais de Enfermagem, Técnicos, Auxiliares e Parteiras para 220 horas de trabalho mensal, o que assegura empregabilidade e colabora com a qualidade da prestação de serviços do ramo saúde.



Cooperativas Agropecuárias

Os presidentes dos Sincoopares Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Norte e Noroeste, juntamente com a Diretoria da Fecoopar, definiram os parâmetros e índices de negociação coletiva de trabalho a serem tratados com a Fetracoop, Fenatracoop e Fetropar (motoristas rodoviários).

Após 18 reuniões com sindicatos laborais, foram registrados Termos Aditivos, Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho com percentuais de reajuste entre 5,20 até 5,50%.



Cooperativas de Transporte

Devido à ausência de um sindicato laboral de primeiro grau específico aos empregados em cooperativas de transporte, a negociação ocorreu com a Fetracoop, sindicato de segundo grau com base no Paraná. Após duas reuniões, foi registrada a instrumentação coletiva de trabalho com reajustes nas verbas econômicas de 5,20%.

CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

A Fecoopar e a Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (CAMFIEP) estiveram nas cidades de Maringá, Cascavel, Carambeí e Francisco Beltrão (foto) para tratar de assuntos como mediação de dívidas, recuperação de créditos, conflitos entre cooperado/cooperativa, cooperativa/cooperativa e cooperativa/terceiros, segregação de provisão trabalhista e constituição de crédito para habilitação em processos de recuperação judicial.



No Sudoeste, especialistas debatem desafios para cooperativas de crédito

29

Área de Infraestrutura

A deficiência de infraestrutura para o transporte de produtos até os portos, aeroportos e demais centros de escoamento e de consumo é um dos maiores desafios enfrentados pelas cooperativas e indústrias.

Ao longo das últimas décadas, os investimentos realizados no Brasil nesses setores têm ficado aquém das necessidades. A carência de investimentos, tanto oficiais como privados, tem sido um entrave significativo para diversos setores econômicos.

A Fecoopar, juntamente com as entidades que compõem o G7 (Fecoopar/Ocepar, Fiep, Faep, Fecomércio, Faciap, ACP e Fetranspar), desenvolve ações na área de infraestrutura e logística, com objetivo de que os investimentos no setor sejam realizados, para garantir a agilidade e eficiência no escoamento da produção, bem como para reduzir os custos logísticos envolvidos.

Ao longo de 2025, os principais investimentos e ações demandadas pelo setor aos governos Federal e Estadual foram para melhoria das rodovias, aeroportos, portos, ferrovias, litoral, recursos hídricos, energia, gás e conectividade. Destacam-se os seguintes investimentos:

RODOVIAS

Em 2025, foram realizados os dois últimos leilões das rodovias do Paraná, representando um passo importante rumo à melhoria da infraestrutura de transporte, juntamente com os investimentos públicos tanto da União como do Paraná. Com

as obras previstas nos contratos de concessão, as rodovias paranaenses serão duplicadas em sua maioria. Com isso, haverá melhoria da mobilidade, redução de custos e mais segurança nas estradas.

FERROVIAS

O projeto de desestatização da Ferroeste não avançou em 2025, o que representaria uma oportunidade na medida em que poderia se trabalhar pela junção com a Malha Sul, atualmente operada pela Rumo Logística. A Malha Sul está em processo de discussão de contrato, renovação ou realização de novo leilão, já que a concessão vence em 2027. É possível projetar uma única malha ferroviária para o Paraná e Santa Catarina, unificando a licitação e propondo investimentos para se criar os corredores ferroviários do Oeste e do Norte como destino aos portos.

AEROPORTOS

Com a concessão dos aeroportos de São José dos Pinhais (Afonso Pena), Londrina, Foz do Iguaçu e Bacacheri (Curitiba), mais os investimentos nos aeroportos de Cascavel e Maringá, bem como as ampliações e modernizações dos aeroportos regionais como Pato Branco, Ponta Grossa e outros, a malha aereoviária do Paraná está em processo de ampliação e modernização.

A 3ª pista do aeroporto Afonso Pena recebeu a aprovação da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) e todos os entraves que existiam com relação à área e à

população foram equacionados. Com isso, as obras devem iniciar em 2026.

No aeroporto de Londrina, as obras para ampliação do terminal e da pista estão em fase conclusiva. Em Foz do Iguaçu, o aumento de capacidade do terminal e a ampliação da pista foram concluídos.

Com os investimentos já realizados, iniciaram as operações de voos internacionais partindo do aeroporto de Foz do Iguaçu e do aeroporto Afonso Pena de São José dos Pinhais

PORTOS

No setor portuário, o Porto de Paranaguá está em processo de ampliação e modernização, com investimentos em sua infraestrutura, dragagem, novas concessões de terminais.

Em 2025, ocorreram os leilões da dragagem e manutenção do canal de acesso ao porto, de terminais que assumiram o compromisso de investimento na construção de um novo píer com dois berços para atracação de navios, bem como a conclusão da moega ferroviária, que irá agilizar o desembarque ferroviário.

Também foi liberada a licença prévia (LP) para construção do Porto Guará. Com relação ao Porto Maralto, em Pontal do Paraná, houve julgamento pelo TRF4 da ação que impedia a construção da estrada de acesso ao porto. Com isso, o IAT está providenciando a remissão das licenças ambientais. Ainda, o governo do estado desapropriou duas áreas para instalação de novos terminais.

ENERGIA

Em todo Paraná, muitos problemas persistem pela interrupção do fornecimento de energia e pela necessidade de mais qualidade no serviço aos consumidores, apesar dos investimentos da

Copel na distribuição e na ampliação da rede e de subestações, a exemplo do programa Paraná Trifásico. Diversas ações estão sendo realizadas junto à Copel para solucionar os problemas do setor.

Com a Copel privatizada, apesar de o estado ser sócio, as interlocuções com a Companhia são mais difíceis. Para agilizar a conversa com o setor produtivo, o governo do estado criou a Superintendência-Geral de Gestão Energética, ligada à Secretaria do Planejamento, que passou a tratar de temas energéticos.

GÁS

A Companhia Paranaense de Gás (Compagas) foi privatizada e a empresa divulgou um programa de investimentos para ampliação da rede de distribuição de gás, uso de biometano e instalação de postos de abastecimento para veículos.

Os investimentos a serem realizados pela companhia de gás nos próximos 30 anos de concessão (Capex) são estimados em R\$ 2,5 bilhões. Para o quinquênio 2024 e 2029, a Compagas anunciou investimentos de R\$ 505 milhões. O plano contempla ações e projetos para expansão da atuação da companhia para outras regiões do Estado, em especial para os municípios de Londrina, Maringá e Lapa, a inserção do biometano na rede de gás canalizado e o desenvolvimento de corredores sustentáveis.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No final de 2024, foi promulgada a nova lei de licenciamento ambiental do Paraná (Lei nº 22.252, regulamentada pelo Decreto nº 9.541/2025, que veio modernizar os processos para torná-los mais ágeis e transparentes, priorizando projetos de saneamento básico e infraestrutura. A lei introduz a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para atividades de baixo impacto e

a Certidão de Renovação por Prorrogação Automática (CRAL).

LITORAL DO PARANÁ

O litoral vem recebendo diversos investimentos, como a revitalização das orlas de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, duplicações de vias de acesso como a rodovia que liga Pontal do Paraná a Matinhos, construção da ponte de Guaratuba, bem como a duplicação da rodovia que vai da BR 101 até Guaratuba, que além de atender a cidade de Guaratuba vai permitir melhor acesso aos portos de Itapoá.

Outro destaque é a construção de um novo acesso ao litoral. A Secretaria de Infraestrutura e Logística contratou uma empresa para fazer o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da estrada da Limeira, que vai de Garuva (BR 101) para a BR 277 (62 KM), sendo uma alternativa para acesso aos portos do Paraná.

CONECTIVIDADE

A Fecoopar/Ocepar participa do grupo de trabalho da Casa Civil do estado para elaborar um diagnóstico e apontar propostas para levar conectividade às áreas rurais e/ou remotas, especialmente aquelas com baixo IDH. O trabalho visa à ampliação da conectividade para todas as regiões do Paraná.

Uma das ações foi negociar a antecipação dos investimentos previstos pelas operadoras (TIM, VIVO e Claro). Com isso, estão sendo instaladas 952 torres, sendo 382 da Claro, 159 da TIM e 411 da Vivo.

Também foi aprovada a Lei Estadual nº 22.788, de 12 de novembro de 2025, que instituiu o programa de melhorias do sistema de telecomunicações e conectividade rural do Paraná – ParanaConectado, que tem como

finalidade ampliar e instrumentalizar o alcance da internet banda larga de alta velocidade.

Além disso, foram instaladas 13 unidades (POC – Prova de Conceito) para validade de sistemas. Uma delas está na cooperativa Frísia, em Carambeí.

SETOR AGROINDUSTRIAL

O setor está em franca expansão no Paraná, com instalação de novas indústrias e modernização das existentes. Isso vale para diversas áreas, como produção de proteína animal, soja e seus derivados, rações, moagem de trigo, cevada, cervejeira, lácteos, etanol e alimentos de forma geral. Como se trata de um setor intensivo no uso de capital, a implantação de novas unidades fica limitada pela falta de recursos e por juros elevados praticados no País.

DESTRAVA PARANÁ

O Programa “Destrava Logística” foi criado pelo Tribunal de Justiça do Paraná e tem como objetivo promover a mediação entre iniciativas do governo ou privadas focadas em resolver entraves em projetos de infraestrutura e logística. O termo é usado tanto para o Programa Destrava Logística do TJPR, que busca soluções para obras paralisadas por judicialização, quanto para outras ações mais amplas, como leis e plataformas que visam agilizar o setor, reduzindo custos e burocracia. As entidades do G7 (Fiep, Faep, Fecomércio, Faciap, ACP, Fetranspar, Fecoopar/Ocepar) participam da Comissão, juntamente com o poder judiciário, executivo, Ministério Público.

Em 2025, foram trabalhados impasses judiciais de obras de infraestrutura no Paraná, como a faixa de infraestrutura em pontal do Paraná que dá acesso ao Porto, licenciamento ambiental do Porto Guará e da rodovia que liga a BR 101 (Garuva-SC) à BR 277 (Paranaguá), uma via alternativa para chegada ao porto de Paranaguá.

30

Demonstrações Contábeis

FEDERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ - FECCOOPAR CNPJ 06.964.532/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

ATIVO		2025	2024
CIRCULANTE		10.533.661,60	9.999.018,75
Caixa e equivalentes de caixa		1.150,48	1.641,43
Caixa		514,69	289,58
Bancos conta movimento		635,79	1.351,85
Direitos realizáveis	NOTA 4	8.909,14	25.980,83
Créditos de terceiros		8.909,14	25.980,83
Ativo financeiro		10.523.601,98	9.971.396,49
Aplicações financeiras		10.523.601,98	9.971.396,49
NÃO CIRCULANTE		1.510.227,80	80.800,78
Ativo financeiro		1.463.352,26	0,00
Aplicações financeiras		1.463.352,26	0,00
Imobilizado	NOTA 5	46.875,54	80.800,78
Equipamentos de informática		62.707,24	62.707,24
Veículos		203.525,00	203.525,00
(-) Depreciação acumulada		-219.356,70	-185.431,46
Intangível		0,00	0,00
Direitos de uso de softwares		16.830,00	16.830,00
(-) Amortização acumulada		-16.830,00	-16.830,00
ATIVO TOTAL		12.043.889,40	10.079.819,53
PASSIVO		2025	2024
CIRCULANTE		517.457,34	460.820,62
Contas a pagar		8.254,25	7.814,70
Obrigações sociais		42.103,02	34.664,78
Consignações a recolher		75.581,12	67.822,88
Provisões de pessoal e encargos		391.518,95	350.518,26
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.526.432,06	9.618.998,91
Patrimônio social		9.618.998,91	8.283.982,28
Superavit do exercício		1.907.433,15	1.335.016,63
PASSIVO TOTAL		12.043.889,40	10.079.819,53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERAVIT OU DEFICIT (EM REAIS)

	2025	2024
RECEITAS	3.185.076,53	2.557.996,18
Contribuição Confederativa	686.867,97	558.827,70
Contribuição sindical	8.230,82	7.709,89
Receitas de manutenção	7.267,51	6.856,44
Convênios com Sindicatos	2.482.710,23	1.984.602,15
NOTA 7		
DESPESAS	2.476.919,09	2.010.245,36
Pessoal, e encargos sociais	2.025.240,93	1.640.951,82
Serviços de Terceiros	216.376,16	197.316,66
Gastos administrativos	95.363,58	88.616,21
Despesas com Viagens	134.552,72	75.989,19
Impostos e taxas	5.385,70	7.371,48
RESULTADO OPERACIONAL	708.157,44	547.750,82
RESULTADO ANTES DO FINANCEIRO	708.157,44	547.750,82
RESULTADO FINANCEIRO	1.199.275,71	787.265,81
Receitas financeiras	1.200.021,12	787.293,71
Despesas financeiras	-745,41	-27,90
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	1.907.433,15	1.335.016,63

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DOS BENS DO ATIVO

GRUPOS	SALDO INICIAL 31.12.2024	INCLUSÕES	BAIXAS	SALDO FINAL 31.12.2025
IMOBILIZADO	80.800,78	0	-33.925,24	46.875,54
Equipamentos de informática	62.707,24	0	0	62.707,24
Veículos	203.525,00	0	0	203.525,00
(-) Depreciação acumulada	-185.431,46	0	-33.925,24	-219.356,70
INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens intangíveis	16.830,00	0	0	16.830,00
(-) Amortização acumulada	-16.830,00	0	0	-16.830,00
TOTAL	80.800,78	0	-33.925,24	46.875,54

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

MOVIMENTAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERAVIT	PATRIMÔNIO SOCIAL
Saldo em 31/12/2021	4.390.205,35	542.692,69	4.932.898,04
Superavit do exercício anterior	542.692,69	-542.692,69	0
Superavit do exercício corrente	0	1.123.047,91	1.123.047,91
Saldo em 31/12/2022	4.932.898,04	1.123.047,91	6.055.945,95
Superavit do exercício anterior	1.123.047,91	-1.123.047,91	0
Superavit do exercício corrente	0	2.228.036,33	2.228.036,33
Saldo em 31/12/2023	6.055.945,95	2.228.036,33	8.283.982,28
Superavit do exercício anterior	2.228.036,33	-2.228.036,33	0
Superavit do exercício corrente	0	1.335.016,63	1.335.016,63
Saldo em 31/12/2024	8.283.982,28	1.335.016,63	9.618.998,91
Superavit do exercício anterior	1.335.016,63	-1.335.016,63	0
Superavit do exercício corrente	0	1.907.433,15	1.907.433,15
Saldo em 31/12/2025	9.618.998,91	1.907.433,15	11.526.432,06

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (EM REAIS)

ATIVIDADES	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos	4.169.833,26	3.487.698,77
Pagamentos a fornecedores e empregados	-3.647.330,07	-2.002.873,88
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	522.503,19	1.484.824,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de ativo imobilizado	-30.400,00	-21.199,22
Recebido pela venda do Imobilizado	-	-
Dividendos recebidos	-	-
Caixa líquido usado das atividades de investimento	-30.400,00	-21.199,22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebido por empréstimo a longo prazo	-	-
Pagamento de passivo	-	-
Caixa líquido usado das atividades de financiamento	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	-	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	552.903,19	1.463.625,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	9.989.893,58	8.526.267,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA AO FIM DO PERÍODO	10.542.796,77	9.989.893,58
VARIAÇÃO DAS CONTAS CAIXA/BANCOS/EQUIVALENTES	552.903,19	1.463.625,67

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025

NOTA 01 – Contexto operacional

A Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - FECOOPAR, entidade sindical de grau superior, com base territorial no Estado do Paraná, sociedade simples, sem fins lucrativos, constituída em 30/12/2003 e filiada à CNCOOP – Confederação Nacional das Cooperativas Brasileiras, tem como objeto social representar os interesses gerais dos sindicatos patronais das cooperativas, respectivas categorias e seus filiados, no judiciário em sua base territorial.

NOTA 02 – Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da FECOOPAR levantadas em 31 de dezembro de 2025 comparativas com 2024 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislação aplicável.

NOTA 03 – Principais práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade princípios de Contabilidade, obedecidas às disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade e vislumbrando as alterações promovidas na Lei nº 6.404/76, instituídas pela Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009, e Resolução CFC - Conselho Federal de Contabilidade nº 838/99 que aprovou a NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe.

a) Regimes de escrituração

As receitas são reconhecidas no resultado quando do efetivo recebimento, e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

São reconhecidas na contabilidade quando da sua realização, do recebimento e/ou pagamento.

c) Aplicações financeiras

São registradas pelo montante dos investimentos acrescidos dos rendimentos proporcionais líquidos auferidos até a data do balanço. Aplicação financeira registradas no Ativo não Circulante, refere-se à aplicação financeira a longo prazo e os rendimentos serão contabilizados no resgate das aplicações.

d) Depreciação e amortização

A depreciação ou amortização dos bens do Imobilizado estão computadas aos bens adquiridos. Os bens tangíveis e intangíveis não estão registrados por um valor maior que o da sua realização, seja pela venda ou pelo uso, o valor atual dos Ativos relevantes imobilizados e intangíveis possuem evidências de seu valor recuperável.

e) Receitas de contribuições, convênios e manutenção Provenientes da Contribuição Confederativa e Sindical Patronal dos vários ramos do cooperativismo paranaense, e ressarcimentos de custeios dos Sindicatos Regionais das Cooperativas do Estado do Paraná. Conta com o aporte de rendimentos oriundos de ganhos em aplicações no mercado financeiro e outras receitas com taxas e recuperações de despesas.

NOTA 04 – Direitos

Registram-se em Direitos Realizáveis os adiantamentos concedidos aos funcionários e despesas de exercício seguinte.

DIREITOS REALIZÁVEIS	2025	2024
Adiantamentos a funcionários (férias)	8.368,41	25.447,15
Despesas de exercício seguinte	540,73	533,68
TOTAL	8.909,14	25.980,83

NOTA 5 - IMOBILIZADO, INTANGÍVEL

GRUPOS	SALDO INICIAL 31.12.2024	INCLUSÕES	BAIXAS	SALDO FINAL 31.12.2025
IMOBILIZADO	80.800,78	0,00	(33.925,24)	46.875,54
Equipamentos de informática	62.707,24	0,00	0,00	62.707,24
Veículos	203.525,00	0,00	0,00	203.525,00
(-) Depreciação acumulada	(185.431,46)	0,00	(33.925,24)	(219.356,70)
INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens intangíveis	16.830,00	0,00	0,00	16.830,00
(-) Amortização acumulada	(16.830,00)	0,00	0,00	(16.830,00)
TOTAL	80.800,78	0,00	(33.925,24)	46.875,54

NOTA 6 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Até a data deste balanço não há contra a entidade contingências passivas de natureza cível, tributária ou trabalhista a serem registradas.

NOTA 7 - RECEITA DE CONVÊNIOS

O grupo receita com convênio é o composto por R\$ 2.482.710,23, referente a valores recebidos dos Sindicatos patronais filiados a FECCOOPAR durante o exercício de 2025.

SINDICATO	VALOR
SINCOOPAR CENTRO SUL	224.945,00
SINCOOPAR NOROESTE	167.065,00
SINCOOPAR SUDOESTE	93.785,00
SINCOOPAR NORTE	34.805,00
SINCOOPAR SAÚDE	258.160,00
SINCOOPAR OESTE	226.402,00
SINCOOPAR TRANSPORTE	15.440,00
SINCOOPAR CRÉDITO	1.417.186,05
OCEPAR	44.922,18
TOTAL	2.482.710,23

NOTA 8 - SEGURO CONTRATADO

A entidade é detentora de contrato de seguros que abrange o veículo da frota com cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, danos materiais e corporais, assegurado pelo valor de mercado.

NOTA 9 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2025 até a data de realização da auditoria em 30 de janeiro de 2026, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Curitiba, 31 de dezembro de 2025.

Carlos Roberto Gonçalves
Contador- CRC PR 046641/O-3

Nelson Costa
Superintendente

José Roberto Ricken
Presidente

RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da

**Federação e Organização das Cooperativas do Estado
do Paraná - FECOOPAR**

Curitiba - Paraná

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Federação e **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - FECOOPAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de superavit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e

dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis, acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - FECOOPAR**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações financeiras e operacionais, cujos saldo do exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba (PR), 30 de janeiro de 2026

Juacir João Wischneski
Contador
CRC-PR-014787/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Fecoopar**, tendo examinado o Balanço Patrimonial, em conjunto com as Notas Explicativas, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Superávit ou Déficit, e Demonstração das Mutações do Patrimônio Social do

exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as contas da diretoria e a proposta orçamentária de receitas e despesas para 2026, considerando também as reuniões realizadas; opinam favoravelmente pela aprovação das contas desse exercício pela Assembleia Geral Ordinária e da proposta orçamentária para 2026.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2026.

Geraldo Slob
Titular

João Francisco Sanches Filho
Titular

Nelson A. de Bortoli
Titular

Elias José Zydek
Suplente

Marcos Antonio Trintinalha
Suplente

Marli Madalena Perozin
Suplente

31

Proposta Orçamentária para 2026

RECEITAS	VALOR PROPOSTO
Contribuições	718.000,00
Convênios com Sindicatos	2.510.000,00
Receitas de manutenção	9.000,00
TOTAL	3.237.000,00

DESPESAS	VALOR PROPOSTO
Pessoal, e Encargos	2.450.000,00
Gastos Administrativos	137.000,00
Despesas com Viagens	200.000,00
Serviços de Terceiros	300.000,00
Impostos e Taxas	10.000,00
TOTAL	3.097.000,00

RESULTADO ANTES DO FINANCEIRO	140.000,00
--------------------------------------	-------------------

RESULTADO FINANCEIRO (+)	1.270.000,00
---------------------------------	---------------------

SUPERAVIT DO EXERCÍCIO (=)	1.410.000,00
-----------------------------------	---------------------

INVESTIMENTOS	VALOR PROPOSTO
Informática	50.000,00

Carlos Roberto Gonçalves
Contador- CRC PR 046641/O-3

Nelson Costa
Superintendente

José Roberto Ricken
Presidente

AÇÕES DAS ÁREAS COMPARTILHADAS

“O Sistema Ocepar é formado pela Ocepar, Fecoopar e Secoop/PR. Existem áreas específicas para cada entidade e áreas compartilhadas. Nas compartilhadas, uma mesma gerência ou coordenadoria presta serviços para as três entidades”.



AÇÕES

Ano Internacional
do Cooperativismo
ficou marcado por
exposições realizadas
no Paraná

32

Coordenadoria de Integridade e Compliance

O Programa de Integridade e Compliance tem como finalidade dar segurança para a gestão, garantir que todos os processos sejam feitos dentro das conformidades, prevenir riscos, dar transparência e preservar a imagem das três instituições.

O principal controle adotado para mitigar a ocorrência de desvios de comportamento é o Código de Ética e Conduta. O documento abrange todas as pessoas na organização e níveis hierárquicos. Além disso, existem outros controles, como auditoria interna de processos financeiros, de contratações e de pessoal; auditoria externa das demonstrações contábeis; normas internas para contratação de pessoas e de fornecedores (Regulamento de Licitações e Contratos); pareceres jurídicos como parte integrante do processo licitatório, dentre outros.

A Coordenadoria é responsável também pelo Programa de Conformidade em Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além da gestão do

Canal de Denúncias. São as seguintes linhas de atuação:

- **Compliance:** compreende a gestão do Código de Ética e Conduta e das políticas de integridade, a avaliação dos riscos e controles de integridade, a gestão do Canal de Denúncia e o tratamento das manifestações recebidas.
- **LGPD:** visa estabelecer mecanismos relativos à segurança da informação e proteção de dados.
- **Gestão de Riscos:** tem a função de supervisionar, apoiar e fornecer estrutura para o gerenciamento de riscos e controles para garantir que as políticas sejam seguidas, os riscos sejam monitorados e os controles internos sejam eficazes, atuando como um garantidor de conformidade e fornecendo especialização.
- **Comitê de análise de Soluções:** Compete ao Comitê, além da apreciação geral dos planos de eventos, a verificação da regularidade



Em 2025, SESCOOP/PR foi anfitrião do Compliance Day, evento que abordou Compliance e Inovação para o Sistema S do Paraná

formal e material, as necessidades técnicas das Cooperativas, o histórico do instrutor e as despesas necessárias para sua realização.

COMPLIANCE

Em 01 de abril de 2024, na Assembleia Geral Ordinária do Sistema Ocepar, foram lançados oficialmente o Programa de Integridade, o Canal de Denúncias e o Código de Ética e de Conduta.

Sob a perspectiva da prevenção, anualmente dois eventos são realizados em conjunto com as entidades que compõem o Sistema S do Paraná. Neste ano, o Sescop/PR foi anfitrião do Compliance Day, que abordou Compliance e Inovação. Além disso, para fortalecer e divulgar o Programa de Integridade, periodicamente são realizadas oficinas de capacitação. Em 2025, esses eventos treinaram 20 empregados, dentre eles novos admitidos e aqueles que ainda não haviam sido treinados no ano anterior.

CANAL DE DENÚNCIA

As notificações protocoladas no Canal de Denúncia receberam o devido tratamento, de acordo com as políticas definidas no Programa de Integridade.

LGPD

A Política Geral de Integridade e a Política de Segurança da Informação e Proteção dos Dados visam estabelecer diretrizes de condutas adequadas à segurança da informação e proteção de dados. A política de privacidade estabelece medidas que buscam prevenir e minimizar potenciais riscos à segurança e violações de dados pessoais, além de tratar adequadamente quaisquer incidentes que possam ocorrer conforme estabelecido na legislação nacional.

O aspecto chave é a credibilidade que pretende conservar a boa relação com terceiros, como órgãos de controle, poder público, fornecedores e sociedade, além de evitar danos à imagem das instituições e fortalecer a relação com a sociedade.

Com o lançamento da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, diretrizes de privacidade e proteção foram estabelecidas para nortear as atividades de tratamento de dados pessoais nas três organizações.

A avaliação realizada pela consultoria da OCB conferiu uma pontuação de 90,5 numa escala de 0 a 100 pontos, alcançando o nível de maturidade Muito Alta para proteção e privacidade de dados pessoais.

O resultado atingido reforça o compromisso do planejamento e do engajamento dos empregados, com a adoção de boas práticas em privacidade e segurança de dados, promovendo maior confiança e incentivando a responsabilidade coletiva.

GESTÃO DE RISCOS

Para proteger e agregar valor à organização, garantindo que ela alcance seus objetivos, elaborou-se a Política de Gestão de Riscos, que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento das incertezas, melhorando a tomada de decisão estratégica, a governança, a conformidade legal e a sustentabilidade ao aumentar a probabilidade de eventos positivos e reduzir os negativos.

COMITÊ DE ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Foram 46 reuniões realizadas pelo comitê ao longo do ano, tendo sido analisados 6.306 projetos, 40 bolsas de estudos, além de projetos de consultoria.

33

Coordenadoria de Auditoria

A missão da Auditoria Interna é promover e proteger o valor organizacional por meio de avaliação independente que assegure a confiabilidade e a relevância dos processos e controles internos. Além disso, a Auditoria Interna oferece assessoria sob demanda para apoiar a Alta Administração, fornecendo insights estratégicos que fortalecem a tomada de decisões e o aprimoramento contínuo da governança e da estrutura de controle.

A estrutura de gestão de riscos adotada está alinhada ao Modelo das Três Linhas, proposto pelo The IIA (Instituto dos Auditores Internos). Esse modelo organiza as responsabilidades relacionadas à gestão e ao controle de riscos em três linhas distintas, definidas conforme descrito a seguir:

- **1ª Linha de Defesa:** Funções e atividades das áreas de negócio que possuem uma responsabilidade primária de gestão de riscos ao tratar com informações de operações e clientes;
- **2ª Linha de Defesa:** Funções e atividades de controle de risco, que controlam exposições a cada tipo de risco, proporcionam supervisão e questionamentos aplicáveis, permitindo uma visão holística do risco em todo o negócio (área de Compliance, por exemplo);
- **3ª Linha de Defesa:** Auditoria interna, que proporciona revisão e avaliação independente dos controles e da gestão de risco.

Os trabalhos de auditoria são realizados junto às áreas e gerências do Sistema Ocepar, onde são aplicados testes com o objetivo de avaliar a aderência dos processos auditados aos normativos vigentes, bem como a suficiência dos controles internos para mitigar os riscos aos quais esses processos estão expostos.

Em 2025, foram emitidos quatro Relatórios de Auditoria Interna e um parecer, além do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) referente a 2023 e do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para 2026. Também foi prestado suporte a seis reuniões do Conselho Fiscal.

A área acompanhou os trabalhos da Auditoria Externa e a emissão do parecer, que foi favorável às Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício anterior.

Os trabalhos de auditoria são realizados junto às áreas e gerências do Sistema Ocepar, onde são aplicados testes com o objetivo de avaliar a aderência dos processos auditados aos normativos vigentes.

34

Coordenadoria de Planejamento e Controle

A Coordenadoria de Planejamento e Controle é responsável por estruturar e conduzir o planejamento estratégico da organização, pela avaliação de desempenho profissional e gestão da qualidade, controles e análises de resultados, difusão e aplicação do conhecimento e a coordenação metodológica do PRC.

PLANO PARANÁ COOPERATIVO

Em 2025, foram realizadas três reuniões com o Comitê Consultivo. Na primeira delas, foi apresentado o andamento dos 30 projetos. Na segunda, foi realizada uma palestra sobre estratégia com o Instrutor Marcos Fava Neves. Na última, foram apresentados dois cases de cooperativas em cada um dos seguintes projetos: "Defesa do Ato Cooperativo e Gestão Tributária", "Formas de Financiamento para o Cooperativismo" e "Inovação no Cooperativismo".

O Plano Paraná Cooperativo contou com acompanhamento sistemático de suas iniciativas. Aos Coordenadores dos Projetos foi disponibilizado acompanhamento na ferramenta Power BI. As principais ações e avanços dos 30 projetos também foram periodicamente reportados à Diretoria, assegurando transparência e alinhamento institucional.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No início de 2025, foi concluído o ciclo do Planejamento Estratégico, juntamente com a avaliação de desempenho de 2024 e a definição dos critérios de avaliação individual para 2025. Em abril, após a validação do plano de metas

na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizou-se reunião geral para pactuação desses critérios entre empregados e Diretoria Executiva.

Em maio, foi lançada a iniciativa Difusão e Aplicação do Conhecimento, integrante do processo de avaliação de desempenho, destinada a compartilhar os conhecimentos adquiridos pelos empregados em treinamentos apoiados pelo Sistema Ocepar.

No mesmo mês, a Coordenadoria de Planejamento e Controle iniciou o replanejamento do ano, ajustando as metas à reestruturação das áreas e às mudanças de cenário.

O ciclo de planejamento de 2026 começou em 8 de outubro de 2025, com oficinas realizadas até o início de novembro. Para esse ciclo, adotou-se uma metodologia revisada, desenvolvida por empregados participantes do curso High Performance, incorporando referências técnicas e práticas do Sistema S, adaptadas à realidade do Sistema Ocepar.

Ao longo de 2025, a Coordenadoria de Planejamento e Controle conduziu um dos ciclos mais desafiadores dos últimos anos. Entre o fechamento das metas do exercício, a avaliação de desempenho, a consolidação da difusão do conhecimento e a elaboração do Planejamento 2026, foram mobilizados diversos encontros e análises envolvendo todas as áreas da instituição.

O processo foi concluído em 11 de dezembro de 2025, com o encerramento oficial do ciclo de Planejamento 2025, resultado de um trabalho articulado e alinhado às diretrizes estratégicas da organização.

Por fim, a gestão e o controle dos indicadores institucionais do Sistema OCB foram centralizados na Coordenadoria de Planejamento e Controle. A área passou a ser responsável pelo fornecimento das informações solicitadas pela OCB e pelo suporte técnico às demandas relacionadas no âmbito do Sistema Ocepar.

GESTÃO DA QUALIDADE

O cronograma de trabalho de 2025 foi definido com foco na manutenção da padronização das rotinas e na implementação de melhorias contínuas. Dos 134 processos mapeados, 27 foram revisitados e rediscutidos, e 25 novos processos foram estruturados.

Visando modernizar e otimizar os fluxos de trabalho, a área aderiu à plataforma Qualiex, do Sistema OCB, para gestão de processos e indicadores.

No ano de 2025, foi iniciado o trabalho de desenvolvimento de Multiplicadores da Qualidade nas áreas. Esse trabalho contou com o apoio intenso à estruturação dos processos das áreas e promoção de três encontros anuais de capacitação, reforçando a cultura de melhoria contínua.

CONTROLE DE RESULTADOS

Em 2025, foi estruturada a área de Controle de Resultados, responsável pelo acompanhamento mensal das entregas das metas e pelo reporte sistemático aos gestores e à Diretoria Executiva. Para assegurar a eficiência operacional, 18 indicadores foram monitorados ao longo do ano e duas auditorias de processo foram efetuadas.

Além disso, teve início o processo de avaliação orçamentária, cujo modelo será consolidado ao longo de 2026.

PROGRAMA DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

O programa tem como objetivo fomentar um ambiente organizacional voltado à disseminação do conhecimento no Sistema Ocepar. Os empregados são incentivados a compartilhar práticas e aprendizados obtidos em treinamentos apoiados pela instituição, contribuindo para o aprimoramento dos serviços prestados e para a elevação da qualidade das entregas às cooperativas. Ao todo, em 2025, foram apresentados 91 trabalhos, dos quais, 78 referentes a treinamentos e cursos, oito a atividades de benchmarking ou visitas técnicas e cinco a publicações técnico-científicas.



Mais de 90 trabalhos foram apresentados durante o Programa de Difusão do Conhecimento do Sistema Ocepar

35

Coordenadoria de Comunicação e Marketing

“Promover as iniciativas do cooperativismo no Paraná e fortalecer a imagem do Sistema Ocepar e suas três entidades – Fecoopar, Ocepar e SESCOOP/PR – junto às cooperativas e aos principais meios de comunicação são objetivos centrais da área de Comunicação e Marketing”.

A Coordenadoria foi ampliada, passando a contar com seis jornalistas, dois designers e um profissional especializado em mídias sociais. Com essas ampliações, alguns serviços que eram realizados por empresas terceirizadas foram assumidos pela equipe interna, a exemplo da produção de conteúdo para a Revista Paraná Cooperativo e as publicações nas mídias sociais.

A Comunicação do Sistema Ocepar é multimídia, compreendendo, além do Informe Paraná Cooperativo, da revista e do aplicativo, o portal de notícias, a rádio Paraná Cooperativo, o canal Youtube e a presença constante nas redes sociais.

APLICATIVO PRCOOP NEWS

As notícias do Sistema Ocepar podem ser acessadas pelo aplicativo PRCoop News.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Centenas de solicitações de veículos de comunicação foram atendidas em 2025,

incluindo pedidos de entrevistas, envio de dados, imagens e comunicados, além da produção de artigos sobre assuntos específicos ou opiniões da entidade.

PRÊMIO OCEPAR DE JORNALISMO

Os vencedores da 17ª edição do Prêmio Ocepar de Jornalismo foram divulgados em solenidade realizada no dia 12 de dezembro de 2025, em Curitiba. A cerimônia foi prestigiada por autoridades, como o vice-governador Darci Piana, parlamentares e lideranças cooperativistas. Na edição 2025, foram 124 trabalhos inscritos.

Os troféus foram entregues aos autores dos 14 melhores trabalhos inscritos nas categorias Telejornalismo, Radiojornalismo, Jornalismo Impresso, Mídia Cooperativa, Prêmio Especial Unimed (Ramo Saúde) e Prêmio Especial Crédito. Além disso, os vencedores receberam um total de R\$ 88.000,00 em premiações.

O Prêmio Ocepar de Jornalismo é uma iniciativa do Sistema Ocepar, com apoio financeiro do Sicredi Paraná e Federação Unimed e apoio institucional da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor/PR) e do Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná.



17ª edição do Prêmio Ocepar de Jornalismo premia 14 trabalhos

Vencedores por categoria e ordem de classificação

Telejornalismo

1º Lugar

Veículo: REDE MASSA – FOZ DO IGUAÇU

Jornalista: Deivide Sacramento

Tema: “Cooperar para inclusão: o cooperativismo gera renda e autonomia para pessoas com deficiência”

2º Lugar

Veículo: RPC – CASCAVEL

Jornalista: Cristiane Guimarães

Tema: “Do campo à mesa, o caminho da agricultura começa na família”

3º Lugar

Veículo: RIC TV – CURITIBA

Jornalista: Simone Giacometti

Tema: “Cooperativas, mulheres que vencem”

Radiojornalismo

1º Lugar

Veículo: RÁDIO CELINAUTA – PATO BRANCO

Jornalista: Edson Honaiser

Tema: “Cooperativa soma relatos na responsabilidade social”

2º Lugar

Veículo: RÁDIO BAND NEWS – CURITIBA

Jornalistas: Juliana Goss e Lorena Pelanda

Tema: “Cooperar para transformar”

3º Lugar

Veículo: RÁDIO JOVEM PAN NEWS – CURITIBA

Jornalista: Rafaela Moron Tavares

Tema: “Sementes da cooperação: as escolas que plantam valores”

Jornalismo Impresso/Digital

1º Lugar

Veículo: GAZETA DO POVO

Jornalista: Julliet Manfrin

Tema: “Imigrantes encontram em cooperativas brasileiras refúgio, emprego e dignidade para recomeçar”

2º Lugar

Veículo: FOLHA DE LONDRINA

Jornalista: Jéssica Sabbadini

Tema: "No Paraná, cooperativas mirins fortalecem o coletivo nas escolas"

3º Lugar

Veículo: PORTAL BAND NEWS - CURITIBA

Jornalista: Juliano de Araújo Couto

Tema: "No Paraná, cooperativas educacionais constroem futuro com união"

Mídia Cooperativa

1º Lugar

Veículo: PROGRAMA DE RÁDIO COPACOL - CAFELÂNDIA

Jornalistas: Amanda Monteiro, Josimar Antônio Bagatolli, Gabriel Felipe da Silva e Valdeci Xavier

Tema: "Cooperativas transformam um mundo melhor"

2º Lugar

Veículo: COAMO TV - CAMPO MOURÃO

Jornalistas: Wilson Bibiano e Ana Paula Bento Pelissari Smith

Tema: "A força da cooperação transforma vidas e o meio ambiente"



Em 2025, 124 trabalhos jornalísticos foram inscritos no prêmio

3º Lugar

Veículo: CANAL DO YOUTUBE AGRÁRIA - GUARAPUAVA

Jornalista: Barbara de Oliveira Miranda

Tema: "Pais - Dia C: Dia de Cooperar 2025"

Especial Ramo Crédito

Veículo: REDE MASSA - FOZ DO IGUAÇU

Jornalista: Leandro de Lima Zanotto

Tema: "Sabor do Cooperativismo: inspiração que virou queijo e futuro de um mundo melhor"

Prêmio especial Unimed

Veículo: RÁDIO CBN CURITIBA

Repórter: Joyce da Silva Carvalho

Tema: "Oportunidades futuras: a união do cooperativismo com a sociedade para empoderar mulheres"

JORNAL PARANÁ COOPERATIVO

O Jornal Paraná Cooperativo começou a circular no mês de junho de 1972, como órgão oficial de divulgação e comunicação das cooperativas, com circulação mensal. Circulou ininterruptamente até meados de 1995, quando a Ocepar decidiu transformá-lo em informativo semanal, depois informativo e no ano de 2004 em revista Paraná Cooperativo.

Em 2025, houve produção e publicação de 255 edições do Informe Paraná Cooperativo, veiculadas, simultaneamente, no Portal Paraná Cooperativo e enviadas, por email, para 6.100 assinantes, com crescimento de 1.000 novas assinaturas em um ano.

REVISTA PARANÁ COOPERATIVO

A revista Paraná Cooperativo, impressa e mensal, foi lançada em 2004, na solenidade comemorativa ao Dia Internacional do Cooperativismo.



Em 2025, foram produzidas e publicadas 12 edições, com tiragem de 5,3 mil exemplares. A equipe interna de comunicação é 100% responsável pela produção do conteúdo.

RÁDIO PARANÁ COOPERATIVO

Em parceria com a Rede Alle de Rádios, foram produzidos 1.151 áudios para a Rádio Paraná Cooperativo. Os materiais também foram reproduzidos por mais de 150 emissoras, nos programas de rádio das cooperativas.

PRODUÇÃO DE VÍDEOS

Produção de roteiro e edição do vídeo do Relatório de Atividades de 2024/2025 (vídeo institucional sobre o cooperativismo). Também realizamos gravações de vídeos com entrevistas e depoimentos para veículos de comunicação e para divulgação de eventos e programas.

Além disso, foi produzido um vídeo com o depoimento dos ex-presidentes Dick Carlos de Geus e João Paulo Koslovski, em parceria com a Cooperacom.

FÓRUM COMUNICA COOP

O Fórum ComunicaCoop foi um evento de comunicação e marketing para cooperativas do Paraná, promovido pelo Sistema Ocepar, realizado durante a ExpoFrísia, em maio de 2025. O evento reuniu profissionais da área para discutir temas como comunicação corporativa, gestão de riscos de imagem e estratégias de comunicação, alinhadas ao Ano Internacional das Cooperativas de 2025.



Profissionais de comunicação das cooperativas reunidos em Fórum ComunicaCoop, realizado na ExpoFrísia

TV PARANÁ COOPERATIVO

Produção de vídeos divulgados no "Youtube", produzidos pela equipe de comunicação do Sistema Ocepar.



REDES SOCIAIS

Em 2025, intensificou-se a integração entre as mídias sociais e os demais veículos de comunicação do Sistema Ocepar. De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, as publicações no Instagram e no Facebook totalizaram 583 mil visualizações.

O perfil do Sistema Ocepar no Instagram superou a meta de 7 mil seguidores, saltando de 5.172 em dezembro 2024 para 7.372 seguidores em dezembro de 2025. Um crescimento de 42,5%. Já no LinkedIn, foram 96.624 impressões ao longo de 2025.

AÇÕES DE MARKETING

O Sistema Ocepar realizou Campanha de Marketing do Ano Internacional das Cooperativas na Gazeta do Povo/Tribuna do Paraná e rádios CBN Curitiba e rádio Band New FM.



Campanha de Marketing do Ano Internacional tem ações na Gazeta do Povo, Tribuna do Paraná e nas rádios BandNews e CBN

SHOW RURAL COOPAVEL

Apoio na definição do layout, definição da temática, montagem, coordenação e atendimento ao público no “stand” do Sistema Ocepar no Show Rural Coopavel. O “stand” foi montado na Casa Paraná Cooperativo, tendo mostrado todas as etapas da produção agropecuária e promovendo fóruns e reuniões. Nos cinco dias do evento, o “stand” foi visitado por milhares de pessoas, que conferiram painéis com informações sobre o cooperativismo mundial, permitindo aos visitantes uma visão ampliada do movimento, que conta com mais de 1 bilhão de cooperados. O espaço recebeu caravanas de 83 municípios. Ao todo, foram 182 ônibus que chegaram ao Parque Tecnológico Coopavel. Mais de 20 mil pessoas circularam pela Casa Paraná Cooperativo.



Mais de 20 mil pessoas circularam pela Casa Paraná Cooperativo, durante Show Rural 2025

PORTAL PARANÁ COOPERATIVO

O Portal é um veículo de comunicação do Sistema Ocepar e tem como objetivo fortalecer a interação e o alinhamento estratégico entre as cooperativas, uma plataforma integrada que reflete os padrões de excelência do cooperativismo.

O portal apresenta uma identidade visual sistêmica, pensada para transmitir uniformidade, modernidade e clareza na transmissão de informações. Essa abordagem visa não apenas fortalecer a presença digital do movimento



Profissionais de comunicação das cooperativas participam de imersão de fotografia com fotógrafo Zig Koch

cooperativista, mas também promover um senso de pertencimento entre as cooperativas, garantindo que todos os públicos possam acessar conteúdos relevantes.

COMUNICAÇÃO VISUAL

Produção de materiais visuais para eventos, como Show Rural, ExpoApras, Dia C, 17º Prêmio Ocepar de Jornalismo, Fórum dos Presidentes, Encontro Estadual de Cooperativistas Paranaenses, atos comemorativos ao Ano internacional das Cooperativas, entre outros, bem como a produção de folders para divulgação de eventos, fóruns, treinamentos e desenvolvimento de landing pages para lançamento de cursos.

IMERSÃO EM FOTOGRAFIA COMUNICA COOP

Realização de evento de Imersão em Fotografia ComunicaCoop, com o fotógrafo Zig Koch, com o tema: "Educação do Olhar". Imersão contou com a participação de profissionais de comunicação

e marketing das cooperativas. O evento ocorreu na Serra do Mar, em Morretes e Paranaguá.

ACERVO E BIBLIOTECA

A Coordenação de Comunicação e Marketing é responsável pela manutenção do acervo bibliográfico do Sistema Ocepar, composto por mais de 10 mil títulos, atualizado periodicamente, e que atende demandas técnicas de cooperativas estudantes.

EXPOSIÇÃO ALUSIVA AO CENTENÁRIO DA FRÍSIA E AO ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

Exposição no Palácio Iguazu da mostra "História, legado e futuro", organizada em parceria com a cooperativa Frísia, de Carambeí, que completou 100 anos em 2025.

A exposição "Cooperativismo: história, legado e futuro", fez homenagem aos 100 Anos da Cooperativa Frísia e ao Ano Internacional das



Exposição "Cooperativismo: história, legado e futuro" foi vista por milhares de pessoas no Paraná

Cooperativas. Inicialmente, a mostra esteve presente no Palácio Iguazu, sede do governo do Paraná, entre os dias 7 e 18 de julho. Depois, esteve no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/PR), entre 21 de julho e 21 de agosto; e no vão livre do Museu Oscar Niemeyer (MON), entre os dias 23 e 31 de agosto. Após o MON, a exposição foi realizada em Carambeí (PR), na Prefeitura Municipal da cidade.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

No Arquivo Público do Paraná, em Curitiba, houve a exposição "Raízes Paranaenses: cooperativas constroem um mundo melhor", promovida pelo Sistema Ocepar em parceria com o Arquivo Público do Paraná, com colaboração das cooperativas Cocamar, Coamo e Witmarsum, além da Ceasa e do IDR-Paraná. A mostra, que ficou aberta para visitação na sede do Arquivo Público de 11 a 28 de novembro, tem como objetivo valorizar e divulgar a história do cooperativismo no estado.

MEMORIAL HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO PARANAENSE

No Memorial do Cooperativismo Paranaense, dentro da Vila Histórica de Carambeí, retrata todo o movimento cooperativista, lembra a história e o trabalho das pessoas que se alicerçaram no cooperativismo para desenvolver suas atividades e sustentação de suas famílias. O espaço foi inaugurado no dia 1º de agosto de 2025 e será permanente.



Exposição "Raízes Paranaenses: cooperativas constroem um mundo melhor" foi inaugurada com a presença de autoridades

36

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Em 2025, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação focou seus esforços na transição e integração com os sistemas nacionais, no desenvolvimento de soluções tecnológicas e na automação de processos. Com a realizações de ações na busca da eficiência e da inovação em sistemas e infraestrutura de TI, fortaleceu a capacidade operacional e estratégica do Sistema Ocepar.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A Coordenadoria fortaleceu sua atuação como parceira estratégica da organização, institucionalizando uma comunicação transparente por meio de relatórios quinzenais, com o objetivo de alinhar-se à visão executiva. Esse movimento assegurou que todos os esforços tecnológicos contribuíssem diretamente para os objetivos primários da instituição, elevando a maturidade operacional e a confiança na gestão de TI.

OTIMIZAÇÃO DE CUSTOS E PARCERIAS

Por meio de uma parceria estratégica com a OCB, a área viabilizou a adoção de 160 licenças da suíte Office 365 E3 sem custo.

GOVERNANÇA E QUALIDADE (QUALIEX)

Fortalecendo o alinhamento com a organização nacional, a implantação do Sistema Qualiex foi realizada em parceria com a OCB, com foco na

padronização da governança e do controle de qualidade. A implementação ocorreu de forma faseada (Documentos, Fluxos, Planos, Atas e Indicadores).

MAPA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Como ferramenta de diagnóstico estratégico, o Mapa da TI foi apresentado à Diretoria Executiva com o objetivo de capturar as necessidades de negócio de todas as áreas. O levantamento apontou como principais demandas Business Intelligence (BI), Inteligência Artificial (IA) e CRM (Customer Relationship Management), entre outras.

Ao longo do ano, entregamos diversas solicitações identificadas e seguimos trabalhando para atender às demais. Para isso, realizaremos uma nova rodada de levantamento, analisando de forma mais detalhada cada demanda que exige estudo específico.

No âmbito de CRM, avançamos para a etapa de análise das áreas demandantes, com reuniões de alinhamento com o Sistema OCB, para definição da solução CRM Rebeus. A partir dessas reuniões, iniciamos a Fase 1 da implantação do projeto, já em uso pelas áreas envolvidas, consolidando o primeiro passo da jornada de transformação digital.

AG (MONITORAMENTO)

A gestão de projetos complexos teve como

destaque o AG. A equipe finalizou a integração automática dos dados do PGDC Nacional com o Sistema Ocepar e implementou melhorias na tela de pedido de registro de cooperativas, aprimorando a usabilidade. Além disso, a TI atuou na mitigação de riscos técnicos no módulo de agrupamentos, garantindo a entrega dentro do ciclo de garantia.

AUTOMAÇÃO E GESTÃO DE PROCESSOS

Foi realizada a reestruturação interna e a integração com a área de processos, incluindo:

- **Gestão à Vista:** Mapeamento detalhado dos fluxos de TI e construção de painéis em Power BI para monitoramento de entregas.
- **Jurídico:** Automação no Pipefy para criação automática de contratos da Reunião do Comitê para análise jurídica.
- **Administrativo:** Implantação e melhorias no novo fluxo de solicitação de viagens da OCEPAR.
- **Integração:** Validação automática do Sistema Comitê Virtual com integração ao GDH Nacional e com o sistema AG.

Esse alinhamento com a área de Processos foi fundamental para estruturar fluxos internos de TI, garantindo maior eficiência, previsibilidade e qualidade nas entregas.

PLANO DE AÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Com base nos itens levantados pela auditoria interna, estamos elaborando um plano de ação estruturado para corrigir pontos críticos e implementar melhorias nos processos de TI. Esse trabalho visa aumentar a conformidade, reduzir riscos e garantir maior eficiência

operacional, alinhando nossas práticas às melhores normas de governança e segurança.

INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Posicionando a empresa na vanguarda tecnológica, a Diretoria Executiva formalizou a participação em uma iniciativa colaborativa com a OCB para mapear a difusão da Inteligência Artificial e desenvolver um plano de ação estratégico para a adoção dessa tecnologia transformadora nas unidades estaduais.

EVENTOS

A área de TI reforçou seu papel de liderança na comunidade tecnológica ao organizar dois eventos-chave:

- O Fórum de TI realizado no Show Rural em Cascavel.
- O Fórum de TI em Curitiba, que reuniu 70 profissionais de cinco ramos distintos do cooperativismo, fortalecendo a rede setorial.

Além disso, participamos do Fórum de Integração com o Sistema S, dedicado



70 profissionais de TI das cooperativas participaram do Fórum realizado em Curitiba

exclusivamente à apresentação de cases de sucesso e à troca de experiências sobre o uso estratégico da tecnologia entre as entidades.

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO EM TI

Com foco no desenvolvimento contínuo das cooperativas paranaenses, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação realizou um levantamento estruturado junto aos gerentes de TI das cooperativas, por meio do envio de questionários específicos.

O objetivo foi identificar quais cursos e treinamentos relacionados à área de Tecnologia da Informação são considerados prioritários pelos gestores.

Esse diagnóstico servirá de base para a construção de um plano de capacitação setorial, cuja execução está prevista para iniciar em 2026, fortalecendo a qualificação técnica e estratégica dos profissionais de TI do cooperativismo paranaense.

DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES E SISTEMAS INTERNOS

Com foco na evolução das ferramentas corporativas e na inovação tecnológica, a equipe de TI entregou melhorias significativas nos módulos de Cargos e Salários e no Plano de Metas, ampliando a eficiência e a usabilidade dos sistemas internos.

Na frente de mobilidade e controle, destaca-se o piloto do App Instrutor (vinculado ao sistema GDH e desenvolvido pela OCB), criado para validar, em tempo real, se os eventos e cursos estão ocorrendo conforme o planejado.

Além dessas melhorias, foram entregues soluções

estratégicas que fortalecem a gestão e a tomada de decisão:

- Sistema de Presença Digital para eventos SESCOOP: otimiza o registro e o controle de presença, garantindo agilidade e confiabilidade nos processos;
- Consulta de dados COMEX – GETEC: facilita o acesso às informações de comércio exterior, permitindo análises rápidas e estratégicas;
- Sistema de Cargos e Salários: disponibilizado para as cooperativas, oferecendo uma visão regional das bases salariais e apoiando decisões de gestão e competitividade.

SUSTENTAÇÃO DE SISTEMAS

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação assegurou a sustentação contínua dos sistemas corporativos utilizados no Sistema Ocepar, garantindo estabilidade, disponibilidade e performance adequada às demandas institucionais.

Entre as principais ações realizadas destacam-se:

- Monitoramento proativo dos ambientes críticos, com foco na prevenção de falhas e redução de indisponibilidades;
- Suporte técnico, assegurando rápida resposta e resolução de ocorrências;
- Atualizações e manutenções periódicas;
- Integração com parceiros estratégicos (OCB e fornecedores de tecnologia) para suporte avançado e continuidade operacional;
- Documentação e padronização de processos de sustentação, fortalecendo a governança e a confiabilidade dos sistemas.

Atuou também nas obras de reforma do auditório, fazendo ajustes na rede, instalação de equipamentos e integração de soluções audiovisuais, assegurando que o ambiente esteja preparado para eventos híbridos e reuniões com alto padrão de qualidade.

37

Governança Cooperativa

“Cada entidade – Fecooper, Ocepar e SESCOOP/PR - exerce suas ações individualmente, porém, de forma conjunta, somam esforços para a concretização do planejamento estratégico. O modelo de atuação compartilhado entre as três instituições, mesmo que informalmente e mediante contrato de gestão, proporciona agilidade de atuação no planejamento e na realização das atividades.”

MODELO DE COMANDO E GESTÃO

Com o intuito de evitar a sobreposição de serviços e facilitar o compartilhamento entre as três entidades que formam o Sistema Ocepar (Fecooper, Ocepar e SESCOOP/PR), cada uma atua de forma segregada, porém, com planejamento estratégico unificado, ou seja, o mesmo presidente para as três entidades e cada uma com superintendente próprio.

DIRETORIA DA OCEPAR

É composta por 14 diretores eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de quatro anos. A eleição contempla chapa composta por cinco candidatos (um de cada Núcleo Regional Cooperativo) e outros nove escolhidos pelos principais ramos cooperativos estruturados e organizados por segmentos. O critério utilizado é o índice de participação na sua manutenção, baseado na média percentual das contribuições cooperativistas e de autogestão dos três últimos anos, ou seja, cada ramo indicará o número de membros proporcionalmente ao percentual do montante total das suas contribuições.

Esse processo passou a valer a partir da Assembleia Geral Ordinária do dia 27 de março de 2002, quando foi aprovada a forma de composição e eleição da Diretoria, a designação do Secretário-geral e a indicação do candidato à Presidência da Ocepar, em consonância com as diretrizes emanadas pela OCB.

A escolha do candidato à Presidência da Ocepar é realizada pelos diretores eleitos em reunião especial durante a Assembleia. O candidato pode ser um dos diretores ou profissional por eles indicado para o exercício da função de presidente executivo, cuja indicação deve ser homologada pela mesma Assembleia. O mandato é o mesmo da Diretoria.

▪ Assembleia Geral

Composta pelo presidente ou delegados das cooperativas filiadas, é o órgão soberano.

Reúne-se uma vez por ano, ordinariamente, ou sempre que houver assuntos a deliberar, em caráter extraordinário.

▪ Presidente

É eleito pela Diretoria para mandato de quatro anos.

▪ Superintendência

É responsável pela execução das diretrizes definidas pela Presidência e deliberadas pela Diretoria.

▪ Conselho Fiscal

Órgão de fiscalização da gestão financeira, é constituído por três membros titulares e respectivos suplentes.

▪ Auditoria

Auditoria externa é contratada pelo presidente, tem a função de conferir a gestão financeira e atua em apoio à Diretoria e ao Conselho Fiscal. Já a auditoria interna tem como objetivo assessorar a administração com informações sobre o desempenho da gestão e é realizada pelo auditor interno.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SESCOOP/PR

O Sescop/PR foi organizado para funcionar em sintonia com a estrutura da Ocepar, com o mesmo presidente desta entidade. Os órgãos de deliberação, fiscalização e assessoramento são o Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Presidência, Superintendência e Gerências. O Conselho Administrativo é o órgão máximo no âmbito da administração estadual, sendo composto por cinco membros titulares e quatro suplentes. O presidente da Ocepar é seu presidente, compondo com ele quatro representantes e igual número de suplentes, sendo um dos trabalhadores em cooperativas, dois de cooperativas contribuintes e um representante do Conselho Nacional e seu suplente, indicados pelo presidente do Conselho Nacional. O mandato é de quatro anos.

▪ Presidência

Atua representando o Conselho Administrativo, coordenando as proposições estratégicas e a formulação das diretrizes estratégicas de atuação.

▪ Superintendência

É responsável pela execução das diretrizes definidas pela Presidência e deliberadas pelo Conselho Administrativo.

▪ Conselho Fiscal

Órgão de fiscalização da gestão financeira, é constituído por três membros titulares

e respectivos suplentes, sendo dois deles indicados pelas cooperativas contribuintes e um pelos empregados em cooperativas. O mandato é de quatro anos.

▪ Auditoria

Auditoria externa é realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e por auditores contratados pelo Sescop Nacional. Já a auditoria interna visa assessorar a administração com informações sobre o desempenho da gestão e é realizada pelo auditor interno.

DIRETORIA DA FECOOPAR

É formada pelo presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e um suplente. Eleita pelos representantes indicados pelos sindicatos filiados: Ocepar, Sincoopar Transporte, Sincoopar Crédito, Sincoopar Norte, Sincoopar Noroeste, Sincoopar Oeste, Sincoopar Saúde, Sincoopar Centro-Sul e Sincoopar Sudoeste. O mandato é de quatro anos.

▪ Conselho de Representantes

Órgão máximo da Federação, é composto por delegações de representantes de cada sindicato filiado, constituídas de dois membros efetivos e um suplente. O mandato é de quatro anos. As delegações são eleitas pelos sindicatos filiados. A Assembleia Ordinária, realizada uma vez por ano, é a reunião dos representantes. Sempre que tiver assuntos a deliberar, pode haver Assembleia Extraordinária.

▪ Presidente

Eleito pelo Conselho de Representantes para mandato de quatro anos.

▪ Conselho Fiscal

É o órgão de fiscalização da gestão financeira

da Federação. É constituído por três membros titulares e respectivos suplentes.

▪ **Delegação na Confederação**

Compete ao Conselho de Representantes eleger dois membros junto à Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop): um titular e outro suplente.

▪ **Superintendência**

É responsável pela execução das diretrizes definidas pela Presidência e deliberadas pela Diretoria.

▪ **Auditoria**

Auditoria externa é contratada pelo presidente, tem a função de conferir a gestão financeira e atua em apoio à Diretoria e ao Conselho Fiscal. Já a auditoria interna tem como objetivo assessorar a administração com informações sobre o desempenho da gestão e é realizada pelo auditor interno.

NÚCLEOS REGIONAIS COOPERATIVOS

Os Núcleos Regionais Cooperativos foram criados em 1991, com o propósito de atender as características do cooperativismo nas diversas regiões e ampliar o trabalho de representação do setor de forma mais próxima às cooperativas. Eles estão distribuídos em Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Norte e Noroeste.

Os Núcleos se reúnem, ordinariamente, duas vezes por ano, e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, para tratar de assuntos de interesse da região. A eleição dos coordenadores é realizada na última reunião que antecede a Assembleia Geral de eleição da Diretoria da Ocepar. O mandato é de quatro anos. O coordenador escolhido integra a chapa que concorrerá à Diretoria da Ocepar

e é o responsável por fazer a integração das cooperativas do respectivo Núcleo em ações de representação da Diretoria em âmbito regional.

DIRETORIA EXECUTIVA

A coordenação geral das ações do Sistema Ocepar é de responsabilidade da Presidência da Ocepar, que também preside a Fecooper e o Sescoop/PR. A gestão propriamente dita, respeitando a segregação de funções, é de responsabilidade da Superintendência de cada entidade.

SUPERINTENDÊNCIA

Os superintendentes das três entidades atuam de forma integrada, o que garante a realização das ações conjuntas, bem como administração das demandas das cooperativas.

O modelo de administração, encarregado pela gestão dos recursos financeiros e de pessoal das distintas entidades, é individualizado, garantindo a destinação dos recursos arrecadados de forma a atender as finalidades específicas de cada entidade.

COMITÊ ESTRATÉGICO

Formado pelo presidente, superintendentes, gerentes e coordenadores, o comitê tem o objetivo de debater as ações correntes e definir a estratégia de atuação de cada área.

ATUAÇÃO COMPARTILHADA

Cada entidade – Fecooper, Ocepar e Sescoop/PR – exerce suas ações individualmente, porém, de forma conjunta, somam esforços para a concretização do planejamento estratégico.

O modelo de atuação compartilhado entre as três instituições, mediante contrato de gestão,

proporciona agilidade de atuação no planejamento e na realização das atividades. O compartilhamento da estrutura e serviços, em especial nas áreas de comunicação, TI, segurança, logística e organização interna, proporciona economia e dá agilidade às suas atividades.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Sistema Ocepar trabalha de forma alinhada com o direcionamento do planejamento estratégico, com visão de médio e longo prazos, envolvendo diretrizes, objetivos, projetos e orçamentos:

- Revisa periodicamente seus componentes estratégicos como forma de se manter atualização e modernizar a gestão;
- Remunera adicionalmente seus empregados, mediante o cumprimento do Plano Anual de Metas de Atividades;
- Dissemina as boas práticas de governança e gestão a todas as cooperativas filiadas, mantendo programas de formação de conselheiros e de líderes, fortalecendo o relacionamento do quadro social e contribuindo para a perenidade delas;
- Mantém um ambiente de trabalho agradável, o que facilita o desenvolvimento das pessoas e de suas ações;
- Prima pelos princípios da boa gestão e do cumprimento do seu Código de Ética;
- Fortalece a representação e defesa política e institucional do cooperativismo;
- Divulga o cooperativismo para a sociedade, entidades públicas e demais partes interessadas;
- Apoia as cooperativas no desenvolvimento de projetos e incentiva a intercooperação e sustentabilidade, como forma de promoção do crescimento do cooperativismo.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

Gestão

O Sistema Ocepar adota uma série de ações, cujo objetivo é melhorar o desenvolvimento das potencialidades das pessoas, buscando a valorização profissional, a premiação pelos resultados alcançados e a ampliação do Programa de Educação Cooperativa. Dessa forma, investe-se na melhoria do clima organizacional, garantindo aos empregados benefícios econômicos, de saúde e de formação.

Há um conjunto de normas internas que orientam a gestão de pessoas, como a utilização de equipamentos de informática e de veículos, banco de horas, apoio à formação profissional, requisições de passagens e prestação de contas de viagens, entre outras. Essas regras permitem que o empregado concentre seus esforços na atividade-fim, fortalecendo o processo de gestão de pessoas e indicando horizontes para investimentos na melhoria da qualidade do trabalho, sempre observando o que prevê o Código de Ética interno.

O Sistema Ocepar dispõe de um planejamento anual de trabalho, onde constam as metas a serem atingidas em cada área e pelo empregado. Como forma de medir os resultados, as atividades são monitoradas e desenvolvidas com registro nos sistemas corporativos, que minimizam os riscos de ocorrência de erros, garantindo, assim, a transparência da gestão.

Integridade

O objetivo é fortalecer a integridade jurídica e ética, aumentar a percepção de justiça, manter e fortalecer a reputação da organização perante as cooperativas e o público externo, reduzir riscos de fraudes ou erros e trabalhar com foco preventivo para a diminuição das violações de conformidade, com Compliance, Código de Ética e Conduta e controle das metas planejadas/realizadas.

38

Gestão de Pessoas

Em 2025, foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Profissional Interno, com a missão de olhar para os empregados do Sistema Ocepar, a fim de apoiar a carreira de cada um, promovendo ações para evolução e criação de um time de alta performance.

O Sistema Ocepar mantém um método de avaliação periódica dos pontos críticos e estabelece cronogramas de ações, envolvendo todos os empregados, para a construção de um ambiente de trabalho produtivo, seguro e saudável, proporcionando-lhes melhoria da gestão individual e coletiva e da qualidade de vida.

Para atingir esse objetivo, são oferecidos estímulos que ajudam o empregado na formação acadêmica e refinamento dos conhecimentos, gerando comprometimento das pessoas com os resultados.

PLANO ANUAL DE METAS

O processo de planejamento das atividades do Sistema Ocepar tem início nos Encontros de Núcleos Cooperativos, realizados no final do ano anterior, ocasião em que as lideranças discutem e definem as diretrizes básicas para o período seguinte. As propostas são avaliadas pela equipe técnica e adequadas ao orçamento disponível, submetidas à apreciação dos diretores e conselheiros e apresentadas para serem validadas pela Assembleia Geral.

A partir das diretrizes e desafios identificados, é construído o Plano de Metas, que estabelece

as ações a serem atingidas pelas entidades e pelos empregados. Ele é dinâmico e acompanha as mudanças no cenário onde as cooperativas estão inseridas e seus planos de desenvolvimento. A execução do plano dá direito a um prêmio por desempenho profissional.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação do desempenho dos empregados, com o propósito de acompanhar e validar a realização das atividades constantes no Plano de Metas, é realizada inicialmente pelo gerente ou coordenador da área e, na sequência, por uma comissão interna, que analisa o cumprimento de cada meta e avalia os índices individuais e globais alcançados.

Essa forma de avaliação é transparente e tem se constituído em uma importante ferramenta de acompanhamento da execução das ações estabelecidas e de estímulo aos empregados, que passaram a ter uma diretriz definida e a possibilidade de avaliarem seu desempenho e receberem uma premiação pelo trabalho realizado.

CLIMA ORGANIZACIONAL

O Sistema Ocepar mantém um método de avaliação periódica dos pontos críticos e estabelece cronogramas de ações, envolvendo todos os empregados, para a construção de um ambiente de trabalho produtivo, seguro e saudável. Isso proporciona melhoria da gestão individual e coletiva e, também, aumenta o bem-estar organizacional.

PLANO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA

Dentro da preocupação com a qualidade de vida de seu quadro funcional, o Sistema Ocepar mantém plano de saúde individual com a Unimed, seguro de vida em grupo e seguro de complemento salarial para casos de afastamento por motivo de saúde.

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

O programa visa aperfeiçoar os conhecimentos dos empregados em novas ferramentas e

metodologias que lhes possibilitem qualificar os serviços prestados às cooperativas.

Mediante as diretrizes e o Plano de Metas, em 2025, as necessidades de treinamento foram supridas em diversos cursos, atendendo a todos os profissionais.

No total, houve 909 participações em ações de capacitação, com 2.998 horas de trabalho, em cursos e eventos nacionais, além de 42 participações, com 588 horas de trabalho, em eventos internacionais.

PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS INTERNACIONAIS

Evento	País	Participantes	Carga horária
Curso na JICA	Japão	1	66
Programa Eleva/Inovação- OCB	Japão	3	40
Programa de Formação de Presidentes	Espanha	2	40
Programa de Formação de Executivos	Singapura e Indonésia	2	40
Programa de Cultura da Gestão de Segurança do Trabalho	Japão	1	32
Missão cooperativas de transportes	China	1	60
Participação em feira	México	1	40
Participação em feira	Peru	1	40
Jornada dos Presidentes da OCB	Estados Unidos	1	40
Jornada dos Superintendentes	Espanha	2	40
Expedição de Executivos do Sicredi	Portugal	1	40
Apresentação de Tese de Mestrado	Finlândia	1	40
Curso High Performance	Portugal	24	40
Visita a Portos Europeus	Inglaterra, Bélgica e Holanda	1	40
		42	588

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS NACIONAIS

Cursos	Carga Horária	Participantes
Curso de doutorado	2	200
Curso de mestrado	14	100
MBA	6	100
Conselheiros Fiscais	7	86
Cursos de Pós-Graduação	11	992
Participação em Encontros	75	85
Participação em Fóruns	195	123
Participações em cursos	426	763
Participações em palestras	145	58
Intercâmbio cooperativista	2	20
Participação em workshop	10	3
Participações em Congressos e Seminários	6	48
Participações em curso de idiomas	11	420
Total	909	2.998

PROGRAMA DE EXCELÊNCIA PARA EXECUTIVOS

O Programa de Formação de Excelência para Executivos esteve, em 2025, na Singapura e na Indonésia, com participação de 28 executivos das cooperativas agropecuárias e dois executivos do Sistema Ocepar. O programa, promovido pelo Sistema Ocepar, com apoio do SESCOOP/PR e realização do ISE e IESE, tem como foco os pilares de negócios, gestão de pessoas, tecnologia e governança. No ano anterior, o grupo já havia visitado a Espanha.

Para 2026, a programação será no México. O programa conta com um módulo nacional de 16 horas.

MESTRADO E DOUTORADO

O SESCOOP/PR custeia 80% do valor dos cursos de mestrado e doutorado. O Mestrado em Gestão de Cooperativas, mantido pela PUC/PR, contou com 13 participantes. Houve apoio para uma empregado no curso de Mestrado em Engenharia da Produção e para dois doutorados - um em Administração, na UFPR, e outro em Ciência Política.



Programa de Formação de Excelência para Executivos realiza ações em Singapura e na Indonésia

39 Ações de Responsabilidade Social

“O Sistema Ocepar, juntamente com as cooperativas, se mobilizou em prol da reconstrução do município de Rio Bonito do Iguçu, devastado por um tornado. As cooperativas apoiaram com fornecimento de produtos e bens, além de arrecadação em dinheiro em contas no Sicredi, Sicoob e Cresol.”

Além das ações de solidariedade e cooperação para atender a população de Rio Bonito do Iguçu, internamente, em parceria com a Associação dos Funcionários (Afoca) e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPAA), foram promovidas ações de engajamento social.

CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

Empregados do Sistema Ocepar receberam imunização contra a gripe e puderam vacinar familiares com preços promocionais.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

Palestra com representante da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) conscientizando e fortalecendo a rede de proteção e garantindo autonomia às mulheres em situação de vulnerabilidade. O evento marcou a adesão do Sistema Ocepar ao Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra às Mulheres. Também foi realizada palestra de prevenção do câncer de mama.

PROGRAMA “CUIDE-SE MAIS – ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL”

No período de abril a outubro, foi realizada uma ação de nutrição voltada à promoção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores. A iniciativa



Sistema Ocepar integra Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra às Mulheres

consistiu em seis acompanhamentos nutricionais individuais, conduzidos por uma nutricionista do SESI, com o objetivo de estimular hábitos alimentares mais saudáveis.

A ação contou com 48 participantes e teve como foco a orientação personalizada, incentivando escolhas nutricionais conscientes e contribuindo para o bem-estar e a saúde no ambiente de trabalho.

PROGRAMA “MOVIMENTE-SE MAIS – PILATES”

Programa disponibilizados aos empregados com intuito de contribuir para a redução da ocorrência de acidentes, situações de risco, índices de absenteísmo e licenças por doenças na empresa. A prática de Pilates é realizada duas vezes por semana e contou com 12 participações.

CIRCUITO DA SAÚDE

Realizadas ações com objetivo de sensibilizar os empregados para a importância de exames preventivos e cuidados com a saúde, com medições de temperatura, saturação, pressão arterial, índice de massa corporal, testes de flexibilidade, de glicemia e de acuidade visual, bem como massagem. Durante o ano, foram realizados dois ciclos de atividades.

PRIMEIROS SOCORROS

Organizado treinamento para primeiro atendimento às vítimas de acidentes e de mal súbito até a chegada de auxílio competente, reduzindo possíveis complicações e preservando a vida. Treinamento realizado com duas turmas, com 30 participantes no total.

SAÚDE PSICOLÓGICA

Por meio de convênio com o Sesi, foi realizado um trabalho relacionado à saúde psicológica e riscos psicossociais. Com palestras e atendimento individualizado para 45 pessoas, foram feitos atendimentos semanais pelos psicólogos do Sesi.

CURSO DE FORMAÇÃO CIPAA

Treinamento para os integrantes da CIPAA para que conheçam a norma regulamentadora NR-5, da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho. O objetivo foi a demonstração de como aplicar a norma, dentro das atribuições cabíveis, na prevenção de acidentes que possam ocorrer na empresa, colaborando para o desenvolvimento de um ambiente saudável e seguro. Três funcionários participaram do curso.

FORMAÇÃO DA NOVA BRIGADA DE EMERGÊNCIA

Com o objetivo de reforçar a segurança e a



Nova turma de brigadistas foi formada para atuar em emergências

capacidade de resposta a emergências, foi realizada a formação de uma nova equipe de brigadistas para atuar nos anos de 2025 e 2026. A ação qualificou 10 novos brigadistas, capacitando-os para atuar na prevenção e combate a princípios de incêndio e com conhecimentos em primeiros socorros. Eles serão pontos focais para uma atuação ágil e eficiente em situações de necessidade, garantindo maior segurança para todos no ambiente de trabalho.

SEGURANÇA E PREVENÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Foi realizada palestra sobre a NR-1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - GRO) e sua relevância para o ambiente de trabalho. O evento esclareceu os fundamentos da norma, destacando as responsabilidades compartilhadas entre a CIPAA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e a empresa na implementação de medidas de segurança e na prevenção de riscos ocupacionais.

A ação contou com a participação de 34 colaboradores, promovendo maior conscientização sobre a gestão de saúde e segurança no trabalho, e reforçando o compromisso com um ambiente laboral seguro e saudável.

SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (SIPAT)

Por iniciativa da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) foi realizada, de 3 a 7 de novembro de 2025, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat) do Sistema Ocepar. Foram executadas atividades como palestras, treinamentos e ações práticas com o objetivo de oferecer a todos os empregados a

oportunidade de ampliar conhecimento sobre segurança, bem-estar e qualidade de vida no trabalho.

Dentre as atividades da semana, houve uma reciclagem para condução de veículos, desenvolvida pela Autoescola Silva, que ofereceu cursos de Direção Defensiva aos interessados, com aulas teóricas e práticas.

O tema Tabagismo também fez parte da programação com palestras, inclusive com ajuda psicológica, para estimular as pessoas a adotarem um estilo de vida mais saudável, sem cigarro.

Além das aulas de direção defensiva, o programa da Sipat incluiu palestra sobre a Norma Regulamentadora 1 (NR-1) na Prática, ministrada pela psicóloga Marcela Delgado, e a palestra "Identificação de Riscos", apresentada pelo engenheiro de segurança do Sistema Ocepar, Enoque Gomes da Silva.

COMBATE AO TABAGISMO

No final do mês de novembro foi enviado, via e-mail, um card informativo como parte de uma campanha de combate ao tabagismo. O objetivo foi conscientizar sobre dos malefícios do uso do cigarro.

CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA

Realização de curso prático e teórico de direção defensiva e legislação de trânsito. A capacitação, que formou mais de 50 pessoas, incluiu:

- Aula teórica (4h) e palestra (1h) sobre infrações, recursos, uso do celular, ultrapassagem e os pilares da direção defensiva (como condições adversas e distância de segurança).
- Acompanhamento prático individual para



50 pessoas participaram do Curso de Direção Defensiva

aplicar o conhecimento, incluindo mecânica básica e treino de troca de pneu.

CORAL DO SISTEMA OCEPAR

O Coração do Sistema Ocepar conta com 16 participantes ativos. O grupo é regido pelo professor João Pedro Schmidt. Em 2025, foram seis apresentações realizadas em eventos promovidos pelo Sistema Ocepar e parceiros.

ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Os colaboradores estão organizados em uma associação, que é responsável pela promoção de ações sociais, eventos recreativos e campanhas de mobilização para ajudar entidades e escolas.

A AFOCA também tem a finalidade de proporcionar a prática da cooperação entre os colaboradores, atuando como uma cooperativa.

CAMPANHA DE NATAL

Em 2025, mais uma vez, foi realizada a Campanha de doações de brinquedos para crianças de comunidades mais vulneráveis, atendendo pedidos para o "Papai Noel";



Coral do Sistema Ocepar no III Encontro de Corais Cooperativistas, em Cascavel

enviados por escrito. No total, foram entregues 102 presentes, para crianças com idade de 2 a 12 anos. As crianças são atendidas pela Associação de Moradores Amigos da Vila Agrícola, que atende famílias do bairro Cajuru, em Curitiba.



102 crianças recebem presentes após Campanha de Natal do Sistema Ocepar

DIA C – DIA DO VOLUNTARIADO

No dia C de 2025, houve arrecadação de mantimentos e bens que foram entregues para a Escola Marista Social Curitiba.

Apoio na reconstrução de Rio Bonito do Iguaçu e demais cidades atingidas pelos tornados.



O Sistema Ocepar, em conjunto com as cooperativas, fez uma mobilização em apoio aos atingidos pelo tornado em municípios do Paraná. Foram definidas estratégias de auxílio às pessoas e ao poder municipal para reconstrução das casas e apoio aos atingidos.

Foi realizado encontro com representantes das cooperativas, que contou com a participação do prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, Cesar Augusto Bovino, da superintendente da OCB, Tânia Zanella, da superintendente-geral de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, Keli Guimarães, e de Fernanda Adams, do Fundo de Apoio à Segurança Pública (Fundaseg).



Dia C do Sistema Ocepar entregou mantimentos e bens para Escola Marista Social Curitiba

A finalidade da mobilização foi apoiar a reconstrução das casas em Rio Bonito do Iguçu e nas demais cidades atingidas pelo tornado.

As cooperativas com atuação nas regiões se mobilizaram para atendimento dos associados e das pessoas atingidas, incluindo Paulo Pinto (Cooprossel), Paulo Roberto Fachin (Coasul), Gisélío Linhares (Sicoob Credicapital), Wellington Ferreira (representando a Central Sicredi PR/SP/RJ) e Jair Colla (Cercho).

Foi definida a criação de um Comitê para coordenar as ações, que contou

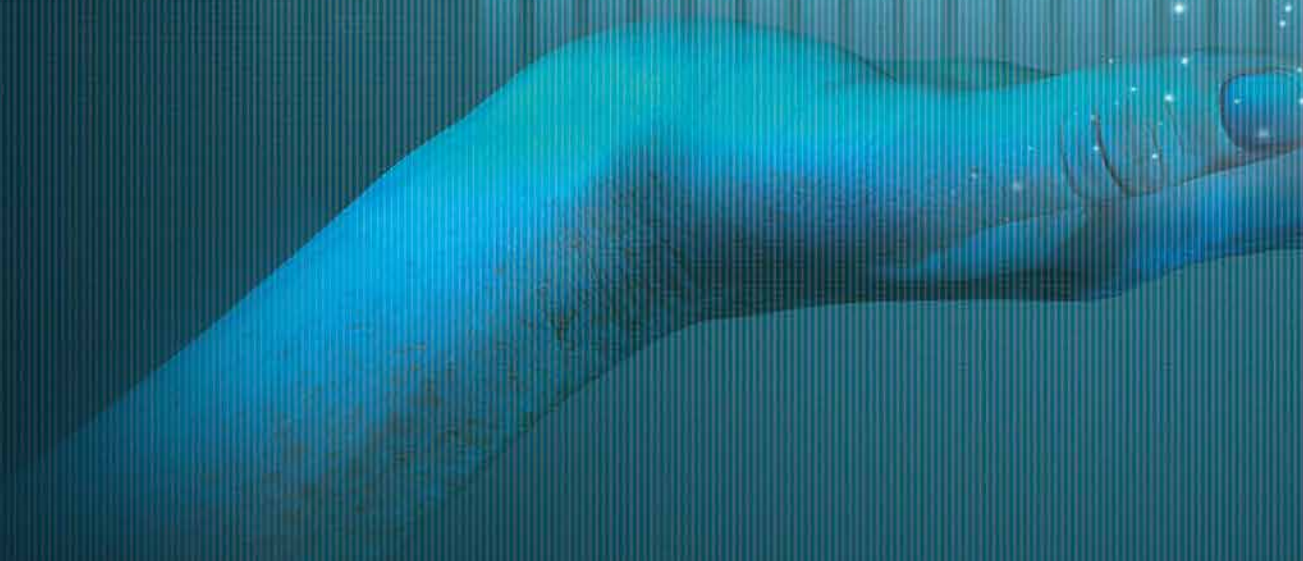
com a participação da Diretoria Executiva do Sistema Ocepar, do jornalista e coordenador de comunicação e marketing, Samuel Milléo Filho, de Neuza Oliveira, coordenadora da secretaria executiva, e do analista técnico da Gerência de Desenvolvimento Técnico, Salatiel Turra, com a finalidade de coordenar as ações e orientar as cooperativas para apoiarem financeiramente ou donativos.

Também foram disponibilizadas contas nas cooperativas de crédito (Sicredi, Cresol e Sicoob) para depósito de valores a serem destinados para reconstrução das casas e compra de eletrodomésticos.

SELO CLIMA

A Ocepar recebeu, em 2025, o Selo Clima Paraná, conferido pela Secretaria do Desenvolvimento Sustentável do Paraná (SEDEST). O reconhecimento atesta que a Ocepar se enquadra na política estadual de emissões de gases de efeito estufa, estabelecida pela Lei Estadual nº 17.133/2012. O selo tem como objetivo reconhecer as boas práticas ESG desenvolvidas pelas organizações, bem como acompanhar os resultados do monitoramento e medidas de mitigação de gases de efeito estufa.







PLANO DE AÇÃO 2026

40

Plano de Ação para 2026

278



SistemaOcepar

FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR



OCEPAR

Sindicato e Organização das
Cooperativas do Estado do Paraná

DIRETORIA EXECUTIVA

- Atuar com a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) e FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) na regulamentação da Reforma Tributária e nas discussões e encaminhamentos de projetos de lei que afetam o Cooperativismo e as atividades de seus cooperados;
- Coordenar a implementação das ações do Plano Paraná Cooperativo 300 e do Programa de Educação Política;
- Criar um Comitê para apoiar a constituição de cooperativas de seguros;
- Desenvolver ações nos processos de intercooperação e de alianças estratégicas das cooperativas;
- Realizar curso internacional para presidentes e executivos;
- Propor sugestões de programas e projetos de incentivo para as cooperativas;
- Editar o livro "Ocepar 55 Anos";
- Atuar junto à Invest Paraná e Secretaria da Fazenda para viabilizar linha de recursos para apoiar as Cooperativas de Saúde na construção de hospitais e demais investimentos de saúde;

- Coordenar o Comitê das Cooperativas de Crédito;
- Realizar as reuniões de Núcleos, AGO/AGE, reuniões da Diretoria e Conselhos e o Fórum dos Presidentes;
- Reformar o Estatuto Social da Ocepar para se adequar ao da OCB.
- Elaborar propostas para os candidatos ao governo do Paraná.

COMUNICAÇÃO

- Elaborar o Manual de Gestão de Crise de Imagem do Cooperativismo Paranaense;
- Realizar o 18º Prêmio Ocepar de Jornalismo;
- Publicar 12 edições da Revista Paraná Cooperativo;
- Produzir diariamente o Informe Paraná Cooperativo;
- Ampliar o alcance do Sistema Ocepar nas redes sociais, com divulgação de atividades em prol das cooperativas e estímulo ao engajamento do público em ações relacionadas ao cooperativismo;
- Produzir conteúdo para Rádio e TV Paraná Cooperativo;
- Realizar ações de marketing cooperativo com recursos do fundo da OCB.
- Apoiar a participação do Sistema Ocepar em eventos como Show Rural, ExpoApras e Feira do Empreendedor, contribuindo na organização, criação da identidade visual, produção de

materiais de divulgação, entre outras ações durante a realização dos eventos;

- Promover o Fórum de Comunicação;
- Promover imersão em fotografia;
- Prestar atendimento às demandas da imprensa.

ÁREA TÉCNICA

- Coordenar o projeto de novas fontes de financiamento para as cooperativas;
- Elaborar proposta de Plano Agrícola e Pecuário para a Safra 2026/27;
- Realizar treinamentos sobre Crédito e Seguro Rural;
- Coordenar os projetos de armazenagem de grãos e de agroindustrialização;
- Desenvolver um Power BI com informações sobre as agroindústrias das cooperativas;
- Realizar o Fórum de Armazenagem e de Agroindústria;
- Atuar junto ao Ministérios da Agricultura e Pecuária e da Fazenda com vistas à criação de um novo modelo de seguro rural;

SANIDADE AGROPECUÁRIA

- Coordenar o projeto de Sanidade Agropecuária;
- Realizar a Semana de Sanidade Animal;
- Desenvolver ações de fortalecimento e defesa de interesses das cadeias de proteína animal das cooperativas;
- Coordenar o projeto de Alianças em Pesquisa Cooperativa.

ECONOMIA E MERCADO

- Implantar a plataforma de inteligência de mercado e elaborar seu plano de lançamento;
- Definir informações e padronizar a coleta para a base de dados do Dashboard de Mercado;

- Participar de feiras e eventos internacionais;
- Elaborar proposta de representação conjunta dos negócios do cooperativismo no mercado internacional;
- Atender cooperativas em iniciativas de acesso a mercados e receber delegações internacionais.

JURÍDICA E TRIBUTÁRIA

- Coordenar e assessorar as cooperativas no projeto de defesa do Ato Cooperativo e Gestão Tributária na implementação da Reforma Tributária;
- Publicar, mensurar e acompanhar o alcance dos Informes Jurídicos mensais;
- Promover eventos para capacitação da área jurídica das cooperativas em temas de interesse;
- Mobilizar ações estratégicas com o Grupo Técnico da área Jurídica;
- Atualizar o compêndio da legislação cooperativista;
- Atuar no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Paraná;
- Coordenar as ações do Grupo de Acompanhamento e Estudos Tributários.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- Coordenar os projetos de Educação Política e o Núcleo de Inteligência Política;
- Estruturar oficina de multiplicadores para formação de lideranças cooperativistas que atuem na implementação e difusão do programa de educação política;
- Coordenar o Programa de Educação Política voltado às eleições 2026;
- Coletar informações para compor o perfil dos candidatos participantes do programa;
- Compilar principais ações de representação da Frencoop, FPA e da Assembleia Legislativa do Paraná;

- Estruturar formação para equipe interna e cooperativas com foco na troca de conhecimento para construção de estudos multidisciplinares voltados a análise de cenários;
- Padronizar o processo de monitoramento de normativos estaduais de interesse do cooperativismo, incluindo projetos de lei (desde seu protocolo), resoluções, portarias, decretos, leis sancionadas e projetos de lei vetados;
- Elaborar propostas para os candidatos ao governo do Paraná.

MEIO AMBIENTE

- Propor uma plataforma de integração geoespacial para as cooperativas;
- Realizar visitas técnicas do programa Conhecer para Cooperar com a participação do Instituto Água e Terra - IAT;
- Planejar e executar a Semana do Meio Ambiente com a participação das cooperativas;
- Promover ações de integração entre o órgão ambiental e as cooperativas de crédito;
- Apoiar o projeto de regularização do Cadastro Ambiental Rural;
- Acompanhar os inventários de emissão de gás carbono nas cooperativas.

CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES RURAIS E PESQUISA

- Apoiar o processo de implantação da Certificação Paraná Cooperativo em propriedades rurais;
- Coordenar o projeto de Gestão de Energia;
- Representar institucionalmente a Classe Rural no Conselho de Consumidores de energia da Copel.

PLANEJAMENTO E CONTROLE

- Incentivar a utilização do planejamento estratégico como ferramenta de gestão;
- Estabelecer o mapa estratégico do Sistema Ocepar;
- Conduzir o processo de avaliação de desempenho profissional de 2025;
- Rever as regras e o processo de avaliação de desempenho profissional para 2026, em conjunto com o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal Interno;
- Coordenar o ciclo 2026 do planejamento estratégico organizacional e realizar o acompanhamento e controle das metas;
- Estruturar o planejamento estratégico 2027;
- Coordenar metodologicamente o desenvolvimento dos 30 projetos do PRC300 e apoiar a estruturação dos workshops com o Comitê Consultivo do PRC300;
- Estabelecer a estrutura do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ;
- Estabelecer a cadeia de valor do SESCOOP/PR, OCEPAR e FECCOOP;
- Desenvolver Manual da Qualidade e treinar pessoas em processos e Gestão da Qualidade;
- Desenvolver programa de melhoria contínua do Sistema Ocepar (Trilha dos Multiplicadores);
- Realizar auditorias de processo e a manutenção dos processos do sistema Pipefy;
- Acompanhar os indicadores orçamentários do SESCOOP/PR, OCEPAR e FECCOOP;
- Disponibilizar os indicadores OCB e Eleva para o Nacional.

AUDITORIA

- Elaborar e aprovar o Estatuto da Auditoria Interna, definindo missão, independência, autoridade e responsabilidades;
- Desenvolver um *dashboard* gerencial para acompanhamento das horas planejadas versus realizadas nos trabalhos de auditoria,

permitindo o monitoramento da eficiência e da alocação de recursos;

- Formalizar os trabalhos da Auditoria Interna conforme o PAINT (Plano Anual de Auditoria Interna) aprovado para 2026, incluindo as etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e follow-up das recomendações;
- Estruturar um modelo de avaliação periódica da qualidade da Auditoria Interna, conforme preconizado pelo IIA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil);
- Acompanhar os indicadores de desempenho da Auditoria Interna, tais como a taxa de implementação e o prazo médio de conclusão dos planos de ação, entre outros.

INTEGRIDADE E COMPLIANCE

- Elevar o nível de integridade, medido pelo e-Prevenção, uma plataforma do Tribunal de Contas da União (TCU) que ajuda as organizações a prevenirem a corrupção através de autoavaliação, diagnóstico e implementação de boas práticas de integridade;
- Fortalecer a cultura de Integridade por meio de desenvolvimento da comunicação e treinamento;
- Dar tratamento para denúncias;
- Manter o nível de maturidade “Muito Alta” no Programa de Conformidade em Lei Geral de Proteção de Dados, em que se planeja implementar a norma de Proteção de Dados Pessoais para atividades de recursos humanos, assim como a norma de Proteção de Dados Pessoais para atividades de recursos humanos;
- Conduzir a execução do plano de ação dos processos que tratam dados pessoais e do

plano de ação de controle de segurança da informação.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Incorporar inteligência artificial, com foco em projetos estratégicos;
- Inteligência Artificial (IA) – criar o Comitê de IA promovendo integração com a unidade nacional (OCB) para adoção das melhores práticas e alinhamento das iniciativas;
- Desenvolver sistemas internos e/ou implantar softwares fornecidos pelo Sistema OCB;
- Integrar e evoluir sistemas existentes para atender às necessidades estratégicas e operacionais;
- Realizar treinamentos e fóruns para as cooperativas em inteligência artificial e outros temas demandados pelas cooperativas;
- Participar do grupo dos técnicos de tecnologia da informação do Sistema “S”;
- Governança de Dados – estabelecer documentos, papéis e permissões; padronizar repositório de planilhas atualizáveis por área; ajustar acessos conforme mapeamento;
- Governança de Sistemas – mapear sistemas, responsáveis e fluxos; implementar e revisar controles de acesso;
- Atendimento de TI & SLAs – definir SLAs e monitorar via BI os atendimentos, aplicando metodologia ágil;
- Backup & Continuidade – definir arquitetura e implantar nova solução, validando com teste de restauração;
- Segregação/Operação – segmentar aplicações e integrar análise de vulnerabilidades (DevSecOps);
- CRM – implantar o CRM desenvolvido pelo Nacional.



DEFESA DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

- Orientar as cooperativas nas áreas trabalhista, previdenciária, epidemiológica e acústica;
- Realizar treinamentos nas áreas de saúde mental e Burnout;
- Apoiar a CNCoop em questões relacionadas à alteração da legislação sobre ruídos e obrigações de contratação de percentuais de empregados como PCD e menor aprendiz;
- Atuar junto aos Ministérios Público do Trabalho e do Trabalho e Emprego, em apoio às cooperativas em questões relacionadas às relações de trabalho e atuações dos órgãos públicos.

NEGOCIAÇÃO SINDICAL

- Coordenar as negociações salariais e realizar Convenções Coletivas de Trabalho;
- Apoiar as cooperativas na realização de Acordos Coletivos de Trabalho.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

- Realizar treinamentos em saúde e segurança do trabalho;
- Subsidiar as cooperativas para defesas administrativas e judiciais.

TRABALHO SEGURO

- Prestar consultoria às cooperativas para adequação das unidades armazenadoras nas normas exigidas pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Apoiar as cooperativas na defesa das atuações dos órgãos públicos;
- Realizar estudos com apoio do setor de ensino e pesquisa sobre limites de ruídos com causam mal à saúde.

GRUPOS TÉCNICOS

- Coordenar os grupos técnicos que tratam da implementação das Normas Regulamentadoras (NRs) de ruídos e de armazenagem;
- Realizar visitas às unidades frigoríficas e de armazenagem de grãos para apoiar as cooperativas em boas práticas em segurança do trabalho.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

- Apoiar as ações da CAMFIEP junto às cooperativas e realizar treinamentos para difusão da prática da mediação e arbitragem.

CONECTIVIDADE

- Participar das ações do Programa Paraná Conectado com vistas a ampliar o alcance do sinal de internet no campo.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Desenvolver ações com o G7 (Ocepar, Fiep, Faep, Fecomercio, Faciap, Fetranspar e ACP) e demais entidades e órgãos públicos, com vistas a acompanhar o andamento das obras nas rodovias concessionadas e participar das comissões tripartite entre concessionárias e ANTT;
- Atuar junto ao Governo Federal propondo sugestões para a realização de um novo leilão para a Ferrovia Malha Sul e junto ao Governo do Paraná para privatização da Ferroeste;
- Propor ações para melhoria e ampliação da infraestrutura portuária;
- Apoiar o governo do Estado para dar continuidade aos programas de investimentos nas rodovias estaduais e estradas rurais.

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Gerência é responsável pelo desenvolvimento de atividades de treinamento de pessoas e criação de planos de ação para as cooperativas desenvolverem as competências de seus profissionais e cooperados, buscando a excelência na gestão. Quatro coordenações são as responsáveis pela execução dos trabalhos.

COOPERATIVISMO E PROMOÇÃO SOCIAL

Atua com ações voltadas ao desenvolvimento do cooperativismo e promoção social, seu trabalho é focado no quadro social das cooperativas. Suas metas para 2026 são as seguintes:

- Aprendizagem: Realizar o Fórum Estadual de Aprendizagem e execução de pesquisa de satisfação sobre a formação técnica e prática dos jovens aprendizes;
- Identidade: Pesquisa de Identidade Cooperativista;
- Plano Sucessório: Monitorar o plano sucessório no Programa Unindo Gerações;
- Organização Familiar: Coordenar o projeto de Organização da Família Cooperada;
- Formação de Agentes: Apoiar e acompanhar o Programa de Formação de Agentes do Cooperativismo;
- Promoção dos Encontros Estaduais de Lideranças Jovens, Femininas e do Programa CooperJovem e Encontro de Corais Cooperativistas;
- Educação nas Escolas: Desenvolver itinerários formativo para cooperativas mirins, escolares e o programa CooperJunior.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Realiza ações e atividade voltadas ao desenvolvimento profissional dos empregados e

na inovação, em cursos e eventos centralizados, nos quais participam profissionais de várias cooperativas. Suas metas para 2026 são as seguintes:

- Relatório de Boas Práticas Acadêmicas: desenvolver modelos de apresentação de trabalhos de conclusão de curso.
- Profissionais do Futuro: Identificar o perfil profissional e criação de planos de ação para as cooperativas;
- Gestão do Conhecimento: Implementar iniciativas e programas de formação para fortalecer a cultura de gestão do conhecimento;
- Formação Internacional: Dar continuidade aos programas de formação de presidentes e executivos;
- Inovação: Lançar a Plataforma Inovacoop e estruturar programas conforme a maturidade de inovação das cooperativas;
- Pesquisa Salarial: Estruturar o ciclo completo da pesquisa salarial e de benefícios para 2026.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Trabalha diretamente com as cooperativas na realização de cursos e eventos descentralizados, ou seja, nos quais o público e a organização é própria da cooperativa. Suas metas para 2026 são as seguintes:

- Reuniões Técnicas: Executar os planos de ação e reuniões técnicas nas regiões Centro-Sul, Norte/Noroeste e Oeste/Sudoeste;
- Planejamento das Cooperativas: Realizar treinamentos sobre planejamento orçamentário para as cooperativas;
- Mercado de Trabalho: Propor estudo prospectivo para alocação de profissionais;
- Atratividade de Talentos: Disponibilizar soluções para auxiliar as cooperativas na atração e retenção de colaboradores, desenvolvendo ações para atender os trabalhadores estrangeiros;
- Orçamento de treinamento: Criar nova

metodologia de alocação orçamentária para a descentralização de recursos em 2027.

- PEDC: apresentar proposta para remodelar o PEDC (Plano Estratégico de Desenvolvimento Cooperativista).

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL INTERNO

Cuida das ações desenvolvidas para os empregados do Sistema Ocepar. Suas metas para 2026 são as seguintes:

- Capacitação de Colaboradores: organizar um plano de treinamento contínuo para os empregados do Sistema Ocepar;
- Desenvolvimento de Gestores: Criar e estruturar um programa voltado à formação de gestores internos;
- Sistema: Estabelecer requisitos funcionais para um sistema de acompanhamento de bolsas de estudo;
- Estrutura de mentoria: Implementar nova estrutura de mentoria direcionada aos empregados.

GERÊNCIA DE MONITORAMENTO E CONSULTORIA

Responsável pela execução do programa de monitoramento, consultoria, atendimento contábil e tributário e aos ramos do cooperativismo, trabalho esse, desenvolvido por três coordenações:

MONITORAMENTO

- Acompanhar e monitorar o desempenho econômico-financeiro, legal e de governança das cooperativas
- Apoiar a execução do Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras
- Realizar reuniões institucionais na modalidade presencial ou virtual
- Gerar relatórios de monitoramento e devolutivas técnicas
- Elaborar cenários individuais e consolidados do cooperativismo paranaense

- Operacionalizar e aprimorar o Sistema AG Monitoramento
- Atualizar informações cadastrais e de governança das cooperativas
- Orientar grupos interessados na constituição, registro e regularização de cooperativas
- Emitir pareceres técnicos de registro, regularidade, suspensão e cancelamento
- Participar de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias
- Elaborar relatórios pré-AGO
- Elaborar diagnósticos econômico-financeiros, legais, tributários e de RH
- Participar e apoiar projetos estratégicos e estudos setoriais
- Orientar tecnicamente as demandas dos ramos cooperativistas
- Consolidar e analisar informações para comunicação institucional e defesa do cooperativismo
- Implantar ferramenta de IA (inteligência artificial) na base de dados do AG-Monitoramento, a fim de agilizar as análises com visualização preditiva das cooperativas.
- Realizar a integração de dados entre áreas fins do sistema Ocepar, criando o banco de informações do cooperativismo Paranaense

DESENVOLVIMENTO

- Promover o desenvolvimento institucional das cooperativas
- Executar o Programa ESG+Coop
- Realizar ações de formação e capacitação em ESG, governança e sustentabilidade
- Aplicar e analisar diagnósticos de maturidade ESG
- Consolidar indicadores ESG no Sistema AG Monitoramento
- Realizar fóruns, eventos técnicos e encontros temáticos
- Estruturar processos de certificação cooperativista (Projeto 5 – PRC300)
- Implementar e acompanhar o PEGCOOP

- Realizar a formação e capacitação de conselheiros fiscais
- Auxiliar no desenvolvimento de cooperativas emergentes
- Realizar imersões técnicas e visitas de benchmarking para cooperativas emergentes
- Formar e capacitar agentes de monitoramento e autogestão
- Apoiar projetos institucionais do Governo do Estado relacionados a cooperativas emergentes
- Fomentar a inovação, a intercooperação e as boas práticas de governança
- Viabilizar e coordenar programa de formação de contadores para cooperativas de transporte
- Viabilizar e coordenar programa de formação em ESG+Coop para cooperativas de transporte

CONSULTORIA, TÉCNICA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

- Fazer acompanhamento técnico as consultorias contratadas;
- Atuar para fortalecer a governança cooperativista;
- Estruturar e consolidar a auditoria interna nas cooperativas;
- Desenvolver e monitorar o programa de compliance;
- Prestar apoio técnico-contábil e tributário às cooperativas;
- Apoiar as cooperativas para adequação em temas da reforma tributária
- Fomentar a intercooperação por meio do Projeto JUNTOS;
- Apoiar o desenvolvimento de instrumentos financeiros e projetos estruturantes;
- Realizar eventos para treinamento de auditores internos;
- Coordenar o GT de Gestores de Auditoria Interna;
- Realizar o Fórum de Auditores Internos;
- Apoiar as auditorias internas em cooperativas;
- Elaborar estudos e pareceres contábeis, tributários e societários

AÇÕES PARA OS RAMOS DO COOPERATIVISMO

- Consolidar as demandas setoriais e encaminhar aos órgãos competentes;
- Participar em fóruns, câmaras temáticas e conselhos;
- Elaborar estudos técnicos sobre análises regulatórias;
- Prestar apoio na defesa institucional;
- Gerar subsídios técnicos para políticas públicas e normativos setoriais.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Cuida das áreas de contabilidade, financeira, operacional, patrimonial e de recursos humanos, possui duas coordenações – Coordenação administrativa e Financeira e Coordenação de Suprimentos e Operações.

- Coordenar a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com o apoio de consultoria especializada;
- Conduzir os processos de recrutamento, seleção, contratação, ambientação e avaliação de novos colaboradores;
- Executar a migração da folha de pagamento para o Centro de Serviços Compartilhados da OCB;
- Assegurar o equilíbrio orçamentário por meio de uma gestão financeira eficaz;
- Expandir o portfólio bancário com a inclusão de novas instituições financeiras;
- Garantir rentabilidade média igual ou superior ao CDI nas aplicações financeiras;
- Implementar a migração da contabilidade para o Centro de Serviços Compartilhados da OCB;
- Apoiar a migração do processo de viagens e prestações para o sistema Fluig Viagens da OCB;
- Atender as demandas dos órgãos de controle, como TCU-Virtual, Portal da Transparência e Auditoria;
- Conduzir os processos licitatórios de aquisição de bens e serviços;
- Gerir os contratos administrativos por meio da plataforma contratos.gov, disponibilizada pela OCB;
- Participar da migração do processo de compras para o sistema Fluig Compras da OCB.



Utilizadas as fontes Acumin Variable Concept Light (texto) e Acumin Variable Concept Bold (Títulos)
Papel Capa: Cartão Supremo Duo Design 300 g/m²
Papel Miolo: Couchê Fosco 150 g/m²

Somos o
cooperativismo
no Paraná

somos **coop** 



SistemaOcepar

FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

Av. Cândido de Abreu, 501
80530-000 - Curitiba - Paraná - Brasil
Tel: 55 (41) 3200.1100
E-mail: ocepar@sistemaocepar.coop.br
www.paranacooperativo.coop.br